Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

André Luiz Garrido Barbosa

Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2024)

São Gonçalo
2024

André Luiz Garrido Barbosa

Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2024)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

B238 TESE	Barbosa, André Luiz Garrido. Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2024) / André Luiz Garrido Barbosa. – 2024. 206f. : il. Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. Patrimônio cultural – Teses. 2. Memória coletiva – Teses. 3. História local – Teses. 4. História – Estudo e ensino – Teses. 5. Cabo Frio (RJ) – História – Teses. I. Silva, Daniel Pinha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.
CRB7 – 6150	CDU 719(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a rreprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

André Luiz Garrido Barbosa

Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2024)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 23 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dr. Marcelo Santos Abreu
Universidade Federal de Ouro Preto

_____

Prof.ª Dra. Ana Paula Santana
Universidade Federal de Alagoas

_____

Prof. Dr Rui Aniceto N. Fernandes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof.ª Dra. Amanda Danelli Costa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

À minha família, que me deu a oportunidade de crescer enquanto sujeito e de alcançar meus objetivos. Esta tese é um presente para vocês, em agradecimento por tudo o que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Daniel Pinha, pelo apoio incondicional, críticas construtivas, sugestões valiosas, paciência e compreensão ao longo desta jornada. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho.

A banca examinadora, que também participou do Exame de Qualificação, ajudou significativamente no desenvolvimento do trabalho.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus de São Gonçalo, pela rica contribuição intelectual e pelo apoio constante.

Meus agradecimentos se estendem a todos os pesquisadores e cientistas que dedicam suas vidas ao avanço do conhecimento e ao desenvolvimento de soluções para os desafios da humanidade. Sua dedicação e empenho são uma inspiração para todos nós.

Agradeço ainda aos meus companheiros de curso no Programa do Doutorado, com quem compartilhei momentos de estudo, reflexão e amizade, mesmo em um contexto de ensino virtual, imposto pela pandemia de COVID-19.

Aos meus alunos, com quem tenho compartilhado experiências e reflexões ao longo dos 22 anos de minha carreira docente. Vocês são uma fonte constante de motivação e inspiração. As minhas reflexões no devir histórico estão sempre imbricadas com as minhas experiências como professor em meio às alegrias e vicissitudes do cotidiano.

Agradeço aos meus familiares e amigos que precisaram tolerar as minhas ausências, mas sempre me estimularam nos momentos difíceis e nebulosos.

Por fim, ao meu filho Tácio, à minha esposa Sandra e à minha mãe Celi pelo amor, apoio e estímulo constante. Vocês são a razão pela qual eu estou aqui hoje.

E, finalmente, agradeço a Deus pela oportunidade de viver, aprender, crescer e recomeçar.

É preciso estudar muito para saber um pouco.

Montesquieu

RESUMO

BARBOSA, André Luiz Garrido. *Patrimônio histórico e cultura histórica em Cabo Frio*: políticas de patrimonialização e ensino de história local por meio de monumentos tombados pelo IPHAN (1956 – 2024). 2024. 206f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Este trabalho tem como objetivo estudar o processo de patrimonialização realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de Cabo Frio, por meio dos tombamentos do Forte São Mateus, do Convento de Nossa Senhora dos Anjos e da Fazenda Campos Novos. A partir de uma reflexão sobre História, Memória e Patrimônio em relação aos monumentos tombados, foi desenvolvida uma discussão acerca das múltiplas atribuições de sentidos associadas ao Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, enquanto espaço sacro, histórico, cultural, educacional e museal. Busca-se compreendê-lo como uma espécie de "caixa de ressonância temporal", entendendo-o como um espaço de disseminação de cultura histórica na cidade.

Palavras-chave: história; memória; patrimônio; ensino da história; Forte São Mateus; Convento Nossa Senhora dos Anjos; Fazenda Campos Novos.

ABSTRACT

BARBOSA, André Luiz Garrido. *Historial heritage and historical culture in Cabo Frio*: heritage preservation policies and teaching local history through monuments listed by IPHAN (1956 – 2024). 2024. 206f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This study aims to examine the process of patrimonialization conducted by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) in the city of Cabo Frio, through the heritage listings of the Forte São Mateus, the Convento de Nossa Senhora dos Anjos, and the Fazenda Campos Novos. Based on a reflection on History, Memory, and Heritage concerning the listed monuments, a discussion was developed about the multiple meanings attributed to the Franciscan Convent of Nossa Senhora dos Anjos as a sacred, historical, cultural, educational, and museological space. The goal is to understand it as a kind of "temporal resonance box," recognizing it as a space for disseminating historical culture in the city.

Keywords: History; memory; heritage; History teaching; Forte São Mateus; Convento Nossa Senhora dos Anjos; Fazenda Campos Novos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Forte São Mateus 201

Figura 2 – Convento Nossa Senhora dos Anjos 201

Figura 3 – Fazenda Campos Novos 202

Figura 4 – Forte São Mateus e a orla de Cabo Frio: a cena que inspirou o tombamento paisagístico 202

Figura 5 – Morro da Guia e Capela de Nossa Senhora da Guia que fazem parte da cena do tombamento paisagístico do Convento de Nossa Senhora dos Anjos 203

Figura 6 – Forte São Mateus 203

Figura 7 – Convento de Nossa Senhora dos Anjos 204

Figura 8 – Fazenda Campos Novos e a Capela de Santo Inácio 204

Figura 9 – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – Nave principal do Convento Nossa Senhora dos Anjos 205

Figura 10 – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – sala de exposições no local em que era a antiga residência dos frades franciscanos 205

Figura 11 – Mapa histórico interativo digital com a localização dos Patrimônios trabalhados na tese 206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARLA	Associação de Moradores da Região dos Lagos
A TEIA	Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia
CENEDOM	Centro Nacional de Documentação da Museologia
DET	Divisão de Estudos de Tombamentos
DPCN	Departamento do Patrimônio Cultural e Natural
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FLUMITUR	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAM	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MART	Museu de Arte Religiosa e Tradicional
NBEAHR	Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional
PACH	Plano de Ação das Cidades Históricas
PNEM	Política Nacional de Educação Museal
PRÓ-MEMÓRIA	Fundação Nacional Pró-Memória
REMs	Redes de Educadores em Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	**POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM CABO FRIO: ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA, REGIMES DE HISTORICIDADE E HISTORIOGRAFIA**	20
1.1	**Forte São Mateus, Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos: territórios culturais e espaços de difusão de uma cultura histórica em Cabo Frio**	20
1.2	**Cabo Frio nas tramas de Clio: patrimônio histórico, enquadramento de memória e historiografia**	29
1.3	**História local e ensino de história em Cabo Frio: apontamentos a respeito de memória, narrativa e temporalidade**	41
2	**CONVENTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS E O FORTE SÃO MATEUS – MONUMENTOS TOMBADOS PELO IPHAN EM CABO FRIO: TOMBAMENTO, MEMÓRIA E RECORDAÇÃO**	49
2.1	**Processo nº 44-T-51 – Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e a Ponta do Forte em Cabo Frio: de ruínas coloniais a monumentos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio**	49
2.2	**Tensões de uma cidade em transformação com monumentos tombados pelo IPHAN: expansão da malha urbana, favelização, especulação imobiliária e turismo**	53
2.3	**Convento de Nossa Senhora dos Anjos- espaço sacro, monumento tombado e espaço museal: convênio para instalação de um museu de arte religiosa tradicional**	66
2.4	**Processo: 0757-T-65 – Conjunto Paisagístico de Cabo Frio: peças de um quebra cabeça ou retalhos de uma cidade em transformação**	71
3	**FAZENDA CAMPOS NOVOS, DIFERENTES ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS EM UM MONUMENTO TOMBADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO FEITO PELO IPHAN EM CABO FRIO**	80

3.1 **Como tudo começou: a provocação para o tombamento por parte da A TEIA, a reação do IPHAN e os seus desdobramentos** 80
3.2 **Mais um ator entra em cena: o tombamento parcial do INEPAC e a pressão da A TEIA pelo tombamento do IPHAN** 92
3.3 **Dias de um futuro esquecido: mobilização de saberes especializados, projetos que não foram adiante e elementos para a construção de uma cultura histórica local por meio do processo de tombamento** 100
3.3.1 A TEIA e o seus devaneios: "Projeto de Resgaste da Memória Cultural da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos" 100
3.4 **O IPHAN e as perspectivas de seus técnicos no processo de tombamento: pareceres, relatórios, correspondências como meios de produção de uma narrativa de enquadramento de memória e de produção de uma cultura histórica** 104
3.4.1 Parecer/DITEC/6ªSR/IPHAN nº 17 de 05/09/2003: mobilização de saberes historiográficos como forma de legitimar uma narrativa em torno do tombamento da fazenda Campos Novos 104
3.4.2 Informação nº 90/2005/DITEC/6º SR/IPHAN: um balanço do andamento do processo de tombamento e a área proposta para proteção 110
3.4.3 Dossiê sobre a Fazenda Campos Novos em Cabo Frio: estudos para fins de tombamento encaminhados pelo escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio 112
3.5 **Projeto Re-Fazenda Campos Novos: Planos de Ação para Cidades Históricas-Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social** 115
3.6 **PARECER Nº 003/11/COTEC/IPHAN-RJ: contexto arquitetônico, paisagístico, parecer e levantamento fotográfico** 118
3.7 **Parecer nº 14/2011/DITEC/IPHAN-RJ - um olhar arqueológico a respeito da fazenda Campos Novos: indo para além das edificações jesuítas** 121
3.8 **Uma história que parece não ter fim: tombamento, burocracia, quatro volumes de processo e mais de uma década de espera** 123
3.9 **Tombamento da fazenda Campos Novos: do enquadramento de memória a produção de uma cultura histórica local** 129

4 **MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL EM CABO FRIO: MONUMENTO TOMBADO, LOCAL SACRO E ESPAÇO MUSEAL - UM LUGAR E AS SUAS VÁRIAS ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS** 132
4.1 **Museu de Arte Religiosa e Tradicional - MART: um lugar com muitas camadas de histórias e de memórias em Cabo Frio** 132
4.2 **Museu de Arte Religiosa e Tradicional: uma breve caminhada pelo espaço musealizado** 137
4.3 **Plano Museológico do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (2020-2023): missão, valores e objetivos** 140
4.4 **Programa Educativo Cultural: educação para o patrimônio e história local no MART** 144
4.5 **Projetos e ações do programa educativo cultural no MART: educação para o patrimônio e formação continuada para professores** 153
4.5.1 Subprograma Educação Institucional 153
4.5.2 Subprograma visitas mediadas 154
4.5.3 Subprograma Formação em Educação para o Patrimônio 159
4.5.4 Subprograma de comunicação 164
4.5.5 Subprograma de atividades acolhidas pelo MART 170
CONCLUSÕES 174
REFERÊNCIAS 177
APÊNDICE – Entrevista com a servidora responsável pelo setor educativo do MART 183
ANEXO – Ilustrações, fotos e imagens 201

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico é uma prática essencial para a construção das memórias coletivas e das construções identitárias de um povo. No Brasil, essa tarefa tem sido conduzida no âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado na década de 1930, durante o Estado Novo, com a finalidade de promover uma narrativa histórica que enfatizasse uma visão nacionalista do passado. Nesse contexto, a cidade de Cabo Frio, situada na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, se destaca como um exemplo paradigmático de que como os processos de patrimonialização podem ressignificar espaços e consolidar narrativas históricas que transcendam o local, conectando temporalidades distintas por meio de monumentos que remontam a uma temporalidade pretérita.

A história da cidade, de certa forma, é materializada em monumentos como o Forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos, que testemunharam eventos marcantes da colonização portuguesa e foram posteriormente protegidos por processos de tombamentos que se estenderam de 1950 a 2015. Ao serem elevados à categoria de patrimônios históricos, esses espaços passaram a integrar uma narrativa nacional de memória e identidade, enquanto também respondiam às demandas locais por pertencimento e preservação.

Esta tese propõe investigar os processos de tombamento em Cabo Frio, analisando como os monumentos locais foram inseridos em narrativas históricas que articulam demandas nacionais e locais. A pesquisa busca compreender como esses bens patrimoniais contribuem para a formação de uma cultura histórica local e para o fortalecimento das identidades culturais na cidade. Além disso, pretende-se explorar o potencial pedagógico desses espaços, problematizando o passado e promovendo uma visão crítica da história, contribuindo para entender esses monumentos por meio de suas camadas plurais de temporalidades e de significados como parte de uma cultura histórica local, sejam como espaços de uso da administração pública, museal ou de visitação turística.

O primeiro capítulo da tese aborda as políticas de patrimonialização na cidade de Cabo Frio, destacando suas implicações no enquadramento de memórias locais e na formação de uma cultura histórica. Tendo como foco os monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade, especialmente o Forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos, o estudo explora como esses espaços constituem marcos simbólicos da memória coletiva e refletem

processos históricos complexos relacionados à colonização, à identidade cultural e à construção de narrativas nacionais e locais de história e memória.

Cabo Frio, fundada em 1616 sob o nome de Vila de Santa Helena do Cabo Frio, ocupa posição central na história da colonização portuguesa no Brasil. Seu território, caracterizado por riquezas naturais como o pau-brasil, o sal e uma costa estratégica, foi cenário de intensas disputas entre portugueses, indígenas e navegadores europeus, sobretudo franceses. Essas dinâmicas moldaram uma paisagem histórica singular, composta por bens culturais de grande valor simbólico. Os tombamentos realizados pelo IPHAN entre as décadas de 1950 e 2010 buscaram preservar esse legado, conferindo aos monumentos a função de conectores entre o passado e o presente.

O capítulo examina, primeiramente, os processos históricos que levaram à seleção e preservação dos monumentos em Cabo Frio, evidenciando como essas ações são representativas de um modelo de patrimonialização implementado no Brasil a partir da década de 1930. Durante o Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado com o objetivo de proteger bens materiais que reforçassem a ideia de identidade nacional. Esse viés nacionalista influenciou diretamente as escolhas de bens a serem tombados, legitimando determinados elementos históricos e culturais em detrimento de outros.

A análise dos processos de tombamento do Forte São Mateus, do Convento Nossa Senhora dos Anjos e da Fazenda Campos Novos evidencia a centralidade dessas estruturas na narrativa histórica local e nacional. O forte, construído no início do século XVII, desempenhou um papel crucial na defesa do território contra incursões estrangeiras, simbolizando o poder militar português. O convento, por sua vez, reflete a presença franciscana e o papel da religião na formação da sociedade colonial. Já a fazenda, estabelecida pelos jesuítas, destaca-se como espaço de produção agrícola e missionária, além de ser testemunho da arquitetura rural do período.

Este capítulo problematiza algumas das implicações das políticas de patrimonialização no uso contemporâneo desses monumentos. Ao serem transformados em patrimônio cultural, esses espaços ganham novos significados e funções, como atrativos turísticos, museológico ou local de uso administrativo por parte da prefeitura. O processo de ressignificação muitas vezes altera parte de sua autenticidade, criando tensões entre os usos, a memórias e as políticas de preservação desses espaços, contribuindo então para a criação de diversas atribuições de sentidos a esses monumentos ao longo do seu devir histórico.

Outro aspecto explorado é a possível conexão entre os processos de patrimonialização e o ensino de história local. Ao transformar os monumentos em instrumentos representativos

de temporalidades pretéritas que podem retratar aspectos narrativos de uma historicidade local, que pode ser ou não relacionada a uma narrativa histórica de caráter nacional, abre-se uma janela de oportunidades para que professores, estudantes, moradores, turistas ou qualquer pessoa interessada aprofunde sua compreensão sobre a história de Cabo Frio, reforçando o senso de pertencimento e identidade. Essa abordagem, alinhada aos princípios da história pública, permite que o patrimônio cultural transcenda o campo acadêmico, envolvendo a comunidade em um diálogo inclusivo sobre o passado e suas interpretações.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise de documentos oficiais do IPHAN, incluindo inventários e processos de tombamento, além de bibliografia especializada em patrimônio cultural, história local e sociologia da memória. A consulta a fontes primárias, como arquivos e correspondências entre o IPHAN e agentes locais, complementa a compreensão dos contextos e motivações que permeiam as políticas de preservação.

Assim, este capítulo busca não apenas descrever os processos de patrimonialização em Cabo Frio, mas também interpretar suas consequências culturais, políticas e educativas. Ao integrar uma análise crítica das políticas patrimoniais com a valorização da história local, espera-se contribuir para debates sobre a memória e o patrimônio no Brasil, destacando as possibilidades de uso dos bens tombados como ferramentas de educação e cidadania.

O segundo capítulo constituirá em uma análise dos processos de tombamento do Forte São Mateus e do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, realizados pelo IPHAN, procurando observar suas motivações, tensões e consequências para a cidade de Cabo Frio, a partir da construção de uma memória oficial instituída pelo poder público federal sobre bens patrimoniais locais.

A cidade de Cabo Frio, localizada na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, destaca-se por seu rico patrimônio histórico-cultural, marcado por monumentos que narram capítulos importantes da história brasileira. Dentre esses, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Forte São Mateus ocupam um lugar central, não apenas pela relevância histórica, mas também pelas transformações simbólicas e funcionais que sofreram ao longo do tempo. Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nas décadas de 1950 e 1960, esses monumentos constituem testemunhos arquitetônicos e paisagísticos do período colonial, mas também são representações de disputas e tensões envolvendo memória, urbanização e desenvolvimento em Cabo Frio.

O Convento Nossa Senhora dos Anjos, fundado em 1696 pelos franciscanos, originalmente servia como espaço de reclusão religiosa, assistência espiritual e educação das primeiras letras para a população local. Ao longo dos séculos, a redução do número de

religiosos e as mudanças sociais resultaram no abandono gradual do convento, culminando em seu tombamento e posterior transformação em espaço museal, o que garantiu sua preservação e nova funcionalidade. Já o Forte São Mateus, erguido para proteger a região contra corsários europeus e indígenas hostis aos portugueses no período colonial, tornou-se símbolo da ocupação portuguesa e da defesa na região de Cabo Frio. Ambos os monumentos refletem a interação entre poder religioso e militar na consolidação do domínio português na região.

O processo de tombamento desses monumentos, conduzido pelo IPHAN, ilustra as estratégias do Estado brasileiro na consolidação de uma memória nacional, baseada na seleção de bens que enfatizam um passado colonial idealizado. Essa prática, fundamentada em critérios estéticos e históricos, dialoga com as dinâmicas locais de transformação urbana e especulação imobiliária, especialmente em Cabo Frio, uma cidade que, a partir das décadas de 1940 e 1950, vivenciou uma crescente turistificação e balnearização. Nesse contexto, o tombamento surge como uma tentativa de preservar a integridade física e simbólica desses espaços frente ao avanço do turismo de massa e à urbanização descontrolada.

Neste sentido, o segundo capítulo da tese propõe investigar como o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Forte São Mateus foram incorporados à política de patrimonialização brasileira por meio do instituto do patrimônio histórico e como esses monumentos se tornam possíveis epicentros de debates sobre memória, identidade e transformação urbana na cidade de Cabo Frio. Com base na análise documental dos processos de tombamento (44-T-51 e 757-T-65), busca-se compreender as motivações do IPHAN, os critérios de seleção e as implicações dessas decisões para a cidade e seus habitantes. O objetivo principal aqui é analisar o papel do Convento Nossa Senhora dos Anjos e do Forte São Mateus na construção de uma memória histórica institucionalizada, bem como alguns dos impactos sociais, culturais e urbanos advindos de seu tombamento. Especificamente, pretende-se examinar os processos históricos que culminaram no tombamento desses monumentos; investigar algumas das disputas e tensões entre diferentes agentes, como o IPHAN, a administração municipal e as comunidades locais; e avaliar como os monumentos podem dialogar com as transformações urbanas e sofridas em Cabo Frio. A relevância deste capítulo está na possibilidade de contribuir para os estudos sobre patrimônio cultural em Cabo Frio, oferecendo uma análise crítica das políticas de preservação e suas implicações locais. Além disso, ao explorar o caso de Cabo Frio, a pesquisa ressalta as complexas relações entre memória histórica, desenvolvimento urbano e identidade regional, destacando a necessidade de práticas patrimoniais mais inclusivas e dialógicas com diferentes setores da sociedade e não apenas fruto das decisões de técnicos do IPHAN e de outras camadas da burocracia estatal em suas diferentes tramas e escalas.

No terceiro capítulo, foi realizada uma reflexão a respeito do processo de tombamento da Fazenda Campos Novos em Cabo Frio, efetuada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por meio do processo de nº 1492-T-02. O estudo do patrimônio cultural brasileiro é um campo rico e multifacetado, que permite compreender as diversas formas de interação entre memória, identidade e poder. Nesse contexto, a Fazenda Campos Novos, localizada em Cabo Frio, Rio de Janeiro, emerge como um exemplo singular de espaço que transcende suas funções originais de produção agrícola para se tornar um símbolo da memória coletiva e um objeto de disputas narrativas e políticas. Monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse local constrói capsulas do tempo e camadas históricas e culturais que vão desde a presença indígena pré-colonial até os debates contemporâneos sobre preservação e uso de bens patrimoniais. A Fazenda Campos Novos, fundada no século XVII pelos jesuítas, é representativa de uma trajetória histórica que abrange ciclos que atravessarão o período compreendido a partir da colonização portuguesa, com a criação da mesma no século XVII, culminando com o seu colapso no século XVIII com a expulsão da Companhia de Jesus na América portuguesa, tendo em seguida um longo processo de fragmentação de suas terras ao longo dos séculos XIX e XX e os processos de desapropriação e tombamento no século XX. Seu reconhecimento pelo IPHAN em 2015 como patrimônio nacional reflete não apenas sua relevância histórica e arquitetônica, mas também as tensões sociais e políticas que moldam a valorização de espaços patrimoniais no Brasil. A análise do processo de tombamento, iniciado por mobilizações da sociedade civil e marcado por debates entre técnicos e instituições, oferece uma oportunidade única de compreender como narrativas históricas são construídas e institucionalizadas por meio da trama burocrática em que irá se constituir a malha processual.

Este capítulo se insere na interface entre a história, a memória e o patrimônio histórico-cultural, tendo como objetivo central investigar as diversas camadas de significados atribuídas à Fazenda Campos Novos ao longo de sua trajetória e, em especial, durante o processo de tombamento conduzido pelo IPHAN. Para isso, será analisado o material documental produzido no âmbito do processo nº 1492-T-02, incluindo pareceres técnicos, correspondências institucionais e relatórios elaborados por historiadores, arquitetos e arqueólogos. Além disso, busca-se compreender as motivações e os interesses em jogo nas diferentes instâncias envolvidas, como o poder público, organizações não governamentais e comunidades locais. A relevância do tema está intrinsecamente ligada à reflexão sobre os desafios contemporâneos da preservação patrimonial no Brasil. A Fazenda Campos Novos, situada em um território marcado por disputas fundiárias e pela presença de comunidades descendentes de indígenas e

quilombolas, destaca-se como um caso emblemático para se discutir as políticas de patrimonialização na região. Em um país de complexa formação sociocultural, em que muitas vezes predomina a valorização de narrativas hegemônicas tradicionais relacionadas às elites políticas e econômicas, a análise desse processo permite evidenciar tanto os avanços quanto as limitações das práticas de preservação, especialmente no que se refere à inclusão de perspectivas múltiplas e à gestão participativa do patrimônio.

A estrutura do capítulo está organizada de forma a abarcar múltiplas dimensões do tema. Foram trabalhados antecedentes históricos e sociais da Fazenda Campos Novos, contextualizando sua fundação e os eventos que culminaram na sua desapropriação e tombamento. Assim como, análise do processo de tombamento em si, examinando os argumentos utilizados pelos diferentes atores envolvidos e os critérios adotados pelo IPHAN no processo de patrimonialização desse monumento. Por fim, abordaremos algumas implicações deste estudo para reflexões a respeito das políticas de patrimônio efetuadas pelo instituto do patrimônio histórico e apontar possíveis caminhos para futuras pesquisas.

No quarto e último capítulo da tese, foi efetuado um estudo a respeito do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, criado pelo IPHAN, por meio de um acordo com a Mitra Diocesana de Niterói, que cedeu o espaço para o instituto do patrimônio histórico e que atualmente encontra-se sob responsabilidade do IBRAM. O Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART), localizado no Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, Rio de Janeiro, emerge como um exemplo único de espaço que transcende a mera função de preservação de artefatos históricos. Integrado a um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o MART assume múltiplas atribuições de sentido: lugar sacro, patrimônio cultural e espaço museológico. Este trabalho investiga como esse espaço dialoga com a memória coletiva, a educação patrimonial e a disseminação de uma cultura histórica local.

Historicamente, o convento desempenhou papel relevante durante os séculos XVII e XVIII como um centro religioso e educacional. Posteriormente, vivenciou períodos de abandono e ressignificação, culminando em sua transformação em museu na década de 1980. Tal trajetória ilustra as complexas relações entre memória, espaço e identidade. A partir de 1982, quando abriu suas portas ao público, o MART consolidou-se como um ponto de encontro entre história e a contemporaneidade, promovendo exposições e iniciativas voltadas à valorização da cultura local e à prática educativa. A relevância do estudo está na análise crítica do MART como mediador entre o passado e o presente. Além de preservar os vestígios históricos, o museu exerce um papel ativo na construção da memória coletiva, servindo como

ferramenta para o ensino de história local e como ponto de referência para reflexões sobre identidade e diversidade cultural. Sob essa perspectiva, a pesquisa busca compreender como o MART se articula como espaço de produção e disseminação de conhecimento histórico e cultural.

Este quarto capítulo tem como objetivos principais: analisar as ações museológicas e educativas do MART voltadas à promoção da memória e do patrimônio histórico-cultural de Cabo Frio; investigar o impacto dessas ações na construção de uma consciência histórica local e avaliar como o museu contribui para a integração entre o conhecimento acadêmico, o ensino escolar e a prática social. Além disso, busca-se discutir os desafios enfrentados pela instituição, especialmente no que tange à execução de seu plano museológico e à superação de limitações estruturais e orçamentárias.

A abordagem metodológica combina a análise documental, com foco nos planos museológicos e registros institucionais, assim como entrevista com a servidora responsável pelo setor educativo da instituição. Com isso, pretende-se elaborar uma reflexão abrangente sobre o papel do MART como um espaço multifacetado que conecta memória, patrimônio e educação. Por meio deste estudo, busca-se ampliar o entendimento sobre o potencial de museus históricos como agentes de transformação cultural e social, bem como destacar a importância da preservação do patrimônio material e imaterial para a valorização da identidade local. Por meio de uma abordagem que envolve a análise de documentos técnicos, narrativas historiográficas e práticas de preservação, esta pesquisa contribui para os debates sobre memória, patrimônio e história local. Ao enfatizar o papel do patrimônio como elo entre o passado, o presente e o futuro, busca-se reafirmar a importância de políticas que promovam a diversidade e a representatividade na construção das identidades culturais.

1 **POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM CABO FRIO: ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA, REGIMES DE HISTORICIDADE E HISTORIOGRAFIA**

1.1 **Forte São Mateus, Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos: territórios culturais e espaços de difusão de uma cultura histórica em Cabo Frio**

A presente reflexão tem por base o estudo dos bens tombados[1] pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN[2]) na cidade de Cabo Frio. A escolha por tal estudo se justifica por serem esses monumentos referenciais simbólicos relacionados à história local[3], tendo o reconhecimento da autarquia do poder público que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do País.

A cidade de Cabo Frio, fundada em 1616 com o nome de Vila de Santa Helena de Cabo Frio, teve como atividades econômicas significativas a exploração de pau-brasil, a produção de gêneros agrícolas e pecuária voltada para o abastecimento da região e a cidade do Rio de Janeiro. Local estratégico para os portugueses no início do processo de colonização do litoral

[1] Entendemos o tombamento a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (Gonçalves, 1996, p. 66).

[2] Como o IPHAN ao longo de sua trajetória teve diversas denominações, a fim de evitar a utilização repetida dessas variadas siglas no decorrer do trabalho, utilizaremos a perspectiva adotada por Leila Bianchi Aguiar, que elucida de maneira breve essas transformações: "Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto n° 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei no 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343." Aguiar, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, no 57, p.87-106. 2016.

[3] Utilizaremos o conceito de história local a partir das reflexões de Pierre Goubert: "Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um conty inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês)" (GouberT,1972, p.70).

brasileiro, a região foi, alvo de cobiça por parte dos franceses, que estarão presentes na região entre os séculos XVI e XVII, sendo expulsos pelo português Constantino Menelau, com ajuda do governador-geral Mem de Sá e uma coalisão de indígenas aliados. (Abreu, 1988)

O processo de conquista de Cabo Frio está envolto na lógica de disputa pela posse da terra e exploração dos seus recursos naturais, envolvendo portugueses, navegadores ingleses, franceses e indígenas tamoios, que resistiam a presença portuguesa na região e praticavam escambo de pau-brasil com navegantes de outras nacionalidades.

> Cabo Frio, antes mesmo da fundação da urbe do Rio de Janeiro (1565) e da própria fundação daquela cidade (1617) tinha uma função importante em termos militares, por conta da proximidade do Rio de Janeiro; possuía grande quantidade de pau-brasil; tinha uma enseada na qual os navios faziam "aguada", ou seja, reabasteciam os barcos com água potável; tinha abundância de sal e; contava com grande quantidade de índios, em especial os tamoios (Moreira,2017, p. 30).

A fim de garantir a posse do território em disputa, a conquista se dará a partir de uma série de conflitos entre as partes envolvidas, que atravessarão os séculos XVI e XVII, tendo como destaque os personagens de Antônio Salema, Constantino Menelau e Estevão Gomes, que atuaram nos campos político, econômico e militar a fim de garantir a presença e permanência lusa na região.

Ao capitão-mor do Rio de Janeiro, Antônio Salema, é atribuída a liderança na expedição que efetuou um massacre da população indígena dos Tamoios na região em 1575, abrindo guarida para presença a portuguesa e mitigando os esforços dos franceses de se estabelecerem em Cabo Frio.

O governador Constantino Menelau, a fim de melhorar a defesa daquele território e acatar as ordens da coroa portuguesa, fundou "cidade de Santa Helena de Cabo Frio no dia 13 de novembro de 1615 e começou a construir a fortaleza de Santo Inácio com sete peças de Bronze" (Ribeiro, 2017, p. 39).

Essa fortificação teve pouca durabilidade, pois logo foi substituída a partir do ano de 1617 pelo forte de São Mateus, que era mais perto do mar, mais imponente que a construção anterior e projetado pelo engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, que foi responsável pela construção de fortalezas em outras regiões da colônia (Ribeiro, 2017).

No ano de 1617, Cabo Frio foi alçada ao status de cidade, sendo Estevão Gomes nomeado como primeiro capitão-mor, recebendo regimento militar, aparato judicial, tendo como destaque a construção do prédio da Câmara Municipal e da Igreja Matriz em homenagem a Nossa Senhora da Assunção, passando então a cidade a ser denominada de Nossa Senhora da

Assunção de Cabo Frio. Com o passar do tempo[4], o município foi se destacando no cenário econômico regional como grande produtor de sal, produto esse que se tornará o vetor da economia local. (Ribeiro, 2017).

Sendo Cabo Frio uma cidade estruturada no período colonial e tendo um conjunto de monumentos históricos, assim como uma natureza exuberante, que marca as paisagens antrópicas e naturais da cidade, contribuíram para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a promover em 1967 o tombamento do seu conjunto paisagístico, composto por monumentos e espaços[5].

> No decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estão previstos três tipos de tombamento: voluntário (a pedido do proprietário), compulsório (quando o proprietário, ao não aceitar a indicação para tombamento, apresenta impugnação) e por anuência (quando a indicação é aceita pelo proprietário). O tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados e aos municípios é feito *ex officio* (Fonseca, 2017, p. 137).

Além dos aspectos jurídicos e técnicos que envolvem o instituto do tombamento, consideramos relevante também que a política de preservação no Brasil, estruturada a partir da década de 1930, irá delimitar simbolicamente aspectos histórico-culturais em diversas regiões do Brasil, assim como irá intervir no estatuto da propriedade e no uso do espaço físico dos monumentos e bens alvos de suas ações.

Desde a sua criação, o SPHAN teve como uma das suas principais funções a seleção e preservação de bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que possam ser relacionados ou atribuídos sentidos históricos, a partir de uma perspectiva nacionalista da História. Criado em 1937, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, na fase conhecida como Estado Novo, em um momento no qual o Estado Brasileiro procurou valorizar aspectos da identidade nacional, por meio de ações que pudessem ligar o passado com o presente da Nação.

---

[4] "A "expressão "tempo" remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua. Se as sequências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano. Isso encontra expressão num símbolo social comunicável – a ideia de "tempo", a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outros imagens mnêmicas que são lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos." (Elias, 1998, p. 13).

[5] A perspectiva de tombamento aplicada em Cabo Frio, por meio dos processos de nº 0447-T-51 e o 0757-T-65, está dentro do conceito utilizado pelos técnicos do SPHAN que, à época, entendia-se o patrimônio histórico e artístico nacional como o "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Sendo também classificados. como patrimônio, "monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana." (Gonçalves, 1996, p. 68)

Essa responsabilidade de selecionar e atribuir sentidos a monumentos históricos tornou o SPHAN um importante instrumento de produção de narrativas do passado, a partir da seleção e catalogação desses semióforos, por meio de uma construção narrativa de viés nacionalista em torno do signo do patrimônio.

> Historicamente atribuída com exclusividade ao Estado, a ação de preservação dos bens culturais confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade, cuja legitimidade é conquistada pela ritualização das práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, por meio desses bens culturais, uma continuidade em relação a um passado remoto (Chuva, 2009, p.33).

A preocupação em preservar, garantir representatividade e dar lugar de fala às diversas expressões culturais presentes na sociedade brasileira está contemplada jurídica e politicamente na Constituição Federal de 1988. Ao definir o conceito de patrimônio cultural na lei maior da nação, a Constituição destaca que essas expressões culturais são elementos constitutivos da identidade e da memória brasileira, refletindo-se ao longo do tempo e dos espaços aos quais estão relacionadas.

> O patrimônio cultural, enquanto conceitos de pertinência jurídica e política, é apresentado pelo Constituição Federal de 1988 com amplo alcance ao indicar, em seu artigo 216, uma vasta gama de categorias. Segundo esse artigo, são partes integrantes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, referentes à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos construtores de uma sociedade. Entre eles se incluem: “formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Campos, 2020, p. 45).

Considerando a importância simbólica atribuída pelo poder público aos bens tombados pelo IPHAN nessa cidade, como meio de preservação da história local, entendemos ser necessário promover uma conexão entre esses bens e o ensino de história local, a partir do estudo desses lugares de memória (Nora,1993), levando em conta seus processos de patrimonialização e entendendo esses monumentos como elementos constituintes de uma cultura histórica (Rüsen, 2010; Costa,2009).

Em termos de recorte temporal e espacial, o trabalho aborda em linhas gerais o contexto histórico relacionado aos processos de tombamentos do IPHAN, feitos em Cabo Frio de 1956 a 2014, quando o instituto do patrimônio histórico realizou nas décadas de 1950 e 1960 o tombamento paisagístico, compreendendo diversos monumentos ligados ao passado colonial

português e elementos da paisagem natural, e em 2015 efetuou o tombamento da fazenda Campos Novos.

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1957, encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), o Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos[6], a Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), o Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), seguida da faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas. Essas construções são predominantemente do período colonial, quando a cidade de Cabo Frio foi estabelecida, a partir dos conflitos envolvendo portugueses, franceses e indígenas, e a fundação da Vila de Santa Helena de Cabo Frio, em 1615.[7]

Em 2014, foi tombada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN a fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situada no Distrito de Tamoios. O conjunto rural faz parte de um remanescente de uma antiga fazenda fundada em 1648 e construída sobre um sambaqui, constituída por uma casa, senzala, oficinas, capela e cemitério anexo. Estes, construídos por volta de 1690, formam importantes e raros exemplares de arquitetura rural jesuítica, caracterizando a sociedade da época. Uma característica importante do projeto é a edificação da igreja integrada com a casa-grande, o que permitia acesso exclusivo às missas, com auxílio de uma espécie de púlpito lateral, com ligação direta aos aposentos internos da casa.[8]

Importante instrumento de colonização e ocupação do território no contexto do século XVII, na região de Cabo Frio, por parte da Companhia de Jesus, a Fazenda Campos Novos foi um espaço para as atividades missionárias dos jesuítas, além de prover a ordem com recursos da agricultura e pecuária.

Tendo em vista a extensão cronológica do trabalho e a variedade de bens tombados pelo IPHAN na cidade, escolhemos como objetos de análise do trabalho o forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda Campos Novos.

---

[6] No Convento Nossa Senhora dos Anjos funciona o Museu de Arte Sacra Tradicional, que promove exposições de arte sacra tradicional e recebe visitantes da população de Cabo Frio e região, bem como turistas que visitam a cidade.

[7] Informações obtidas por meio do processo de tombamento nº 447-T-51 de 1951. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo wetransfer, que transferiu os processos digitalizados.

[8] Informações obtidas no processo nº 1492-T-2002. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo wetransfer, que transferiu os processos digitalizados.

A escolha desses monumentos, dentre outros possíveis se dá pelo caráter representativo dos mesmos no contexto histórico relacionado à presença portuguesa em Cabo Frio no período colonial, tendo importante papel na conquista e manutenção da presença lusitana na região, seja para defesa como o forte São Mateus ou em aspectos relacionados à presença e difusão do catolicismo por meio do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda Campos Novos de propriedade da ordem dos jesuítas.

Além dos aspectos históricos relacionados à historicidade dos monumentos destacados para objetos de análise do trabalho, destacamos também neles a sua importância no tempo presente na cidade, sejam como objetos de visitação turística como o forte que fica situado na praia do forte e o convento que abriga o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio[9]ou a fazenda Campos Novos que sedia atualmente a Secretaria Municipal de Agricultura.

Ao elegermos esses três monumentos como objetos da pesquisa, procuramos compreender aspectos relacionados aos processos de tombamento, tais como suas motivações, justificativas, dificuldades para implementação do mesmo, o longo período para realização dos mesmos, a ideia do tombamento paisagístico e possíveis impactos na cidade, presente nos processos: 0447-T-51 e 0757-T-65, além de comparar os processos criados na década de 1950 e 1960 com o processo: 1492-T-02, procurando estabelecer permanências e dissonâncias a respeito desses diferentes processos de patrimonialização[10].

Quando pensamos nesses espaços remanescentes de um determinado passado na cidade de Cabo Frio a partir da perspectiva de monumentos, consideramos eles como um tipo de "artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem ou fazer recordar a outras gerações, pessoas e acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças." (Choay, 2014, p. 17)

As relações estabelecidas com o forte, o convento franciscano e a fazenda Campos Novos, por meio dos processos de tombamento ou das interações cotidianas entre diferentes

[9] O Mart está sediado no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, edificação franciscana, construída ainda durante o período colonial (século XVII), que compõe a paisagem cultural da cidade de Cabo Frio (RJ). Sua preservação é garantida em lei, não apenas em nível municipal pela Prefeitura de Cabo Frio, mas também em nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A sede do Mart é referência para a história de Cabo Frio e região, acompanhando as memórias dos que viveram ou escutaram as narrativas de seus pais e avós sobre o antigo Convento. Esse simbolismo é reforçado pelo funcionamento de um museu no local, que ali realiza atividades de preservação e pesquisa do acervo, exposições temporárias, ações educativas e culturais. Informações obtidas no site do Museu de Arte Religiosa e Tradicional: https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/o-museu/.

[10] Processos de tombamento: 0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte. / 0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio. / 1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN-RJ, em 2017, localizado na Avenida Presidente Vargas, 3131 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ.

gerações de cabofrienses ao longo do tempo e do espaço, contribuem para a ativação de uma gama de memórias locais que fortalecem laços de afetividade e identidade, fazendo com que a recordação desse passado ressoe no presente.

> Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (Choay, 2014, p. 17-18).

O processo de patrimonialização realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, por meio dos processos de tombamento, seleciona entre os diversos tipos de monumentos remanescentes de um contexto histórico que remonta à colonização portuguesa presente na cidade, justificando e protegendo alguns desses espaços. Como autarquia estatal, autorizada pela legislação federal a classificar determinadas memórias como memória nacional e elevá-las à categoria de patrimônio histórico nacional, o Instituto transforma esses monumentos selecionados em monumentos históricos.

> O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração. Ou é simplesmente constituído em objecto de saber e integrado numa concepção linear de tempo e, nesse caso, o seu valor cognitivo relega-o, sem apelo, nem agravo para o passado, melhor dizendo, para história em geral, ou para história da arte em particular, ou então, pode também, enquanto obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso desejo de arte (Choay, 2014, p. 25).

Como monumentos, o forte, o convento e a fazenda estão constantemente expostos às intempéries e aos desgastes do tempo, sujeitos ao possível esquecimento e desuso. No entanto, ao serem elevados à categoria de monumentos históricos por meio de um processo de patrimonialização, esses espaços não apenas têm suas memórias enquadradas como parte de uma narrativa histórica de caráter nacional, mas também, ao serem incluídos no rol de bens reconhecidos pelo Estado, têm, em tese, sua conservação e proteção garantidas.

Seguida a análise dos processos de tombamentos feitos pelo IPHAN em Cabo Frio, iremos estabelecer elementos que permitam compreender o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, que ocupam o mesmo espaço físico, como um desses lugares de memória analisados nos processos de tombamento, que carregam diferentes atribuições de sentidos dada e esse patrimônio histórico e museal, como constituinte de uma cultura histórica local, permitindo o uso desse espaço como meio de difusão de aspectos da história local, contribuindo para o ensino de história, seja mediada por professores dentro da

sua prática pedagógica ou a partir de uma experiência sensorial com esse passado monumentalizado por meio de visitações e ações de cunho museal promovidas pela instituição.

Pensar os monumentos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, como elementos de uma cultura histórica, remete às discussões efetuadas por Fernando Sanchez Costa (2009), que compreende esse conceito como o modo que a sociedade se relaciona com o passado.

> Con la categoria de cultura histórica definimos, por tanto, el conjunto de recursos y práticas sociales a través de las cuales los miembros de uma comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado (Sánchez Costa, 2009, p. 277).

Ao direcionarmos parte da pesquisa a um monumento específico, como o Convento que abriga em suas dependências o MART, monumento consagrado por meio do processo de tombamento e de musealização, devemos considerar a sua inserção como elemento constituinte de uma cultura histórica local, permitindo pensar diferentes usos dessa memória histórica, sua divulgação, curadoria e usos desse passado a partir da perspectiva da história pública.

> A história pública seria um espaço para a consolidação de um debate, um esforço em pensar esses temas a partir de uma noção de fazer a história com e para os sujeitos e grupos pesquisados e a maneira como esses grupos estão contando as histórias que consideram importantes, entendendo que a prática histórica não se limita aos ambientes acadêmicos. A história pública procura expor o uso de habilidades históricas fora do âmbito acadêmico tradicional da história, alcançando grupos não especializados através de diversos meios, como exposições, locais históricos, apresentações de áudio visual, jogos, sites, entre outros (Borges, 2016, p. 8).

Pensar a cidade de Cabo Frio e aspectos de sua história local nos remete à questão em torno do uso do conceito de território e sua aplicação no instrumental de análise histórica, definindo elementos que ajudem a compreender esse termo a partir de uma perspectiva do entendimento de que os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade contribuíram na produção de um território cultural (Velázquez, 2015) em torno dos bens edificados patrimonializados.

O conceito de território é um conceito polissêmico que atravessa diversas abordagens e autores, em que, para facilitar o entendimento dele, utilizaremos para fins de análise desse trabalho uma abordagem que privilegie aspectos nos campos jurídico-político, econômico, cultural. (Bonfim,2009; Velázquez,2015; Silva,2015)

Quando falamos em território, independente do instrumental utilizado, devemos ter em mente que esse conceito passa pela questão das relações de poder em suas múltiplas esferas aplicadas no espaço e tempo delimitados.

> ... o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Costa, 2018, pág. 166).

Podemos utilizar diferentes perspectivas e autores no uso do conceito de território nos estudos de história local a respeito de Cabo Frio, porém optamos por utilizar uma divisão efetuada por Marcos Silva, que a partir da perspectiva Rogério Haesbart, divide o uso do conceito de território em três aspectos de análises que podem ser abordados separadamente ou em conjunto de uma maneira integradora.

Em uma perspectiva jurídico-política, poderíamos pensar o conceito de território em Cabo Frio a partir de "um espaço delimitado e controlado por um determinado poder, especialmente estatal" (Silva, 2015, pág. 65) e aplicar ao estudo da ocupação portuguesa ao longo de sua história e à formação, expansão e fragmentação territorial desse espaço de ocupação humana ao longo do tempo que vão do período colonial até tempo presente.

Podemos utilizar esse instrumental teórico ao pensar o território nesse local a partir de uma perspectiva econômica, enfatizando "a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território compreendido como fonte de recursos" (Silva, 2015, pág. 65) e pensar ao nível da história local as diferentes dimensões econômicas desenvolvidas na cidade ao longo da sua história, tendo como exemplos a exploração de pau-brasil, pescado, sal que tiveram início a partir da ocupação portuguesa e que ao longo do tempo sofreram transformações, abrindo espaço ao longo do século XX para outras atividades como o setor de turismo e serviços.

Uma terceira perspectiva a ser aplicada seria a partir de uma abordagem cultural do patrimônio em que se "prioriza a dimensão simbólica e subjetiva"; o território, nessa perspectiva, é concebido como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. (Silva, 2015, pág. 65)

O uso do conceito de território a partir de uma perspectiva cultural abre um prisma de possibilidades a serem aplicadas no estudo da história local de Cabo Frio no tempo e espaço, indo muito além da possibilidade de referenciar todo esse nexo no âmbito desse trabalho. A título de exemplificação, poderíamos enumerar estudos no campo de práticas culturais tradicionais de matriz portuguesa, africana e indígena, as apropriações e ressignificações dessas manifestações culturais na cidade, com suas permanências e ausências, assim como o estudo de elementos da cultura local para compreender aspectos do patrimônio histórico-cultural.

Pensar a diversidade cultural na cidade ao longo do espaço e do tempo em um território em constante transformação, permite refletirmos a respeito de políticas e práticas que "visem ao respeito e ao reconhecimento da diferença, centradas na formação de uma pedagogia

multicultural" (Munanga, 2015, pág. 21) que contribuam no processo de formação da cidadania, respeitando e promovendo, quando possível, diálogo e integração entre diferentes conjuntos culturais.

A aplicação do conceito de território em uma perspectiva cultural em Cabo Frio permite refletir a respeito do sentimento de pertencimento e de construção de identidades a partir da compreensão da diversidade de culturas que aqui vivem e que procuram reconhecimento de suas especificidades. (Bonfim, 2009) Assim, se realizarmos uma aproximação da noção de identidade e de território, por meio dos bens tombados pelo IPHAN na cidade como práticas de uma memória coletiva construída e em processo de transformação e ressignificação ao longo do tempo, perceberemos diferentes funcionalidades e simbologias aplicadas a esses monumentos no devir temporal.

Para fins desse trabalho, iremos privilegiar a abordagem do uso do território a partir da perspectiva cultural, aplicada aos estudos de bens edificados relacionados ao passado colonial português, que foram alçados à categoria de patrimônios históricos por meio das ações do IPHAN.

Entendemos que os processos de tombamento efetuados pelo instituto do patrimônio histórico estão relacionados com a perspectiva da formação de um território cultural (Silva, 2015) em torno desses bens edificados na cidade, pois ao transformarem esses vestígios de temporalidades passadas em referenciais simbólicos em torno de uma narrativa histórica de caráter nacional, os técnicos do IPHAN acabam produzindo uma configuração simbólica de apropriação e valorização desses espaços.

1.2 **Cabo Frio nas tramas de Clio: patrimônio histórico, enquadramento de memória e historiografia**

Como fonte da pesquisa a respeito dos bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, foi realizado levantamento da documentação presente no escritório do IPHAN na cidade de São Pedro da Aldeia em busca de informações sobre os bens tombados, assim como prospecções nas principais instituições de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, incluindo a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Biblioteca Noronha Santos (pertencente ao IPHAN). Sendo realizado ainda levantamento de fontes no Arquivo

Central do IPHAN, por meio de inventários, e os processos de tombamento efetuados de Cabo Frio pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Nessa etapa da pesquisa, vale também a recorrência à leitura do que constam os processos dos bens tombados pelo IPHAN na cidade de Cabo Frio (447-T-51 de 1951, 0757-T-65 de 1965 e 1492-T-2002, respectivamente).

O primeiro desses processos, com data de 1951, trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente o Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.[11]

A respeito desse tombamento, vale destacar que, passados 14 anos de sua abertura, foi aberto um novo processo, dessa vez com caráter de urgência, a respeito da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local e da ampliação da área de proteção, devido ao alegado processo de degradação, vítima da falta de cuidados e da destruição oriunda da expansão imobiliária na Cidade. Os casos emblemáticos elencados no processo são a destruição da cadeia pública, a presença de projetos para construção de prédios próximos na orla da praia e um hotel que foi construído próximo à praia em um local de dunas.[12]

Nos processos de tombamento efetuados em Cabo Frio, percebe-se o discurso da preservação dos bens edificados pelo DPHAN na cidade, por meio da correspondência entre o DPHAN, Prefeitura Municipal, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, Mitra Diocesana e Ordem Terceira, em que nas mesmas enfatiza-se a necessidade de proteção dos monumentos históricos, devido à ameaça do crescimento urbano desordenado e a falta de cuidado dos mesmos.[13]

Em correspondência ao Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, em 1961, o diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade[14], relatou a preocupação com as

---

[11] Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.

[12] Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume:1, página: 2.

[13] Processo: 0447-T-51: ofício nº 70 do DPHAN para prefeitura de Cabo Frio de 1951; ofício nº 89/51 da Prefeitura de Cabo Frio para o DPHAN; correspondência para vigário da paróquia de Cabo Frio em 1956; telegrama do DPHAN para a Mitra Diocesana em Niterói e resposta da mesma no ano de 1956; notificação nº 775 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de1956; notificação nº 806 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1958; ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

[14] No período de 1937 a 1967 o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário da administração pública Rodrigo Melo Franco. Nesse período, a política federal de preservação se estruturou por meio dos processos de tombamentos de edificações, bens imóveis e núcleos urbanos, tendo como ênfase monumentos ligados à arquitetura religiosa, civil e militar do período colonial, amparado no Decreto-Lei nº 25 de 1937.

construções irregulares na área e na vizinhança do Convento e da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, solicitando do mesmo providência para que o problema fosse sanado.[15]

Diante das denúncias de ameaças que o patrimônio histórico e natural em Cabo Frio vinha sofrendo, foi apresentado, em 1965, um novo processo de tombamento, para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade.[16] Desse novo processo de restruturação dos monumentos tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas, tendo como elementos a serem preservados o seguinte conjunto:

> 1. Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.
> 2. Morro do Telégrafo e os baixios que foram aterrados como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.
> 3. Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio traçada a partir do centro geométrico do Forte (Iphan, 1951, p. 69).

Para o órgão do patrimônio, a celeridade no tombamento estava relacionada ao elevado grau de abandono desses monumentos e área de entorno, somada à ameaça que o crescimento intensificado da Cidade de Cabo Frio poderia trazer para a preservação dessa memória local, que, no entendimento da autarquia estatal, seria de interesse nacional.

> Outra categoria que permeia os discursos do patrimônio é a noção da "perda". Nos discursos do patrimônio brasileiro, ela aparece de modo recorrente. Intelectuais como Rodrigo Melo Franco (1898-1969) e Aloisio Magalhães (1927-1982), obcecados por uma "identidade nacional brasileira", defenderam de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro (Gonçalves, [1996] 2004; Fonseca, 1997; Rubino,1991; Santos, 1992; Chuva, 2009). Em suas concepções, o patrimônio é percebido a partir de uma condição de possível "perda", cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento (Gonçalves, [1996] 2004) (Gonçalves, 2015, p. 215).

O discurso da perda é um argumento muito utilizado pelos técnicos do IPHAN para justificar os processos de tombamento efetuados em Cabo Frio, a partir de uma apropriação desses bens por meio do Estado, que assume a tarefa de guardião de uma memória edificada, no intuito de preservar esses fragmentos do passado para protegê-los da transitoriedade de que esses objetos estão sujeitos, seja por meio das intempéries do tempo, da falta de cuidado por

---

[15] Processo 0447-T-51: ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

[16] Ibid. volume: 2, página: 2**.**

parte de particulares ou do poder público, dos desvios de finalidades e descaracterização dos mesmos, transformando-os em referenciais simbólicos coletivos.

> Nessa perspectiva, o presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto aquela situação original – distante no tempo ou no espaço – definida por coerência, integridade e continuidade. Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgaste, restauração e preservação de fragmentos, visando estabelecer uma continuidade com aquela situação originária (Gonçalves, 1996, p. 23).

Observando os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade, percebemos que o tombamento efetuado nos processos das décadas de 1950 e 1960, foram estruturados a partir de uma perspectiva de integração em que elementos da paisagem histórica e natural foram objetos da seleção e objetificação dos técnicos do instituto do patrimônio histórico, nos diferentes contextos em que foram realizados.

Essa perspectiva integrada no tombamento nos remete à ideia de Reinhart Koselleck, que, pensando o espaço e tempo como categorias de possibilidade de estudo da história, percebe que o espaço também sofre um processo de historicização.

> ... espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o "espaço" tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente (Koselleck, 2014, p. 77).

Remetendo isso ao contexto do tombamento efetuado em Cabo Frio pelo IPHAN, podemos perceber esse processo de historicização sofrida por esses espaços culturais e naturais, a partir das transformações ocorridas no meio urbano na cidade ao longo do tempo e as diferentes atribuições de sentido que esses objetos sofreram no devir temporal.

Em 2002, temos o terceiro processo de tombamento, aproximadamente meio século depois do processo inicial. Esse processo tem como objeto a Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situada no distrito de Tamoios. Remanescente da antiga propriedade pertencente à ordem dos jesuítas, no período colonial, a propriedade será tombada pelo IPHAN, tendo como principal argumento a relação entre a fazenda e a Companhia de Jesus, no primeiro período colonial.[17]

[17] Conforme informações obtidas no processo nº 1492-T-2002**.**

Esse tombamento compreende os bens edificados da fazenda, que remontam ao século XVII, e o entorno em uma extensão de 100 metros além desse perímetro. Tem como objetivo controlar a ocupação do espaço, garantindo a preservação do descampado ao redor e seu domínio sobre a paisagem circundante.[18]

Como é possível observar, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio tem como bojo a preocupação com a sua preservação, considerando ações de degradação, destruição, e ainda transformações ocorridas na cidade, decorrentes das modificações urbanas e rurais que o município sofreu ao longo dos anos.

O estudo da história local de Cabo Frio e dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN, devem ser relacionados na esteira de estudos históricos a partir da perspectiva de Lucien Febvre que considera a história como "um estudo cientificamente conduzido" (Febvre,1989, pág. 30) que, com seu instrumental próprio de pesquisa e com uma problematização relacionada a questões do tempo presente no qual o historiador está situado e que buscará através do estudo do passado a construção de respostas aos seus questionamentos, qualifica o discurso do historiador como produtor de uma narrativa de teor científico.

Pensar o estudo do patrimônio histórico em Cabo Frio e da história local por meio desses espaços sociais abre canais de diálogos entre as práticas sociais estudadas e permite a problematização dessas expressões culturais na pesquisa histórica.

Essa problematização da história local e do estudo do patrimônio cultural em Cabo Frio através dos processos de patrimonialização permite retomarmos a fala de Febvre que aborda a importância de problemas e das hipóteses como recursos importantes para validar o discurso produzido pelos historiadores.

> A fórmula cientificamente conduzida implica duas operações, as mesmas que se encontram na base de qualquer trabalho científico moderno: por problemas e formular hipóteses (Febvre, 1989, pág. 32).

Em um contexto de crítica à chamada história historicizante, de caráter factual e enaltecedor de algumas figuras históricas de liderança, Febvre defende o uso de uma história problematizadora que não se ateve a apologias dos feitos singulares de personalidades políticas e que sim refletisse a respeito do social, sejam as massas anônimas, as estruturas sociais ou a sociedade global, por meio da reconstrução dos fatos em séries passíveis de compreensão e explicação (Vainfas, 1997).

[18] Ibid.

O uso de problemas e a formulação de hipóteses que Lucien Febvre e Marc Bloch irão utilizar nos estudos históricos farão escola com a revista e o movimento historiográfico conhecido como *Annales,* abrindo caminho para mudanças impactantes no devir histórico e nas produções historiográficas (Vainfas, 1997).

Pensando a partir dessa perspectiva de uma história problema e trazendo para o objeto de pesquisa que nos propomos a analisar, pensamos que o estudo dos bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio configura importante referencial simbólico para o conhecimento da história local e para construção de uma memória histórica edificada a partir desses monumentos. Nesse aspecto, tomaremos como base o processo de patrimonialização promovido pelo IPHAN no município, considerando a necessidade de construção de uma narrativa com regras e objetos próprios, uma vez que se mostra necessária à produção de inteligibilidade a partir do conhecimento desses lugares de memória. (Nora, 1993)

> Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e de artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos (Choay, 2014, p. 11).

Considerando o patrimônio histórico como todo legado cultural, que apresenta sentido e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais, podemos considerar os bens tombados, dentro da perspectiva de Pierre Nora (1993), como lugares de memória. Desse modo, como lugares de memória, os bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico, para preservar um determinado tipo de memória, perdem seus significados originais e passam a ser ressignificados, com os usos que serão dados a eles e como monumentos a serem reverenciados.

> O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados (Guimarães, 2012, p. 100).

O processo de desritualização, ressignificação e de novas atribuições de sentidos nos bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio a partir da sua própria historicidade ao longo do tempo acontece em parte, quando as edificações deixaram de ser utilizadas para suas finalidades originais e passam por novos usos. Exemplo é o caso do Forte São Matheus, que deixa de ser utilizado para fins defensivos, ou o Convento Franciscano, transformado em Museu de Arte Sacra, assim como a Fazenda Campos Novos, esta última passando, inclusive, por diversos

proprietários, sendo atualmente sede da Secretaria Municipal de Agricultura. Vale lembrar que, no caso desses monumentos, esse processo ocorreu muito antes do tombamento, quando eles sofriam processo de degradação ou de novos usos dados por seus utilizadores.

> Os locais de recordação remodelados em memoriais e museus estão sujeitos a um paradoxo profundo: a conservação desses locais em favor da autenticidade significa inegavelmente uma perda de autenticidade. Enquanto se preserva o local, também não se pode evitar ocultá-lo e substituí-lo. Apenas uma pequena parte do acervo pode ser preservada como representativa, e também nesse tipo de prédio é preciso reformar e substituir as partes em ruínas. Com o tempo, a autenticidade se retrairá, passará dos elementos remanescentes ao "aqui" da localidade (Assmann, 2011, pág.354).

O processo de tombamento efetuado pelo IPHAN em Cabo Frio e a transformação de locais de uma memória edificada em espaços musealizados como o convento Nossa Senhora dos Anjos ou locais de rememoração histórica como o forte São Mateus que é objeto de visitação por parte de turistas e moradores ou até mesmo a fazenda Campos Novos que é utilizada pela municipalidade como local de trabalho em sua estrutura burocrática, tornam-se lugares de lembranças encobertas que devido aos processos de usos e ressignificações dados a esses espaços permanecem com algumas de suas características originais, mescladas às mudanças provocadas ao longo do tempo.

> O local da recordação é de fato uma "tecitura incomum de espaço e tempo", que entretece presença e ausência, o presente sensorial e o passado histórico. Se a marca da autenticidade é a ligação entre o aqui e o agora, então o local de recordação como um aqui sem agora, não passa de autenticidade parcial (Assmann, 2011, pág. 360).

Por mais que ocorra o esforço por parte dos técnicos do IPHAN, da municipalidade, do IBRAM ou de quaisquer outros agentes públicos ou privados envolvidos na guarda, preservação e rememoração dessa memória edificada em manter as características originais desses locais, esse processo de perda de sua autenticidade é algo inevitável e imbricado com os diferentes usos desses semióforos temporais, contribuindo para a criação de uma espécie de simulacro de tempos pretéritos em que aqueles que usam esses espaços possam vir a perceber sensorialmente o afastamento e a distância do passado.

> As narrativas nacionais sobre patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas. Como tais, esses objetos estão sempre em processo de desaparecimento, ao mesmo tempo em que provocando uma permanente reconstrução. Esse interminável jogo entre desaparecimento e reconstrução é que move as narrativas sobre patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção (Gonçalves,1996, p. 28).

Dominique Poulot (2012), ao tratar da expansão do patrimônio como elo social que mobiliza diferentes indivíduos e instituições públicas ou privadas para a conservação de heranças culturais, as quais podemos compreender a partir de conjuntos materiais, saberes, valores e regimes de sentido, evidenciará que a aplicação deste campo de estudo produzirá diferentes atribuições de sentidos e de inteligibilidade.

> A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, na qualidade de manifestações culturais e de símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (Fonseca, 2017, p.17).

A valorização do patrimônio como bem e a sua própria conceituação constituem-se a partir do contexto da Idade Moderna na Europa. Naquela época, procurou-se exaltar a cidade ou nação e a conservação de bens a eles associados. No século XIX, além das preocupações preservacionistas e de manutenção de uma memória e uma tradição que estivessem ligadas a um telos pretérito, ligado à emergência dos estados-nações, percebe-se uma progressiva instauração de um academicismo de conservação e de restauração patrimonial. Ao longo do século XX, a noção de conservação[19] passa a apresentar uma representação de historicidade ao tratar o patrimônio como um resquício do passado no presente. Como consequência, há uma ampliação do próprio conceito de patrimônio que deixará de ter como prerrogativa a conservação de bens materiais, passando a valorizar também a preservação de recursos culturais imateriais (Poulot, 2012).

> ... a origem das práticas de preservação do patrimônio cultural no mundo está associada aos processos de formação dos estados nacionais, no século XIX; modelo que se multiplicou globalmente conforme a nova ordem mundial que se instalava então. Naquele contexto, coube aos historiadores (como uma das questões fundadoras da disciplina da história que constituía) a escrita das histórias nacionais. É nesse contexto que um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais é consagrado como patrimônio nacional, cujos atributos o tornam prova da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais, configurando uma identidade própria, isto é, apropriadamente nacional (Chuva, 2012, p. 14).

[19] A perspectiva de "preservar tudo", como marcas de um passado glorioso, é muito utilizada quando a preservação vem vinculada ao discurso nacionalista que foi muito influente nas questões de patrimônio e que vai variar ao longo do tempo, de acordo com a história de cada nação, sendo muito utilizado esse viés quando percebemos, no caso do Brasil, a valorização dos bens edificados como representantes de fragmentos de uma história nacional e que a preservação desses bens estaria vinculada a uma narrativa história nacionalista (Chuva, M., 2009; Gonçalves, J., 1996).

Vale destacar que a ênfase por preservar o patrimônio histórico a partir do século XX tem como um de seus focos a dinâmica preservacionista por meio da ideia da perda ou de eminência da perda. Para isso, é preciso, a partir da evocação desse passado, firmar uma ligação entre passado e presente, buscando retomar o sentido de uma vivência pretérita, possibilitando criar uma espécie de vínculo entre os homens do tempo presente e aquele passado evocado (Hartog, 2019).

> De fato, os anos de 1980 viram desabrochar de uma grande onda: a da memória. Com seu alter ego, mais visível e tangível, o patrimônio: a ser protegido, repertoriado, valorizado, mas também repensado. Construíram-se memoriais, fez-se a renovação e a multiplicação de museus, grandes e pequenos (Hartog, 2019, p. 24).

A partir da percepção do patrimônio histórico como algo relacionado à conservação de um passado, que está associado ou é associado a memórias de caráter individual ou coletivo, sejam por meio de experiências sensoriais do(s) sujeito(s) ou por meio de uma memória construída, estando a sua própria legitimação como um bem cultural contextualizado a um momento histórico em que foi criado, o patrimônio é historicamente construído e, portanto, submetido a uma historicidade própria (Guimarães, 2012).

> ... o estudo do patrimônio só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção. Como toda escrita histórica, a reflexão em torno do patrimônio deve considerar as situações históricas de sua emergência – dos discursos e narrativas acerca do patrimônio – como forma de compreender a patrimonialização do passado. Como parte do esforço das sociedades humanas em tornar a experiência do transcurso temporal uma experiência partilhável social e coletivamente (Guimarães, 2012, p. 97).

A memória, seja por meio de relatos diretos ou indiretos dos indivíduos, ou por monumentos e espaços que remontam as narrativas de eventos atribuídos ao passado, serve como para a construção e manutenção de uma identidade social, contribuindo na criação de um sentimento de ligação emocional, além de oferecer longevidade e vivacidade aos mantenedores dessa reminiscência, por meio de sua rememoração.

> Memória tornou-se, em todo caso, o termo mais abrangente: uma categoria meta-histórica, por vezes teológica. Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: testemunha (Hartog, 2019, p. 25).

Aleida Assmann (2011), procurando diferenciar memória de recordação, trata a memória como coisa pensada e que sofre algum tipo de armazenamento contra o tempo e o esquecimento, configurando uma espécie de conhecimento que pode ser obtido individualmente ou ministrado. Já a recordação está relacionada com as experiências pessoais que não podem ser aprendidas e que, no momento da sua recuperação, ela pode sofrer processos de deslocamento, reformulação, distorção e revaloração.

Podemos dividir a memória a partir de uma perspectiva cultural ou comunicativa. Nessa primeira dimensão, temos a memória formativa, em que um indivíduo, pode, por exemplo, se vincular a uma nação ou região, e a memória de aprendizagem, que Aleida Assmann (2011) irá tratar por mnemotécnica.[20] A outra dimensão da memória seria o que a autora chama de uma memória comunicativa, "que normalmente liga três gerações consecutivas e se baseia nas lembranças legadas oralmente" (Assmann, 2011, pág. 17). Ambas as dimensões da memória, contribuem, cada uma à sua maneira, para a formação de laços de pertencimento identitário entre os indivíduos e as coletividades em que estão inseridos.

Em diversos aspectos podemos pensar que os processos de tombamentos efetuados pelo IPHAN, contribuem para a formação de um patrimônio cultural que finca muitas vezes as suas raízes em uma relação de comunhão com o passado local ou nacional, dependendo do tipo de narrativa historiográfica que esteja ensejado, a partir da metáfora da ruína[21], pois em diversas das narrativas dos técnicos do Instituto do Patrimônio em suas justificativas de tombamento, argumenta-se que esses bens estão em processo de desaparecimento e que o tombamento iria proteger esses espaços de serem destruídos, perdidos ou homogeneizados, tendo inclusive todo um repertório de adjetivações[22] que justifiquem as práticas de intervenção por parte dessa autarquia do poder público (Gonçalves, 1996).

Pensando o papel exercido por intelectuais nos processos de tombamento efetuados pelo IPHAN, sejam como membros do seu corpo técnico, do conselho consultivo do Patrimônio

---

[20] Aleida Assmann chama a mnemotécnica como a arte ou técnica da memorização, que remonta a uma tradição que vem da antiguidade romana e que consiste no desenvolvimento de diferentes técnicas de armazenamento de informações através da memorização (Assmann, 2011).

[21] José Reginaldo Santos Gonçalves, no livro: A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, argumenta a respeito da construção de narrativas de patrimônio cultural no Brasil por meio da retórica da perda, afirma que "Os patrimônios culturais, como as coleções, sempre fogem, seja em relação ao passado ou em relação ao futuro. Estão sempre sob a ameaça de desaparecimento. Estão sempre em expansão, jamais se completam; suas fronteiras jamais se fecham. Não por acaso, a metáfora da ruína é tão relevante nessas narrativas. Uma ruína é o que desaparece. Paradoxalmente, é algo que não é mais" (Gonçalves, 1996, p. 116).

[22] Destacamos como alguns dos principais adjetivos usados pelos técnicos do IPHAN, outros setores do poder público ou da sociedade para justificar as intervenções que irão levar aos processos de tombamento perpetrados: "destruição, evasão, ruína, dispersão, desaparecimento, deformação e substituição" (Ibidem, p. 92)

Cultural ou outra esfera de relação com essa autarquia pública, observamos que em diversos momentos eles atuam como mediadores simbólicos na sociedade, atribuindo valores estéticos, políticos e nacionais aos objetos de suas reflexões (Fonseca, 2017).

> A produção de um universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo da ação política, daí a importância do papel que exercem os intelectuais na construção de patrimônios culturais. Nesse sentido, são dois os desafios com que se defrontam: o primeiro é o de, através da seleção de bens "móveis e imóveis" (conforme o preceito legal vigente na maioria dos países), construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; o segundo é o de fazer com que seja aceito como consensual, não arbitrário, o que é resultado de uma seleção – de determinados bens – e de uma convenção - a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade (Fonseca, 2017, p. 18).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a preservação do patrimônio material e natural da cidade de Cabo Frio segue tal lógica, ou seja, a de se preservar um bem que tem ou possa ser atribuída uma relação de memória material, institucional e coletiva com a comunidade em que está relacionado, considerando o seu uso ao longo do tempo e de sua possível representatividade material e simbólica.

Devemos ressaltar, que tanto a análise entre as aproximações, distanciamentos ou deslocamento de narrativas entre a patrimonialização promovida pelo IPHAN em Cabo Frio, bem como a produção de uma memória histórica legitimada por esse órgão oficial do governo capaz de promover construção e produção de sentidos, permanência e seleção do que deve ser destacado como memória oficial, estão dentro da perspectiva do uso do conceito de enquadramento de memória trabalhado por Michael Pollak[23].

Podemos considerar a memória como sendo um fenômeno individual que abrange todos os indivíduos de maneira singular e pessoal, estando relacionada às suas experiências pretéritas e leituras de mundo. Além disso, a memória é também um fenômeno coletivo e social, em que as experiências compartilhadas ou marcas identitárias entre os sujeitos, dentro de um determinado corpo social, sujeito à temporalidade e espacialidade a que esteja submetida, promove uma aproximação ou uma troca de visões de mundo entre as diversas narrativas de um mesmo evento pretérito (Pollak,1992).

Assim, a problematização do uso da memória no trabalho do historiador, constitui um importante instrumento de preservação de informações do passado, servindo como ferramenta para a elaboração de narrativas históricas sobre um determinado passado.

---

[23] M. Pollak. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 1989.

A pluralidade das fontes histórica permite leituras diversificadas sobre o passado, tendo inclusive o uso da memória, como uma das fontes para pesquisa do devir histórico a serem utilizadas pelo historiador, permitindo que a sua problematização contribua para a possibilidade de formação ou permanência de identidades compartilhadas de um ou mais grupos sociais ou instituições, seja por meio de uma consciência de pertencimento de grupo ou a perpetuação de hábitos para outras gerações por intermédio da participação direta ou indireta dos eventos pretéritos.

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança, e do esquecimento, incosciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas transferências, cenas, censura ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (Nora,1993, p. 9).

A fim de compreender o conjunto de regras que regem a escrita da história e como os indivíduos ou uma coletividade instaura, desenvolve, percebe o tempo e o impacto dessa consciência de si e de uma comunidade na narrativa produzida por eles e pelos historiadores, utilizaremos nesta pesquisa o conceito de regime de historicidade (Hartog, 2019).

> Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar o nosso próprio tempo (Hartog,1996, p. 96).

Nesse trabalho, utilizaremos o conceito de regime de historicidade para o estudo dessa memória dos monumentos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, por meio do conceito de enquadramento de memória proposto por Pollak. Nesse sentido, utilizando recursos da pesquisa histórica, da narrativa efetuada pelos historiadores e intelectuais de outras áreas, tais como arquitetos e arqueólogos, que terão lugar de fala nos processos de tombamentos e das memórias que são selecionadas para serem conservadas, buscamos compreender por que algumas memórias são mais destacadas do que outras, além de ganharem estatuto de veracidade histórica (Pollak, 1989,1992).

Portanto, após considerar a relevância do patrimônio histórico como meio de preservação de fragmentos do passado e de produção de uma memória histórica que busca

legitimidade através de uma narrativa com regras e objetos próprios do meio em que é desenvolvida e que tem como um dos seus elementos a produção de inteligibilidade, consideramos relevante o estudo desses lugares de memória por meio dos seus processos de patrimonialização. Assim, buscar-se-á uma aproximação entre o conhecimento produzido pela academia no campo da História a respeito das políticas de tombamento efetuadas pelo IPHAN, que tem a atribuição de determinar ou enquadrar o que deve ser exaltado ou preservado enquanto patrimônio histórico, e ações que busquem relacionar o estudo da história local por meio dos bens tombados, visando promover uma educação voltada para o patrimônio em Cabo Frio.

1.3 **História local e ensino de história em Cabo Frio: apontamentos a respeito de memória, narrativa e temporalidade**

Pensar a história local em Cabo Frio por meio de seus patrimônios históricos institucionalizados pelo IPHAN é uma estratégia de trabalhar aspectos da história local e nacional a partir de múltiplas temporalidades, tendo esses monumentos edificados uma memória social a ser utilizada nas aulas de história.

Trabalhar a história local por meio dos seus patrimônios culturais permite tratar as regionalidades no âmbito nacional e também na esfera das narrativas nacionais, sem deixar o estudo da memória local subalternizado as narrativas nacionalistas.

Se fizermos uma rápida digressão a respeito da história do ensino de história[24] no Brasil, podemos perceber que, durante parte da sua constituição, acompanhou algumas das transformações ocorridas no campo historiográfico, tendo como destaque a sua estruturação por meio de narrativas nacionalistas, que em diferentes contextos do ocidente dominaram parte da historiografia a partir do século XIX (Abreu, 2016).

[24] Em relação ao uso dos termos ensino de história e aula de história, que são conceitos polissêmicos e regidos pelo contexto histórico em que estão inseridos, utilizaremos a perspectiva adotada por Nilton Mullet Pereira: "Por ensino de História, quero dizer um campo de produção conceitual, desde a produção de conceitos para pensar a aula de História e a aprendizagem histórica até o desenvolvimento de modos de expressão para inserir, no interior de um espaço onde se aprende História, tais conceitos. A aula de História considero como um complexo por onde transitam saberes, memórias, fazeres, narrativas e histórias, que permite o acesso a diversos modos de pensar o tempo, a realidade, o passado e o presente. Ela constitui, no seu interior, um excesso que a torna lugar de criação de novos modos de representar o tempo, e de experenciara vida – uma aula como lugar de experiência, como lugar improvável para deixar fluir uma nova e imprevisível relação com o passado (Pereira, 2018, p. 19-20).

Esse discurso historiográfico de caráter nacionalista, que irá ser hegemônico durante parte dos séculos XIX e XX, está dentro da perspectiva do chamado conceito moderno de história[25] (KOSELLECK, 2013), em que a partir da reunião de uma série de histórias particulares produzir-se-ia uma unidade de sentido, sustentada pela ideia de progresso.

> ... a obra de Reinhardt Koselleck, em particular sua investigação sobre a mudança do conceito de História entre o século XVIII e o XIX (grosso modo, de 1750 a 1850). Isto é, a passagem de uma "história mestra da vida", legitimada pelo fornecimento de lições morais extraídas de exemplos do passado, para uma história progressiva e voltada para o futuro, que se vê fundamentalmente diferente do passado. Uma nova experiência de tempo surge, orientada para os projetos de porvir. Essa nova experiência do tempo caracterizaria, na visão de Koselleck, a modernidade (Santos, 2017, p. 174).

Essa perspectiva de tempo universalista e progressista, em que o cronotopo temporal do passado iria permitir a integração de diferentes histórias em uma grande narrativa, quando pensada ao nível da história nacional, leva com que, durante o período de predominância do conceito moderno de história, a construção de grandes narrativas predominasse, subalternizando com isso as narrativas históricas locais ao viés da nacional (Abreu, 2016).

Esse predomínio da narrativa nacional em detrimento do local durante esse contexto deixará a história local subordinada à narrativa nacional, tendo inclusive parte dos historiadores comprometidos com a imaginação nacional em seus escritos, levando com que as narrativas particulares no campo local sofressem uma submissão frente a esse discurso hegemônico no campo da historiografia.

Retornando à questão do estudo da história local e do ensino de história por essa perspectiva, apesar de o ensino de história estar atrelado ao saber de referência, ele tem as suas próprias especificidades, métodos e objetivos que muitas vezes aproximam esse campo do conhecimento da historiografia acadêmica, mas que também têm as suas dinâmicas próprias (Abreu, 2016).

No campo do ensino da História num contexto histórico aproximado entre os séculos XIX, no pós-independência e por volta dos anos de 1980, no contexto do colapso da última ditadura militar vivenciada no Brasil, teremos grosso modo a hegemonia do discurso

[25] O conceito moderno de história, traz a ideia de que a história, faz parte de um "coletivo singular" que reunia a soma das histórias singulares, dentro da perspectiva de uma história universal, possibilitando, num único conceito, uma realidade e a reflexão sobre esta realidade: "Desde a História vivida até a História cientificamente elaborada, "História" sempre se concretiza numa perspectiva que possui sentido e cria sentido, perspectivas nas quais uma remete à outra." "... o conceito de História teve de servir para cobrir todas as extensões temporais – desde a expectativa do futuro, sem base na experiência, até a pesquisa sobre o passado, destituída de qualquer expectativa." "O coletivo singular "História", como categoria transcendental, sempre esteve referido à ação. Não só a descoberta da "História", em especial o desvendamento de uma História factível..." (Koselleck, 2013, p. 194, 207 e 219)

nacionalista, a subordinação da história brasileira aos eventos de uma história universal da civilização com forte viés eurocêntrico, a manutenção da ideia de um tempo linear e progressivo, a eleição de alguns fatos, eventos, personagens ou processos que fossem considerados importantes para o Estado – Nação e a prevalência de estratégias de memorização a serem aplicadas no processo de ensino e aprendizagem (Abreu, 2016).

No campo do ensino da história no Brasil, a partir da década de 1980, ocorrem diversas críticas ao predomínio do discurso histórico nacionalista e da prática da memorização como estratégias pedagógicas centrais, levando à produção de novas narrativas no campo do ensino da história, que, de certa maneira, acompanha algumas das transformações que vinham ocorrendo no campo historiográfico do saber de referência em décadas anteriores. Como destaque dessas transformações no campo do ensino da história no Brasil, temos a subordinação da história do Brasil ao movimento geral de uma história da civilização, tendo como referencial a perspectiva de uma história problema como herança paradigmática do movimento dos Annales. A utilização da duração temporal de inspiração braudeliana para a compreensão dos fenômenos históricos, assim como a pluralização de agentes históricos e conflitos ocorridos com participação de diversas camadas sociais, utilizando-se também de documentação em atividades investigativas e no exercício da narração, condenando a memorização e incorporando quando possível procedimentos de pesquisa e representação histórica no processo de ensino aprendizagem (Abreu, 2016).

Essas transformações ocorridas no contexto dos anos de 1980 em diante, considerando o próprio momento de transformação passado pelo país de superação do regime ditatorial vigente e a emergência da ordem democrática, irão contribuir para que uma das preocupações centrais no ensino de história se deslocasse da questão da identidade nacional para a constituição de sujeitos autônomos, no intuito de reconhecer a diversidade de experiências no tempo e espaço em um contexto de busca por ampliação da cidadania (Abreu, 2016).

> A história serve para formar não apenas subjetividades, mas para formar cidadãos, membros de convivência pública, membros do espaço público, preparados para viver em uma realidade constituída pela agonística dos interesses e opiniões divergentes. A história fornece argumentos, informações, prepara o indivíduo para aparecer em público, o ser em público, o ser em sociedade, que irá se defrontar com a divergência (Júnior, 2012, p. 33-34).

Essas mudanças de perspectiva na produção de saberes históricos do campo do ensino e do saber de referência acadêmico irão abrir novas possibilidades de se pensar a história local e o ensino dessa modalidade de saber histórico, desatrelando as amarras do discurso

nacionalista, potencializando a história local e o ensino dela como elemento a ser investigado e promotor de práticas de construção de laços identitários.

Dentre as relações que podemos estabelecer entre o estudo da história local e a incorporação dessa dinâmica de conhecimento com o ensino da história e a memória, podemos destacar a necessidade do aluno ser reconhecido como estudante, que se dedica a tarefas de investigação, assim como o professor que é um produtor de conhecimento por meio de sua autonomia docente, irão buscar decodificar elementos da memória local que possam ser relacionadas com o saber histórico de referência, diferentes tempos e processos históricos variados que possam permitir a compreensão da sua realidade imediata, ultrapassando os seu limites espaço-temporais para ampliar a sua compreensão de mundo (Abreu, 2016; Mattos, 2006).

> ... a aula é resultado de uma experiência coletiva de leitura, marcada pela interação entre professores e alunos e pelo acúmulo de experiências que eles carregam. Está em jogo nesse sentido, a admissão de que a experiência da aula apresenta certa porosidade, movida a partir dos saberes dos seus autores – professores e alunos. Trata-se de uma experiência que se cumpre a partir de um processo dialógico, tal qual a relação que se estabelece entre leitores e textos de uma obra aberta, isto é, considerando a recepção (criativa) do leitor como atributo fundamental. Nesse processo, professores e alunos são leitores em diferente graus, considerando a capacidade de operar com categorias e conceitos próprios à forma da história como campo disciplinar. Se o aluno é leitor, trazendo as marcas da própria experiência histórica vivida individual e coletivamente, e com elas interferindo na aula de maneira criativa, professor/autor também o é de modo ainda mais intenso: leitor na medida em que se apropria da produção dos pesquisadores especialistas da área de história e dos saberes e erudição acumulados em suas vivências pessoais e intelectuais, ressignificando-os na experiência de aula... (Silva, 2017, p. 106).

Consideramos relevante nessa relação entre os estudos de história local e o ensino de história a compreensão da autonomia docente como elemento fundamental para o entendimento da aula como uma produção historiográfica própria, em que num ato de criação o docente, fazendo da prática autoral, irá traduzir para o seu público, parte do conhecimento acadêmico ou escolar que ele domina, partilhando com seus alunos esse saber e interagindo com os mesmos por meio de suas próprias experiências de vida, na busca de uma inteligibilidade desses conhecimentos e de construção de laços de identidade, por meio da sua realidade imediata (Abreu, 2016; Mattos, 2006; Monteiro, 2011; Silva, 2017).

O ensino da história local em Cabo Frio, por meio dos seus patrimônios históricos, contribui para a pluralização de falas e escritas de diferentes atores e suas subjetividades como uma comunidade de leitores e de produtores de saber, que vão de professores, alunos, acadêmicos, memorialistas ou quaisquer outros interessados nesse campo de estudo.

Essas transformações que irão ocorrer nos estudos do campo do ensino da história, do patrimônio histórico e da história local, em que as subjetividades são cada vez mais presentes nesses diferentes espaços de produção historiográfica, estão relacionadas a um processo de emergência de um novo cronótopo temporal ou regime de historicidade que será batizado por François Hartog (2019) como presentista.

> A historiografia do século XX pode inscrever-se, em geral, em um paradigma do vestígio. Com o movimento ascendente da testemunha, é a voz, o fenômeno da voz que deveria ser levado em consideração (Hartog, 2011, p. 227).

No regime de historicidade (Hartog, 2019) que predomina na contemporaneidade, temos uma valorização dos processos de memórias, sejam individuais ou coletivas, que passam a estar presentes nas narrativas a respeito do passado, em que, no caso de alguns eventos pretéritos, como o holocausto e a última ditadura no Brasil, são quase que ritualizados por meio de diversos espaços museológicos, narrativas historiográficas ou presença na grande mídia, levando à predominância de algumas memórias em detrimento de outras que não são tão enfatizadas nas narrativas a respeito do pretérito (Abreu, 2016).

> O presentismo a que estamos submetidos na atualidade, quando, além do corte com o passado, também as conexões com o futuro estão rompidas pela falta de utopias, parece tornar esse drama eterno: o risco de se viver sem referências e sem perspectivas faz essa modernidade ser vivida na forma do drama e leva à produção de memórias em excesso, numa busca permanente de referências, laços, vínculos de identidade que apaziguem a existência do homem moderno (Chuva, 2012. pág. 12).

Os processos maciços de uso de memórias no regime de historicidade presentista, estão condicionados a uma série de transformações que ocorreram no decorrer do século XX e XXI, provocando o esgotamento do regime de historicidade anterior e a emergência de outras práticas de relação com o passado. Podemos enfatizar que esse processo de mudança em relação ao trato com o passado na contemporaneidade, presente nos discursos historiográficos, contribui cada vez mais a uma presentificação do passado, como forma de estabelecer laços identitários, que conduzirão a uma fruição permanente, constituindo uma cultura de nostalgias, frente às incertezas do tempo presente (Abreu, 2016; Hartog, 2019; Koselleck, 2006).

> A história contemporânea não mais pressupõe a existência de um sentido imanente, de uma teleologia inscrita no próprio processo histórico. Sabemos hoje que a história terá os sentidos que nela colocarmos. Se a vivência, se a experiência da historicidade, da temporalidade, só pode ser individual, os sentidos que atuam na história também partem dos indivíduos, mas tornam-se coletivos, transcendem a esfera da individualidade ao se encontrarem, se conflituarem, se articularem, se associarem,

> coexistirem na vida em sociedade. Mas esses sentidos nunca estão dados, eles são sempre uma construção social, porque quando o indivíduo define seus objetivos, define que sentido quer dar a sua existência e o faz dentro de condições sociais e cultuais dadas (Júnior, 2012, p. 36).

Esse contexto de incertezas do tempo presente, essa cultura de nostalgias e essa inflação de memórias, fazem parte de diversos processos temporais em que teríamos a emergência de uma nova ordem temporal, decorrente da desilusão com o espectro da Nação, devido as experiências traumáticas do século XX, como o totalitarismo e os diversos tipos de autoritarismo, o esgotamento de utopias sustentadas pela ideia de progresso[26], o esgotamento na crença do progresso promovido pela Revolução Industrial, com a emergência das problemáticas em torno do meio ambiente a nível local e global, assim com a prevalência do futuro na ordenação das relações temporais (Abreu, 2016).

> De um lado, um tempo de fluxos, da aceleração de uma mobilidade valorizada e valorizante; do outro; do outro, aquilo que Robert Castel chamou de précariat, isto é, a permanência do transitório, um presente em plena desaceleração, sem passado – senão de um modo complicado (mais ainda para os imigrantes, os exilados, os deslocados) -, e sem um futuro tampouco (o tempo do projeto não está aberto para eles). O presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos (Hartog, 2019, p. 14-15).

A crise de perspectiva do entendimento da história como elemento importante para compreensão do passado, como possibilidade de um futuro como horizonte de expectativas possível de ser realizado dentro de uma dinâmica progressista de ordenamento das relações temporais, será preenchida pelo inchaço de memórias, haja vista a história não ser mais vista como uma totalidade integradora de sentido no espaço-tempo (Abreu,2016).

> Esta presença do tempo presente pode significar, por outro lado, um limite ao desenvolvimento do conhecimento da própria história, se essa presença significar a completa supressão das diferenças temporais entre o presente e o passado, tão fundamentais para o estudo da história. A apreensão do passado como diferença está no cerne da conformação da história como área do conhecimento, pois é ela que permite a experiência do descentramento – a saída do próprio centro de produção de sentido -, tão necessária à descoberta do novo que o deslocamento do passado permite. A apreensão plena da diferença temporal surge como meta necessária, ainda que inalcançável, para tarefa de historiadores, professores e outros especialistas em história. A fuga do presente se torna, assim, condição para pensar historicamente o próprio tempo presente da enunciação, como um campo de possibilidades – e não de

[26] A fins de exemplificação, temos o colapso do Socialismo de Estado, a crise do Estado do bem-estar social e a emergência do neoliberalismo com o fim da Guerra Fria.

> determinações – e em suas relações de ruptura e continuidade com o passado (Silva, 2017, p. 101).

A cultura de nostalgias em um contexto de forte demanda de memórias como produção de sentido na contemporaneidade irá permitir uma nova dinâmica de valorização, guarda e proteção desses elementos, que irão ter uma forte relação com a constante demanda das políticas de patrimonialização, que no Brasil, terá como um dos protagonistas o IPHAN, que por meio de suas atribuições legais, irá estabelecer toda uma série de narrativas em relação ao passado nacional que irão se propor a salvaguarda de elementos da cultura material e imaterial no país (Chuva, 2009; Gonçalves, 1996).

As políticas de tombamento efetuadas por esse órgão da administração pública na cidade de Cabo Frio, assim como, as narrativas historiográficas produzidas pelo instituto do patrimônio histórico, podem ser um importante instrumento de compreensão de elementos da história local e serem utilizadas como catalisador do ensino de história local.

A fins de exemplificação, quando nos propomos a estudar os processos de tombamento relacionados ao Forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda de Santo Inácio de Campos Novos em Cabo Frio, como elementos de compreensão de aspectos da história local e do ensino da história, pensamos esses espaços a partir da experiência imediata, pela presença deles na cidade e a possibilidade de uma experiência sensorial com esses semióforos temporais, por parte da comunidade escolar envolvida. Iremos também buscar o uso de diversas fontes para a compreensão desses monumentos no espaço-tempo, desde a sua estruturação e relação com a presença colonial portuguesa, assim como as diferentes atribuições de uso e sentido que serão dados a esses monumentos, os processos de tombamento em si e as possíveis relações desses espaços com a cidade e seus cidadãos em temporalidades distintas, abrindo uma miríade de possibilidades de estudos aplicados ao ensino de história e de história local.

> Incluir ou melhor, relacionar a história local a tramas mais complexas deve ser o norte da narrativa resultante. Tornar-se narrador é a finalidade da aprendizagem histórica na "era democrática", mas não se trata de contar uma boa história apenas, uma história que conforte e conforme. Reconhecemos a historiografia como parte da memória cultural, mas na medida em que toma a memória como objeto de questionamento ela é uma parte inquietante, inconformada. O narrador historicamente orientado é o sujeito inconformado que nosso tempo exige. (Abreu, 2016, p. 72).

Quando pensamos a relação entre ensino de história e a história local em Cabo Frio, por meio dos estudos dos monumentos tombados pelo IPHAN na cidade, nos propomos a pensar o ensino da história local, como um recurso para o desenvolvimento progressivo de habilidades

relativas à oficina da história, que irá definir os objetos de estudo a partir da experiência imediata da comunidade escolar envolvida, por meio da investigação de diversas fontes e narrativas (experiência sensorial com os monumentos, livros didáticos, narrativas promovidas por historiadores, memorialistas ou de moradores locais, dentre outras fontes), contribuindo para entrelaçar diversas temporalidades em torno dessas edificações e produzir narrativas que potencializem e criem condições de extrapolar o estudo da história local, para além de uma perspectiva imediata do espaço que se propõem a analisar. (Abreu, 2016).

> ... a história local pode ser identificada a eventos, e sua narração aproxima-se crônica, mas ela só pode História do ponto de vista científico quando é articulada à descrição de estruturas de durações variadas. O critério de inteligibilidade da história local e sua validade para o aprendizado histórico não diferem, portanto, de outros objetos da História. A condição para uma história local no ensino seria, assim, um professor também consciente dos problemas teóricos envolvidos em seu ofício (Abreu, 2016, p. 76).

Para finalizar essa breve digressão a respeito do estudo do patrimônio histórico e do ensino de história local em Cabo Frio por meio dos processos de patrimonialização ocorridos na cidade, devemos retornar a Lucien Febvre e pensar essa problemática do passado local da cidade em função do seu presente e da relação que a sociedade cabofriense tem com o seu passado, como uma "função social da história" (Febvre, 1989, p. 258).

No próximo capítulo, iremos nos debruçar no processo de tombamentos nº 0447-T-51 e no 0757-T-65, efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio, para procurar compreender as motivações para o tombamento, a ideia de tombamento paisagístico feito à época na cidade, suas motivações, atores históricos envolvidos nos processos e seus desdobramentos.

Ao refletirmos a respeito do processo de patrimonialização efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico das décadas de 1950 e 1960 nos processos que serão analisados, iremos nos deter de maneira mais específica em dois monumentos, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos, face à importância dos mesmos enquanto espaços que irão contribuir na produção de uma cultura histórica local, seja ambos como espaço de visitação e de turismo ou como espaço museal, no caso do Convento Nossa Senhora dos Anjos que abriga em suas dependências o museu de arte religiosa tradicional (MART) em Cabo Frio .

2 CONVENTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS E O FORTE SÃO MATEUS – MONUMENTOS TOMBADOS PELO IPHAN EM CABO FRIO: TOMBAMENTO, MEMÓRIA E RECORDAÇÃO

2.1 Processo nº 44-T-51 – Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e a Ponta do Forte em Cabo Frio: de ruínas coloniais a monumentos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio

O presente capítulo visa adentrar os processos de tombamentos nº 44-T-51 e no 05-T-65 efetuados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade de Cabo Frio, para compreender os tombamentos efetuados por esse órgão federal, suas motivações e alguns de seus impactos.

Tendo em vista a gama enorme de documentos que estão presentes nos dois processos que tiveram início em 1951 a partir da proposta e posterior tombamento do Convento e igreja de Santa Maria dos Anjos, da Capela de Nossa Senhora da Guia, do Morro da Guia e do Forte São Mateus, que posteriormente irá dar origem a um novo processo em 1965, ampliando as áreas de tombamento efetuadas pelo IPHAN na cidade por meio da ideia de conjunto paisagístico, no qual teremos elementos da paisagem natural, integrados com monumentos do período colonial e imperial da cidade protegidos em um mesmo conjunto.

Dada a extensão de áreas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico nesses dois processos de tombamentos que irão se entrelaçar e atravessar décadas dentro da malha burocrática do órgão federal, iremos nos debruçar mais especificamente em dois monumentos: o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos.

Os dois monumentos datam do século XVII e são remanescentes do período colonial português na cidade de Cabo Frio, sendo o forte um espaço para defesa contra a ação de corsários e indígenas que se opunham à presença lusitana na região. Já o convento de Nossa Senhora dos Anjos é uma construção franciscana que tinha como principais funções a prática do catolicismo, a educação de primeiras letras de parte da população da vila de Cabo Frio e a formação monacal dos frades presentes na instituição.

Ambos os monumentos serão parte fundamental do processo de conquista, presença e permanência portuguesa na região, tanto para defesa quanto para ações de cunho religioso católico perpetradas pelos frades franciscanos que irão se estabelecer na localidade.

O início dessa História se dá por meio de uma correspondência enviada pelo Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro em 21 de maio de 1951, que, por meio do seu diretor, o Sr. Luiz de Souza[27], solicita ao diretor da Diretoria do Patrimônio Artístico Nacional que o morro da Guia, a Igreja e o Convento sejam arrolados como monumentos históricos, requerendo ainda a desapropriação de áreas pertencentes a particulares, no intuito de impedir a erosão, o desmatamento e a exploração da pedra.

A fim de fortalecer o seu requerimento e demonstrar a importância dos monumentos históricos presentes em consonância com o morro da Guia, o diretor do Departamento Geográfico faz uma alusão ao mesmo e ao pão de açúcar no Rio de Janeiro.

> O morro da guia, em Cabo Frio, representa para aquela cidade o que representa o Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro. Parte do morro está ocupada pelo velho convento e a igreja, pelo cemitério local e por um reservatório de água (Iphan, 1951, pág. 2).

Entre 1951 e 1958 teremos uma série de correspondências entre o DPHAN, o Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, a Paróquia de Cabo Frio, a Diocese de Niterói, ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministro Provincial da Província da Imaculada Conceição, em que serão estabelecidas as bases para o tombamento a ser efetuado, quais monumentos serão selecionados e a inscrição deles nos livros do tombo.[28]

Em 06 de junho de 1951, Rodrigo Franco Melo de Andrade, Diretor do DPHAN, por meio do ofício: 778, encaminhado ao Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, informa que concorda com a inscrição dos monumentos sugeridos pelo órgão estadual e ainda acrescenta que o tombamento seja estendido também à ponta do forte a fim de abranger as ruínas do Forte São Mateus.

Em relação à possibilidade de desapropriação dos proprietários e moradores da área do morro da Guia o DPHAN irá argumentar que não dispõem de verba e sugere que a referida desapropriação poderia ser feita com verba do governo do Estado.

---

[27] Ofício nº 39 de 21/05/1951 – Assunto: Arrolamento do morro da Guia, como monumento histórico – Consulta.

[28] Ofício nº 780 de 06/06/1951 – De: DPHAN / Para: Prefeitura Municipal de Cabo Frio – Assunto: Propriedade de terrenos do morro da guia e da ponta do forte; Ofício nº 89 de 08/08/1951 – De: Prefeitura Municipal de Cabo Frio / Para: DPHAN – Assunto: Resposta ref. a propriedade de terrenos do morro guia e da ponta do forte; C. 284 De: DPHAN / Para: Arquidiocese de Niterói e C. 433 de 01/10/1956 – De: DPHAN / Para: Vigário da Paróquia de Cabo Frio – Assunto: endereço de entidades religiosas proprietárias do Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos e da capela de Nossa Senhora da Guia; 16/11/1956 - De: Diocese de Niterói / Para: DPHAN – Assunto: Resposta a solicitação feita em 01/10/1956; Notificação nº 806 de 26/11/1958 – De: DPHAN / Para: Ministro Provincial Franciscano – Assunto: Comunicação de Tombamento.

> Em resposta à consulta formulada no, citado ofício de V.S., cabe-me comunicar-lhe que esta Diretoria julga acertado e conveniente proceder à inscrição do referido conjunto, quer no livro do Tombo Histórico quer no de Belas Artes, dada a significação dos monumentos de arquitetura religiosa que o integram, ou sejam, o convento e a igreja de Santa Maria dos Anjos e a capela de Nossa Senhora da Guia. No parecer da Divisão de Estudos e Tombamento, a inscrição de estender-se à Ponta do Forte, para abranger as ruinas do Forte São Mateus, que formam, com a área onde se acham localizados aqueles monumentos, uma unidade paisagística, tão procurada pelos turistas (Iphan, 1951, pág. 5).

Essa correspondência é emblemática no conjunto das correspondências travadas no período, pois nela se estabelecem as bases do tombamento, com o convento franciscano e a Igreja de Santa Maria dos Anjos, a capela de Nossa Senhora da Guia e o forte o São Mateus, destacando-se como elementos significativos para o tombamento dos monumentos selecionados a sua arquitetura colonial e o fato de serem considerados destinos importantes para o turismo.

> No Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante "genuína" das origens da nação. O passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar – um quase presente -, e, nessa relação dada pela ruptura, era preciso que entre os dois acontecimentos não houvesse nenhuma causalidade. A escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num "tempo homogêneo e vazio", revelando a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente, distanciando-se dele. O processo de embelezamento dos monumentos, sua restauração e o enorme empenho em mantê-los conservados da deterioração corresponde à metáfora desse processo de "embelezamento" da história (Chuva, 2009, p. 48).

Desde a sua fundação, o SPHAN desempenhou um papel fundamental na seleção e preservação de bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos. Estabelecido em 1937, durante o período do Estado Novo, em um momento de mudanças políticas e institucionais, quando o Estado Brasileiro buscava redefinir a identidade nacional através de práticas que conectassem o passado da Nação com o presente, o SPHAN emergiu como o órgão federal encarregado de criar uma narrativa que legitimasse fragmentos do passado. Esses fragmentos eram selecionados, catalogados e orientados por essa agência da burocracia estatal para se tornarem representativos de uma identidade nacional que empregava critérios específicos na produção de significados por meio da atribuição de patrimônio histórico.

> Historicamente atribuída com exclusividade ao Estado, a ação de preservação dos bens culturais confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade, cuja legitimidade é conquistada pela ritualização das

> práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, por meio desses bens culturais, uma continuidade em relação a um passado remoto (Chuva, 2009, p.33).

Diferente do tombamento efetuado na fazenda Campos Novos, que será objeto de análise no próximo capítulo e que levou mais de 10 anos para ser feito e com uma massa documental enorme de centenas de páginas, o tombamento do complexo religioso do morro da Guia e o forte São Mateus será um pouco mais célere, pois terá início em 1951 e a inscrição nos livros do tombo se dará entre 1956 e 1957, produzindo uma quantidade de documentos menor do que o da fazenda.

O tombamento do remanescente do forte São Mateus será efetuado no livro do Tombo Histórico de nº 2 em 1956 e o tombamento do Convento e da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos no livro do Tombo das Belas Artes de nº 3 em 1957[29]. Em seguida ao tombamento do Convento teremos um acréscimo a ser feito, no qual será incluso mais uma área do complexo monacal após duas notificações feitas ao Ministro Provincial Franciscano entre 1956 e 1958 e a anuência do mesmo em 02 de dezembro de 1958[30].

A primeira notificação, data de 1956, comunica que será feito o tombamento do convento e a igreja de Nossa Senhora dos Anjos, e a segunda, de 1958, a extensão do tombamento para as áreas da "Capela e cemitério da Ordem 3ª de S. Francisco, e cruzeiro em frente ao Convento e Igreja de N.Sª dos Anjos, na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro" (IPHAN, 1951, pág. 18).

> Em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do Sphan, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base na representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e de uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípio construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista (Fonseca, 2017, p. 115).

[29] O tombamento do forte São Mateus foi registrado no livro do Tombo Histórico na folha: 53, inscrição: 317, em 05/10/1956, sendo o tombamento estendido ao penedo sobre o qual o forte se assenta e a toda a ponta da praia do forte com um raio de 500 metros, traçado a partir do centro geométrico do forte, a partir da resolução do Conselho Consultivo de 18/11/1966. O tombamento do convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos foi registrado na folha: 82, inscrição: 436 no livro do Tombo de Belas Artes em 17/01/1957, sendo o tombamento estendido ao adro e toda a área livre à sua frente, inclusive o largo de Santo Antônio e do morro de Nossa Senhora da Guia, com uma faixa de proteção na planície de 100 metros à sua volta. A ser mantida como área de proteção non aedificandi, conforme resolução do Conselho Consultivo de 18/11/1966. Informações presentes em cópias de certidões produzidas pelo DPHAN e anexadas ao processo nº 44-T-51 nas folhas: 23, 24 e 27.

[30] Notificação nº 776 de 22/11/1956 e 806 de 26/11/1958 - De: DPHAN / Para: Ministro Provincial Franciscano – Assunto: Comunicação de Tombamento.

A patrimonialização realizada pelo DPHAN em Cabo Frio na década de 1950 segue a mesma lógica que tem sido seguida por essa autarquia estatal desde a sua fundação, que é a de dar destaque ao tombamento de bens fortemente relacionados ao passado colonial português. Isso inclui edifícios e monumentos que possuam relevância local, sob a perspectiva dos especialistas da época, que em grande parte eram profissionais da área de arquitetura. Em suas escolhas, esses técnicos demonstraram uma preocupação em preservar a memória histórica incorporada nas construções (Chuva, 2009).

É importante ter em mente que, devido às restrições impostas pelo escopo desta tese, bem como à vasta quantidade de documentos disponíveis e ao longo período abrangido pelos processos, nossa análise se concentrará especificamente nos objetos desta pesquisa no capítulo, ou seja, o Forte São Matheus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos.

2.2 **Tensões de uma cidade em transformação com monumentos tombados pelo IPHAN: expansão da malha urbana, favelização, especulação imobiliária e turismo**

Um argumento muito utilizado para iniciar, justificar e até mesmo manter monumentos que venham a ser ou que estejam tombados é a uma ameaça ao espaço em questão que possa comprometer a sua integridade física e que, portanto, justifique a sua proteção por meio do tombamento.

A retórica da perda (Gonçalves, 1996) estará presente em diversos momentos na documentação atinente aos processos de tombamento que iremos analisar ao longo desse trabalho.

A cidade de Cabo Frio, que na época dos tombamentos do forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos passava por um intenso processo de transformação de sua urbe, pois desde a década de 1940, teremos o crescimento do turismo na região dos lagos e a intensificação da balnearização[31] das cidades que margeiam a lagoa de Araruama (Ribeiro, 2019).

[31] Entendemos o processo de balnearização ocorrido nas cidades da Região dos Lagos fluminense, a partir da perspectiva adotada pelos geógrafos Letícia Parente-Ribeiro, Marcos Paulo Ferreira de Góis e Marcelo Antônio Sotratti que no artigo: A Balnearização da baixada de Araruama e a emergência da "Costa do Sol", Rio de Janeiro (1940-1960): "como um processo articulado de produção de formas espaciais e práticas sociais vinculadas à valorização e ao ordenamento das zonas litorâneas (Balneoar,2018). A análise desse processo levará em conta três aspectos, a saber: seu enquadramento político-territorial, suas relações com as concepções, então em voga, para o

O turismo de veraneio, a construção de condomínios, hotéis e pousadas em Cabo Frio fazem que com surjam algumas tensões entre o preservar parte da história local por meio de seus monumentos, casarios, igrejas e outros, como as que são feitas por órgãos estatais responsáveis por políticas no campo do patrimônio como o DPHAN, que remetam a manutenção de uma memória da cidade com remanescentes do período colonial e imperial e a cidade em transformação do seu espaço urbano e que passa a ser cada vez mais procurada por turistas e veranistas. (Christovão, 2011; Ribeiro, 2019)

Na década de 1950, durante o governo dos Prefeitos Aracy Costa e Nicanor Pereira Couto, a administração municipal irá procurar investir em melhorias na infraestrutura da cidade e divulgá-las para fins turísticos, tendo como destaques a construção do primeiro estádio municipal, a abertura da avenida Joaquim Nogueira, que irá facilitar o acesso ao bairro de São Cristóvão, além de algumas melhorias no abastecimento de água potável em alguns bairros da cidade, assim como a reforma na Praça Porto Rocha e a ampliação do Hospital Santa Isabel (Moura, 2020).

> Com um mar farto de vida, a cidade também vira atração para pescadores esportivos e a elite do Rio passa a frequentá-la mais regularmente. Os primeiros campeonatos de pesca submarina serão organizados, o que acaba contribuindo para sua divulgação em revistas de circulação nacional (Moura, 2020, p. 325).

As intensas transformações por que passa Cabo Frio se intensificam no final dos anos de 1950, quando é inaugurado o Colégio Estadual Miguel Couto em 1958, o maior da cidade, assim como a construção da Companhia Nacional de Álcalis, no então distrito de Arraial do Cabo, que foi concluída em 1960.

Essas diversas mudanças que ocorrem na cidade irão impactar em seu cotidiano, em sua estrutura urbana e irão contribuir para uma maior visibilidade da mesma em outras regiões do Estado do Rio de Janeiro e além deste, assim como na maneira como aqueles que vivem e trabalham nela, sejam como residentes ou turistas.

Na documentação referente aos processos de tombamento que iremos narrar ao longo desse capítulo, temos algumas situações em que o DPHAN, órgão público federal responsável pelo tombamento de alguns espaços na cidade de Cabo Frio, irá buscar junto à Prefeitura Municipal, Governo do Estado, Procuradoria da República e outros órgãos públicos a

---

ordenamento das zonas litorâneas, e sua efetivação a partir de um conjunto de práticas e dinâmicas associadas à rodoviarização, à apropriação territorial e ao aproveitamento turístico.” (RIbeiro,2019)

intervenção para a proteção do bem tombado, face a alguma situação que, no entendimento do órgão federal, pudesse ameaçar a integridade física do mesmo.

No processo nº 0447-T-51 temos uma correspondência do diretor DPHAN, encaminhada ao procurador da República do Estado do Rio de Janeiro em 1961[32] em que o mesmo solicita uma intervenção da procuradoria da República a respeito da ocupação de habitações populares nas imediações do convento, pleiteando inclusive a interferência de força policial para retirada das mesmas.

> ...venho solicitar empenhadamente as valiosas providências da alçada de V.Exa. junto às autoridades públicas competentes do Estado e do Município, a fim de serem removidas as mencionadas construções e, bem assim, assegurada a proteção eficaz do monumento contra a ocorrência de novas instruções semelhantes (Iphan, 1951, pág. 22).

A presença de habitações populares "de feição equivalente a favela", como relatado na documentação do processo de tombamento, mostra a força do discurso de que algo que fosse anômalo ao monumento tombado poderia representar uma ameaça a ele. Essa situação nos remete a uma tensão entre o órgão responsável pela política de proteção patrimonial, que estava amparado na lei nº 25 de 30/11/1937, que regula as regras referentes ao tombamento de monumentos históricos, e uma cidade que passa por carência de espaços para construções de caráter popular na área central da cidade, tendo essas camadas populares a necessidade de habitarem próximo a esses espaços urbanos, nos quais se encontram oportunidades de trabalho e que facilitem a locomoção da mesma pela malha urbana.

Para o DPHAN, a necessidade de efetuar o tombamento estava diretamente ligada à considerável negligência que esses bens vinham sofrendo e à preocupação com a ameaça que o crescimento desorganizado da cidade de Cabo Frio representava para a preservação dessa memória. A autarquia estatal via essa memória como algo de interesse nacional.

> a construção dos patrimônios também esteve permanentemente ligada à tentativa de "salvar da destruição" bens móveis e imóveis que passaram a receber proteção jurídica com este fim. Os órgãos de preservação, através de aparatos jurídicos, tentaram garantir às novas gerações uma espécie de "herança" através de impedimentos legais de destruição, modificação e novas construções (Aguiar, 2016, pág.87).

Na visão dos técnicos do DPHAN, aquelas construções populares são um entrave à integridade do patrimônio histórico protegido pelo órgão federal, constituindo uma ameaça ao mesmo e à sua originalidade de época.

---

[32] Ofício nº 796 de 22/12/1961.

Olhando por esse viés, o tombamento feito à época a partir das ações do órgão público federal transforma esses monumentos em lugares de memórias (NORA, 1993), que ficam encapsulados, como que congelados num determinado tempo histórico, presos em um presente que de certa forma retira a sua historicidade, criando um *looping* temporal entre a memória histórica que se quer preservar e o presente que a mantém presa a esse tempo histórico.

> Os lugares de memória, são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção... Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade (Nora, 1993, p. 12-13).

A conversão destes locais de memória do período colonial em repositórios de uma certa temporalidade que busca estabelecer conexões entre um passado distante e o presente, por meio destes marcadores de um tempo anterior, foi a escolha feita pelo DPHAN para representar um passado que não mais reflete as suas características originais. Em vez disso, isso representa uma despersonalização das suas funções e uma reinterpretação desses objetos através de uma memória modificada (Nora, 1993).

É como se o processo de enquadramento de memória (Pollak, 1989) feito pelo DPHAN prendesse aquele semióforo do passado em um presente perpétuo, desconectando-o de certa maneira da sua historicidade própria e procurando limitar ou até mesmo apagar algumas das marcas do tempo no monumento.

No processo de tombamento ocorrido em 1951, encontramos um parecer do arquiteto e urbanista Lúcio Costa[33], então diretor da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que rejeita a possibilidade de que qualquer indivíduo venha a adquirir a área circundante às ruínas do Forte São Mateus. O documento enfatiza de maneira categórica a necessidade de assegurar o acesso livre ao monumento, uma

[33] Lúcio Ribeiro da Costa nasceu em Toulon, na França, em 1902, e fez seus estudos primários na Inglaterra e na Suíça. Veio para o Brasil em 1916 e, em 1923 diplomou-se em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Antes de aderir ao Modernismo, realizou projetos neocoloniais. Em 1937, assumiu a direção da Divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ali permanecendo até aposentar-se em 1972. Sua permanência nessa instituição foi decisiva para a definição dos critérios de seleção dos monumentos a serem legalmente preservados, bem como para a intervenção em obras de restauração. Em 1938, conquistou o primeiro lugar no concurso para o pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York e convocou Oscar Niemeyer, que ficara em segundo lugar, para juntos realizarem o projeto. Lúcio Costa pode ser considerado o principal expoente do movimento moderno da arquitetura no Brasil. Apesar de seu papel fundamental na consolidação teórica do caminho formalista e antifuncionalista que marcou a moderna arquitetura brasileira nas décadas de 1940 e 1950, sua obra arquitetônica não foi volumosa, pois com sua entrada no Sphan acabou por abandonar o escritório profissional. Seus projetos são essencialmente marcados pela mistura entre o racionalismo corbusiano e a arquitetura colonial." Para maiores informações a respeito da biografia de Lúcio Costa ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lucio_costa.

vez que tanto o monumento em si quanto seu entorno constituem parte de um conjunto paisagístico de grande interesse para os turistas na região.

> Forte de São Mateus – Cabo Frio
> É inadmissível a compra das ruínas por um particular. Deve-se pelo contrário garantir livre acesso à Ponta do Forte pois faz parte, juntamente com o conjunto, unidade paisagística tão procurada pelos turistas. Tombar.
> Em 1. VI.1951
> Lucio Costa
> Diretor da D.E,T. (IPHAN, 1951, p. 53).

Neste parecer de Lúcio Costa, fica claro que o crescimento do turismo na cidade de Cabo Frio, devido à sua atratividade com praias e belezas naturais, gerou uma demanda local por expansão de construções, contribuindo para a especulação imobiliária, contribuindo para um aumento nos conflitos de interesse entre particulares e as autoridades responsáveis pela preservação patrimonial em relação ao sítio urbano que havia sido preservado como patrimônio. É importante ressaltar que, sob a perspectiva de tombamento paisagístico, os elementos do turismo, da preservação histórica, da memória nacional e da beleza natural da paisagem precisam ser integrados em um único conjunto de preservação.

A proibição ou a redução de construções na vizinhança dos bens tombados está presente desde o estabelecimento do decreto-lei nº 25/1937, sendo esse conceito ampliado nas décadas seguintes para a ideia de proteção do entorno, com o objetivo de manter a harmonia entre a paisagem natural e a paisagem historicamente transformada.

> Na justiça brasileira, a proibição de construção na vizinhança do bem tombado que impeça ou reduza sua visibilidade encontra-se prevista já no artigo 18 do decreto-lei 25/1937. Nas décadas seguintes, o conceito de visibilidade do bem tombado teve sua interpretação paulatinamente ampliada no país, criando jurisprudência no sentido de que o que dever ser preservado é a ambiência, o entorno, a paisagem, a moldura, isto é, "a harmonia da visão do bem, inserida no conjunto que o rodeia", sem os quais a própria legibilidade do bem tombado estaria comprometida (Andrade, 2020, p. 41).

Outro ponto de tensionamento entre o DPHAN e a Prefeitura de Cabo Frio é a respeito de reformas efetuadas pela administração municipal no forte São Mateus na segunda metade dos anos de 1950 e que vão levar com que o órgão federal enviasse em 02 de agosto de 1957 um ofício[34] a prefeitura questionando as obras feitas pela mesma no monumento tombado, que

[34] Ofício nº 1.117 de 02/08/1957.

teriam sido feitas à revelia do órgão do patrimônio, informando ainda que o empreendimento incorreria em uma violação do artigo 166 do código penal[35].

É interessante percebermos na questão tratada anteriormente um conflito de competência e responsabilidade entre diferentes entes da administração pública. A Prefeitura, à época, promove ações de restauro do monumento situado na principal praia da cidade, que além de estar relacionado com a história de Cabo Frio, é também um espaço de visitação para moradores e turistas. Por outro lado, o DPHAN, no cumprimento da legislação em vigor, exige que qualquer intervenção no monumento tombado passe pelo seu crivo, tendo inclusive aludido na correspondência citada, que, na falta da referida comunicação e aprovação das obras pelo órgão federal, a administração municipal estaria incorrendo em uma transgressão penal passível de punição.

O episódio narrado acima mostra que o então DPHAN, além do poder instituído para selecionar, enquadrar e salvaguardar determinadas memórias históricas como fragmentos que ajudariam a compor uma História que se propunha de caráter nacional, ainda tem o poder instituído pela legislação em vigor de recorrer e buscar punição no campo judicial para aqueles que descumprissem a lei no que se aplicasse aos bens sob responsabilidade deste órgão.

No processo nº 757-T-65, quando estava sendo elaborada a ampliação da área a ser tombada em Cabo Frio, tendo como referencial os monumentos tombados nos anos de 1950, temos algumas considerações interessantes presentes no relatório dos arquitetos Paulo Thedim e Augusto da Silva Telles, que mostram esses contrastes de uma cidade em constante transformação e a preocupação do corpo técnico do DPHAN com os impactos que isso poderia causar no forte São Mateus e no convento Nossa Senhora dos Anjos.

A respeito do forte São Mateus, o relatório aponta a necessidade da demolição do hotel do Lido, que havia sido construído de maneira precária nas areias da praia do forte nas proximidades da fortificação, e que, segundo os autores do relatório, a prefeitura de Cabo Frio já estaria providenciando a destruição do mesmo.

Nesse ponto em específico é interessante percebermos que a mesma política de turistificação e de balnearização efetuada na cidade e que propunha a integração da mesma a zona metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e que iria trazer uma série de transformações na zona urbana da cidade Cabo Frio, com obras de infraestrutura, atração de capitais por meio

[35] Artigo 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa. Informação obtida por meio do site: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618071/artigo-166-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940#:~:text=166%20%2D%20Alterar%2C%20sem%20licen%C3%A7a%20da,a%20um%20ano%2C%20ou%20multa.

do estimulo ao turismo, geração de empregos e uma modernização daquela pequena cidade do interiorana, traria também problemas e entraria em choque com a política de proteção do patrimônio histórico promovida pelo DPHAN, pois a construção do referido hotel, teria gerado no ano de 1965 uma denúncia feita pelo diretor do museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a respeito da destruição de uma duna na praia do forte para construção de um hotel de madeira no local.

Essa denúncia, feita narrando este e outros problemas, contribuiu para que o DPHAN criasse um novo processo de tombamento para ampliar as áreas tombadas na cidade, pensando-se na possibilidade de se tombar Cabo Frio como um todo, fato este que não foi adiante, conforme narrado nesse mesmo capítulo.

Em relação ao convento Nossa Senhora dos Anjos e adjacências, que serão objetos do mesmo relatório que irá orientar a extensão do tombamento na área, temos algumas problemáticas que irão ensejar a preocupação do órgão do patrimônio histórico federal e o mesmo irá propor intervenções que pudessem solucionar os problemas ou mitigá-los.

No referido documento aparecem questões que foram trazidas pelo corpo técnico do DPHAN, sendo a primeira a respeito da presença de uma caixa de água construída no morro da Guia e que servia para abastecer a cidade. Em relação a isso, será sugerido uma arborização da mesma para disfarçar sua presença. Outros dois problemas seriam a presença de uma feira livre no terreno em frente ao convento e um projeto de se construir uma estação rodoviária bem à frente do convento, junto ao largo Santo Antônio, que, no entender dos arquitetos Paulo Thedim e Augusto da Silva Telles, iriam prejudicar cenicamente o monumento tombado e a área de seu entorno.

A respeito da feira livre, o documento informa que a prefeitura se compromete a transferir a mesma para outro local, fato que foi providenciado posteriormente. Já em relação ao projeto da estação rodoviária, o problema foi resolvido a posteriore parcialmente, pois a rodoviária da cidade ocupará outro espaço, mas até o presente momento existe um terminal intermunicipal de ônibus que liga Cabo Frio a cidades vizinhas nas proximidades do convento, no local conhecido como Largo de Santo Antônio, no centro da cidade.

Essas tensões envolvendo os monumentos tombados de certa maneira nos mostram que esses territórios culturais, construídos por meio de políticas de proteção patrimonial, serão alvo de diferentes demandas que envolvam o meio urbano em Cabo Frio. Desde as ações dos técnicos do IPHAN, que irão selecionar, catalogar e salvaguardar esses objetos relacionados a uma memória histórica da cidade, passando pelas ações do poder público municipal, que dependendo da administração será desde entusiasta das políticas de tombamento, ou até mesmo

antagonista das mesmas, pois as transformações que o meio urbano que a cidade de Cabo Frio sofre ao longo do tempo, com crescimento habitacional, de infraestrutura e populacional irão colocar em rota de colisão o IPHAN com a administração municipal.

> Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, no sentido de não impedir a destruição), ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, consequentemente, a preservação. É exatamente nesse processo – que tem uma dimensão explícita, regulamentada, como, no caso do Brasil, a inscrição de bens no Livro do Tombo, e outra implícita, e muitas vezes até deliberadamente ocultada, que remete às relações de poder entre os agentes envolvidos com a preservação – que se manifestam os conflitos de interesse em jogo na prática aparentemente tranquila da preservação de bens culturais em nome do interesse público (fonseca, 2017, p. 53).

Na documentação do processo de tombamento: 0757-T-65, temos uma série de correspondências e ofícios, envolvendo os herdeiros de Ambrosina Duarte Torres, a Prefeitura/Câmara Municipal de Cabo Frio e o DPHAN, devido a uma interpretação equivocada dos órgãos municipais a respeito do tombamento feito em novembro de 1966.

Os herdeiros de Ambrosina Duarte Torres, por meio dos seus advogados[36], solicitam que o DPHAN esclareça a Prefeitura e a Câmara Municipal da cidade de Cabo Frio a respeito do significado do tombamento efetuado, e informando aos órgãos municipais que a área objeto do tombamento não está impedida de ser vendida, permutada ou doada. Esse requerimento ocorre, pois na alegação dos mesmos, eles seriam os proprietários da área do morro da Guia e adjacências, e estariam negociando com o município uma permuta de terrenos próximos à praia, e que a partir do tombamento efetuado pelo órgão do patrimônio histórico, a referida transação foi suspensa pela administração municipal, pois no entendimento da mesma, o tombamento feito pelo órgão federal significaria uma forma de desapropriação.

Entre os anos de 1966 e 1968, teremos na documentação do processo de tombamento alguns ofícios[37] remetidos pelo DPHAN à administração municipal e a câmara de vereadores de Cabo Frio esclarecendo que a inscrição de bens móveis e imóveis nos livros do Tombo do

[36] Correspondência e procuração dos herdeiros de Ambrosina Duarte Torres elaborada pelos advogados Egberto Mattos Galvão e Nelsino Gomes da Silva com data de 17/12/1966; correspondência do advogado Nelsino Gomes da Silva com data de 17/01/1968, solicitando mais uma vez a mediação do DPHAN junto a administração municipal e com trecho do decreto da Câmara Municipal que anula a permuta autorizada anteriormente.

[37] Notificação nº 968 de 01/12/1966, para o Prefeito de Cabo Frio, ref. a comunicação do tombamento.: Ofício nº 2006 de 23/12/1966, para o Presidente da Câmara de Cabo Frio; Ofício nº 2013 de 27/12/1966, Ofício nº 91 de 18/01/1968 para o Prefeito de Cabo Frio. Esses ofícios esclarecem a respeito das características do tombamento e da interpretação equivocada da administração municipal.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não importa em desapropriação, permanecendo os bens tombados de plena propriedade das pessoas físicas ou jurídicas a quem pertençam.

Nos ofícios remetidos, o diretor do DPHAN, Marcelo Soeiro, informa ainda que a totalidade dos terrenos dos herdeiros de Ambrosina Duarte Torres não foi objeto de tombamento e sim a parte específica mencionada na notificação encaminhada a Prefeitura, ficando o restante livre de qualquer restrição.

Para finalizar, o diretor do órgão federal do patrimônio informa que não existe qualquer impedimento relacionado à aludida permuta e ainda incentiva a mesma. Sob a alegação de serem áreas de interesse nacional, o governo federal irá colaborar com o município para valorizar a área tombada em proveito da população de Cabo Frio.

É interessante percebermos nessa questão o fracasso de uma transação imobiliária por meio da permuta de terrenos públicos municipais e terrenos privados, que acabou indo por terra naquele momento, graças à interpretação equivocada da administração municipal a respeito do tombamento, que foi visto como uma espécie de desapropriação. É bem provável que já fosse de conhecimento das partes envolvidas que a área em questão do morro da Guia seria do interesse do DPHAN e que a negociação em questão visava salvar os interesses privados dos herdeiros antes que se efetivasse o tombamento de novas partes da cidade.

Outra questão que devemos considerar foi a busca do DPHAN, por parte dos herdeiros, como um possível mediador junto à administração municipal para tentar esclarecer a respeito dos efeitos do tombamento e tentar salvaguardar seus interesses e evitar o fracasso na aludida permuta, mostrando com isso o entendimento, por parte dos mesmos e seus representantes legais, da relevância que o lugar de fala do órgão do patrimônio histórico teria em questões relacionadas a essa temática.

Nas décadas de 1970 e 1980 teremos alguns problemas relacionados a destruição de dunas na praia do forte na região do bairro Braga e na praia do foguete, que vão levar a uma série de correspondências, pareceres e relatórios envolvendo a administração municipal que ora provoca o IPHAN durante a administração do Prefeito Antônio Castro a respeito da possibilidade da extensão da área do tombamento até a proximidade da praia do pontal em Arraial do Cabo e a denúncia no ano de 1986 em um relatório do instituto do patrimônio histórico de que o Prefeito Alair Corrêa estaria distribuindo lotes de terras nessas localidades para uma empresa do setor de construção civil, como parte do pagamento do serviço de obras de construção de uma estrada litorânea.

Em 1973, a administração do então Prefeito Antônio Castro irá remeter um ofício[38] para o IPHAN, denunciando a destruição das dunas de areia ao longo do litoral que inicia no forte São Mateus até o Arraial do Cabo, aonde os exploradores de areia tiram a mesma em áreas particulares e principalmente ao longo da estrada que liga Cabo Frio ao Arraial do Cabo, destruindo no processo a vegetação presente, afugentando aves da região e comprometendo o equilíbrio ecológico. Nessa correspondência, a administração municipal reconhece a sua incapacidade de combater o problema face a falta de amparo legal para punir os exploradores de areia.

> Esporadicamente são feitas vigilâncias por alguns – membros da atual administração, mas que torna inócua por falta de amparo legal, o que é perfeitamente conhecida pelos exploradores de areia que estão sempre prontos a burlar a fiscalização oficiosa, e, sem nenhum constrangimento, voltam à ação predatória e, rápida e violentamente, a tudo destroem, totalmente indiferentes aos danos perpetrados (Iphan, 1965, p. 86).

Como podemos perceber na aludida correspondência, a administração municipal irá denunciar a destruição da paisagem natural por meio da extração de areia na região e tenta pedir uma intervenção do órgão do patrimônio histórico com o intuito de estender o tombamento efetuado como um recurso a frear esse problema.

> ... que se proceda ao TOMBAMENTO por extensão de toda a área que inicia no Forte São Mateus em acréscimo e a partir dos cento e cinquenta metros já tombados, seguindo entre o Loteamento denominado BRAGA, acompanhando daí em diante a Estrada Niterói-Arraial do Cabo, em ambas as margens de mesma estrada, em toda sua extensão no trecho de Cabo Frio ao Arraial do Cabo, até o limite final da Praia do Pontal no Arraial do Cabo (*Ibid.*).

Observando com atenção os fatos narrados, podemos perceber naquele momento uma certa preocupação do ente municipal com a destruição das dunas e os impactos no meio ambiente local com essa prática deletéria, assim como a sua capacidade de lidar com as ações dos exploradores de areia, que num contexto de crescimento acelerado do setor de construção civil na cidade de Cabo Frio, tanto para moradores, como para o setor turístico com hotéis, pousadas e casas de veraneio, que irão impactar em toda a infraestrutura urbana e viária da cidade nas décadas seguintes.

Outra coisa que podemos perceber é o entendimento por parte da administração municipal de que uma intervenção por parte do IPHAN, com uma eventual extensão do tombamento, poderia frear a sana destrutiva.

---

[38] Ofício nº 15/73 – Assunto: Defesa de Patrimônio Cultural.

Na página 90 do processo: 0757-T-65 temos um parecer do arquiteto Edgard Jacintho da Silva do IPHAN em que o mesmo relata que não acredita na eficácia da medida pleiteada pela Prefeitura de Cabo face à incapacidade das autoridades municipais e policiais de combater a extração de areia em praias de Cabo Frio e defende uma punição enérgica por parte do ministério das Minas e Energia às empresas e particulares que insistem nessa atividade destrutiva ao meio ambiente.

> No caso, a ser tratado com seriedade, a solução está implícita no próprio delito que induz como medida liminar a solicitação às autoridades do Ministério das Minas e Energia o imediato cancelamento das concessões conferidas às Empresas e proprietários das áreas para a exploração das areias – bens naturais considerados irrenováveis (Iphan, 1965, p. 90).

Além da aludida punição como recurso a tentar coibir aos extratores de areia em Cabo Frio, o técnico do IPHAN defende uma maior sinergia entre os entes públicos federais, estaduais e municipais, tais como, a EMBRATUR, FLUMITUR, IPHAN e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, somassem esforços em levantar recursos financeiros para a implementação "de um Plano Integrado de Desenvolvimento e de Proteção da Orla Marítima do Município; reivindicação ademais justificada por sua condição excepcional de um dos polos de grande potencialidade turística do país". (*Ibid*.)

Nos anos de 1970, a preservação passa a assumir funções que compreendem além do aspecto histórico-cultural, convergindo para uma ideia de que esses bens que eram objetos de proteção estatal deveriam se tornar também produtores de valor econômico por meio de ações no campo turístico.

> ... procurava-se revelar nos bens culturais sua dimensão de produtores de valor econômico, seja diretamente, como matéria-prima para a atividade turística, seja indiretamente como referências para a busca de soluções adequadas ao processo de desenvolvimento brasileiro (Fonseca, 2017, p. 167).

Ainda na década de 1970 temos na documentação presente no processo de tombamento estudado alguns documentos internos do IPHAN defendendo a ampliação da área tombada[39] e a necessidade de um plano integrado de desenvolvimento da cidade, elaborado em conjunto pela EMBRATUR, IPHAN e Prefeitura Municipal, que visasse estabelecer uma zona de

[39] Informação nº 165 de 12/06/1975. Assunto: Extensão do tombamento de Cabo Frio-RJ. De Lygia Martins Costa/Chefe da Seção de Arte, encaminhado ao Diretor do IPHAN.

interesse turístico da faixa litorânea, a execução de um cadastramento aéreo-fotográfico das praias do Pontal, Forte e Peró, com o objetivo de demarcação precisa dessas áreas[40].

Essa questão de ocupação e destruição das dunas entre os bairros Braga, Foguete e a estrada que segue para o município de Arraial do Cabo irá atravessar os anos de 1980, como podemos observar por meio de um documento da fundação próMemória[41]relatando a ocupação da área próxima de onde se localizava a chamada "duna mãe", que estaria sob ameaça, pois teria sido aprovada pela Prefeitura a construção de um loteamento em área pertencente a particulares[42].

No citado documento, é relatado que a associação denominada AMARLA[43] solicitou ao IPHAN providências para evitar a concretização do loteamento, face aos danos ecológicos que tal empreendimento traria para a paisagem natural. Mas que não era possível intervenção do órgão do patrimônio histórico nesse caso, pois a referida área não se achava tombada e era apenas vizinha da área que havia sido objeto do tombamento feito anteriormente pelo instituto.

> A partir do final de 1970 cresce, em Cabo Frio, um movimento de defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental. O movimento tinha entre suas principais expoentes as ambientalistas Amena Mayal E Anita Mureb, criadoras da AMARLA. Além do professor Márcio Wernek, que foi secretário de turismo de José Bonifácio (Moura, 2020, p. 339).

[40] Carta datilografada de Renato Soeiro, diretor do IPHAN, com data de 12/03/1975. Esse documento não tem endereçamento de que seria o receptor do mesmo. Não sabemos se ele é apenas um informativo interno que foi anexado ao processo dos encaminhamentos a respeito da possibilidade de elaboração e possível aplicação de um plano de desenvolvimento da cidade de Cabo Frio ou se foi alguma correspondência endereçada a algum ente específico. Pelo que podemos observar nos documentos presentes nos processos de tombamento analisados na tese, é provável que seja algum tipo de relatório interno do IPHAN que foi anexado ao processo, como um meio de contextualizar o andamento da situação à época em que foi elaborado.

[41] A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. As duas instituições, a Fundação Pró-Memória e a SPHAN, acabam sofrendo, ao longo do período, algumas transformações em sua organização – perduraram até 1990, quando, pela Lei nº 8.029, de 12 de abril, foram extintas. Nesse momento, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que absorveu suas funções. Informações obtidas no site do IPHAN em 10/09/2023 no site: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990.

[42] Informação A.J/81 de 08/01/1981 – Assunto: Dunas – Cabo Frio – Solicitação da AMARLA. Assinada por Sonia Rabello de Castro. Esse documento narra os problemas advindos da autorização para construção de empreendimento imobiliário na localidade e a impossibilidade do IPHAN dar cabo dessa questão, pois a referida área estaria fora dos limites do que havia sido tombado anteriormente.

[43] AMARLA – Associação de Moradores da Região dos Lagos.

Para solucionar a questão, é proposto no documento da Fundação próMemória uma solução que havia sido aventada pelo município que seria a desapropriação da área em epígrafe e a criação de um parque municipal na localidade.

Conferindo a documentação do processo de nº 0757-T-65, percebemos um silenciamento em relação aos desdobramentos da questão envolvendo a destruição e ocupação da região das dunas relatadas anteriormente. Acreditamos que, por sair da esfera de responsabilidade do IPHAN, essa problemática acabou não sendo mais abordada na documentação processual.

Acreditamos que essa situação só foi relativamente resolvida ou amenizada a fúria destrutiva, a partir do tombamento das Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo, realizado pelo INEPAC por meio do processo de tombamento nº E-07/201.717/84, de maneira provisória em 11/10/1985 e em definitivo em 08/04/1988[44]. Sendo consolidado esse processo de conservação da localidade das dunas a partir da criação do Parque Estadual da Costa do Sol em 18/04/2011, por meio do decreto estadual nº 42.929, que criou essa unidade de conservação permanente que abrange partes dos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Saquarema e São Pedro da Aldeia[45].

Não iremos nos aprofundar em por menores no processo de tombamento efetuado pelo INEPAC e nem a respeito da criação do Parque Estadual da Costa do Sol, pois fogem ao escopo dessa tese.

O processo de turistificação e de balnearização efetuados na cidade ao longo da segunda metade do século XX, irá trazer também uma série de aproximações e de disputas entre o poder público que cria e mantém políticas de proteção de memórias por meio dos tombamentos efetuados e os interesses privados, configurando mais uma vez o espaço urbano da cidade como um território em disputa e de convivência entre os vários grupos sociais que habitam e usufruem do mesmo.

A ocupação da região dos lagos fluminense e sua integração à região metropolitana, por meio de iniciativas que transformaram esse espaço em um balneário turístico conectado por diversas malhas rodoviárias que integram cidades como Cabo Frio ao restante do Estado do Rio de Janeiro, terão um impacto significativo na vida das pessoas que vivem nessas localidades. O

[44] Informações obtidas no site do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 10/09/2023, por meio do endereço eletrônico: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/publicacao/leiamais/77/index/1.

[45] Informações obtidas no site do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em 10/09/2023, por meio do endereço eletrônico: https://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-costa-do-sol/.

aumento populacional, predominantemente urbano, dos municípios locais, especialmente a partir da década de 1970, estende-se até os dias atuais.

> A inauguração da Ponte Rio-Niterói, ocorrida... em 1974, trouxe para Cabo Frio uma série de novos turistas de baixa renda, chamados à época de "farofeiros". O grande número de turistas, que em 1976 chegaria a 200 mil, evidenciou ainda mais os problemas de infraestrutura da cidade no tocante ao abastecimento de água, luz e esgoto. Também havia queixas de falta de gêneros alimentícios nos supermercados durante a alta temporada (Moura, 2020, p. 337).

Esse fenômeno se manifesta nas práticas de turismo de veraneio, no grande influxo de turistas nas praias, nos congestionamentos extensos nas vias de acesso à região durante os meses de verão e feriados prolongados, assim como na saturação da infraestrutura urbana e na capacidade do poder público local em atender adequadamente a população nesses períodos de grande fluxo de pessoas (Ribeiro, 2019).

2.3 **Convento de Nossa Senhora dos Anjos- espaço sacro, monumento tombado e espaço museal: convênio para instalação de um museu de arte religiosa tradicional**

O convento franciscano dedicado à Nossa Senhora dos Anjos começou suas operações em 13 de janeiro de 1696, com a principal finalidade de servir como residência para os frades franciscanos que levavam uma vida de reclusão em Cabo Frio. Além disso, eles desempenhavam um papel fundamental na comunidade local, oferecendo serviços religiosos como missas e orações, apresentando música coral e promovendo atividades educacionais relacionadas à leitura e escrita para as crianças.

> Originalmente concebido como sede dos frades franciscanos enclausurados em Cabo Frio para auxiliar nos serviços espirituais, o local abriga na contemporaneidade um museu, espaço onde o observador é convidado a uma experiência lúdica no exercício de captar vestígios materiais que nos informam sobre o nosso passado junto a prática de uma reflexão social (Ribeiro, 2017, p. 122).

A ênfase na atuação no campo missionário religioso e educacional foi uma característica recorrente das ordens religiosas que operaram durante o período colonial no Brasil, incluindo os franciscanos, jesuítas e carmelitas, que estabeleceram sua presença através do sistema tripartido: conventos costeiros, fazendas e aldeamentos no interior.

> Os conventos franciscanos possuíam escolas de primeiras letras, como as de Cabo Frio e Taubaté, mas o ensino nelas ministrado, embora fosse considerado mais adequado às necessidades da terra do que o jesuítico, foi menos importante para a educação na Colônia. Outras ordens, como a dos beneditinos e das carmelitas, possuíam cursos para formação de noviços e, em alguns conventos e mosteiros, chegou a haver teses de doutoramento (Wehling, 1999, pag. 298).

Durante os primeiros séculos da colonização, a maior parte da vida nas cidades estava intrinsecamente ligada à organização do clero católico no Brasil, seja através do clero secular ou das ordens religiosas dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos, que desempenhavam um papel central em diversas manifestações de religiosidade, como festividades, procissões e cerimônias fúnebres. Essa influência marcante da vida monástica durante o período colonial teve um impacto significativo na arquitetura da época, e sua presença se notava especialmente por meio dos conventos e mosteiros distribuídos pelas terras sob domínio português (Medeiros, 2010).

Erguido com robustas paredes de pedra e cal, de frente para o canal do Itajuru, inserido na área urbana que se tornaria o núcleo central da cidade de Cabo Frio, o convento franciscano apresentava uma estrutura modesta quando comparado ao convento da mesma ordem na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, dada as dimensões da pequena vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, ele se destacava como uma construção imponente. Assim como a Igreja Matriz, que compartilhava o nome da cidade, esse convento desempenhou um papel fundamental na delimitação da influência do clero católico secular e regular durante o período colonial brasileiro.

> A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis (Ribeiro,2017, p. 138).
> Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (Ribeiro, 2017, p. 139).

Seguindo a mesma abordagem de outras construções da época, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, foi erguido utilizando materiais disponíveis na região e foi estabelecido próximo à Fonte do Itajuru, que era a principal fonte de água doce da cidade. Originalmente, o convento estava localizado nos limites da área urbana, levando em consideração que o núcleo urbano original estava situado no bairro da Passagem, onde pequenas

embarcações atracavam e se conectavam com a barra do canal. Com o crescimento da cidade ao longo dos séculos seguintes, o convento deixou de estar nos limites e passou a fazer parte do núcleo central da cidade.

Durante o período colonial, o ambiente monástico desempenhava o papel de oferecer aulas de primeiras letras para meninos. Já no século XIX, durante o período regencial, houve discussões na câmara de vereadores da cidade sobre a viabilidade de oferecer aulas de filosofia, retórica e língua vernácula nas instalações do convento. Entretanto, essas propostas acabaram não sendo implementadas devido à oposição do provincial do convento (Moreira, 2022).

Desempenhando um papel fundamental no serviço religioso e educacional em uma vasta extensão geográfica que abrangia, naquela época, a área correspondente aos atuais municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, os frades franciscanos enfrentavam uma tarefa monumental. Eles estavam encarregados de contribuir para a instrução primária dos habitantes de Cabo Frio e das regiões vizinhas, além de desempenhar funções na administração de missas, orações e na administração dos sacramentos.

A considerável redução no número de religiosos ao longo do século XIX resultou na deterioração física do convento. Isso se agravou devido às dificuldades em mantê-lo em bom estado por parte dos poucos religiosos que permaneciam no local. Em 1858, a Ordem Terceira de São Francisco adquiriu uma porção de terreno dos frades e construiu ali sua igreja, além de estabelecer um cemitério. Entre 1916 e 1919, o governo federal tomou posse do imóvel, o que lamentavelmente não impediu que sua degradação fosse ainda mais acentuada, incluindo o saque de parte de seus materiais e mobiliário.

> O acontecimento seria relacionado a uma querela entre os religiosos e o Executivo Federal, quando este sequestrara os bens provinciais, situação definida a favor dos religiosos em 1919. O monumento foi considerado res nullius, ou seja, coisa a que ninguém pertença ou abandonada, deflagrando, assim, o saque ao imóvel – "carroças estacionavam junto às muralhas carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras" (Röwer, 1957, p. 402). O mobiliário também fora quase todo perdido, havendo apenas restos de assento de coro. E a biblioteca dos franciscanos teria sido queimada por razões sanitárias. Quanto a seus outros bens integrados, relata o frade em Páginas Franciscanas que, tendo sido objetos e alfaias confiados a um cidadão local, acondicionados em sua casa, foram misteriosamente desaparecidos (Ribeiro, 2017, p. 124).

Após um longo período de deterioração do patrimônio físico do convento, a situação deste importante monumento histórico começou a mudar em 1951, quando foi iniciado o primeiro processo de tombamento perpetrado pelo órgão responsável pela política de patrimonialização efetuada pelo governo federal. Esse processo culminou com o efetivo

tombamento do Convento Nossa Senhora dos Anjos. Na década subsequente, houve uma expansão das áreas protegidas adjuntas ao complexo monacal por meio de um novo processo de tombamento. A crescente preocupação com a preservação e conservação desse local levou ao estabelecimento de um convênio entre o DPHAN e a mitra diocesana, que é responsável pela guarda do monumento. Esse acordo visava à construção de um museu de arte sacra nas instalações do convento nos anos seguintes.

Em 12 de fevereiro de 1968, foi assinado um convênio entre a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio de seu Diretor, o Arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, e o Arcebispo de Niterói, Dom Antonio de Almeida, para criação de um museu de arte religiosa e tradicional nas ruínas do convento de Nossa Senhora do Anjos, na cidade de Cabo Frio.

O complexo monacal franciscano estava há décadas em processo de deterioração, sendo diversas partes do mesmo em estado de ruínas, principalmente a parte concernente ao espaço ocupado pelos monges no período colonial e imperial, tais como a capela de Nossa Senhora dos Anjos e a parte que servia de residência aos frades com suas celas, biblioteca, cozinha, depósito e outros espaços.

Em 1906, o convento foi considerado *res nillius* (que a ninguém pertence) e fechado, fato que agravou a situação de degradação e abandono, contribuindo para o seu posterior tombamento pelo DPHAN em 1957. A partir do seu tombamento e devido à necessidade de obras para a permanência da integridade física do imóvel, será negociado nas décadas seguintes entre o IPHAN e a Mitra Diocesana em Niterói um acordo de cessão do espaço por parte da Igreja Católica por um período de 50 anos e a criação de um museu de Arte Religiosa e Tradicional, que será efetivada em 1982, após obras de restauração e adaptação das ruínas do convento para que fosse instalado o espaço museal (Ribeiro, 2017).

No convênio firmado entre as partes, a diretoria do Patrimônio Histórico se compromete a reconstruir o corpo frontal em ruínas do convento, instalar na ala reconstruída salas de exposição permanente e temporárias, uma biblioteca especializada e um arquivo histórico regional. Além do funcionamento do museu, a instituição irá promover conferências, cursos, concertos de música sacra, representações de mitos ou peças de caráter religioso.

Em contrapartida, a Arquidiocese se compromete a manter o funcionamento do museu depois de findado o prazo do convênio e a fornecer as peças de valor histórico e artístico pertencentes a entidades religiosas filiadas à diocese de Niterói e que irão compor parte do acervo permanente da instituição, sendo as mesmas confiadas à guarda do museu.

Em 12 de fevereiro de 1974, será assinado um aditivo ao convênio celebrado em 1968 entre o agora IPHAN e o Arcebispado de Niterói que irá estabelecer mais alguns itens a serem acrescidos ao convênio celebrado e a justificativa primordial para a proteção do complexo monacal franciscano e sua importância para o acervo histórico e artístico nacional do monumento tombado, que foi transformado também em um espaço museal.

> I – as partes interessadas no presente instrumento de cessão consideram como justificativa primordial deste ato a verificação de que o edifício da igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos constitui, par seus atributos arquitetônicos e principalmente pela santuária que orna o seu interior, composta pelo conjunto de retábulos dos altares mór e colaterais que são obras de talha do século XVII de fino lavor, bem como pela existência do silhar de azulejos policromados que revestem os flancos das paredes da nave e da capela-mór e as imagens que nela se encontram, e que por tais característicos o monumento em causa se afirma como um dos mais expressivos do acervo histórico e artístico nacional (IphaN, 1951, p. 33).

No trecho acima, percebemos a importância dada pelo IPHAN em reconhecer no convento Nossa Senhora dos Anjos os elementos referentes à sua arquitetura, aos retábulos do altar na nave principal, assim como os azulejos e imagens presentes, como importantes remanescentes do período colonial português, sendo considerado pelos técnicos do instituto o patrimônio histórico como expressivo do acervo histórico e artístico nacional.

O discurso de proteção do monumento colonial, a partir da ideia de excepcionalidade de valor, irá justificar a seleção desse e de outros bens de caráter histórico que serão selecionados pelos técnicos do instituto do patrimônio histórico, face a uma mesma classe ou período, que no caso de Cabo Frio estão relacionados ao contexto colonial, a partir da dicotomia de defesa (Forte São Mateus) e religião (Convento Nossa Senhora dos Anjos).

> Na atribuição de "excepcional valor" fica patente o caráter discricionário de que se reveste o tombamento na legislação brasileira, pois essa atribuição de valor é feita caso a caso, e é da competência exclusiva do órgão federal (Fonseca, 2017, p. 114).

É interessante percebermos que no discurso dos técnicos do IPHAN essa tendência a época de conectar elementos da história local de Cabo Frio por meio desse monumento tombado a uma narrativa de caráter historiográfico que vincule o passado colonial da cidade a uma história que se quer construir como nacional. Esse tipo de narrativa historiográfica age como uma colcha de retalhos, em que diferentes contextos históricos locais passam a ser potencializados como parte de uma narrativa que liga essas diferentes partes por meio de um discurso histórico de caráter nacionalista que remonta a uma tradição historiográfica que se estrutura ao longo do século XIX a partir do IHGB e que em outros contextos históricos ganha

bastante amplitude, como no contexto da chamada era Vargas ou da última ditadura ocorrida no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

No tempo presente, parte das instalações do complexo monacal franciscano abriga o Museu Federal de Arte Tradicional – MART, que é uma das unidades museológicas administradas pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. O MART promove atividades variadas relacionadas à exposição de objetos sacros que pertenceram ao convento, assim como atividades que expressam elementos da cultura regional e comunicam ao público a história do prédio e as diversas camadas de temporalidades e de atribuições de sentido que recebeu ao longo do tempo (Ribeiro, 2018).

2.4 **Processo: 0757-T-65 – Conjunto Paisagístico de Cabo Frio: peças de um quebra cabeça ou retalhos de uma cidade em transformação**

A partir da década de 1940, a cidade de Cabo Frio vivenciou um significativo período de mudanças em sua estrutura urbana, com a expansão do traçado urbano, construção de novos bairros, condomínios, hotéis e pousadas, dentre outras transformações. Esse período coincidiu com o crescimento do turismo na região dos lagos, a expansão da malha rodoviária e a integração dessa localidade à capital por meio de várias rodovias. Além disso, houve um aumento significativo na balnearização das cidades que se encontram nas proximidades da lagoa de Araruama.

> A conexão rodoviária é um processo lento que ocorre a partir da articulação seletiva de núcleos urbanos, combinada ou não a grandes projetos de integração territorial. No caso da Baixada de Araruama, as primeiras rodovias, criadas anda na década de 1920, conectavam aglomerados urbanos que tinham algum grau de complementaridade.... Somente no fim da década de 1930, com o Plano Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro, é que se projeta uma rede rodoviária estadual, visando conectar os principais munícipios fluminenses.
> Ao longo das décadas de 1940 e 1950 são criados os eixos longitudinais das atuais rodovias RJ-106 (Amaral Peixoto) e BR-101, que articulam os fluxos da região metropolitana à baixada de Araruama e ao norte fluminense.... Nos anos 1970, há um novo processo de estruturação da malha rodoviária, com a articulação dos eixos longitudinais por meio de rodovias como a RJ-114, a RJ-124 e a RJ-140, ligando as cidades do interior àquelas que compunham a zona costeira da baixada de Araruama. O elo final da rede seria criado em 1974, com a construção da Ponte Rio-Niterói (Ribeiro, 2019, p. 14).

O ano é 1965, o país está no início do último ciclo ditatorial ocorrido no período republicano. O governo que está no poder federal é o do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o Brasil está mergulhado em um momento de repressão política e cerceamento de direitos políticos que irá se estender ao longo de duas décadas.

Cabo Frio, que no contexto da ditadura militar terá intensificado o seu processo de balnearização e turistificação, consolidando-se a partir desse período como um destino turístico para turistas e veranistas na região dos lagos. Esse processo irá se intensificar da década de 1970 em diante, mediante a construção da ponte que liga as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, batizada de ponte presidente Costa e Silva[46], permitindo um meio de ligação mais rápido da cidade do Rio de Janeiro, a zona metropolitana e outras regiões com as cidades que margeiam a lagoa de Araruama.

Nesse ano teremos início um outro processo de tombamento efetuado pelo DPHAN na cidade de nº 757-T-65 denominado Conjunto: Paisagístico Cabo Frio – Estado do Rio de Janeiro, que irá estender as áreas tombadas e os seus respectivos entorno, procurando integrar os diferentes espaços que serão alvo do instituto dentro da cidade numa lógica que visa ligar elementos da paisagem natural, como a lagoa de Araruama, o morro da Guia e a praia do forte, com os monumentos históricos do convento Nossa Senhora dos Anjos e do forte São Mateus.

Podemos considerar o tombamento paisagístico promovido pelo IPHAN em Cabo Frio como uma forma de pensar esses monumentos como parte do centro histórico local. O estudo desses monumentos permite compreender aspectos da história da cidade em diferentes temporalidades e perspectivas, desde suas origens até as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

> Em geral, entende-se por centros históricos as áreas urbanas que circunscrevem os núcleos antigos e/ou originais das cidades. Os centros históricos são assim chamados por serem considerados localidades importantes e indispensáveis para a compreensão da história da cidade, da evolução urbana e dos processos humanos de ocupação e disputa do território (Leite, 2020, p. 51).

[46] Arthur da Costa e Silva nasceu na cidade de Taquari, estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1899. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada e na Escola de Estado-Maior do Exército. Foi um dos principais articuladores do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e integrou o Comando Supremo da Revolução, ao lado do brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Ministro da Guerra durante o governo Castelo Branco (1964-1966), desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do MDB, partido oposicionista. Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência, e em agosto de 1969 afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969. Informações obtidas por meio do site: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/silva-arthur-da-costa-e .

O documento que inicia o processo de tombamento é uma correspondência de 16 de fevereiro de 1965, assinada por Aloysio de Paula, diretor-executivo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, encaminhada a Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do DPHAN, narrando que a cidade de Cabo Frio e os patrimônios tombados estavam passando por uma série de ameaças, como a demolição de prédios históricos no centro da cidade.

> A ignorância, aliada a especulação imobiliária, já tem posto abaixo edifícios de incomparável beleza, como foi o caso da Cadeia Pública, arrasada para, em seu lugar, ser construído um mictório, que também foi depois arrazado (Iphan, 1965, p. 2).

Na mesma correspondência, é relatado que o espaço do convento, que havia sido tombado em 1957, estava sob a ameaça de construções em seu entorno e nos seus fundos que ameaçavam subir pelo morro da Guia, além do loteamento da praia, agravado pela destruição de uma duna, que abriria espaço para construção de edifícios de apartamentos e hotéis quase sobre o mar, que na visão do autor seria o fato mais grave.

> Há tempos, o governo do Estado do Rio desmontou uma duna que integrava a paisagem para, sobre a base edificar um pavoroso hotel de madeira, já com ar de favela. Recentemente, começou-se erguer na própria praia um arranha-céu, em tempo embargado pela Prefeitura, em vista dos protestos dos amigos da cidade (*ibid.*).

Depois dessas denúncias de ameaças aos monumentos tombados, sua área de entorno e da paisagem natural que circundava esses espaços, o diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro encerra a sua correspondência conclamando o DPHAN a tomar providências quanto aos problemas narrados e solicita que o órgão responsável pela política de proteção dos patrimônios históricos promovesse o tombamento paisagístico de Cabo Frio.

> Todos esses fatos e muitos outros que poderíamos acrescentar, impõem a necessidade de ser feito o tombamento da paisagem de uma cidade que guardou intacta sua natureza até bem poucos anos e que, subitamente, está ameaçada de ser irreparavelmente recuperada, amanhã, quando houver um critério mais assentado a respeito da preservação da nossa natureza (*ibid.*).

Mediante essa série de denúncias efetuadas pelo diretor executivo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o diretor do DPHAN, solicita no dia 15 de maio de 1965, ao arquiteto Paulo Thedim Barreto, chefe da seção de arte da divisão de estudos e tombamentos, um parecer acerca da possibilidade do tombamento paisagístico da Cidade de Cabo Frio.

No parecer elaborado pelos arquitetos Paulo Thedim e Augusto da Silva Teles, eles procuram responder a uma série de questões colocadas pelo diretor do DPHAN a respeito da

possibilidade do tombamento da cidade de Cabo Frio como um todo, a exemplo do que já havia sido feito em Ouro Preto (Aguiar, 2016).

Perguntados se, em vista das condições do traçado urbano, se era justificado o tombamento da cidade, os arquitetos informam que não, pois "o desenvolvimento urbano de Cabo Frio foi feito com o sacrifício cênico-paisagístico" daquele espaço. (*Op. cit.*, p. 5)

No relatório, os arquitetos do órgão patrimônio histórico argumentam que em todas as áreas da cidade os sistemas tradicionais de construção do período colonial e imperial já haviam sido sobrepujados "por inumeráveis e desorientadas construções, quer desfiguradas ou novas, perdendo-se, consequentemente, a unidade arquitetônica do conjunto" (*ibid.*), inviabilizando com isso a possibilidade do tombamento da cidade em seu conjunto.

Perguntados se existiriam áreas na cidade cujo tombamento seja recomendável, os arquitetos do DPHAN recomendam a extensão de áreas relacionadas ao que já havia sido tombado anteriormente. Em relação ao forte São Mateus, recomenda-se o tombamento do penedo sobre o qual o forte se assenta e de toda a ponta da praia do forte com um raio de 500 metros, traçado a partir do centro geométrico do forte. Quanto à área do convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos, que fosse estendido o tombamento ao adro e toda a área livre a sua frente, inclusive o largo de Santo Antônio e o morro de Nossa Senhora da Guia, com uma faixa de proteção na planície de 100 metros à sua volta. A ser mantida como área de proteção *non aedificandi*.

A recomendação presente no relatório dos arquitetos Paulo Thedim e Augusto da Silva Telles servirá de base para a extensão do tombamento aplicada no processo nº 757-T-65, conforme resolução do Conselho Consultivo do DPHAN de 18/11/1966.

> Nos termos da legislação em vigor, o órgão deliberativo do Sphan é o Conselho Consultivo. Criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Conselho Consultivo do Sphan era, então, composto pelo diretor do Sphan, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membro nomeados pelo presidente da República. Os mandatos eram vitalícios e a função não remunerada. Os relatores dos processos eram escolhidos pelo presidente do conselho e as decisões tomadas por maioria de votos (Fonseca, 2017, p. 123).

Observando a documentação presente no processo de tombamento: nº 757-T-65, acreditamos que foi decisivo para essa manifestação de inclusão de novas áreas, além das propostas pelo relatório dos técnicos do DPHAN, temos uma correspondência da empresa Coimbra e Bueno CIA Ltda., datada de 16 de agosto de 1965, solicitando o tombamento de toda a orla da praia do forte, na ocasião chamada praia do Pontal, no intuito de se preservar a paisagem natural, face ao seu valor paisagístico.

A referida empresa foi a responsável pela elaboração do plano diretor da cidade de Cabo Frio em 1942 e, na correspondência enviada, a mesma informa que no mesmo já estava previsto o recuo "das construções – de modo a garantir a perspectiva das dunas no contraste dos montes brancos de areia com a planura verde das várzeas" (Iphan, 1965, p. 14).

> A cidade de Cabo Frio também teve seu projeto de urbanização concebido pelo escritório Coimbra Bueno. De acordo com a proposta de zoneamento, o uso turístico deveria ocupar parte da extensão marginal do Canal do Itajuru (conexão da lagoa de Araruama com o oceano) e da praia do Forte. Previa-se a criação de áreas verdes e de lazer nas interfaces da praia e do canal com as zonas residenciais projetadas (Ribeiro, 2019, p. 12-13).

Em 06 de setembro de 1966, o Conselho Consultivo do DPHAN se reuniu para deliberar a respeito do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio, mas não foi decidido nada em definitivo, pois o conselheiro Miram Latif pediu vista do processo e a resolução do caso foi adiada para a próxima reunião.

Temos um relatório do conselheiro Miram Latif, com data de 30 de setembro de 1966, em no qual o mesmo, a partir do que estabelece o plano diretor elaborado pela empresa Coimbra e Bueno, propõe que fosse tombada toda a faixa litorânea da praia como uma forma de proteção de toda a paisagem que compõe o forte São Mateus e a praia do forte.

Na quadragésima oitava reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[47] ocorreu a extensão do tombamento de novas áreas da cidade de Cabo Frio, a partir da ideia de tombamento paisagístico no qual se terá a preocupação de integrar e proteger elementos da paisagem natural e histórica na cidade, considerando-se que a ideia de tombamento da cidade como um todo havia sido descartada pelas transformações que a mesma havia passado ao longo do tempo, descaracterizando-se o tombamento do conjunto urbano.

Uma questão interessante em relação à reunião do conselho consultivo a respeito do tombamento paisagístico de que trata o processo: 757-T-65 foi a decisão de se tombarem novas áreas que não estavam no relatório dos técnicos do DPHAN, mas que foram inclusas nesse ato.

> .... o Conselho deliberou ainda providenciar para o tombamento da faixa litorânea entre a Avenida Parque Litorânea e o mar, numa extensão de 150 metros largura, no mínimo, até encontrar a estrada que segue rumo ao Arraial do Cabo, procedendo-se também ao tombamento do Morro do Telégrafo dos baixios a serem aterrados como acrescidos de Marinha, quando da regularização das margens do canal de acesso à

[47] Na 48ª reunião do Conselho Consultivo, ocorrida em 18/11/1966, foi presidida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo como conselheiros Paulo F. Santos, Miran Latif, Gilberto Ferrez, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Marques dos Santos, Alfredo Galvão, Américo Lacombe, Josué Montelo e Luís de Castro Faria. Informações obtidas conforme cópia da ata presente no processo nº 757-T-65, p. 27-28.

> Lagôa, que o Departamento de Portos e Canais tem e vista, mantendo-as as respectivas áreas *non edificand*i (Iphan, 1965, p. 28).

Esse acréscimo feito pelo conselho consultivo aumentou significativamente as áreas tombadas na cidade, pois o morro do telégrafo situado no bairro da Gamboa, parte das margens do canal do Itajuru e seu entorno imediato, que passaram agora a ser protegidos por essa extensão do tombamento, passarão a fazer parte do polígono de tombamento do complexo monacal do convento de Nossa Senhora dos Anjos e do morro da Guia, compondo um conjunto cênico que irá integrar a paisagem histórica e natural desta parte da cidade.

O mesmo irá ocorrer em relação ao aumento da área de proteção situada na praia do forte, que foi aumentada expressivamente com a decisão do conselho, que estendeu a toda a orla da praia, que vai do forte e seu entorno imediato, já protegidos desde a década anterior, agora seguindo até a estrada que liga as cidades de Cabo Frio e Arraial do Cabo, integrando a memória histórica ligada a colonização portuguesa por meio da fortaleza do período colonial, com a exuberante paisagem natural da praia.

A seleção do conjunto arquitetônico e paisagístico, que abrange o Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Forte São Matheus e áreas adjacentes, seguiu essa tendência de enfatizar a valorização de monumentos com conexões com o passado colonial. Como podemos notar, o objetivo era estabelecer uma ligação entre o passado, atuando como uma ponte para a construção de uma identidade nacional por parte dessa agência estatal, que assumiu o papel de estreitar e construir conexões entre diferentes épocas.

> Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre o passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo[48] (Gonçalves, 1988, p. 265).

A política de preservação do patrimônio implementada na década de 1930, que buscava estabelecer conexões entre o passado nacional, mesmo antes da existência da nação, e o período autoritário que prevaleceu durante o Estado Novo nas décadas seguintes, deu origem a práticas

[48] Sobre a transformação e utilização de relíquias e monumentos em bens culturais, ver: GonçalveS, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 264 - 267.

de seleção, preservação e manutenção de memórias históricas que foram atribuídas à nação brasileira. Essas práticas perduraram ao longo das décadas subsequentes (Gonçalves, 1988).

Com as deliberações tomadas pelo Conselho Consultivo do DPHAN em relação ao aumento das áreas protegidas pelo órgão do patrimônio histórico, percebemos a intenção de manter uma integração de elementos da paisagem natural com a memória histórica edificada na cidade, a convivência de ambos no cenário urbano e uma tentativa de manter um tombamento de caráter paisagístico parcial, face à impossibilidade de um tombamento integral de Cabo Frio.

Podemos considerar o tombamento paisagístico efetuado em Cabo Frio, em que se procura ligar elementos da paisagem natural com aqueles elementos de uma memória histórica edificada na cidade, a partir da perspectiva de uma paisagem cultural estabelecida por essa relação entre sociedade e natureza.

> A Unesco classifica ainda as paisagens culturais em três grandes tipos: (i) Paisagens claramente definidas; (ii) Paisagens evoluídas organicamente, subdivididas por sua vez em Paisagem relíquia ou fóssil e Paisagem contínua; (iii) Paisagens culturais associativas (RibeirO, 2020, p. 32).

Após uma análise aprofundada dos extensos registros documentais representados pelos processos de tombamento do IPHAN em Cabo Frio, fica evidente que o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Forte São Mateus foram submetidos a um processo de enquadramento de memória, conforme conceito de Pollak (1989). Isso foi viabilizado graças à atuação de um órgão governamental responsável pela seleção e preservação do patrimônio histórico nacional.

Esse órgão utiliza métodos operacionais específicos conduzidos por seu corpo técnico, que determina a seleção e preservação dos bens com base em atribuições de valor institucional (Chuva, 2009).

Esses processos de tombamento estão inseridos em uma narrativa historiográfica que busca estabelecer conexões entre o passado colonial local e a história nacional, com o objetivo de construir uma identidade nacional que seja capaz de relacionar diferentes períodos passados com o contexto contemporâneo da época em que foi empreendida (Aguiar, 2015).

O poder conferido ao IPHAN para desenvolver e implementar políticas oficiais de preservação do patrimônio nacional concede uma legitimidade significativa a este órgão da administração federal e aos seus especialistas. Eles foram convocados para oferecer suas opiniões em várias questões e demandas que envolviam disputas sobre o uso das áreas tombadas, intervindo sempre que possível nas ações da administração municipal para proteger os interesses coletivos locais e nacionais que eles consideravam essenciais, mesmo que a

comunidade em questão não fosse consultada sobre as decisões tomadas por esses funcionários públicos que agiam dentro dos poderes legalmente conferidos a eles, desempenhando o papel de arquitetos e guardiões de uma memória nacional (Chuva, 2009).

Analisando essas questões, notamos três elementos cruciais relacionados aos procedimentos de tombamento que procuramos analisar neste capítulo. O primeiro aspecto envolve a preservação do patrimônio desses ativos, estreitamente ligada ao período colonial português, e que passará por um processo de conservação conduzido pelo IPHAN. É importante ressaltar que esse órgão federal responsável por uma política de patrimonialização se esforçará para manter os conhecimentos, os valores e os sistemas de significado próprios, com o intuito de criar uma compreensão histórica a partir da memória que está sendo preservada (Poulot, 2012).

O segundo aspecto abordado está relacionado ao processo de enquadramento de memória realizado pelo IPHAN. Este órgão, encarregado de endossar os bens e conhecimentos que se tornarão parte do patrimônio histórico nacional, ao escolher certos monumentos e paisagens como representativos de uma memória histórica local, bem como capazes de estabelecer conexões com a história nacional, irá enquadrar uma memória específica, que passará a ser validada como essencial para a compreensão daquele passado e que sofrerá a despersonalização de suas características originais (Pollak, 1989, 1992).

O terceiro aspecto a ser considerado neste capítulo diz respeito à compreensão do processo de tombamento realizado pelo IPHAN, que transforma esses monumentos em lugares de memória. Isso é alcançado por meio da criação de uma narrativa intelectual elaborada pelos membros do instituto de patrimônio histórico, que escolherão lugares, bens e memórias associados a esses espaços como locais de geração de significado histórico (Nora, 1993).

Dentro deste capítulo, mobilizamos os conceitos de patrimônio histórico, enquadramento de memória e lugares de memória, com o objetivo de compreender como o processo de tombamento, iniciado na década de 1950, contribuirá para a construção e preservação de certos bens históricos na cidade de Cabo Frio, sem a ampla participação dos residentes locais. Nesse contexto, acreditamos que a política de preservação se concentrou principalmente no tombamento e na fiscalização dos bens imóveis, com pouca participação da sociedade civil organizada, devido à visão de preservação prevalecente naquela época.

É possível estabelecer uma conexão entre o papel do IPHAN como criador de uma memória histórica materializada em Cabo Frio. Através das decisões de seus representantes, o IPHAN determinará o que deve ser selecionado, destacado, deixado de lado e omitido para a construção de um entendimento do passado, ao mesmo tempo em que mantém sua relevância

nas conexões com o presente. Além disso, o órgão desempenha um papel fundamental na produção de uma cultura histórica própria por meio dos tombamentos e suas políticas de patrimonialização aplicadas na cidade de Cabo Frio.

3 FAZENDA CAMPOS NOVOS, DIFERENTES ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS EM UM MONUMENTO TOMBADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO FEITO PELO IPHAN EM CABO FRIO

3.1 Como tudo começou: a provocação para o tombamento por parte da A TEIA, a reação do IPHAN e os seus desdobramentos

A fazenda Campos Novos, localizada em Tamoios, no município de Cabo Frio, é um monumento tombado pelo IPHAN, inscrito nos livros do Tombo Histórico, do Tombo de Belas Artes e no do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, desde 05/03/2015[49], configurando esse espaço em um monumento protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Estudar o processo de tombamento dessa antiga fazenda jesuítica do século XVII, quando a presença portuguesa tem início na região que compreende hoje a cidade de Cabo Frio, remete às diferentes atribuições de sentidos que podemos dar a esse espaço, em sua história secular marcada por conflitos, resistências e silenciamentos.

Quando consideramos o valor cultural de um determinado patrimônio, compreendemos que ele sofre sempre uma ou mais atribuições de sentidos dadas por uma sociedade ao longo do tempo e do espaço em que são atribuídos. Os monumentos em si não têm valor, mas sim valores que lhe são atribuídos.

> O que permanece é a certeza de que o patrimônio é o modo possível de identificarmos, no passado, os valores existentes, as concepções de espaço, os princípios estéticos, a técnica, o saber fazer, as formas de trabalho, as expressões do coletivo, a construção das identidades e as disputas sociais. O patrimônio é a medida dos entrelaçamentos entre memória e história, poderoso dispositivo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro (Carvalho; Meneguello, 2020, p. 24-25)

A fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, nos seus albores, abrigou os frades da ordem religiosa católica, sendo utilizada para criação de gado e espaço agrícola, abrigando em suas dependências além dos espaços destinados para atividade agropastoril na época, tinha também uma pequena Igreja utilizada pelos frades jesuítas em homenagem a Santo Inácio.

[49] Informações obtidas pela certidão fornecida pelo IPHAN de 19/03/2015, presente no processo de Tombamento nº 1492-T-02, Volume: 4, página: 770.

No século XVIII, com a expulsão da ordem Jesuítica de Portugal e seus domínios, a fazenda Campos Novos foi a leilão por hasta pública, arrematada por particulares, tendo o seu espaço original a ser fracionado e passando por diferentes donos no decorrer de sua história.

Estudar a história da fazenda Campos Novos e a sua conflituosa história é como trilharmos um rio com vários afluentes, que dependendo do rumo que tomamos, poderemos ser levados a diferentes narrativas, histórias de pompa, luxo, glória, dor, sofrimento, resistência, todos relacionados a um mesmo local, mas com diferentes olhares.

Poderíamos centrar a narrativa dessa pesquisa no estudo da presença jesuítica na região, desde o seu crepúsculo no século XVII até o seu ocaso no século XVIII, com a expulsão da ordem jesuíta e o fim da sua presença e a liquidação de seus bens pelo estado português.

Poderíamos caminhar a narrativa da pesquisa para o estudo da fazenda a partir das narrativas de viajantes, pesquisadores ou personalidades ilustres que passaram pela fazenda Campos Novos, tais como Saint-Hilarie, Charles Darwin, D. Pedro II, percebendo o olhar desses sujeitos a respeito desse espaço.

Ou até mesmo, pesquisar a respeito da presença indígena no espaço em que será estabelecida a fazenda, seja por meio de sua presença na fazenda a partir da interligação desse espaço agrário com a aldeia jesuítica criada onde hoje é o município de São Pedro da Aldeia ou até mesmo da presença indígena nesse local antes mesmo da chegada dos portugueses na região, pois a própria sede da fazenda foi assentada em um sambaqui e outros locais que estarão dentro dos seus limites também têm sítios arqueológicos das diversas culturas indígenas que há milhares de se estabeleceram na região.

Continuando o nosso exercício de imaginação histórica, poderíamos construir a narrativa dessa pesquisa, em torno de diferentes formas de violências e resistências na fazenda campos novos, seja pelos prisma da escravidão que esteve presente nesse espaço agrícola, da resistência dos escravizados, seja por meio de fugas e formação de comunidades quilombolas no região do entorno da fazenda campos novos ou os conflitos agrários que irão se iniciar a partir do século XIX, estendendo-se por grande parte do século XX, envolvendo os proprietários da fazenda, os posseiros instalados na região, muitos deles descendentes dos escravizados que viveram na fazenda, assim como o papel do poder público nesses conflitos por terra.

Poderíamos estender o nosso exercício de imaginação em torno da pesquisa de parte da história da fazenda Campos Novos a inúmeras possibilidades, mas a nossa narrativa ficará centrada em torno do processo de tombamento realizado pelo IPHAN na fazenda Campos Novos, no qual iremos buscar compreender as motivações que levaram ao tombamento dela, os

atores envolvidos, a construção de narrativas que buscaram justificar o tombamento, o espaço tombado e como esse local encontra-se hoje.

O fato de centrarmos parte da pesquisa que trata da Fazenda Campos Novos ao processo de tombamento efetuado pelo IPHAN, não deixará de abordar de maneira mais tangenciada as possibilidades narrativas pensadas acima, pois na construção da narrativa que levará ao tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico, teremos no processo de tombamento, documentos de diferentes temporalidades, fotos, pareceres de especialistas que, de certa maneira, trarão diferenciados aspectos a respeito dessa história narrada, com múltiplos nexos temporais e várias atribuições de sentidos desse espaço de reflexão historiográfica.

> Se entendemos que patrimônio cultural é aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores atribuídos a bens e práticas culturais em diferentes momentos e espaços, é preciso atentar para historicidade desse processo, uma vez que a história do patrimônio, recorrendo novamente a Dominique Poulot, é a "história da construção do sentido de identidade", forjada no âmbito das políticas públicas de preservação. [...] Este é o desafio e o dilema da lida com o patrimônio cultural: a lida com as temporalidades diferentes que definem o outro (Nogueira, 2014, p. 63).

Ao estudarmos esses monumentos que são abordados na pesquisa, o forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos, que serão escolhidos pelo IPHAN como monumentos que receberão a chancela de patrimônios históricos, buscamos compreender aspectos relacionados a esses processos de patrimonialização ocorridos na cidade, a partir de um processo de enquadramento de memória (POLLAK, 1989) em que esses monumentos contribuem, seja pela sua própria historicidade ou pelos sentidos que serão dados a eles, para a formação de uma cultura histórica local.

> Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (Pollak, 1989, p. 9).

O processo que deu origem ao tombamento feito pelo IPHAN de nº 1492-T-02 teve início a partir de uma provocação realizada pela ONG A TEIA[50], que impetrou, no dia

[50] A TEIA é a sigla para a organização não governamental denominada de Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia, situada à época na Rua Carlos Mendes, nº 47, bairro: Jardim Caiçara – Cabo Frio – RJ.

20/07/2001, um ofício junto à 6ª Superintendência Regional do IPHAN, assinado por Geraldo Monteiro[51], presidente da referida instituição.

Na petição apresentada pelo presidente da A TEIA, temos como assunto o Pedido de Tombamento do Contexto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno da Fazenda Campos Novos, sob a alegação da urgência do "tombamento de todo conjunto e entorno, uma vez que existe um procedimento de instalar-se, na fazenda um aterro sanitário" (IPHAN, 2001, pág. 01). No requerimento, o autor ainda salienta que a fazenda se encontra sob administração da Prefeitura de Cabo Frio, abrigando em suas instalações a Secretaria Municipal de Agricultura.

Para embasar o seu requerimento, o solicitante apresenta como documentos uma transcrição da Carta de Sesmaria, extraída do livro de tombo do colégio de Jesus do Rio de Janeiro de 04/11/1630, em que a ordem jesuítica recebe as terras que darão origem à fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, um breve histórico de uma página que relata alguns aspectos da história da fazenda, abrangendo do período que pertenceu aos jesuítas até a desapropriação de parte da mesma pela Prefeitura de Cabo Frio.

O autor do requerimento apresenta também um relatório do IAB[52], atribuído ao presidente da instituição o Historiador Ondemar Dias[53], em que o mesmo relata alguns elementos da história da fazenda e sua importância histórica, dando ênfase ao fato que ela foi

---

[51] O nome completo é Geraldo José Monteiro da Rocha Santos, estabelecido em Cabo Frio, onde, ainda pescador, cursou a faculdade em Ciências Biológicas na FERLAGOS - Faculdade da Região dos Lagos, com ênfase em Biologia Marinha, pelo convênio da mesma com o IEAPM - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, sediado em Arraial do Cabo. Em cabo Frio, foi sócio fundador e presidente da ONG A TEIA Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia. Trabalhou como biólogo da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente durante quatro anos, coordenando três encontros sobre o destino das salinas da Região dos Lagos, vários projetos de educação ambiental, quatro fóruns de arqueologia e dois congressos Ecogênese. Informações obtidas em 20/01/2022, por meio do Currículo Lattes nº 3833875371423076. Última atualização do currículo em 29/04/2010.

[52] IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira: O Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, fundado a 29 de abril de 1961, é uma instituição de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, que, há 59 anos, dedica-se à Pesquisa, Ensino e Divulgação da arqueologia brasileira. Em 1965, estabeleceu sede própria na Vila Santa Tereza, em Belford Roxo-RJ. É uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq. Credenciada, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para Guarda de Acervos Arqueológicos. Comporta hoje dez prédios, reserva técnica, área museal (registrada no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)), laboratórios, (já utilizados por pesquisadores da FIOCRUZ), almoxarifados, salas de aula e alojamento para pesquisador-visitante, além de áreas para atividades de cunho sociocultural. Informações obtidas no site: https://arqueologia-iab.com.br/quem-somos/.

[53] Ondemar Ferreira Dias Júnior: Possui graduação em História pela Universidade do Brasil(1962), especialização em Técnico de Cerâmica pelo Instituo Nacional de Tecnologia(1963), especialização em Pré História pela Universidade Federal do Paraná(1962), especialização em Ensino e Pesquisa Em Jazidas Cerâmicas pela Universidade Federal do Paraná(1964), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1976) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1977). Atualmente é Pesquisador Principal do Instituto de Arqueologia Brasileira, Professor do Instituto de Arqueologia Brasileira, Professor do Instituto de Arqueologia Brasileira, Coordenador do Instituto de Arqueologia Brasileira, Professor Palestrante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Informações obtidas em 20/01/2022, por meio do Currículo Lattes: 5000996701257087. Última atualização do currículo em 07/04/2017.

parte de um complexo agropastoril, que utilizou ao longo de sua história mão de obra indígena e de escravos africanos, destacando ainda que o local em que foi estabelecida a sede da fazenda é também um sítio arqueológico de tradição indígena ITAIPU[54] e que esse espaço é um marco da ocupação humana na região, desde antes da chegada dos portugueses e que o próprio conjunto representado pela sede e demais remanescentes do período jesuítico é um dos poucos preservados no nosso litoral e que tem potencial para pesquisa arqueológica, arquitetônica, histórica e ambiental.

Outro documento apresentado são trechos de um relatório em papel timbrado da Prefeitura de Cabo Frio, que conta aspectos da história da fazenda Campos Novos no tempo dos jesuítas e a presença na região de sítios arqueológicos de origem sambaqui[55] no distrito de Tamoios em terras pertencentes à fazenda que é objeto de estudo. Além da documentação apresentada no requerimento para o tombamento, o requerente ainda apresenta duas fotos da fazenda e uma notícia do jornal falando a respeito de um conflito judicial envolvendo os antigos proprietários da família Miziara e a Prefeitura de Cabo Frio em torno de uma indenização solicitada na justiça pela referida família por se sentir injustiçada com o valor estipulado a ser pago com a desapropriação feita pelo ente público municipal.[56]

Apresentado o requerimento junto ao IPHAN, o Superintendente Regional Substituto da 6ª SR, Mauro Pazzini de Souza, acata a solicitação e encaminha ao Departamento de Proteção da Instituição a documentação e solicita a abertura de processo em 10/08/2001. Antes de continuarmos com a narrativa que irá levar ao tombamento da Fazenda Santo Inácio de Campos Novos pelo IPHAN, por meio das tramas burocráticas e processuais na massa

---

[54] A tradição Itaipu é imediatamente subdividida em duas fases: a fase A e a fase B. A fase B comportaria os grupos que, em resposta a esta mudança, construiriam sambaquis em praias abertas, sob dunas estáveis, junto aos pontos onde as lagoas desaguavam no mar; desenvolveriam um incremento na pesca como resposta adaptativa (Dias, 1969c). Os grupos pré-históricos classificados como pertencentes à fase A tinham uma dieta alimentar baseada no consumo de vegetais e moluscos, complementada pela caça e pesca, e localizavam-se próximos aos mangues e lagoas paradas, em áreas mais interioranas. Seriam respostas adaptativas diferenciadas daquela relacionada à fase B.; Guimarães, Márcia Barbosa da Costa. Ocupação pré-colonial da região dos Lagos, RJ: sistema de assentamento e relações intersocietais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e da tradição Una. Tese de Doutorado em Arqueologia pela USP. São Paulo. 2007. Informações obtidas por meio do site: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-05092007-111015/pt-br.php. Acesso em: 03/03/2022.

[55] Os sambaquis são sítios constituídos basicamente por várias camadas compostas de areia, terra e conchas. A construção era um processo contínuo, sendo que alguns sambaquis ficaram ativos por milhares de anos. Dentro deles são encontrados inúmeros vestígios de atividade humana, incluindo artefatos líticos, ósseos e de conchas, fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de animais e de plantas. Informações obtidas por meio do site: https://arqueologiaeprehistoria.com/2021/03/29/voce-sabe-o-que-e-um-sambaqui/. Acesso em: 20/01/2022.

[56] A documentação narrada acima e apresentada pela A TEIA encontra-se nas páginas: 1 ao 14 do Processo de Tombamento do IPHAN nº 1492-T-02.

documental do processo de tombamento que se estenderá por mais de uma década, vamos refletir a respeito de algumas questões historiográficas a respeito dessa provocação que deu origem à malha processual em questão.

É interessante percebermos que já na provocação inicial o requerente procura legitimar a sua solicitação de pedido de tombamento por meio da fala de especialistas, como o presidente do IAB, a transcrição de um documento de época como a carta de sesmaria, fotos, trechos de um relato em papel timbrado da prefeitura com informações sobre a história do local e até mesmo uma notícia de jornal, relatando um conflito judicial entre antigos proprietários e o poder público municipal a respeito da desapropriação de parte do bem em questão, sem contar a urgência apresentada pelo requerente sobre a denúncia de que havia um projeto para construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda Campos Novos.

Observando esses documentos apresentados pelo representante da ONG A TEIA, que por mais desconexos que às vezes possam parecer entre si, podemos perceber, analisando os mesmos, um tipo de argumento muito presente nas justificativas dos processos de tombamento que é o que José Reginaldo Gonçalves chama de a retórica da perda. (Gonçalves, 1996) Sob o argumento de que o bem a ser protegido sofre algum tipo de perigo, como a construção de um possível aterro sanitário municipal, ou que a área é palco de uma disputa judicial entre prefeitura e antigos proprietários, o requerente argumenta a respeito da urgência do pleito e ainda para dar legitimidade aos seus argumentos, ele irá embasar a sua solicitação por meio da fala de especialistas ou transcrição de documentos primários de um período pretérito que irão fortalecer a ideia de autenticidade e de historicidade do monumento.

> Nesses discursos, o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua "autenticidade". Os que assumem esse discurso situam-se numa determinada concepção de tempo histórico, um tempo progressivo, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado (daí o risco da "perda"), ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional (Gonçalves, 2015, p. 216).

Nos meses que seguem a solicitação da ONG A TEIA a respeito do tombamento da fazenda Campos Novos e a instalação do processo de tombamento pelo IPHAN, temos uma série de correspondências[57] entre diversos departamentos do Instituto do Patrimônio Histórico

[57] Memorando: DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 450/01 de 06/09/01 – De: Arquiteta - Joyce C.M. Kurrels Pena. Para: Chefe de Divisão - Cláudia M. Girão Barroso. Assunto: Pedido de tombamento do "contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos", em Cabo Frio, RJ/ameaça de sítios arqueológicos; Despacho: DEPROT/CORDEP/DEA, nº 01420/2001, de 12/09/01. De: Cláudia M. Girão Barroso – Chefe de Estudos de

encaminhadas entre si, ao Ministério Público – RJ e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, em que as mesmas enfatizam a necessidade de tombamento do referido bem e defendem a urgência no tombamento a partir de três principais argumentos: a possível construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda; a importância do local por ser um remanescente de uma fazenda jesuítica tendo em seu espaço elementos de uma arquitetura colonial, como o prédio principal da fazenda, moradias de trabalhadores e escravos e a capela em homenagem a Santo Inácio; tendo como terceiro argumento presente o fato que a sede da fazenda está assentada em um sambaqui.

> ... às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico na qualidade de patrimônio, o que acarreta a res-semantização do bem e leva a alterações no sistema de valores. O processo de seleção desses bens é conduzido por agentes autorizados – representantes do Estado, com atribuições definidas – e dentro de categorias fixas, *a priori* definidas, relacionadas a determinadas disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia, etc.) (Fonseca, 2017, p. 40).

Podemos perceber que, por meio dos técnicos do IPHAN, sejam arquitetos, arqueólogos ou historiadores, que emitirão pareceres defendendo o tombamento da fazenda, a ideia da retórica da perda (Gonçalves, 1996) estará presente, sob diferentes argumentos e justificativas, tendo como elo em comum a identificação de que o bem a ser tombado estava sob eminente perigo e que a sua proteção era condição primária para o tombamento.

> As narrativas sobre patrimônio cultural implicam o impulso de preservar e colecionar os diversos bens culturais que estariam sob a ameaça de destruição. Esses bens, no entanto, têm de ser destruídos para que possam ser desejados, preservados e colecionados (Gonçalves, 1996, p. 107-108).

Esse tipo de argumentação esteve também presente no processo de tombamento do Forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, que analisamos em outra parte da pesquisa, mostrando, com isto, como era recorrente esse argumento aos técnicos do IPHAN,

---

Acautelamento. Para: Coordenador de Proteção – Carlos Fernando de Moura Delphim; Memorando: CORDEP/DEPROT/ nº 524/2001 de 01/10/01. De: Rogério José Dias – Coordenador Substituto de Proteção. Para: Thays Pessotto – Superintendente da 6ª SR/RJ; Memorando: GAB/6ª SR/Nº 036/02 DE 28/01/02. De: Claudia Maria Pinheiro Storino – Chefe de Gabinete da 6ª SR. Para: Coordenador de Proteção; Memorando nº 018/2002 PROTEC/DEPROT de 01/02/02. De: José Leme Galvão Junior/Coordenador de Proteção. Para: Roberto de Holanda – Diretor do DEPROT; Ofício/GAB/6º SR/IPHAN nº 0027/2002 de 10/01/02 – De: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani/Superintendente Regional, para o Prefeito Alair Francisco Corrêa. Assunto: Aterro Sanitário na Fazenda Campos Novos; Memorando nº 029/2002 de 14/02/02 – De: Célia Corsino/Diretora do DID. Para: Francisca Helena Barbosa Lima/Chefe do Arquivo Noronha Santos/DID. Assunto: Processo de Tombamento nº 1492-T-02; Memorando: 150/02 de 27/05/02 – De: Sista Souza dos Santos/Procuradora Chefe/IPHAN. Para: Roberto César de Holanda Cavalcanti/Diretor/DEPROT/IPHAN. Assunto: Requisição /Ministério Público-RJ/Processo de tombamento.

independente do nexo temporal que separa os dois processos e dos atores responsáveis por legitimar o tombamento por meio do seu conhecimento técnico e do seu lugar de fala na instituição.

> O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao "dever" da memória, com sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a "ardente obrigação" do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração (Hartog, 2006, p. 266).

No processo de tombamento do Forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, há uma predominância no lugar de fala dos técnicos do IPHAN ligados a arquitetura e com forte influência de um discurso nacionalista que justificasse a necessidade do tombamento pelo víes da importância arquitetônica dos bens a serem tombados e a relação que eles teriam com outros monumentos, que em seu conjunto iriam compor uma narrativa historiográfica de cunho nacionalista.

Quando o instituto do patrimônio histórico estabelecia os critérios para constituição do patrimônio no contexto das décadas de 1950 e 1960, ele, no geral, seguia uma linha que pode ser resumida em:

> 1) o principal instrumento de legislação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;
> 2) prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
> 3) a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
> 4) ... a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições (Fonseca, 2017, p. 121-122).

Nos processos de tombamento analisados anteriormente, os critérios adotados para o tombamento baseavam-se mais na autoridade dos agentes e da instituição responsável do que em estudos e pesquisas elaboradas, tendo o público em geral pouco contato com o material produzido, face à sua circulação interna nos corredores da burocracia estatal.

É interessante percebermos que os processos de tombamento que serão alvo desse trabalho carregam em sua estrutura uma dinâmica de organização por meio da coletânea de documentos, fotos, notícias de jornais, plantas, memorandos internos do IPHAN e do instituto do patrimônio com outros entes da administração pública federal, estadual ou municipal, carregando com isso a feição de um dossiê que a todo momento procura justificar o tombamento dos monumentos estudados.

> ... a partir da década de 1960 esses processos passaram a ser formados segundo uma certa sistemática, constituindo-se em verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas documentos oficiais (pedido de tombamento, notificação ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo, eventuais impugnações e contrarrazões, etc.) como todo material que diga respeito ao processo (recortes de jornais e revistas, cartas, abaixo-assinados, informações extraídas de livros, folhetos, fotos, plantas, desenhos, etc.). Dado o seu formato – todos os documentos são organizados em ordem cronológica -, esses dossiês nos permitem acompanhar a história desse processo de ressemantização de um bem que constitui um processo de tombamento e entender não só o seu desfecho como também, considerando o universo dos processos, os critérios que nortearam a prática de preservação... (Fonseca, 2017, p. 194).

No processo de tombamento da fazenda Campos Novos, percebemos uma diversificação de atores sociais com expertise para justificar o tombamento, tendo nesse caso diversos pareceres elaborados por arquitetos, arqueólogos e historiadores, levando-nos a perceber mudanças no corpo técnico constituinte de dentro do IPHAN e que como esses diferentes profissionais iriam constituir a produção de argumentos favoráveis ao tombamento a partir das diferentes perspectivas dos campos de saberes que eles trariam.

Analisando a documentação, percebemos que ao longo do processo de tombamento os argumentos para proteção do bem girarão em torno do fato da fazenda ser um remanescente de uma arquitetura e cultura jesuítica do período colonial e da sede da fazenda estar assentada em um sambaqui, esses argumentos irão atravessar todo o processo de tombamento que irá durar por volta de uma década, enquanto que a ideia de que esse bem estaria ameaçado devido à possibilidade da construção de um aterro sanitário acaba não se sustentando no decorrer do processo.

Como parte da argumentação utilizada pelos técnicos do IPHAN, para justificar o tombamento da fazenda Campos Novos, gira em torno das construções legadas do período colonial, podemos caracterizar esses monumentos edificados como constituintes de um patrimônio arquitetônico, sendo ao longo do processo a fala de arquitetos, historiadores ligados à arquitetura jesuítica, assim como de outros saberes, veicular como um dos argumentos determinantes para o tombamento a excepcionalidade da arquitetura jesuítica do bem estudado.

> O patrimônio arquitetônico – patrimônio edificado – corresponde a uma categoria do patrimônio cultural que compreende as edificações isoladas, os conjuntos arquitetônicos e os sítios urbanos aos quais são atribuídos valores culturais (Andrade, 2020, p. 39).

Falando a partir da documentação que analisei no processo de tombamento elaborado pelo IPHAN, não encontramos nenhum documento oficial da Prefeitura de Cabo Frio a respeito

da construção ou projeto de construção de um aterro sanitário no espaço da fazenda Campo Novos.

Além desse argumento estar presente no requerimento inicial feito pela ONG A TEIA, temos um memorando interno e um ofício encaminhado à Prefeitura provenientes do IPHAN a respeito da questão da construção do aterro sanitário.

O primeiro é o memorando[58] do Escritório Técnico de Cabo Frio, encaminhado à Divisão Técnica da 6ª SR/IPHAN, em que o escritório local do instituto apresenta a localização da futura área do aterro sanitário e informa encontrar-se em análise e aprovação por parte da FEEMA/RJ, solicitando à assessoria de Arqueologia da 6ª SR pronunciamento a respeito da existência ou não de um sítio de valor arqueológico na área[59].

> Localização: "Fazenda Campos Novos, próxima ao Distrito de Tamoios, distando 1.095 metros do entroncamento Rio Uma – Rios da Ostras – Búzios, indo pela Amaral Peixoto, lado direito sentido São Pedro D'Aldeia, com coordenada métrica UTM: N= 748600; E= 804700" (Iphan, 2002, p.: 21).

Além do memorando, temos um ofício[60] encaminhado pelo IPHAN, solicitando esclarecimentos à Prefeitura sobre a possibilidade de construção de um aterro sanitário nas terras da fazenda, tendo também o referido ofício enfatizado que, segundo a legislação vigente a respeito da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e de meio ambiente, caso a Prefeitura queira levar adiante tal empreendimento, é necessário a avaliação do impacto do mesmo sobre o patrimônio arqueológico e cultural.

Não encontramos nenhuma resposta por parte do ente público municipal a respeito dessa obra na documentação consultada. Conjecturamos, a partir da documentação vista, que possivelmente a Prefeitura Municipal desistiu de quaisquer planos de construção de um aterro sanitário, quando esse espaço se tornou alvo de interesse por parte do IPHAN, com a abertura do processo de tombamento.

---

[58] Memo ETCF nº 072/01 de 29/11/2001 – De: Maryane Medeiros/Arquiteta. Para: Divisão Técnica 6ª SR/IPHAN. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 21).

[59] Memorando nº 036/02 de 28/01/02, da Chefe de Gabinete da 6ª SR/IPHAN/Claudia Maria Pinheiro Storino, encaminhado ao Coordenador de Proteção/DEPROT/IPHAN, informando que os técnicos da 6ª S.R., Rosana Najar/Arqueóloga e Mauro Pazzini/Arquiteto, realizaram em 12/12/01 uma visita na fazenda Campos Novos, realizando uma vistoria e não constataram "nenhuma modificação nas feições do sítio arqueológico existente no terreno onde o complexo religioso foi edificado", informando ainda que consideram importante a preservação, "tanto do sítio arqueológico, quanto da edificação jesuítica". (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 24).

[60] Ofício/GAB/6º SR/IPHAN nº 0027/2002 de 10/01/02 – De: Thays Pessoto de Mendonça Zugliani/Superintendente Regional, para o Prefeito Alair Francisco Corrêa. Assunto: Aterro Sanitário na Fazenda Campos Novos. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 23.)

Entre a provocação feita pela A TEIA ao IPHAN em 2001 e o ano de 2002, teremos um certo protagonismo por parte da ONG que propõe o tombamento junto ao IPHAN, por meio de uma série de documentos, ofícios que serão juntados ao processo e demonstrarão como essa organização procurava legitimar junto ao órgão do patrimônio histórico a sua solicitação.

Em 26 de Agosto de 2002 é enviado ao escritório técnico do IPHAN[61] em Cabo Frio um ofício do INEPAC[62], remetido a Geraldo Monteiro, presidente da Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia (A TEIA), informando o recebimento de um ofício nº 116/2002, de 24/05/2002, enviado pela ONG ao INEPAC[63], solicitando o tombamento do complexo cultural e ambiental da "Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos" e a informação de que já existiam pedidos anteriores de tombamento da referida fazenda, feitos pela Ordem dos Advogados em 31/07/1990 e outro pelo então Subsecretário de Cultura de Cabo Frio, Márcio Werneck[64] em 09/05/1994[65], originando o processo nº E-18/000.649/94 no INEPAC.

No dia 2 de outubro de 2002, temos um novo ofício[66] de parte da A TEIA ao Superintendente do IPHAN, em que ao mesmo é juntado um abaixo assinado realizado com 184 assinaturas coletadas[67], solicitando o tombamento da Missão Jesuítica de Santo Inácio de

[61] Ofício da A TEIA nº 124/2002 de 26/08/2002 – De: Geraldo Monteiro/Presidente. Para: Thays Pessotto/Superintendente Regional da 6ª SR/ IPHAN, assunto: Processo de Tombamento nº 1492-T-02 – inclusão de documentos. (Ibid., p. 33).

[62] Ofício do INEPAC nº 263 de 14/08/02 – De: Alexei Bueno/Diretor Geral. (Ibid., p. 34).

[63] O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac, criado em 1975, é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara - DPHA, criada por decreto em 1963 (primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural, em nível estadual). O Instituto dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras e bens tombados, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando, inventariando e efetuando tombamentos. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao. Acesso em: 26/01/2022.

[64] Márcio Werneck da Cunha, indivíduo que, além de ocupar diversos cargos na esfera municipal entre as décadas de 1970 e 1990, no campo do turismo e da cultura local, também é responsável pela elaboração de diversos estudos sobre a história de Cabo Frio e região. Para mais informações sobre a biografia e produção historiográfica de Márcio Werneck da Cunha: https://acervomarciowerneck.com.br/curriculo/.

[65] Vale destacar que existe uma cópia dessa correspondência no processo de Tombamento do IPHAN em que o subsecretário de cultura solicita o Tombamento da fazenda Campos Novos pelo INEPAC, destacando na correspondência a importância do monumento histórico fluminense, informando ainda que parte da fazenda havia sido desapropriada pela Prefeitura de Cabo Frio em 1993, passando a ser ocupada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e que a Igreja de Santo Inácio a época achava-se em péssimo estado de conservação, tendo sido fechada por medida de segurança e aguardando a restauração. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 85-86).

[66] Ofício da A TEIA nº 126/2002 de 02/10/02. (Ibid., p. 38-48).

[67] As assinaturas foram recolhidas durante a realização do I Congresso de Ecogênese e Ecodesenvolvimento da Região dos Lagos, realizado em Cabo Frio em 2002.

Campos Novos e uma cópia do ofício nº 126/2002, remetido à Prefeitura de Cabo Frio, requerendo a desapropriação efetiva e o tombamento da Fazenda Campos Novos.

Outra estratégia de mobilização empreendida pela A TEIA foi a elaboração de um abaixo-assinado, promovido durante a realização do I Congresso de Ecogênese e Ecodesenvolvimento da Região dos Lagos, realizado em Cabo Frio em 2002, em que a ONG, no intuito de mobilizar parte da opinião pública local e procurando legitimar a sua reinvindicação, viria a proceder à coleta de assinaturas e juntar ao processo aberto pelo instituto do patrimônio histórico.

Além da mobilização de saberes de especialistas no campo da história e ciências afins e da opinião pública que endossasse o pedido de tombamento da A TEIA, temos uma outra frente de mobilização narrativa para o tombamento por meio dessa associação, que é a anexação de um mapa do INCRA[68], "demonstrando áreas desapropriadas em Campos Novos, evidenciando a área de interesse", além de uma "planilha de coordenadas em UTM[69], referente à poligonal da área de entorno do centro histórico" e uma " projeção poligonal em UTM da área a ser tombada (centro histórico entorno)".

Entrar com essa documentação no processo de tombamento contribui para mostrar que a área pleiteada é de interesse coletivo, devido a conflitos por terras que aconteciam na localidade há algumas décadas, sendo parte destas terras objeto de ação por parte do INCRA[70] para desapropriação visando reforma agrária na região, dando legitimidade cada vez maior ao pleito, tendo em vista que, além da historicidade do espaço em si e dos remanescentes de suas

---

[68] Esses documentos foram juntados pela A TEIA, por meio do Ofício nº 169/2003 de 18/03/2003, encaminhados a 6ª Superintendência Regional do IPHAN, em é informado que os dados foram obtidos em GPS e recolhidos "com apoio da SERLA/Pedro Góes e Associação de Moradores de Campos Novos / Regina Lan." (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 76 - 83).

[69] Universal Transversa de Mercator (UTM) utiliza um sistema de coordenadas cartesianas bidimensional para dar localizações na superfície da Terra. É uma representação de posição horizontal, isto é, é utilizada para identificar os locais na Terra independentemente da posição vertical, mas difere do método tradicional de latitude e longitude, em vários aspectos. O sistema UTM não é uma simples projeção de mapa. Em vez disso, ele divide a Terra em sessenta zonas, cada uma banda de seis graus de longitude, e utiliza uma projeção de *mercator* transversa secante em cada zona. Em latitudes, o sistema é limitado pelos paralelos 84 º N e 80º S, onde as deformações ainda não são significativas. Para latitudes maiores, é utilizada a projeção Estereográfica Polar Universal (sigla em inglês UPS, de Universal Polar Stereographic). Em muitos aparelhos receptores de sinal do Sistema de Posicionamento Global (GPS) consta a opção de coordenadas UTM/UPS. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universal_Transversa_de_Mercator. Acesso em: 05/02/2022.

[70] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra. Acesso em: 05/02/2022.

construções do período colonial, esse local é objeto de interesse da UNIÃO por parte de um órgão federal responsável por implementar políticas de acesso a terras e de realização do ordenamento fundiário nacional.

É interessante percebermos as várias frentes de atuação da ONG que propõe o tombamento ao IPHAN em mobilizar diversos tipos de fontes e narrativas que fortalecessem o seu pleito, que vão desde a mobilização de documentos aos órgãos oficiais, a solicitação de proteção da fazenda por meio de requerimentos e ofícios, anexação de pareceres ou trechos de livros que tratassem do monumento, mostrando sua historicidade e importância de sua proteção e transformação do mesmo em um espaço de pesquisa histórica, arqueológica ou ambiental, seja como remanescente jesuítico do período colonial, ou de presença indígena sambaquieira.

3.2 **Mais um ator entra em cena: o tombamento parcial do INEPAC e a pressão da A TEIA pelo tombamento do IPHAN**

Em 29/07/2003[71], temos uma correspondência do escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio, assinada pela Arquiteta Maryane Turi Medeiros, para a Divisão Técnica da 6ª SR do mesmo órgão, em que a mesma relata o envio de cópia do Diário Oficial do Estado com o tombamento provisório, assim como cópia do processo de tombamento da fazenda Campos Novos feito pelo INEPAC. Esta documentação teria sido encaminhada por parte da ONG A TEIA e, na correspondência à Arquiteta do escritório do Instituto do Patrimônio na cidade, relata que a referida ONG havia comunicado que estaria buscando entendimentos com o Ministério Público Federal visando a desapropriação das terras da fazenda e que tinha encaminhado um projeto de turismo cultural ao Ministério do Turismo, visando o apoio desse órgão para implementação.

Ao analisarmos essa correspondência interna, percebemos um tensionamento entre a ATEIA, proponente do processo, e o escritório técnico do IPHAN na cidade, haja vista o desabafo da autora do memorando, que relata o esforço da ONG em várias frentes, estaria "tratando do assunto com uma preocupação além da ordem do interesse coletivo, passando pelo empenho pessoal de concretizado alguns princípios por ela idealizado" (Iphan, 2002, p. 99).

[71] Memorando nº 077/03 de 29/07/03, do Escritório Técnico Cabo Frio / 6ª SR/IPHAN, para Divisão Técnica/6ª/IPHAN. (Ibid., p. 99-100)

O fato da A TEIA, está mobilizando várias frentes para o tombamento, desapropriação e projeto de turismo cultural, junto ao IPHAN, INEPAC, Ministério Público Federal, Prefeitura, Ministério do Turismo, buscando urgência em seu pleito, nas mais diferentes camadas da burocracia estatal, causa um descompasso com o escritório técnico local, que por meio desse memorando interno questiona a Divisão Técnica da 6ª SR, a respeito da urgência do tombamento, tendo em vista, as dificuldades financeiras e de pessoal que o IPHAN apresentava à época para gerenciar os estudos referentes aos processos de tombamento de responsabilidade do instituto.

> Considerando o tombamento Estadual, mesmo que provisório, e as nossas inúmeras dificuldades financeiras e de pessoal para desenvolver os diversos (centena) processos de estudos para tombamento aguardando no âmbito desta Regional uma oportunidade, será prioritário o desenvolvimento deste estudo de tombamento? A resposta afirmativa ou negativa desta, dever ser imediatamente apresentada tanto àquela ONG como a este Escritório Técnico para nossa orientação de procedimentos a serem tomados (Iphan, 2002, p.: 100).

A resposta para esses questionamentos feitos pela arquiteta do escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio não será por meio de um memorando ou ofício de algum departamento ou chefia, e sim, por meio de um longo processo que se arrastou por volta de uma década nas tramas da burocracia do instituto e dos diversos órgãos da burocracia estatal que serão envolvidos no processo de tombamento.

Agora iremos nos debruçar na documentação juntada pela A TEIA[72], a respeito do tombamento feito pelo INEPAC, para compreendermos alguns dos caminhos que levaram o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural a tombar provisoriamente a fazenda Campos Novos em Cabo Frio.

Para fins de análise desse capítulo, iremos nos deter na análise de alguns aspectos referentes ao tombamento feito pelo INEPAC, por meio do processo de tombamento nº E. 18/000881/2003 de 25/06/2003, denominado: Tombamento do Sítio Histórico formado pelo Conjunto Arquitetônico composto por Casa Grande, Igreja de Santo Inácio e Cemitério da Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio.

[72] Ofício nº 201/2003 de 28/07/2003 – de A TEIA, para Superintendente da 6ª SR/IPHAN. O ofício apresentado pela ONG, traz os seguintes documentos a serem juntados no processo de tombamento do IPHAN e ref. ao tombamento estadual: "Cópia do Diário Oficial do Estado – RJ, de 24 de julho de 2003, Ano XXIX. Nº 137-Parte 1, Página 36, 3º parágrafo: tombamento da Fazenda Campos Novos; Cópia do Processo de Tombamento INEPAC – nº E. 18/000881/2003 de 25/06/2003 com 82 (oitenta e duas páginas); Cópia da Planta Planimétrica da Fazenda Campos Novos sugerindo a área total a ser tombada, incluindo entorno do centro histórico;" (Ibid., p. 101-192)

Ao analisar o referido processo de tombamento, vamos nos debruçar nas motivações, justificativas, pareceres e saberes mobilizados para justificar a devida proteção por parte do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

No bojo das justificativas para o tombamento por parte do INEPAC, temos um Ofício[73] em que o Diretor–Geral do instituto, o Historiador Marcus Monteiro[74], alega que atendendo às solicitações da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Jurídica da OAB-RJ, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e da A TEIA, encaminha à Secretaria de Estado de Cultura o tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio.

> Localizado no 2º Distrito do município de Cabo Frio, o referido sítio histórico é remanescente da antiga fazenda agropecuária de propriedade da Companhia de Jesus. A Casa Grande, Igreja de Santo Inácio e Cemitério que compõem o conjunto arquitetônico rural é um importante exemplar da arquitetura jesuítica em nosso Estado, e sem dúvida, um marco na história do Brasil Colonial, e que teve grande influência na cultura do nosso povo (*Op. cit.*, p. 112).

Na referida correspondência, o diretor do INEPAC afirma que, em anexo ao ofício que recomenda o tombamento provisório no processo, seguem estudos elaborados pela equipe técnica do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural – DPCN, fundamentando a proposição do tombamento estadual.

Interessante observarmos que no ofício em que o presidente do INEPAC recomenda à Secretaria de Estado de Cultura o tombamento provisório da fazenda Campos Novos, o argumento apresentado pelo mesmo é o fato da fazenda ter um conjunto arquitetônico rural de origem jesuítica e que a preservação do mesmo seria importante pela influência cultural exercida pelo monumento ao longo de sua história.

Essa perspectiva de preservação do monumento apresentada pelo presidente do INEPAC e que será referendada pelos estudos desenvolvidos pela equipe técnica do DPCN, por meio da elaboração de um parecer e um inventário[75] produzidos pela arquiteta Maria Cristina

---

[73] Ofício nº 209 de 26/06/2003, de INEPAC, para Secretaria de Estado de Cultura. (Ibid., p. 112-114).

[74] Marcus Antonio Monteiro Nogueira nasceu em Nova Iguaçu em 26 de setembro de 1961. Historiador, colecionador e curador de arte e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ. No Governo do Estado foi superintendente estadual de Cultura, de 2001 a 2002 e diretor geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, de janeiro de 2003 e maio de 2009, e presidente do Conselho Estadual de Tombamento –CET, de 2005 a maio de 2009. Cargos que reassumiu em março de 2017 e ocupou até 31 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/. Acesso em: 28/02/2022.

[75] Parecer e Inventário de bens móveis, elaborado ao DPCN/INEPAC pela arquiteta Maria Cristina Pessôa Pimentel, presente na Cópia do Processo de Tombamento INEPAC – nº E. 18/000881/2003 de 25/06/2003. (Processo de Tombamento nº 1492 – T – 02, p. 115 - 186)

Pessôa Pimentel, caminha na perspectiva trabalhada por José Reginaldo Gonçalves, chamada da retórica da perda (Gonçalves, 1996), seja pela importância dada a historicidade do monumento ou pelo estado precário de conservação do bem analisado.

> É o distanciamento mesmo desses bens culturais no tempo e no espaço, através da retórica da perda, que os transforma em "objetos de desejo", objetos "autênticos" a mobilizar empreendimentos no sentido de busca-los ou recuperá-los como parte de um patrimônio nacional (GonçalveS, 1996, p. 111).

No parecer elaborado pela arquiteta a pedido do DPCN, a justificativa para análise do monumento e a documentação apresentada, irão gravitar em torno de um relatório elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio de 12/05/1986, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Assistência Jurídica da OAB/RJ, relatando um breve histórico da fazenda e alguns dos conflitos fundiários presentes na localidade. Temos ainda um histórico a respeito da fazenda Campos Novos, contando alguns aspectos da sua história, da fundação aos dias contemporâneos ao relatório, de 09/05/1994, elaborado pelo então Subsecretário de Cultura e Historiador local, Márcio Werneck.

Por último, a solicitação de tombamento feita pela ONG A TEIA, vem acompanhada de um breve histórico da fazenda, assim como um projeto de Resgate da Memória Cultural, acompanhados do artigo: A Comunidade de Campos Novos e o Ambiente, bem como, plantas com coordenadas da fazenda elaborada pelo IBGE e o artigo: A importância da Fazenda Campos Novos, elaborado pelo presidente do IAB.

Após analisar a documentação apresentada, a arquiteta irá justificar a recomendação do tombamento, por meio de dois vieses, um será do ponto de vista histórico, arquitetônico e cultural e outro do ponto de vista arqueológico.

Na primeira perspectiva, temos como justificativa a historicidade do monumento, a partir da sua ligação com as origens da ocupação portuguesa na região de Cabo Frio e a ligação com a ordem jesuítica que contribuiu para o povoamento, defesa e difusão do catolicismo no período colonial.

> Do ponto de vista histórico, arquitetônico e cultural, o sítio histórico da Fazenda Campos Novos é de relevada importância, pois foi construído pelos padres Jesuítas. Em 1617, a Coroa Portuguesa, com a finalidade de defender e povoar a região de Cabo Frio, doou aos índios, uma Sesmaria, na qual foi fundada a aldeia de São Pedro de Cabo Frio. Os padres Jesuítas receberam um terço dessa Sesmaria, que viria a se constituir na Fazenda Campos Novos (Iphan, 2002, p. 116).

Na segunda perspectiva, a autora do parecer irá justificar a importância da preservação do ponto de vista arqueológico, a partir de um parecer do presidente do IAB, de que o local escolhido para assentar a fazenda jesuítica era um remanescente arqueológico indígena de presença pré-lusitana, mostrando a importância do local, para além da presença colonial portuguesa.

> Do ponto de vista arqueológico, o Sr. Ondemar Dias, presidente do IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira, emitiu um parecer onde afirma que o local escolhido para a sede da Fazenda Campos Novos, "é um montículo suave, constituído, por terra húmica, fértil, denunciando a existência de um sítio arqueológico, confirma esta hipóteses a coleta de uma escavadeira de pedra quando da visita à fazenda pela equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira de 1965", que deverá ser posteriormente investigado (*Op. cit.*, p. 118).

Apesar de no parecer da arquiteta Maria Cristina termos como justificativas para o tombamento da Fazenda Campos Novos, aspectos histórico, arquitetônico, cultural e arqueológico, percebemos claramente que ao analisarmos o inventário produzido pela mesma, por meio da descrição da situação e ambiência do espaço, as fotos apresentadas, a descrição arquitetônica, as plantas apresentadas, a descrição das alterações realizadas ao longo do tempo, o histórico da fazenda e a área proposta para o tombamento, levam a uma predominância de valorização e proteção do espaço a partir dos remanescentes histórico, arquitetônico e cultural ligado fundamentalmente à presença portuguesa e jesuítica no local.

Apesar dessa narrativa ser a predominante no relatório e no inventário que subsidiarão a decisão do INEPAC, seja pelo fato do mesmo ter sido produzido por uma arquiteta e a perspectiva analítica dela estará marcada pela sua formação e olhar centrado no seu campo de conhecimento[76], influenciando com isto a sua análise e justificativa para proteção desse bem histórico, percebemos também de maneira um tanto subjacente no histórico presente no inventário[77], espaços para outras narrativas, como a da presença de viajantes estrangeiros à

[76] Bibliografia que irá subsidiar o relatório e o inventário produzidos temos: Sandra Alvim, Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro. Editora: UFRJ, 1997.; José Antonio Andrade, A Quadra Perfeita: um estudo sobre arquitetura rural jesuítica. Editora: Madgráfica, 2000. Ana Maria Fausto Monteiro. A Forma e a Imagem – Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial. PUC/RJ.; Lucio Costa. A arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Revista do SPHAN, 2002.; Serafim Leite, História da Companhia de Jesus, vol. VI. Instituto Nacional do Livro, 1945.; Aníbal Fernando Henriques, Búzios. Europa – Empresa Gráfica Editora.; Príncipe de W.N. Maximiliano, Viagem ao Brasil nos anos 1815 à 1817 -vol.1. Companhia Editora Nacional, 1940.; Auguste de Saint-Hilare, Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil – 1816 à 1822. Editora: Itatiaia, 1974.; Fundo Sesmarias: inventário analítico, vol.1. Arquivo Nacional, 2002.; Relatório Parcial de Caracterização da Comunidade Negra das Terras de Preto Forro (bairro Angelim, Município de Cabo Frio – RJ). Site: www.koinonia.org.br (Processo de Tombamento nº 1492 – T – 02, p. 166).

[77] Inventário de bens móveis, elaborado ao DPCN/INEPAC pela arquiteta Maria Cristina Pessôa Pimentel, presente na Cópia do Processo de Tombamento INEPAC – nº E. 18/000881/2003 de 25/06/2003. (Ibid., p. 157- 161)

fazenda Campos Novos, com citações das viagens de Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied[78] e de Auguste de Saint-Hilare[79] ou do Imperador D. Pedro II, além dos conflitos por terras que atravessarão a história da fazenda no século XX, envolvendo os proprietários e a população camponesa formada em parte por remanescentes da população negra escravizada.

Interessante também percebermos que o IPHAN, desde o início do seu processo de tombamento, trabalha com uma narrativa que transita por uma justificativa de tombamento que passa pela importância arqueológica, arquitetônica e histórica da fazenda que é objeto desse enquadramento de memória (Pollak, 1989). Mostrando com isso diversas camadas narrativas para justificar a proteção desse espaço e dos monumentos presentes nele a partir de diferentes frentes de análises, por mais que algumas narrativas tangenciem o processo, como é o caso da questão arqueológica que aparece com força no início do processo, devido à sede da fazenda estar assentada sobre remanescentes culturais de origem indígena e que vai perdendo espaço na medida que o processo avança para uma narrativa de preservação que priorizará a importância histórica e arquitetônica de origem portuguesa e jesuíta, que prevalecerá na fala do INEPAC e que vai se tornar também predominante no processo do IPHAN.

> O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida se interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 9-10).

[78] Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied (1782- 1867) foi um príncipe renano que esteve no Brasil no início do século XIX e aqui estudou a flora, a fauna e as populações indígenas. Foi um naturalista, etnólogo e explorador alemão. Foi o autor de Viagem ao Brasil, publicado por volta de 1820 com detalhadas descrições sobre tudo o que pôde observar. Contou com o apoio de dois auxiliares alemães,Georg Freyreiss e Friedrich Sellow, com experiência em coleta e preparação de animais. Chegou ao Brasil, em 1815 com o pseudônimo de Max von Braunsberg. Por dois anos, pesquisou o litoral e regiões do interior do Rio de Janeiro, Espírito Santo e do sul da Bahia, chegando a Salvador em suas viagens de pesquisa. Reuniu, entre outros objetos etnológicos, vocabulários e utensílios de tribos indígenas (como a dos Botocudos), plantas e animais. Disponível em: https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Maximilian%20Alexander%20Philipp%20zu%20Wied-Neuwied%20-%20Pr%EDncipe%20Wied-Neuwied%20Pr%EDncipe%20Maximiliano/. Acesso em: 02/03/2022.

[79] Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Nascido em Orleans, cidade e comuna no norte-centro da França, o botânico oriundo de família nobre foi um dos primeiros cientistas europeus a percorrer os territórios do Brasil colônia. Em 1811 escreveu um artigo traduzido para o português como Resposta às críticas que a sociedade faz ao estudo da botânica, que atribuiu grande importância às viagens científicas. Durante seis anos, de 1816 a 1822, ele, infatigável, visitou as províncias do centro e do centro-sul do Brasil, acompanhando a missão do duque de Luxemburgo, e recolhendo pelo caminho um proveitoso acervo botânico, registrando cada passo das suas andanças num saboroso diário de viagem, publicado mais tarde na França em diversos volumes que até hoje encantam os seus leitores como um retrato fiel e objetivo da paisagem e dos costumes do Brasil daqueles inícios do século XIX., e recolheu um extenso acervo botânico. Dedicou-se também à descrição dos costumes e hábitos indígenas e à retratação do Sertão brasileiro. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/auguste-de-saint-hilaire/. Acesso em: 02/03/2022.

A autora do inventário recomenda o tombamento a partir da formação de um polígono que definirá a área a ser protegida a partir do conjunto arquitetônico composto pela Casa Grande, pela Igreja de Santo Inácio e pelo Cemitério da Fazenda Campos Novos, definindo os limites a partir da descrição abaixo.

> Fica definida pelo polígono formado:
> - Ao norte, por uma linha paralela à fachada principal do Conjunto Arquitetônico distando 70,00 m da mesma;
> - À oeste, por uma linha paralela ao muro do cemitério distando 60,00 m do mesmo;
> - Ao sul, por uma linha paralela à face sul da edificação distando 170,00 m da mesma;
> - À leste, seguindo o leito da estrada interna da Fazenda Campos Novos (Iphan, 2002, p. 167).

Ao fim do inventário, a autora recomenda o tombamento do conjunto, concentrando-se nas três edificações remanescentes do período jesuítico, face ao valor arquitetônico, cultural, ambiental e histórico, devendo "ser visualizado como elemento fundamental de união e equilíbrio para preservação da escala que essas construções ainda mantêm com a paisagem rural existente ao seu redor" (*Ibid.*, p. 167), recomendando ainda a proposta de proteção de ambiência, a área da fazenda Campos Novos que foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio em 1993.

O processo de tombamento do INEPAC, junto com o inventário de bens imóveis, serão encaminhados à Secretaria de Estado de Cultura, que remeterá os mesmos ao gabinete da Casa Civil, o qual seguirá para sanção da governadora Rosinha Garotinho em 17/07/2003 e publicado no Diário Oficial do Estado – RJ, de 24 de julho de 2003, Ano XXIX. Nº 137-Parte 1, Página 36, 3º parágrafo: tombamento da Fazenda Campos Novos.

Feito o tombamento provisório pelo INEPAC, temos anexado ao processo de tombamento do IPHAN, que é objeto de análise nessa pesquisa, um relatório de vistoria[80] na fazenda, com data de 03/08/2005 e elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, em que o mesmo elabora uma listagem dos serviços para as obras de restauração do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Campos Novos, formado por Casa Grande, Capela de Santo Inácio e Cemitério.

[80] Relatório de vistoria elaborado pelo INEPAC em 03/08/2005, tendo como participantes, Maria Regina Pontin de Mattos – Diretora do DPCN/INEPAC; Maria Cristina Pimentel – arquiteta INEPAC; Roberto da Luz – arquiteto INEPAC; Elizabeth Peralta – Subsecretária da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Cabo Frio e Márcia Cabral Farias – arquiteta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Cabo Frio (Iphan, 2002, p. 429- 442).

Essa vistoria foi realizada por solicitação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Cabo Frio e teve como elementos um levantamento das intervenções necessárias a serem feitas na fazenda e suas dependências, tendo esse relatório especificado em detalhes todas as obras necessárias, acompanhadas de fotos do espaço e denúncia de obras irregulares, como as de um canil e uma cozinha na casa grande da fazenda, já produzidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

O relatório de vistoria do INEPAC solicita a demolição dessas obras sob o argumento de descaracterização do sítio tombado e o envio por parte da prefeitura do projeto de restauração ao INEPAC para análise e aprovação do referido órgão.

Em meio à massa documental dos quatro volumes que compõem o processo de tombamento, não temos o desfecho dessa solicitação feita pelo INEPAC ao ente municipal e sequer se a municipalidade tomou as providências necessárias, porém, no contexto desta reflexão, vale a pena observar a ação nesse contexto histórico relatado, por parte do órgão estadual responsável pelo tombamento desse monumento, em tentar frear mudanças produzidas pela Secretaria Municipal de Agricultura que descaracterizariam o espaço, além de propor uma série de intervenções que buscassem revitalizar ou frear em parte a ação do tempo.

Outro ponto interessante é o fato da anexação desse documento dentro do processo de tombamento do IPHAN. Qual seria o objetivo dos técnicos do instituto do patrimônio histórico em anexar essa documentação? Denunciar a degradação ou descaracterização do monumento e ajudar a justificar com isso os argumentos para o seu tombamento? Apesar de ser uma possibilidade, na documentação apresentada por meio do processo de tombamento, não temos nenhuma referência explícita nesse sentido. Por tanto, mas considerando a massa documental, laudos técnicos e fala de especialistas de diferentes matrizes de conhecimento, tais como historiadores, arqueólogos e arquitetos, consideramos pertinente essa possibilidade não só em relação a esse relatório, como a outros documentos que serão anexados ao logo do processo de tombamento.

3.3 **Dias de um futuro esquecido: mobilização de saberes especializados, projetos que não foram adiante e elementos para a construção de uma cultura histórica local por meio do processo de tombamento**

Quando olhamos para o processo de tombamento da fazenda de Santo Inácio de Campos Novos em Cabo Frio, efetuado pelo IPHAN, percebemos que na construção das narrativas que irão levar ao tombamento, teremos uma gama significativa de saberes que serão mobilizados para esse fim, sejam do campo da arquitetura, da história, arqueologia ou outros, que contribuirão para o processo de patrimonialização desse monumento e constituirão elementos para a produção de uma cultura histórica local.

> A cultura histórica nada mais é, de início, do que um campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana (Rüsen, 2010, p. 121).

Nas linhas que iremos tecer a seguir, vamos explorar algumas dessas narrativas produzidas por saberes especializados, seja pelo requerente que deu origem ao processo de tombamento, seja por pareceres ou estudos elaborados por técnicos do IPHAN, observando os argumentos que irão defender o tombamento, a historicidade do monumento, o lugar de fala do especialista e projetos que não foram adiante, mas que propunham intervenções no espaço da fazenda Campos Novos.

3.3.1 A TEIA e o seus devaneios: "Projeto de Resgate da Memória Cultural da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos"

Em 31 de outubro de 2002, a Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia – A TEIA, enviou um oficio[81] à Superintendência Regional do IPHAN, com pareceres técnicos sobra a Fazenda Campos Novos, um de autoria do presidente da associação ref. a palestra que o mesmo apresentou no I Congresso Ecogênese realizado em Cabo Frio e outro um relatório técnico da Professora Ângela Martins da FAU/UFRJ. No ofício consta ainda uma carta de

[81] Ofício da A TEIA nº 130/2002 de 31/10/02. (Ibid., p. 51-70)

intenções do padre Jesuíta Josafá Carlos de Siqueira da PUC-RIO, acrescida de cópias de trechos do livro[82]: A forma e a imagem – arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro Colonial, de autoria de Ana Maria Fausto Monteiro de Carvalho.

O primeiro parecer, de autoria do Professor Geraldo Monteiro, presidente da ONG A TEIA, traz um pequeno relato de aspectos da história da fazenda Campos Novos, dando ênfase ao fato da fazenda estar assentada em um sambaqui e que os jesuítas, utilizando mão de obra escrava, teriam realizado a dragagem de pântanos adjacentes para o desenvolvimento de atividades agropecuárias que prosperaram até a expulsão dos jesuítas no século XVIII, quando foram expulsos do Brasil e suas terras foram arrematadas a senhores de engenho, pecuaristas e posteriormente cafeicultores.

Após essa breve exposição histórica, o autor propõe um projeto para trazer à tona elementos culturais dos diversos grupos étnicos que passaram pela região e "criar um polo de irradiação cultural aproveitando a estrutura histórica monumental remanescente do casarão, cemitério e Igreja de Santo Inácio de Campos Novos, assim como a área adjacente em processo de reflorestamento natural." (Iphan, 2002, p. 52).

Destacamos ainda no parecer elaborado pelo presidente da ONG a proposta de que seja feita no local a restauração da Igreja, Casarão e adjacências; a montagem de um museu de Antropologia Física e Cultural que abordasse aspectos da cultura indígena local, negra (quilombola), colonial (jesuítica) e Contemporânea.

O parecer segue propondo ainda uma série de ações no campo ecológico, cursos temáticos voltados a comunidade e eventos culturais a serem realizados no espaço da fazenda e que não iremos abordar, para não fugir da proposta da pesquisa, pois ao destacarmos alguns elementos do projetos, enfatizamos aspectos que estejam relacionados a historicidade do monumento e como isso de certa maneira, irá contribuir ou não para fortalecer as narrativas que defendiam o tombamento e que irão contribuir para fortalecer a ideia que defendemos que nos processos de tombamento, a documentação mobilizada, os saberes constituintes e os seus desdobramentos pelo tombamento em si, contribuirão para a produção de uma cultura histórica (Rüsen, 2010) local, por meio desses monumentos que ao serem alvo do processo de patrimonialização sofrem um enquadramento de memória (Pollak, 1989).

[82] É interessante percebermos uma busca por legitimidade na construção de uma narrativa em torno de documentos, pareceres e livros com saberes legitimados por historiadores ou pesquisadores de áreas afins no processo de tombamento por meio da ONG A TEIA, quando nos detemos na referida obra historiográfica a respeito da presença dos inacianos no Rio de Janeiro colonial e temos diversas páginas anexadas e grifadas que tratam a respeito de aspectos históricos relativos a fazenda Santo Inácio de Campos Novos. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 62-70.)

Outro parecer técnico[83] interessante apresentado à época pela A TEIA e que irá tratar das possibilidades de utilização do espaço da fazenda e da importância sociocultural e turística do local é o desenvolvido pela Professora Angela Maria Moreira Martins[84], da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que irá enfatizar a necessidade de mobilização da comunidade em qualquer projeto que venha a ser estabelecido e "que seja ela própria fonte de elaboração do programa de utilização deste espaço." (Iphan, 2002, p. 54).

O parecer destaca que a responsável por ele e a sua equipe de trabalho vêm propor a elaboração de um workshop e um inventário de parceiros e atividades que possam desenvolver uma associação e integrar um projeto que vise a intensificação do processo de turistificação e de visitação do espaço estudado.

A respeito da importância histórica do local, a autora enfatiza que por causa dos elementos arqueológicos encontrados e principalmente pelo conjunto arquitetônico formado pela casa grande, igreja, senzalas, cemitério e dependências espalhadas próximas à casa grande, deveriam sofrer um processo de restauração a ser desenvolvido pelo grupo RESTAURO do ProArq/FAU/UFRJ e que as prospecções arqueológicas deveriam ficar ao encargo do IAB.

O aludido parecer chama a atenção para dois outros fatores que, junto com a importância histórica e arqueológica do local, denotam o caráter único do lugar: o primeiro deles seria a localização da fazenda Campos Novos, estabelecida próxima à Rodovia Amaral Peixoto, interligando diversos municípios da região, tornando o lugar acessível ao grande público que se dirige a toda a região dos lagos. O segundo fator relevante seria o espaço natural ainda preservado, como matas, rios, flora e fauna local, que poderiam contribuir para ampliar a consciência ambiental e cultural dos visitantes e moradores.

---

[83] Parecer técnico a respeito da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos, de autoria da professora: Angela Maria Moreira Martins, responsável pelo LAB LET – Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos – POARQ/FAU/UFRJ – Setor: História e Preservação do Patrimônio Cultural. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, P. 55-58.)

[84] Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986); Doutorado no Laboratoire de Geographie Urbaine - Université de Paris X, Nanterre (1991); Pós-Doutorado em Turismo e Desenvolvimento pela Université de Paris I Panthéon-Sorbonne, com o Prof. Dr. Georges Cazes (2001). Atualmente é Professora Associada I da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando na graduação no Departamento de História e Teoria e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da FAU / UFRJ. Informações obtidas em 30/01/2022, por meio do Currículo Lattes nº 7891655679253238. Última atualização do currículo em 30/11/2007.

E por fim, para não nos determos em demasia nesse documento, o parecer propõe a criação de um Centro Integrado de Cultura e Ambiente que permitiria que o espaço da fazenda viesse a se tornar um polo de referência em pesquisa natural e cultural na região.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro também propõe um projeto de restruturação histórica, cultural e social[85] da Fazenda Santo Inácio dos Campos Novos de Cabo Frio, que tem como áreas de interesse o campo sócio-histórico, pastoral e no campo da educação ambiental.

No documento[86] que foi encaminhado para a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e anexado ao processo de tombamento pela A TEIA, constam diversas propostas no campo sócio-histórico-pastoral, de estudos a serem promovidos pelos jesuítas de resgate da memória social e religiosa da cidade, resgatando aspectos históricos da Fazenda, a organização de exposições, palestras ou retiros dos inacianos para jovens e adultos de Cabo Frio. Essas atividades seriam custeadas pelos religiosos, ou seriam firmadas parcerias para realização das mesmas.

O documento ainda propõe atividades de educação ambiental e desenvolvimento sustentável a serem desenvolvidas para a comunidade carente que vive no entorno da fazenda, por meio da formação de um voluntariado ecológico formado por jovens da região, além de cursos na área de educação ambiental para alunos das escolas públicas de Cabo Frio, a serem desenvolvidos na própria fazenda Campos Novos.

A presença desses pareceres técnicos e propostas de projetos elaborados pela A TEIA, pelo PROARQ/UFRJ, ou pela PUC-Rio, encaminhados ao poder público municipal e depois encaminhados e anexados aos autos do processo de tombamento, mostra possibilidades de uso desse espaço rural, com potencial para se tornar um ambiente de pesquisa, difusão e consumo cultural, histórico, arqueológico e ambiental que poderiam transformar a realidade local e

---

[85] O documento apresentado com data de 18/10/2002, em nome do Padre Josafá Carlos de Siqueira/Professor da PUC-Rio, que tem como formação a graduação em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1976), graduação em Bacharelado em Teologia pelo Centro de Ensino Superior da Companhia de Jesus (1985), graduação em Licenciatura Eclesiástica Em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (1980), mestrado em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas (1983) e doutorado em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Atualmente é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Taxonomia de Fanerógamos, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, *amaranthaceae*, meio ambiente, botânica e rio de janeiro. Reitor da PUC-Rio desde 1/08/2010. Informações obtidas em 04/02/2022, por meio do Currículo Lattes nº 8769189053430629. Última atualização do currículo em 09/03/2021.

[86] O documento analisado tem como título: FAZENDA SANTO INÁCIO DOS CAMPOS NOVOS, MUNÍCIPIO DE CABO FRIO: PERSPECTIVAS FUTURAS DE COLABORAÇÃO DA S.B.E E DO NIMA- PUC/RIO. No documento consta que "A Sociedade Brasileira de Educação (SBE) é uma entidade filantrópica dirigida pelos jesuítas que trabalham na região Sudeste do Brasil, voltada para a educação e assistência social e religiosa." E que o NIMA-PUC/RIO é a sigla do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, que "vem desenvolvendo pesquisas e atividades sócio-ambientais em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro." (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, P. 60-61.)

regional, mas que não foram adiante. Na documentação com que constitui o processo de tombamento, não existe qualquer menção a respeito de ações implementadas a partir das sugestões de projetos que esses pareceres apresentaram, não sabemos, se foi por falta de vontade política, escassez de verba ou outro motivo que tenha inibido o avanço dessas ações propostas e nem temos como ir adiante nessa frente de pesquisa, pois iríamos fugir aos objetivos desse trabalho e deixaremos para que outro pesquisador ou outro trabalho que venhamos a produzir no futuro possa adentrar nessa frente de trabalho e tentar descobrir por que esses projetos não foram adiante.

Se a documentação que estamos analisando silencia[87] a respeito de possíveis futuros, que poderiam ter sido implementados por meio desses projetos que não foram a diante e que caíram ou deveriam cair no esquecimento e que vieram à tona por meio desse processo de tombamento, nos traz uma questão interessante, que é como esses e outros projetos e pareceres técnicos que selecionaremos nas próximas páginas, frente a massa documental presente no processo e que analisaremos adiante, contribuem para o fortalecimento da narrativa do tombamento frente a profusão de documentos históricos juntados, e que mesmo que não tenham sido levados adiante, irão contribuir para a criação de uma cultura histórica (Rüsen, 2010) em torno do monumento a ser tombado e da fabricação de narrativas historiográficas que legitimam esse processo de patrimonialização.

3.4 **O IPHAN e as perspectivas de seus técnicos no processo de tombamento: pareceres, relatórios, correspondências como meios de produção de uma narrativa, de enquadramento de memória e de produção de uma cultura histórica**

3.4.1 Parecer/DITEC/6ªSR/IPHAN nº 17 de 05/09/2003: mobilização de saberes historiográficos como forma de legitimar uma narrativa em torno do tombamento da fazenda Campos Novos

[87] Apesar do silenciamento na documentação do processo de tombamento a respeito dos caminhos ou descaminhos que esses projetos apresentados tomaram, temos uma nota manuscrita, carimbada e assinada Maryana Medeiros/Arquiteta do escritório técnico de Cabo Frio, em que a mesma tece críticas aos pareceres e projetos apresentados pela A TEIA e o PROARQ, argumentando que os mesmos teriam tomado uma "atitude bastante precipitada", em apresenta-los a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, frente ao desinteresse do ente municipal em tomar qualquer medida no sentido proposto por eles. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, P. 49.)

Consultando o processo de tombamento nº 1492-T-02, tivemos acesso ao parecer nº 17 da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, produzido pela técnica do instituto e Historiadora da Arte Jussara de Moraes Mendes,[88] em que a mesma faz um breve resumo do andamento do processo até o tombamento provisório realizado pelo INEPAC em 24/07/2003, sugerindo que a Arqueóloga Rosana Najar[89] realizasse uma vistoria na área requerida e em seu entorno para tratar de questões pertinentes à arqueologia, incluindo a questão do aterro sanitário.

No parecer, tem ainda a sugestão do envio de uma arquiteta ao local para estabelecer uma vistoria na igreja jesuítica e na residência anexa para avaliar o estado de conservação e avaliação das intervenções realizadas no período posterior à presença jesuítica na região, além de sugerir que a arquiteta Marta Amoroso Anastácio, "que atua junto a Área de Proteção do patrimônio natural, venha à participar do estudo e da análise da questão relacionada a área de ambiência do conjunto histórico-arquitetônico, em apreço." (Iphan, 2002, p. 95).

Subsidiando o parecer, temos na sua narrativa o uso de algumas citações e obras que ajudam a referenciar e os seus argumentos em relação ao objeto de análise, utilizando a obra A arquitetura jesuítica no Brasil de Lúcio Costa[90], a autora traz diversas citações da presente obra ao comparar aspectos da construção jesuítica feita em Cabo Frio, com outras construções da ordem religiosa em outros lugares do Brasil a partir do livro usado como referência e mostrando os pontos em comum na construção a partir do "partido arquitetônico adotado pelos jesuítas, tipologicamente dispondo as partes que compõem a construção em "quadra"." (*Op. Cit.*, p. 91).

---

[88] Jussara de Moraes Mendes tem Licenciatura plena em Educação Artística – habilitação em História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é especialista em História da Arte do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica, e mestre em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnica da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Informações obtidas na publicação: Metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN: Anais da II Oficina de Pesquisa – Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. P. 309. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_4_m.pdf. Acesso em: 13/02/2022.

[89] Rosana Pinhel Mendes Najjar possui graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1983), especialização em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ (1988), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado também em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2005). É arqueóloga aposentada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, onde trabalhou de 1983 a 2018, atuando na preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Foi Diretora do Centro Nacional de Arqueologia-CNA/IPHAN, em Brasília, no período de maio de 2012 a maio de 2017. Foi também Assessora da Presidência do IPHAN e lotada no Rio de Janeiro, nos anos de 2017 e 2018. É autora do Manual de Arqueologia Histórica (IPHAN, 2005) e organizadora do livro Arqueologia no Pelourinho (IPHAN, 2010), dentre diversas publicações nacionais e internacionais. Informações obtidas em 13/02/2022, por meio do Currículo Lattes nº 2045065460597283. Última atualização do currículo em 11/05/2018.

[90] Costa, Lucio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: Arquitetura Religiosa. São Paulo. MEC/IPHAN/USP/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Secretaria da Cultural Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. 1978. Referência obtida no Processo de Tombamento nº 1492-T-02, P. 92.

Referenciando-se na obra de Lúcio Costa, a autora do parecer irá enfatizar que "a igreja jesuítica e a residência anexa, em apreço, são referências históricas e que artisticamente materializaram o programa catequético das "missões jesuíticas", em terras da colônia luso-brasileira." (*Op. Cit.*, p. 92). A partir dessa afirmação, ela irá propor que sejam desenvolvidos estudos, pesquisas e análises sobre o pedido de tombamento apresentado.

Entendendo por meio da obra de Lúcio Costa, que as construções desenvolvidas pelos jesuítas em Cabo Frio, faziam parte de um modelo construído pela ordem religiosa no tempo e espaço a autora irá referenciar essa perspectiva integradora e estruturante, citando autores como Fernand Braudel[91] e Giulio Carlo Argan,[92] mostrando que apesar do monumento estudado fazer parte de um conjunto com diversas semelhanças em sua constituição em uma temporalidade e espacialidade difusa, a autora irá destacar por meio da citação a Braudel que por mais significativo que a estrutura tenha em comum com outros monumentos, são os pontos de ruptura e as especificidades do espaço a ser estudado que irão diferenciar ela das outras construções que está relacionada.

A partir da página nº 234 do processo de tombamento: 1492-T-02, temos um extenso estudo teórico[93] produzido pela historiadora da arte, Jussara de Moraes Mendes, que será denominado por ela como parecer complementar ao elaborado por ela em 05/09/2003.

> ... encaminho o presente parecer fundamentado em estudo teórico relativo as "qualidades plásticas da arquitetura religiosa dos Jesuítas", (para citar uma das expressões do arquiteto Lucio Costa), destacando: a tipologia de planta adotada para as residências, incluindo a igreja, ou seja – o partido arquitetônico adotado – "a quadra" – e as questões relacionadas a finalidade e funcionalidade desse programa construtivo e, ainda, a comodulação e a modenatura das fachadas das igrejas inseridas no contexto da História da Arte Luso-Brasileira (Iphan, 2002, p. 234).

Devemos destacar que, ao abordar aspectos desse estudo teórico, é como um estudo estruturado a partir de uma bibliografia que podemos dividir em três temáticas principais: historiografia colonial, historiografia da Companhia de Jesus e da Arquitetura Jesuítica. Esses três eixos temáticos irão compor uma narrativa a respeito da presença jesuítica no Brasil

[91] Braudel, Fernand. História e ciências sociais. Lisboa: Presença, 1990. p. 30. (Ibid., p. 93).

[92] Argan, Giulio Carlo. A história da arte. In: História da Arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992. P. 37. (Ibid., p. 94).

[93] Esse estudo teórico foi encaminhado em 29/12/04 para a Arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaut/Responsável pela área de Proteção da 6ª SR/IPHAN, tendo como título: Processo de Tombamento em estudo nº 1492-T-02, "Contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda de Campos Novos". Parecer complementar ao de nº DITEC/6ªSR/IPHAN/017/03, de 05/09/2003. (Processo de Tombamento nº 1492-T-02, p. 234-280)

colonial e a relação com o monumento que é objeto do processo de tombamento, subsidiando o parecer favorável no processo.

No estudo que irá fundamentar o parecer complementar, a autora introduz o seu texto, contando a respeito da fundação da Ordem de Cristo durante a Idade Média e que como os Reis portugueses conseguiram posteriormente o título de Grão-Mestre da referida ordem e como também obtiveram o direito do padroado, permitindo aos monarcas lusitanos o direito de cobrança e da administração dos dízimos eclesiásticos.

A partir da leitura efetuada no estudo teórico e observando algumas das obras[94] presentes no mesmo, temos uma construção narrativa que traz aspectos da presença portuguesa na América, o processo de conquista, o sistema do padroado adotado pela coroa ibérica e algumas de suas repercussões na colônia, a presença das ordens religiosas católicas, tendo como ênfase a presença dos jesuítas.

Seguindo em sua narrativa, a autora irá tratar a respeito da criação e a posterior chegada da Companhia de Jesus[95] em terras portuguesas a partir de 1540, no contexto dos descobrimentos decorrentes da expansão marítima lusitana e na esteira da Contrarreforma, atuando a ordem religiosa no importante papel de contribuir para a colonização e catequese de populações locais, destacando o seu papel na América portuguesa.

Destacando o papel dos jesuítas no processo de colonização portuguesa no continente americano, a historiadora evidencia que os religiosos atuavam principalmente por meio de colégios, residências, aldeias e fazendas.

---

[94] Holanda, Sérgio Buarque de. In: História da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1981.: A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. (Volume: 1) e A época colonial. Administração, economia e sociedade. (Volume:2).; Hoornaert, Eduardo. História geral da igreja na América Latina. História da Igreja no Brasil. Primeira época. Petrópolis: Vozes, 1983.; Johnson, Harold. O Império luso-brasileiro 1500-1620 (Volume: VI), 1992. Silva, Maria Beatriz Nizza da. O Império luso-brasileiro 1750-1822 (Volume: VIII), 1986. Mauro, Frádéric. O Império luso-brasileiro 1620-1750 (Volume: VII), 1991. In: Nova História da expansão portuguesa. Lisboa: Estampa.; Mendonça, Marcos Carneiro de. Raízes da formação administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: IHGB, Conselho Federal de Cultura, 1972.

[95] A bibliografia a respeito da presença jesuítica no Brasil e a sua relação com a atuação da ordem em Cabo Frio no período colonial estará subsidiada nas obras a seguir: Abreu, Carol de (Orrg). Anchieta a restauração de um santuário. Rio de Janeiro: 6ª SR/IPHAN,1998.; Argan, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001.; Bangert, William V., S.J. História da Companhia de Jesus. Porto; Edições Loyola,s.d.; Carita, Rui. O Colégio dos Jesuítas do Funchal. Governo regional da Madeira, Secretaria regional da Educação, 1987.; Carvalho, José Antônio. O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.; LacouturE, Jean. Os jesuítas: 1 Os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.; Leite, Serafim S.I. Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal) 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.; _____. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa, Rio de Janeiro: Edições Brotéria, Livros de Portugal, 1953.

Os colégios e residências, a partir de meados do século XVI, destacavam-se pela função de ensino para formação de novos jesuítas missioneiros, pelas celebrações do culto religioso e pela responsabilidade de administração dos aldeamentos e das fazendas.

Para o sustento dos trabalhos missioneiros, os jesuítas também dispuseram de fazendas para a produção de cana-de-açúcar e criação de gado, sendo a fazenda Campos Novos um desses empreendimentos da ordem em Cabo Frio.

Outro importante instrumento da ordem jesuíta foram os aldeamentos, criados a partir de 1553, onde congregavam em uma determinada região várias aldeias indígenas em um núcleo missioneiro em que os indígenas eram catequizados. Os aldeamentos no litoral foram importantes para a defesa territorial às invasões estrangeiras que ameaçavam o domínio lusitano nos primeiros séculos da colonização.

Em Cabo Frio, o aldeamento de São Pedro de Cabo Frio, fundado onde hoje se encontra a cidade de São Pedro da Aldeia, em 1617, foi vital para a proteção e consolidação do domínio lusitano na região em que foi fundada a vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio em 1615.

O estudo historiadora da arte Jussara de Moraes Mendes segue relatando a respeito dos elementos que constituem a arquitetura jesuítica, dialogando com uma extensa bibliografia[96] que trata das influências dessa arquitetura vinda do continente europeu e como ela foi sendo utilizada e adaptada nas mais diversas construções realizadas pela ordem no Brasil Colonial, tendo como uma espécie de padrão dessa arquitetura religiosa a construção em quadra[97], presente na fazenda Campos Novos em Cabo Frio e no aldeamento em São Pedro da Aldeia.

---

[96] Na bibliografia apresentada no estudo a respeito da arquitetura jesuítica e sua relação com a fazenda Campos Novos, a obra Arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial, servirá de referência por ter diversos capítulos utilizados. Como nesse estudo tem uma extensa bibliografia no campo da arquitetura jesuítica, além da referida obra iremos mencionar também alguns dos livros que mais se destacam nas citações ou notas de rodapé.: Baroncini, Claudia Nóbrega. O solar do colégio: um exemplo da arquitetura jesuítica fluminense.; Brandão, Renato Pereira. A espacialidade missioneira jesuítica no Brasil colonial.; Carvalho, Ana Maria Fausto Monteiro. Utopia e realidade: o real colégio de Jesus da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.; Lannes, Claudia Maria Corrêa. As igrejas jesuíticas fluminenses.; Silva Telles, Maria Laura Mariani da. A conquista da terra e a "conquista" das almas. In: A forma e a Imagem. Arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC-RIO, [198-].; Araujo, José Antônio Andrade. A quadra perfeita: um estudo sobre arquitetura rural jesuítica. Rio de Janeiro. Madgráfica, 2000.; Bazin, Germain. Arquitetura religiosa e barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, [198-].; Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: Arquitetura Religiosa: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978.; Najjar, Rosana Pinhel Mendes. Catequese em pedra e cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da assunção – Anchieta/ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

[97] "De maneira geral, a estrutura interna associada a "quadra compunha "o programa das construções jesuíticas", que dividia-se pela funções práticas, ou seja, a igreja para celebrações religiosas, que ocupava ¼ da quadra, os demais ¾, ou alas, eram distribuídos de forma a serem ocupados pela "residência" composta por cubículos destinados à dormitório e suas dependências de serviço, como banheiro, roupeiro, cozinha, refeitório, despensa, adega, e ainda pelas partes reservadas para escola do ensino de ler, escrever e gramática, para doutrina religiosa, e

O estudo teórico que serviu de subsídio para complementar o parecer técnico é bastante extenso, com diversas ilustrações, plantas e fotos a respeito da residência e da Igreja dos jesuítas na Fazenda Campos Novos e outras construções da ordem em outros locais do Brasil no período colonial[98], além de rica bibliografia que embasará as reflexões da autora, que ao concluir o seu parecer recomendará o tombamento do referido bem, propondo uma vistoria no local para avaliar a respeito da conservação e das modificações arquitetônicas sofridas pelo monumento após a expulsão dos jesuítas.

Nos deter em todas as suas minúcias e análises do ponto de vista historiográfico a respeito da presença jesuíta no Brasil, as suas diversas obras criadas no período colonial, assim como o histórico da sua arquitetura e seus desdobramentos por meio dos monumentos legados por eles, irá fugir ao propósito do trabalho.

Interessante percebermos na construção narrativa da Historiadora da Arte Jussara de Moraes Mendes a mobilização de saberes no campo historiográfico como ferramentas de legitimação para o estudo e referenciação do tombamento da fazenda, mostrando a importância de obras que pudessem contribuir na análise do monumento que viesse a ser protegido, assim como a mobilização de outros campos de conhecimento, como o da arqueologia e arquitetura, produzindo com isso um campo transdisciplinar que produzisse saberes especializados e fortalecesse os argumentos em torno do tombamento da fazenda em questão.

Vale ressaltar em tom comparativo as diferenças na mobilização de saberes que serão alvos os dois processos de tombamentos analisados nessa pesquisa, haja vista, que nos processos de tombamento do Forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, que datam a partir da década de 1956 e 1960, a narrativa construída para a proteção desses monumentos estará fundamentada principalmente a partir da mobilização de saberes de arquitetos ligados ao instituto do patrimônio histórico, enquanto que a narrativa desenvolvida para o tombamento da fazenda Campos Novos, cronologicamente situada a partir dos anos

---

para formação de missionários jesuítas e também para a biblioteca, a administração, a enfermaria e oficinas para fabricação de pequenas manufaturas, como por exemplo a tecelagem e a botica. Assim cada uma das quatro alas, com suas partes componentes, de acordo com as suas funções práticas desenvolvidas, situavam-se dispostas em volta de um pátio interno para o qual se tinha acesso direto. (Ibid., p. 263).

[98] Plantas do 1º e 2º pavimentos da residência e igreja dos jesuítas e da Aldeia de Reis Magos, Nova Almeida, Serra, ES; Reconstituição hipotética das plantas do 1º e 2º pavimentos da residência e igreja dos jesuítas da Fazenda de Campos dos Goitacases, Campos, RJ; Planta do Colégio dos jesuítas de Salvador, Bahia; "Partido luso-românico" – Fachada da Ermidaromânica de Pólvoa de Mileu, Guarda, Beira Alta, Portugal; Fachada da Capela de São João Batista, Ouro Preto, MG; Fachada da Igreja dos Jeuítas de São Pedro D' Aldeia, São Pedro D' Aldeia, RJ; Fachada da Igreja dos Jesuítas da Aldeia dos Reis magos, Nova Almeida, Serra, ES; Fachada da Residência e Igreja da Aldeia de Anchieta, antiga Reritiba, ES; Fachada da Igreja de Santa Maria dele Grazie, Pistóia, Itália; Fachada da Igreja do Colégio dos Jesuítas em Olinda; Fachada da Igreja do Colégio dos jesuítas da Cidade do Rio de Janeiro (*Ibid.*, p. 265-277).

2000, terá um caráter mais polissêmico, a partir do uso de uma série de saberes de diferentes áreas que apesar de suas perspectivas, irão convergir para o tombamento desse espaço.

3.4.2 Informação nº 90/2005/DITEC/6º SR/IPHAN[99]: um balanço do andamento do processo de tombamento e a área proposta para proteção

Em 06 de junho de 2005, a Arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaut, responsável pela área de proteção/DITEC, encaminha para a chefe do DITEC, a Arquiteta Maria Cristina Figueiredo, a Informação nº 90/2005/DITC/6º SR/IPHAN, em que faz um balanço a respeito do andamento do processo de tombamento da Fazenda Campos Novos e propõem a área que deverá ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Nessa correspondência, a Arquiteta Jurema Kopke enfatiza a posição favorável ao tombamento da antiga residência jesuítica e igreja contígua à mesma, pela historiadora da arte Jussara Moraes Mendes, devido aos aspectos da arquitetura religiosa jesuítica presente no espaço e por serem parte do legado da Companhia de Jesus, apontando a semelhança com o conjunto religioso de São Pedro da Aldeia, que já se encontrava tombado pelo IPHAN.

Continuando o seu relato, a responsável pela área de proteção enfatiza a necessidade de investigação no próprio conjunto por parte do IPHAN, haja vista que o parecer elaborado pela Jussara Moraes foi construído a partir de fontes bibliográficas, restando então avaliar a arquitetura do conjunto a ser protegido e o seu estado de conservação.

A autora considera também imprescindível o estudo no local, devido aos diversos interesses envolvidos no processo de tombamento, como o da ONG A TEIA, que apontou a respeito da existência de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos na área, além de pleitear a instalação de um centro histórico na Fazenda Campos Novos.

Outro motivo alegado pela autora da informação nº 90/2005/DITEC/6º SR/IPHAN para o referido estudo é o fato do espaço da Fazenda Campos Novos, que é objeto do processo de tombamento, estar ocupado pela Secretaria Municipal de Agricultura, sendo necessário apontar um melhor destino para aquele exemplar da arquitetura jesuítica em Cabo Frio.

[99] Informação nº 90/2005/ de 06/06/05, do DITEC/6º SR/IPHAN, para Chefe do DITEC. (Ibid., p. 282-286)

Apesar da Arquiteta Jurema Kopke enfatizar a importância de um estudo específico no espaço, ela argumenta que isso ainda não tinha sido possível, face à falta de tempo e de recursos por parte dos técnicos do IPHAN.

Feita essa análise da necessidade de estudos *em loco* no espaço que é objeto de tombamento, que deverá ser feita com o apoio do escritório técnico do IPHAN na cidade de Cabo Frio e da assessoria de Arqueologia do instituto, apontando como as maiores dificuldades para a realização do mesmo, por "falta de tempo" e escassez de recursos financeiros, a autora desse memorando propõe que o tombamento pelo IPHAN acompanhe o tombamento estadual feito pelo INEPAC e que acompanha a titulação semelhante.

> 1) área proposta ao tombamento – Remanescentes da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos, formado pela residência, igreja anexa e cemitério, atual Fazenda de Campos Novos, localizada no 2º Distrito de Cabo Frio, definida pelo polígono formado, ao norte, por uma linha paralela à fachada principal do conjunto arquitetônico, distando 70,0m da mesma; a oeste, por uma linha paralela ao muro do cemitério distando 60,0 m do mesmo; ao sul, por uma linha paralela à face sul da edificação, distando 170,0m da mesma; à leste seguindo o leito da estrada interna da Fazenda Campos Novos;
> 2) área proposta como entorno – coincidente com a área na Fazenda Campos Novos, desapropriada em 1993 pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio (Iphan, 2002, pág. 285).

É interessante percebermos que a proposta do IPHAN segue o tombamento provisório efetuado pelo INEPAC, de manter a proteção da área tendo como eixo os remanescentes arquitetônicos da presença jesuítica na fazenda, além de estar dentro dos limites estabelecidos pela desapropriação municipal feita em 1993, invisibilizando e minimizando de certa maneira as narrativas em torno dos sítios históricos de origem indígena e negra quilombola na área da fazenda dentro do processo de tombamento, enfatizando a proteção em torno da narrativa da presença portuguesa por meio da ordem religiosa. O processo seguirá o seu rumo, com muitas idas e vindas nas teias burocráticas do IPHAN, mas essa configuração espacial proposta servirá de base para que, mais tarde, quando foi efetuado o tombamento, prevalecesse essa metragem estabelecida.

3.4.3 Dossiê sobre a Fazenda Campos Novos em Cabo Frio: estudos para fins de tombamento encaminhados pelo escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio

Na documentação que compõe o processo de tombamento da Fazenda Campos Novos, temos em anexo um memorando[100] elaborado por Ivo Matos Barreto, chefe do escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio, e encaminhado à Superintendência do IPHAN-RJ, em que o mesmo solicita a anexação desse dossiê junto aos autos do processo, elaborado e enviado pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, tendo em vista a continuidade dos estudos para o tombamento.

O chefe do escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio salienta a respeito da existência do tombamento estadual realizado pelo INEPAC em 2003 e informa que, anexo à correspondência enviada, segue um dossiê com estudo histórico da fazenda, assim como o Projeto Re-Fazenda Campos Novos, elaborado e lançado pela municipalidade em 2009, no âmbito do Plano de Ação das Cidades Históricas em Cabo Frio (PACH)[101], que visava desenvolver ações para o uso social e cultural do espaço.

A referida correspondência enfatiza a intenção de se implementar no espaço da fazenda um Centro de Difusão de Cultura, Ecologia e Tecnologia, prevendo a elaboração dos seguintes espaços:

- Parque Municipal Agroecológico Campos Novos
- Museu de História Natural Caminhos de Darwin
- Centro de Cultura, História e Arqueologia Regional
- Centro Referencial de Biotecnologia

Na extensa documentação que consta no dossiê, temos como destaque fotos da fazenda Campos Novos; uma cópia do projeto Re-Fazenda Campos Novos; um artigo científico intitulado: A Fazenda de Campos Novos e sua história – séculos XVII e XVIII dos autores

[100] Memorando nº 137/20210 – ETRL/IPHAN-RJ de 29/04/2010(Ibid., p. 328-330).

[101] O Plano de Ação para as Cidades Históricas é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. O Plano de Ação será elaborado em conjunto pelo Iphan, Estados e Municípios. A Superintendência do Iphan no Estado será responsável por coordenar a elaboração do Plano e fornecerá apoio às atividades de capacitação, difusão e participação da sociedade. Iphan, Estados e Municípios deverão designar equipe técnica para participar diretamente dos trabalhos de desenvolvimento dos Planos de Ação e garantir a integração intersetorial entre os órgãos da administração pública pertinentes. Aos municípios caberá, com o apoio necessário, o compromisso pela realização de todas as etapas. A definição de Cidades Históricas empregada neste documento corresponde aos municípios com sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, e municípios com lugares registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil. (Iphan, 2009, p. 11)

Carlos Engemann e Marcia Amantino[102]; um trecho do diário do Beagle de Charles Darwin[103], relatando a passagem do pesquisador e sua expedição na fazenda no século XIX; trecho do livro História da Companhia de Jesus no Brasil – Tomo VI – Livro I – Cap. IV, pág. 93 -94 de Serafim Leite, relatando aspectos da fazenda jesuíta; histórico-social da Fazenda Campos Novos, elaborado por Penha da Silva Leite; Decreto presidencial nº 93.942/1987 e o Decreto municipal nº 1918/1993 ref. a Desapropriação das áreas remanescentes da Fazenda Campos Novos; e uma cópia de parte dos inventários de 1759 e 1775, com a transcrição de parte dos inventários.

Observando a lista de documentos descrita acima, como componentes do dossiê encaminhado pela Prefeitura de Cabo Frio ao IPHAN e apensado ao processo de tombamento desta instituição, percebemos claramente a construção de uma narrativa de legitimação para o tombamento da Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos, a partir de um vértice que contempla fontes históricas, estudos historiográficos, documentos oficiais ref. à desapropriação do imóvel e um plano de ação para revitalização do espaço e transformação do mesmo em um polo de estudos científicos multidisciplinares.

É interessante percebermos que o estudo deste semióforo do passado de Cabo Frio, por meio de diferentes camadas de temporalidades que ligam o pretérito deste monumento, que era objeto de um processo de tombamento por parte do IPHAN, por meio dos diferentes documentos, fontes históricas e estudos científicos, contribui para a legitimação do processo de patrimonialização do monumento e construção de uma cultura histórica neste espaço.

Finalizando o memorando[104] que segue com o dossiê em anexo, temos a solicitação para o andamento do processo de tombamento, a partir das justificativas apresentadas pelo autor, com o que ele considera mais relevante para justificar o tombamento da Fazenda Campos Novos.

> Isto posto, avaliamos que o presente pedido de reabertura do estudo de tombamento da Fazenda Campos Novos, além de versar sobre um bem que possui fortes indícios de uma relevância nacional para fins de preservação e tutela (em função de seus valores históricos, artísticos, arquitetônicos e até mesmo arqueológicos), o pedido

[102] O referido artigo foi publicado no XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio em 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191032_ ARQUIVO_Fazenda+de+ Campos+Novos.pdf .

[103] No trecho transcrito do diário de Charles Darwin, que consta no dossiê que foi apensado ao processo de tombamento, temos a seguinte referência: Diário do Beagle de Darwin (1831/1836): Transcrito por Kees Rookmaaker entre fevereiro e agosto de 2006 a partir do fac-símile publicado por Genesis Publications, 1979. Editado por John van Wyhe. Mudanças de formatação por Rookmaaker em novembro de 2006.

[104] Memorando nº 137/20210 – ETRL/IPHAN-RJ de 29/04/2010.

> encontra ainda respaldo no planejamento conjunto entre Governo Federal/ Estado/ Munícipio, ocorrido durante o ano de 2009 por ocasião da construção de uma agenda pactuada de atuação que veio a resultar no PACH de Cabo Frio, documento este que se apresenta como principal diretriz de atuação deste IPHAN-RJ na região (Iphan, 2002, p. 330).

É interessante observarmos que a fala do chefe do escritório técnico do IPHAN em Cabo Frio traz mais um componente para nossa análise da documentação que irá embasar o processo e posterior tombamento da Fazenda Campos Novos em Cabo Frio, que é a respeito dos possíveis impactos que uma ação coordenada pelos governos Federal, Estadual e Municipal terá no andamento do processo de tombamento, por meio do programa do Plano de Ação das Cidades Históricas em Cabo Frio (PACH).

Como temos visto, ao longo da narrativa construída no processo de tombamento efetuado pelo Instituto do Patrimônio na Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, percebemos diversas camadas de justificativas de viés histórico, artístico e arqueológico para defender o tombamento do referido bem, tendo como eixo central dessas narrativas a questão da presença jesuítica na região e os remanescentes históricos deixados pelo mesmo, eclipsando outras narrativas na documentação apresentada, como a da presença indígena e negra quilombola nesse espaço.

Essa proeminência em uma narrativa que irá enfatizar a presença portuguesa, por meio das ações da Companhia de Jesus e seus remanescentes artísticos, arquitetônicos ou religiosos nesse espaço, por meio dos documentos apresentados e na fala dos diversos especialistas que são incorporados no processo através dos seus vários estudos, pareceres, dossiês, irá contribuir para um processo de enquadramento de memória (Pollak, 1989), dentro do próprio processo de tombamento, que apresentará um eixo diretivo proeminente.

A seguir, iremos nos debruçar em analisar alguns aspectos do Projeto Re-Fazenda Campos Novos no âmbito do Plano de Ação das Cidades Históricas em Cabo Frio (PACH), buscando compreender seus objetivos, algumas das ações propostas, efetivadas ou não, e possíveis impactos ou contribuições que esse projeto possa ter tido no processo de tombamento que estamos analisando.

3.5 **Projeto Re-Fazenda Campos Novos: Planos de Ação para Cidades Históricas - Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social**

O projeto Re-Fazenda Campos Novos, elaborado pela administração municipal de Cabo Frio, faz parte de um conjunto de propostas a serem aplicadas nesse monumento histórico, dentro da perspectiva do Plano de Ação para Cidades Históricas, elaborado em conjunto pelo Iphan, Estados e Municípios, com o objetivo de revitalizar esse espaço e produzir ações de cunho científico, histórico, arqueológico e cultural.

> Voltado incialmente para o atendimento de nove estados do Norte e Nordeste, em 1977, o programa foi estendido ao Sudeste. O PCH, como ficou conhecido, tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação. A criação do PCH, veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do Iphan, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica (Fonseca, 2017, p. 152).

Na introdução do projeto, justifica-se a recuperação da Fazenda Campos Novos, a partir da perspectiva de preservar uma memória regional com diversas camadas de temporalidade e que estariam conectadas por meio do espaço em comum.

> Recuperar esta existência da Fazenda Campos Novos, significa preservar a memória da história regional, que envolvem o homem pré-colombiano, a história indigenista, a história escravagista, a história natural, a história ruralista e tantas outras. Significa abrir nossas portas para expor ao mundo, nossos sambaquis, quilombolas além é claro, expor ao mundo a arquitetura colonial jesuítica dos fins do século XVII que é a sede da Fazenda Campos Novos (Iphan, 2002, p. 344).

Na justificativa apresentada pelo projeto, percebemos que a ideia de trabalhar diferentes temporalidades em um mesmo objeto, que teria como eixo o estudo da cultura indígena, quilombola e portuguesa, nos remete à ideia de regime de historicidade[105] (Hartog, 2019), como uma forma específica de experiência do tempo, na qual existe a preponderância de uma ou mais instâncias temporais.

Como temos observado ao longo desse capítulo no caso da fazenda Campos Novos, seja no projeto Re-Fazenda, nos outros projetos já narrados ou na fala dos especialistas do IPHAN,

[105] O regime de historicidade pode ser compreendido a partir de duas perspectivas, seja como "uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado" ou para designar "a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana". (Hartog, 2019, p. 28)

percebemos que apesar de se trabalhar com uma narrativa temporal secular que remete ao período colonial, passando pelo período imperial e adentrando o período republicano da História do Brasil, adentrando as raias do tempo presente nessas diferentes narrativas, percebemos uma preponderância de uma narrativa que privilegia o período colonial, principalmente a respeito da presença jesuíta na região, como instância temporal mais significativa.

Seguida a introdução, o projeto apresenta um breve histórico[106] da fazenda Campos Novos, narrando a trajetória do espaço, desde a presença jesuítica na região a partir do século XVII, que criava gado para ser enviado para a cidade do Rio de Janeiro, até a expulsão da ordem no século XVIII, seguindo de aspectos de sua história no século XIX, tais como a presença do Imperador D. Pedro II em 1847 e a de viajantes e naturalistas que passaram pela região, tais como Charles Darwin, Lucoock e Saint-Hilaire. Encerra-se esse relato, tratando de aspectos da história da fazenda no século XX, tendo como eixo os seus sucessivos desmembramentos e os conflitos por terra que marcaram a trajetória desse espaço até a sua desapropriação.

Nos objetivos do projeto, consta a intenção de transformar o espaço da fazenda em um centro de difusão de cultura, ciências, ecologia e tecnologia, por meio de ações e captações de recursos do poder público e da iniciativa privada.

Na minuta do projeto, existe a proposta de implantação de quatro aparelhos culturais-científicos no espaço da fazenda, que seriam o Parque Municipal Agroecológico Campos Novos; o Museu de História Natural - Caminhos de Darwin; um Centro de Cultura, História e Arqueologia Regional e um Centro Referencial de Biotecnologia.

Para fins desse trabalho, iremos nos deter brevemente em dois desses espaços propostos no projeto: o Museu de História Natural – Caminhos de Darwin e o Centro de Cultura, História e Arqueologia Regional.

Na proposta de elaboração do Museu de História Natural – Caminhos de Darwin, o projeto propõe a formação de um espaço reservado à História Natural e para a Arqueologia Regional, além da formação de um circuito turístico e científico, procurando trazer itens do Museu Nacional que sejam de interesse regional para esse espaço museal.

Em relação ao centro de Cultura, História e Arqueologia Regional proposto no projeto Re-Fazenda, esse espaço visaria resgatar e preservar as heranças culturais de indígenas, negros e europeus que ocuparam e usaram o espaço da fazenda Campos Novos ao longo de sua História, procurando fomentar e resgatar práticas e movimentos culturais relacionados a esse

[106] No projeto, o relato histórico apresentado teria como base um texto elaborado pelo historiador local Márcio Werneck da Cunha de 1994.

espaço e à localidade em que está inserido, além de fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à arqueologia e história regional.

Na justificativa para a criação do Centro de Cultura, temos desde a necessidade do estudo das manifestações culturais dos diferentes agentes de ocupação daquele espaço histórico, além da necessidade de se preservar e resgatar elementos da cultura quilombola local.

> As manifestações culturais advindas da diversidade e miscigenação que envolveu o índio, o negro e o homem europeu, ainda podem ser encontradas – muitas, embora tenham-se extinguido – região de Campos Novos. A presença de dois quilombolas (Preto Forro e de Botafogo), fruto do período escravagista, as casas de farinha de mandioca, o artesanato da taboa e festa de Santo Inácio são sem dúvidas, elementares para a comprovação de uma história que resiste e permanece trazendo a memória nossa herança cultural (*Op. Cit.*, p. 358).

Apesar das propostas para revitalização da fazenda Campos Novos e a criação de aparelhos de caráter científico e cultural nesse espaço a partir do projeto Re-Fazenda e do Plano de Ação das Cidades Históricas, nada foi feito à época, haja vista, no tempo presente, a atual administração municipal ensejar esforços de cooperação e captação de recursos para a revitalização do espaço e a instalação de um centro de estudos e um espaço museal na fazenda[107].

Nos fogem os motivos à luz da documentação analisada para a inviabilização dos espaços museais, científicos e culturais propostos à época, pois isso iria envolver um desvio de percurso em relação ao trabalho proposto para esta tese, pois seria necessário um trabalho específico sobre esse projeto e seus desdobramentos.

Uma questão que nos coloca, é perceber que a anexação dessa documentação referente ao projeto Re-Fazenda e ao plano de ação das cidades históricas no processo de tombamento

---

[107] Assim como no mito de Sísifo, em que o mesmo está condenado a repetir a mesma façanha, podemos fazer uma alusão desse mito com a Fazenda Campos Novos, que parece estar condenada a ter a ideia de ser revitalizada e de se tornar um centro de estudos e espaço museal na região dos lagos de tempos em tempos colocado em discussão. Como vimos ao longo deste capítulo, apesar de diversos projetos de revitalização e de uso do espaço terem sido propostos e fracassados no passado, como no mito grego em que o castigo se repete, a fazenda parece ver mais uma vez um possível processo de revitalização e de uso do seu espaço estar em curso. Tendo agora a atual administração municipal, contraído convênio com a ALERJ e a UENF, para revitalização do espaço e uso do mesmo para atividades de cunho científico, museal e cultural. Esperamos que, ao contrário dos fracassos do passado, essa nova parceria possa frutificar, permitindo a revitalização da fazenda e o uso do lugar com as novas atribuições de sentidos propostas.
Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, vai ganhar reforma, museu e escola ainda este ano: Convênio entre prefeitura e Uenf foi assinado no último fim de semana. Disponível em: https://www.portalmultiplix.com/noticias/cultura/fazenda-campos-novos-em-cabo-frio-vai-ganhar-reforma-museu-e-escola-ainda-este-ano
Presidente da Alerj visita Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, que será restaurada com doação de verba à Uenf: Local vai receber um novo campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2022/05/16/presidente-da-alerj-visita-fazenda-campos-novos-em-cabo-frio-que-sera-restaurada-com-doacao-de-r-30-mi.ghtml

está dentro de uma lógica de mostrar por diferentes ângulos, atores, documentos, falas de especialistas de instituições públicas e privadas a importância do monumento como espaço de uma historicidade própria, plural e secular, justificando com isso o seu tombamento por parte do IPHAN.

Outra questão interessante, seja em relação ao projeto Re-fazenda, a proposta da ATEIA, do IAB, do INEPAC, do IPHAN e seus técnicos ou de qualquer outro elemento com lugar de fala a respeito da fazenda Santo Inácio dos Campos Novos, é a presença de construção de algum centro de estudos científicos, seja nas suas propostas ou projetos específicos, ou no conjunto do processo de tombamento de elementos que constituirão uma cultura histórica (Rüsen, 2010) em relação a esse monumento e a sua historicidade.

3.6 **Parecer Nº 003/11/COTEC/IPHAN-RJ: contexto arquitetônico, paisagístico, parecer e levantamento fotográfico**

No terceiro volume do processo de tombamento temos uma parecer elaborado pela Arquiteta Joyce Carolina Moreira Pena e encaminhado para a Coordenadora Técnica Laura Bahia, com um balanço do andamento do processo nos dez anos em que se arrastava o mesmo, assim como algumas considerações a respeito da implantação das propostas do projeto Re-Fazenda, a partir do Plano de Ação das Cidades Históricas, assim como o detalhamento de uma visita feita a fazenda Campos Novos, apresentando o estado de conservação da mesma, modificações realizadas pelos seus diversos ocupantes e propostas de intervenção no espaço para que fosse possível manter a características originais do espaço, respeitando a historicidade de um local que passou por diferentes sujeitos em sua história secular.

Na primeira parte do relatório, é feito um balanço do que já foi feito no período de uma década em que o processo se arrastava, recapitulando suas diversas idas e vindas, dentro das tramas burocráticas do IPHAN.

Em seguida, a autora do relatório tece algumas considerações a respeito do projeto Re-Fazendas Campos Novos e de suas propostas de intervenção no espaço, que teriam como premissa básica a recuperação da existência histórica da antiga fazenda por meio da instalação de um museu de História Natural, um parque Agro-Ecológico e um centro de Cultura, História e Arqueologia.

A respeito dessas propostas, a arquiteta do IPHAN tece algumas considerações que são interessantes de serem relatadas, para mostrarmos algumas dissonâncias entre o projeto apresentado pelo poder público municipal e o Instituto do Patrimônio Histórico.

Em relação à proposta do ente municipal em instalar no local um museu de História Natural, a autora do parecer pondera que, apesar de ser plausível a instalação desse espaço museal na referida fazenda, ela acredita que é fundamental a manutenção da memória da presença jesuítica em qualquer projeto museológico que se tenha em mente para o local.

> Convém, todavia, ressaltar que a origem da história do lugar acha-se indelevelmente, associada aos jesuítas, portanto, ainda que se possa considerar a implantação do sugerido museu como uma solução plausível para uma ocupação coerente e sustentável das edificações históricas remanescentes, não se deve negligenciar o papel fundador desempenhado pela Companhia de Jesus e sua significância na conformação dos espaços componentes daquele conjunto edificado, fato que, aliás, constituí o foco principal de nossa abordagem na construção de um parecer que possa justificar o tombamento federal do bem (Iphan, 2002, p. 574).

Com referência à instalação de um parque agroecológico nas terras da fazenda, a autora considera a respeito do cuidado que se deve ter com as terras da fazenda, por se tratar de que "grande parte de sua área remanescente é coberta por um tipo de vegetação de restinga (mata de tabuleiro)" (Iphan, 2002, pág. 575), que se encontrava em risco de extinção, sugerindo que fosse instalada no local uma unidade de conservação (Horto Municipal do Distrito de Tamoios), apoiada em atividades de educação ambiental, com pontos de observação e contemplação da fauna e flora locais para serem utilizados pelos visitantes do espaço.

A respeito da proposta de criação de um Centro de Cultura, História e Arqueologia, que buscaria reativar práticas culturais locais, como a festa de Santo Inácio, a reativação das casas de farinha, a criação de uma feira de artesanato e produtos orgânicos, além da criação do Espaço Cultural Zumbi, que procurariam valorizar práticas culturais locais do meio rural, da população negra com uma ancestralidade que remonta ao período da escravidão, a autora pondera que apesar da importância da temática, não se deve esquecer que o tombamento federal ficará representado no conjunto arquitetônico colonial, sendo, portanto, importante estabelecer limites a respeito do seu uso.

> Parece-nos, a princípio, que todas estas propostas estariam teoricamente, em consonância, com a atmosfera histórica que permeia a antiga fazenda, seja pela remissão que faz ao seu passado jesuítico, seja pela analogia que estabelece com o negro e a escravidão, como ainda por sua relação com a natureza agrícola da propriedade. Contudo, apesar do enunciado se referir a projetos que têm como fio condutor a história rural do bem, é importante frisar a necessidade de se operar dentro de limites definidos e controlados, visto que se trata, mais uma vez, de estabelecer

> prioridades quanto aquilo que se busca efetivamente preservar e que, em caso de tombamento federal, estará representado fisicamente pelas edificações referentes ao conjunto arquitetônico composto de casa grande, capela e cemitério anexo... (Iphan, 2002, p. 577).

A última parte do parecer Nº 003/11/COTEC/IPHAN-RJ, trata de uma vistoria executada a pedido da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e realizada em 03 de dezembro de 2010, no qual foi produzida uma gama de informações a respeito das edificações da fazenda Campos Novos, com dezenas de fotos, análise do estado das mesmas, intervenções feitas pela Secretaria Municipal de Agricultura e de outros ocupantes do referido imóvel, assim como algumas das propostas que pudessem mitigar os efeitos do tempo e das descaracterizações provocadas pelo uso que deram ao bem objeto de tombamento.

Vale destacar que, dentre as diversas considerações elencadas no relatório em suas mais de 85 páginas, destacamos as obras irregulares promovidas pela Secretaria de Agricultura, como a construção de uma cozinha junto da parede dos fundos da capela, bem como um canil público. Além das diversas alterações realizadas pelos diversos proprietários que teve a fazenda, desde a expulsão dos padres jesuítas no século XVIII, tendo como mais relevantes algumas alterações que possivelmente datam dos séculos XIX e XX, descritas abaixo, sendo, portanto, na sede da fazenda (a "casa grande"), onde as intervenções se deram de maneira mais contundente.

> ... o reservatório d'água existente no pátio externo, a varanda que rodeia o bloco correspondente à residência principal, as esquadrias em veneziana de madeira colocadas nas fachadas desta última, o terraço coberto e a laje pré-moldada sobrepostos à edificação construída em extensão do corpo principal relativo à antiga residência jesuítica (intervenção posterior, mas, provavelmente, datada ainda no século XIX, haja vista a espessura de suas paredes externas) e outras realizadas internamente, como banheiros, revestimentos cerâmicos e forro de madeira, principalmente (Iphan, 2002, p. 578).

Em relação à preservação do espaço, o relatório destaca a capela, dedicada a Santo Inácio, que apesar de sofrer algumas intervenções, consegue ainda manter elementos importantes da sua originalidade através da sua "singeleza e rusticidade".

> A capela parece se constituir no trecho mais – bem preservado desse conjunto arquitetônico, embora ali, também sejam visíveis intervenções recentes, como o piso em lajota cerâmica avermelhada, colocando à imitação do original, provavelmente em tijoleira (barro cozido de aspecto mais rústico) e o revestimento em chapisco, aplicado a meia altura, na fachada externa. Também os bens móveis integrados pertencentes à capela sofreram nítidas intervenções, como emassamentos indevidos (pia batismal), enxertos grosseiros e, sobretudos, repintura (imagem de Santo Inácio, por exemplo), contudo, a singeleza e rusticidade da construção ainda permitem uma remissão do passado remoto da edificação (*ibidem*).

Interessante percebermos que no olhar da arquiteta responsável pelo relatório, em apresentar as diversas intervenções, como elementos de descaracterização da obra original jesuítica, mas que apesar disso, pela presença ainda da singeleza e da rusticidade no monumento analisado, permitiram uma remissão da edificação, que ainda carregava importantes elementos de sua originalidade.

Podemos considerar que essas diferentes atribuições de sentidos e usos dado a esse monumento, assim como as marcas do tempo e transformações que esse semióforo sofreu ao longo de sua extensa trajetória, nos mostram as diferentes memórias presentes ou silenciadas nesse espaço, caracterizando parte da sua historicidade enquanto lugar de memória (Nora, 1993).

3.7 **Parecer nº 14/2011/DITEC/IPHAN-RJ - um olhar arqueológico a respeito da fazenda Campos Novos: indo para além das edificações jesuítas**

Em 30 de março de 2011, foi encaminhado para Carlos Fernando Andrade/Superintendente no Rio de Janeiro o parecer nº 14/2011/DITEC/IPHAN-RJ de Rosana Najjar/Assessora de Arqueologia/DITEC, a respeito de algumas considerações a respeito do processo de Tombamento nº 1492-T-02, relacionado à Fazenda Campos Novos, no Distrito de Tamoios, Município de Cabo Frio.

No referido parecer, a assessora de Arqueologia Rosana Najjar irá tratar a respeito da presença indígena na área em que foi instalada a fazenda Campos Novos, principalmente em relação a um sambaqui em que a sede da fazenda foi assentada, quando os jesuítas chegaram à região durante o período colonial português.

> ... a existência do sítio arqueológico Sambaqui de Campos Novos, registrado no Iphan desde 1961, em cuja área foi construído o complexo arquitetônico formado pela igreja, residência e cemitério conhecido como Fazenda Campos Novos, objeto do presente processo de tombamento. Lembro, portanto, que o sítio encontra-se, desde 1961 protegido pela Lei Federal nº 3924 de 26 de Julho de 1961, instrumento legal que atribui ao Iphan o papel de gestor de todo patrimônio arqueológico brasileiro (Iphan, 2002, p. 656).

Na citação acima, a autora chama atenção para o fato de o local já estar sob proteção do IPHAN, independente do processo de tombamento, pelo fato das construções que são objeto

do processo por parte do instituto do patrimônio terem sido assentadas pelos jesuítas em um sambaqui que data do ano 800 da era cristã.

> A arqueóloga Maria da Conceição Beltrão, em seu clássico "Pré-História do Rio de Janeiro, informa que o Sambaqui de Campos Novos data do A.D. 890+/- 90. Ou seja, aquela área foi habitada desde pelo menos o ano 800 da era Cristã. Portanto, o Sambaqui de Campos Novos tem cerca de 1121 anos de existência, ou de sobrevida, sobretudo ao dano a ele infringido pela construção da edificação jesuítica e o cemitério anexo (*op. cit.*, p. 657).

Ainda no mesmo relatório, a autora destaca que uma prática bastante usual dos jesuítas, à época da colonização no litoral brasileiro, era a de estruturar as suas construções e parte de suas instalações em áreas elevadas próximas ou no cume de elevações, em locais estrategicamente escolhidos que permitissem uma visibilidade defensiva, além de posição de destaque e poder na região ocupada.

> Na implantação da Fazenda Campos Novos essas determinações são claramente observadas, em especial a necessidade da edificação se localizar numa elevação e próxima aos grupos indígenas... Portanto, naquela elevação contamos com a presença de vestígios de duas ocupações distintas, a pré-colonial e a colonial, independentes entre si, mas, muito provavelmente, complementares, e sobretudo, testemunhos da formação do que hoje entendemos como Brasil. Cumpre ressaltar aqui que a Fazenda Campos Novos é o melhor exemplo do padrão mencionado anteriormente, ou seja, é nela que vemos com maior clareza a existência do sambaqui como terreno base para sua construção (*op. cit.*, p. 658).

Rosana Najjar aponta em seu relatório a necessidade de se manter a relação entre o sambaqui e as construções jesuíticas que são objeto de tombamento, pois as mesmas estão relacionadas pelo processo de colonização portuguesa na região e da presença da ordem jesuítica e sua atuação por meio da catequese de grupos indígenas. A ênfase em tombar a fazenda, pela referência ao legado jesuíta, tangenciando a importância indígena como uma espécie de apêndice ou justificativa secundária, não dá a devida importância a essa problemática e ainda esvazia essa conexão entre esses dois elementos.

> Somos de opinião, portanto, que não devemos perder de vista, no presente processo de tombamento, a necessidade da manutenção da relação entre o sambaqui e a edificação. Eles estão estreitamente ligados e essa relação explica parte do projeto de colonização e catequese que os jesuítas implantaram no nosso litoral. A preservação tem que se dar para ambos, com a mesma intensidade. O sambaqui é protegido pela esfera estadual, faltando somente a edificação ter o seu tombamento federal homologado (*ibidem*).

A relação entre os diferentes nexos temporais presentes na fazenda Campos Novos por meio dos remanescentes do sambaqui presente ou das edificações estruturadas a partir da presença portuguesa com a chegada dos jesuítas irá potencializar esse espaço como parte de um importante patrimônio arqueológico em Cabo Frio, pois esses objetos e os seus conjuntos materiais irão servir de testemunho de memórias e histórias acerca de uma coletividade no tempo e espaço.

> Desse modo, ao ser constituído pela cultura material, o patrimônio arqueológico compreende todos os vestígios, bens e indícios físicos que apontem para a história e as memórias de um indivíduo ou de uma coletividade. Em outras palavras, ele designa uma herança por meio da qual os indivíduos podem conferir-se um sentimento de identidade e continuidade, baseando-se nas visões do mundo, nas tradições e nas memórias de seus antepassados, as quais podem ser levantadas por meio dos testemunhos materiais deixados por eles (Backx, 2020, p. 36).

Os vestígios materiais produzidos pelos seres humanos ou as intervenções realizadas por eles no local em que se encontra a Fazenda Campos Novos, assim como, paisagens, objetos, monumentos e outros, irão constituir uma cultura material polissêmica e transtemporal.

Essa simbiose entre o sambaqui e as construções históricas que fazem parte do objeto processual desenvolvido pelo IPHAN, nos mostra mais uma vez a importância que esse espaço tem como construção de múltiplas temporalidades, atribuições de sentidos e espaço potencial de produção e difusor de uma cultura histórica (Rüsen, 2010) local, milenar, secular, que deve ser estudada, protegida dentro da legislação em vigor e com variadas camadas de sobreposição de narrativas ao longo do tempo e tentativas de silenciamento ou de esquecimento que esse espaço sofre ao longo da sua existência.

3.8 **Uma história que parece não ter fim: tombamento, burocracia, quatro volumes de processo e mais de uma década de espera**

Quando nos debruçamos na miríade de documentos que compõem o processo de tombamento nº 1.492-T-02, ref. ao sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos em Cabo Frio, elaborado pelo IPHAN, ficamos perplexos com a quantidade de documentos dos mais diferentes matizes que foram compondo a massa processual, fotos do imóvel, pareceres de técnicos do IPHAN, INEPAC, IAB, nos mais de 10 anos em que perdurou essa carga processual, nos assusta que um nexo temporal tão extenso para se efetuar o tombamento desse

monumento tenha ocorrido e o que nos chama a atenção é que desde o início não temos por parte dos envolvidos nenhuma objeção ao tombamento deste monumento.

Olhando de maneira retrospectiva ao que temos narrado nessas páginas, percebemos que nos primeiros cinco anos em que o processo se desenvolveu, a temática em torno das discussões do tombamento, girou em legitimar esse monumento como um importante semióforo temporal, relacionado à história local da cidade de Cabo Frio, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, além de se buscar definir o que deveria ser tombado e qual tipo de memória iria prevalecer sobre as demais.

Como vimos, a legitimação da fazenda Campos Novos enquanto monumento a ser preservado passa pela fala dos diversos especialistas que foram chamados ao processo, tendo como telos temporal predominante a narrativa da presença portuguesa na fazenda, por meio da ordem jesuíta, e os remanescentes dos constructos temporais deixados pelos mesmos, como a casa grande, o cemitério e a capela de Santo Inácio.

Apesar de percebermos uma predominância dessa memória portuguesa e jesuíta na documentação apresentada e na própria justificativa e definição da área a ser tombada pelo IPHAN, que irá acompanhar o proposto pelo INEPAC e o que já havia sido desapropriado pela prefeitura de Cabo Frio nos anos de 1990, percebemos um tensionamento entre uma narrativa que será predominante no processo de tombamento e outras memórias que se farão presente, seja por meio dos documentos anexados ou a fala de alguns dos especialistas presentes no processo.

Vale destacar nessas memórias que estarão presente e tangenciando o processo de tombamento a presença indígena na fazenda, que na documentação ficará enfatizado através de um sambaqui no qual a sede da fazenda estaria assentada datado de período anterior a presença portuguesa, temos também a memória da escravidão na fazenda, seja pelos remanescentes das senzalas no local, a menção as lutas dessa população negra que formou quilombos na região entre o período colonial e imperial e dos conflitos por terra no século XX, que irão marcar a localidade, entre a população camponesa, grande parte dela formada por remanescentes quilombolas e os latifundiários locais, com diversos episódios de violência e os sucessivos desmembramentos da área da antiga fazenda campos novos.

Quando nos deparamos com um contingente tão grande de documentos, memórias, fala de especialistas e setores da sociedade civil, além de diferentes órgãos da burocracia estatal, seja ela municipal, estadual ou federal, que irão marcar as páginas do processo de tombamento da fazenda Campos Novos em Cabo Frio, em um nexo temporal que atravessa os séculos de história desse emblemático monumento da história local, nos vimos a fazer escolhas a respeito

de qual narrativa nos centralizarmos, mas, ao mesmo tempo, falarmos nem que seja brevemente dessas outras memórias que são tão importantes para a história secular desse espaço.

Agora caminhando para a reta final deste capítulo, em que nos propomos a estudar e refletir a respeito do tombamento da Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, do seu processo de patrimonialização e da constituição de uma cultura histórica (Rüsen, 2010) em torno de espaço, vamos falar um pouco dos anos finais que irão compreender a trama burocrática construída pelo IPHAN através dos documentos do processo de tombamento nº 1-492-T-02, em que teremos mais alguns estudos e especialistas do IPHAN, que irão solicitar o tombamento do bem, definindo a área a ser tombada, assim como tecerão críticas à extensão temporal desse processo, levando em seguida a continuidade e finalização do mesmo.

Caminhando para uma década de processo aberto e circulando pelos meandros da burocracia estatal do IPHAN, o ano de 2011 parece ter destravado as engrenagens que impediam o encaminhamento conclusivo a respeito dessa contenda em torno da fazenda Campos Novos, com uma série de pareceres favoráveis ao tombamento do monumento e o encaminhamento final em 2014 a partir da reunião do conselho consultivo do Instituto.

> Nos termos da legislação em vigor, o órgão deliberativo do Sphan é o Conselho Consultivo. Criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Conselho Consultivo do Sphan era, então, composto pelo diretor do Sphan, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membro nomeados pelo presidente da República. Os mandatos eram vitalícios e a função não remunerada. Os relatores dos processos eram escolhidos pelo presidente do conselho e as decisões tomadas por maioria de votos (Fonseca, 2017, p. 123).

O primeiro dos pareceres favoráveis[108] ao tombamento e que seguem acompanhando o que já foi relatado nesse capítulo é o do historiador da arte José Antonio Nonato Duque Estrada de Barros, em que o mesmo demonstra a sua insatisfação com a demora na conclusão do processo de tombamento e requisita urgência no andamento do mesmo.

> É um absurdo que um complexo integrado por um convento, uma igreja e uma fazenda comprovadamente jesuíticos, construídos no século XVIII, e inseridos em um notável ambiente paisagístico, ainda não tenha sido tombado pelo IPHAN. Esse tombamento deveria ter ocorrido, já em 1938, na primeira leva de bens culturais do país cujo valor e antiguidade foram tidos como incontestáveis nos tempos heróicos de Rodrigo de Melo Franco e de nossos saudosos pioneiros (Iphan, 2002, p. 665).

Não podemos deixar de deixar aqui uma breve reflexão da fala acima, quando o autor relata que o tombamento já deveria ter ocorrido em 1938, no que ele chama de "tempos

[108] Parecer nº 009 de 15/06/2011 – Para: Jurema Eis Kopke Arnaut – Coordenadora de Proteção do IPHAN.

heroicos" de Rodrigo de Melo Franco e os pioneiros que formaram o então, SPHAN, que dadas as características do complexo jesuítico, ele estaria dentro da lógica usada pelos próceres do atual IPHAN, que nos processos de tombamentos da época prevaleciam o tombamento de monumentos ligados a um passado colonial português, que dentro de uma perspectiva histórica que vigorava nesse contexto , entendia esses remanescentes de um passado lusitano no Brasil, como semióforos que ajudariam a construir em seu conjunto uma narrativa histórica de caráter nacionalista.

Outra consideração que não podemos nos furtar e que não dispomos de condições de responder no âmbito deste trabalho, mas que segue, com uma reflexão e um questionamento a respeito da demora em se reconhecer a excepcionalidade da Fazenda Campos Novos como cronótopo temporal tem diversas possíveis narrativas e atribuições de sentidos em seu espaço, como por exemplo: os remanescentes edificados de uma presença jesuítica no Brasil, ou em relação aos remanescentes sambaquieiros no espaço, denotando a sua importância como local da presença indígena em período muito anterior a chegada dos europeus no continente americano ou a importância dela como espaço de exploração, ocupação e estabelecimento de populações negras escravizadas no âmbito do período colonial e imperial e a permanência de seus remanescentes no espaço da fazenda ou seu entorno, por meio de comunidades quilombolas e camponesa local.

Dado o fato de que o IPHAN promoveu um processo de tombamento na cidade de Cabo Frio entre os anos de 1950 e 1960, levando ao tombamento paisagístico que foi analisado no capítulo anterior deste trabalho, nos leva a questionar o porquê na época desse processo de tombamento, não se foi cogitado o tombamento da fazenda Campos Novos? Podemos até fazer algumas ilações ou conjecturas a respeito desta ausência, como a talvez o fato do tombamento feito a partir da década de 1950, privilegiar o núcleo urbano original de Cabo Frio ou talvez ao fato de, na época, a fazenda ainda se encontrar com atividades produtivas locais ou algum outro motivo que não teremos condições de abordar no âmbito deste trabalho, mas que no futuro poderá ser objeto de pesquisas posteriores a esta tese.

Seguindo em suas críticas, o historiador da arte José Antonio apresenta suas recomendações e solicita celeridade no andamento do processo.

> Oitenta e três anos e quatro volumes (com seiscentas e sessenta e três páginas) de processo de tombamento depois, é tempo de providenciar, com urgência, a proteção desse tesouro colonial, que já foi avaliado e autenticado por historiadores, arquitetos e arqueólogos, e cujas conclusões do referido e alentado processo. Nosso parecer é, sem delongas, pelo imediato envio deste "dossier" ao Departamento Jurídico, para as providências relativas a notificação provisória e ao Conselho Consultivo para que seja

> ultimado o seu tombamento nos termos e limites propostos pela arquiteta Joyce Carolina Kurrels Pena, da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro... (*ibidem*).

Em 15/06/2011, é encaminhado para Érica Diogo/ Coordenadora – Geral de Bens Imóveis o memorando nº 143, em que a Coordenadora de Proteção/DEPAM/IPHAN, Jurema Kopke, faz um breve relato a respeito do processo de tombamento nº 1492-T-02, abordando alguns aspectos de sua trajetória e conclui com o seu parecer a respeito do mesmo.

> Alio-me, portanto, à indicação de inscrição do Sítio da antiga fazenda Santo Inácio de Campos Novos, destacadamente o conjunto edificado formado por casa, capela e cemitério anexo, no distrito de Tamoios, município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico (Iphan, 2002, p. 665).

A Coordenadora-Geral de Bens Imóveis, Érica Diogo, encaminha para Dalmo Vieira / Diretor de Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização um parecer[109] favorável ao tombamento, recomendando ao referido departamento o encaminhamento à Procuradoria Federal do IPHAN.

> Em resumo, o Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, destacadamente o conjunto edificado formado por casa, capela e cemitério anexo, no Distrito de Tamoios, município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, após criteriosos estudos técnicos, recebeu indicação favorável à sua inscrição no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Endossando a indicação de tombamento, recomendo o envio dos autos à Procuradoria Federal do IPHAN, para providências cabíveis ao caso (*op. cit.*, p. 673).

A Procuradora Federal Genesia Marta Alves Carmelo elaborou um extenso parecer[110] a respeito do processo de tombamento e em observação "dos aspectos legais contidos no Decreto-Lei nº 25/1937 e na Portaria do IPHAN nº 11/1986. Posição favorável ao Tombamento do sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, destacadamente o conjunto edificado formado por casa, capela e cemitério anexo" (*op. cit.*, pág. 677), recomendando a submissão do processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para o que o mesmo decida acerca do tombamento.

---

[109] Parecer nº 004 de 10/08/2011, tendo como assunto: Processo de Tombamento nº 1492-T-02 – Contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro (Processo Administrativo nº 01500.005719/2010-49).

[110] Parecer nº 083/11 PF/IPHAN/SEDE/MG de 1/10/2011.

O presente parecer foi aprovado pelo Procurador-Chefe Substituto, Heliomar Alencar Oliveira em 21 de outubro de 2011, que expede o encaminhamento do parecer ao presidente do IPHAN, para as devidas providências cabíveis.

No dia 23 de novembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União o edital, assinado por Luiz Fernando Pereira/Presidente IPHAN, comunicando que o Instituto do Patrimônio Histórico está promovendo o tombamento da fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, pelo seu "elevado valor histórico, arquitetônico e paisagístico" (*op. cit.*, pág. 703), visando dar ciência, publicidade e as delimitações do tombamento que seguiu o sugerido nos pareceres abordados ao longo deste capítulo.

Além da publicação do edital em DO, temos anexado no processo uma série de correspondências a diversas autoridades públicas[111] dando ciência do tombamento da Fazenda e dando o prazo de 15 dias a contar da notificação para anuir ou impugnar a iniciativa do IPHAN em relação ao feito.

Em 15 de maio de 2014, o Conselho Consultivo[112] do Patrimônio Cultural se reuniu na sala de reuniões do IPHAN em Brasília, sob a presidência de Jurema Machado, para deliberar, dentre outros assuntos, a respeito da proposta de tombamento do sítio histórico da Fazenda Santo Inácio de Campos Novos em Cabo Frio, sendo aprovado por unanimidade e determinado a sua inscrição nos livros do Tombo Histórico, do Tombo das Belas Artes e no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

> Ponto 4º. Proposta de Tombamento, Porc. nº 1492-T-02 – Sítio da Antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situado no Distrito de Tamoios, município de Cabo Frio/RJ. Processo:01500.005719/2010-49. Relator: Conselheiro Eugênio Ávila Lins. Após a leitura e discussão do Parecer[113], o Conselho APROVOU por unanimidade o

[111] Correspondências datadas todas do dia: 24/11/2011 - Ofício nº 796 – Para o Prefeito do Município de Cabo Frio/ Marcos da Rocha Mendes; Ofício nº 797 – Para a Superintendente da SPU no Estado do Rio de Janeiro/Marina Esteves; Ofício nº 798 – Para o Governador do Estado do Rio de Janeiro/Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho; Memorando nº 110 – Para o Superintendente do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro/Carlos Fernando de Souza Leão Andrade.

[112] A reunião sob a Presidência de Jurema Machado, tendo como conselheiros presentes: Ângela Gutierrez, Arno Wehling, Breno Bello de Almeida, Luiz Phelipe de Castro Andrés, Marco Castrioto Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro, Sinézio Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes da sociedade civil; Acir Pimenta Madeira, Ministério do Turismo; Ângelo Oswaldo de Araujo Santos – Instituto de Museus, Ibram; Carla Maria Casara, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Eduardo Dias Comas, Ministério de Educação; Cléo Alves Pinto de Oliveira, Ministério das Cidades; Cristina Nunes Galvão Barreto, Sociedade de Arqueologia Brasileira -SAB; Eugênio Ávila Lins, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS; Maria da Conceição Alves de Guimarães, Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB; Roque de Barros Laraia, Associação Brasileira de Antropologia-ABA.

[113] O conselheiro Eugênio Ávilla Lins, elaborou um extenso parecer, recapitulando aspectos dos diversos pareceres juntados anteriormente ao longo do processo, além de enfatizar a importância histórica, arquitetônica e documental da ordem jesuítica na História do Brasil, no Rio de Janeiro e da própria Campos Novos. Concluindo em seu parecer

> Tombamento do sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situado no Distrito de Tamoios, município de Cabo Frio/RJ, e sua inscrição no Livro do Tombo Histórico, no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (*op. cit.*, pág. 717).

Entre a reunião do Conselho Consultivo do IPHAN que promoveu o tombamento em 15/05/2014 e a inscrição nos livros do Tombo Histórico, do Tombo de Belas Artes e no do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 05/03/2015, temos um interregno de quase um ano, período no qual as tramas da burocracia estatal tomaram mais um tempo, por meio de comunicações a diversas autoridades a respeito do tombamento, assim como a homologação do tombamento pelo Ministério da Cultura[114].

3.9 **Tombamento da fazenda Campos Novos: do enquadramento de memória à produção de uma cultura histórica local**

Após esse longo e tortuoso percurso percorrido por meio dos meandros do processo de tombamento nº 1492-T-02 que começou em 2001, por meio da demanda de uma ONG, chamada A TEIA, que sob o argumento de que no local em que se encontra a fazenda Campos Novos em Cabo Frio, seria construído um lixão e que nesse local, ocupado pela Secretaria de Agricultura do município, teria além de remanescentes de uma fazenda jesuítica do período colonial, com o casario, cemitério e uma igreja consagrada a Santo Inácio, teria no espaço também remanescentes de um sítio sambaquieiro de centenas de anos.

A partir dessa demanda inicial, será aberto pelo IPHAN um processo que se arrastará por mais de 10 anos, com várias idas e vindas nas tramas burocráticas do estado brasileiro, formando um calhamaço de 4 volumes e centenas de páginas de documentos, pareceres de

---

favorável ao tombamento que: "Tendo em mente que o patrimônio possui a capacidade de operar como narrativa que permite identificar conteúdos simbólicos, capazes de gerar novas interpretações, vislumbra-se aqui o reconhecimento da Fazenda de Santo Inácio dos Campos Novos como parte do Patrimônio Nacional indissociável de todo o legado tangível e intangível deixado pela Companhia de Jesus, sobretudo, no que se refere ao processo de ocupação do nosso território". (IPHAN, 2001, p.743).

[114] No processo constam alguns documentos em que ocorre a comunicação de diversas autoridades a respeito do tombamento: Nota nº 033/2014-PF/IPHAN – Procuradora Federal/Genésia Marta Alves Camelo; Parecer nº 767/2014/CONJUR-Minc/CGU/AGU – Advocacia – Geral da União; Portaria nº 100 de 23/09/2014 que homologa o tombamento pela Ministra de Estado de Cultura/Marta Suplicy; Memorando nº 297 – Ivo Matos Barreto Júnior/Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro; Ofício nº 385 Eduardo Fonseca de Moraes/Superintendente da SPU no Rio de Janeiro; Ofício nº 386 – Luiz Fernando de Souza/Governador do Rio de Janeiro; Ofício nº 387 – Alair Francisco Corrêa/ Prefeito do Município de Cabo Frio.

arquitetos, arqueólogos, historiadores que em unanimidade irão concordar a respeito da necessidade do tombamento da fazenda.

Como já destacado ao longo deste capítulo, o processo de tombamento nº 1492-T-02 irá construir uma narrativa com diversos lugares de fala a respeito da historicidade da Fazenda Campos Novos, que abordarão, de maneira mais tangenciada, aspectos de história indígena local, por meio de sambaquis presentes na área da fazenda, notadamente no local em que está assentada a sede da fazenda, assim como elementos da presença e memória dos remanescentes da população escrava que no passado trabalhou na fazenda nos tempos colonial e imperial e que deixaram suas marcas por meio da sua cultura, ancestralidade e que se fazem ainda presentes nos quilombos e parte da população camponesa existente na região.

Não poderíamos deixar de mais uma vez falar a respeito também da história rural da fazenda, seja, por meio dos conflitos de terras que atravessaram a sua secular história e que acabaram culminando na desapropriação de parte da fazenda pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal, sendo parte da desapropriação feita pelo ente municipal, que irá servir de base para os limites estabelecidos pelos tombamentos feitos pelo INEPAC e posteriormente pelo IPHAN.

Quando começamos a destrinchar esse colosso que é o processo de tombamento da fazenda Campos Novos, nos vimos imbuídos de fazer escolhas sobre qual caminho trilhar e optamos por focar naquilo que foi o cerne da documentação apresentada para justificar e enquadrar a memória (Pollak, 1989) desse sítio histórico e que foi a base para o tombamento efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, assim como os limites territoriais estabelecidos, que irão girar nos prédios remanescentes do período jesuíta, como a casa grande, igreja, cemitério e o seu entorno.

Dada as dimensões desse trabalho, optamos por abrir mão de nos aprofundar nas narrativas históricas e de memória em torno da presença indígena, negra e camponesa, presentes nessa história secular e com diversas atribuições de sentidos a múltiplas narrativas desse espaço, seja, por que na documentação essas narrativas vem de maneira um tanto tangenciada, frente a narrativa principal estabelecida no processo, ou por percebemos que esses outros nexos narrativos são apresentados no corpo do processo analisado e que apesar de estarem presentes na documentação elas não tiveram a mesma relevância que a narrativa focada na presença jesuíta vai ter na documentação e nas análises que justificaram o tombamento.

Passadas duas décadas entre a demanda inicial da ONG A TEIA que irá levar à abertura do processo pelo IPHAN e o seu posterior tombamento, temos no tempo presente a fazenda Campos Novos como uma importante referência local, seja como sede da Secretaria Municipal de Agricultura, espaço de exposições agropecuárias ou como local para visitação de escolas que

levam alunos para conhecerem esse espaço rural e a sua história secular, por meio da visitação do seu casario histórico, constituindo com isso um importante elemento de preservação e difusão de uma cultura histórica (Rüsen, 2010) local.

> A experiência histórica é, pois, fundamentalmente, experiência da diferença e da mudança do tempo. A experiência da diferença temporal [...] tem seu atrativo – um fascínio que pertence aos impulsos mais importantes do apreender história. A fascinação suscitada por esse objeto da experiência não é suficiente, porém, para mobilizar uma atenção consciente e ativa a essa experiência, com a intenção de se apropriar dela mediante uma interpretação própria. Para tanto, necessita-se de um outro impulso, decorrente dos problemas de orientação do próprio presente (Rüsen, 2010, p. 112).

No próximo capítulo, iremos refletir a respeito de diferentes usos e atribuições de sentidos do Convento Nossa Senhora dos Anjos, que tem a sua origem em torno de um espaço sacro no catolicismo no período colonial, sendo posteriormente transformado em um espaço museal, por meio do Museu de Arte Religiosa Tradicional, e age como elemento promotor e difusor de uma cultura histórica (Rüsen, 2010), a partir das suas ações de cunho museal e educativas em Cabo Frio.

4 MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL EM CABO FRIO: MONUMENTO TOMBADO, LOCAL SACRO E ESPAÇO MUSEAL - UM LUGAR E AS SUAS VÁRIAS ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS

4.1 Museu de Arte Religiosa e Tradicional - MART: um lugar com muitas camadas de histórias e de memórias em Cabo Frio

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio está sediado no Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, no município de Cabo Frio, na mesorregião das Baixadas Litorâneas e microrregião dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro.

Enquanto instituição do campo museal, o MART atua por meio da aquisição, conservação, investigação e difusão de elementos da cultura local, seja por expressões do tempo presente feitas por artistas locais ou pela cultura material e imaterial de caráter histórico, presentes desde o próprio monumento em si e desdobrando-se nas exposições promovidas pela instituição.

> De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus: Consideram-se museus, para efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009) (Ibram, 2018, p. 13).

Os museus, tal como os conhecemos hoje, começaram a se consolidar a partir do século XVIII na Europa. A prática de colecionar objetos, no entanto, remonta há tempos antigos e atravessa várias sociedades ao longo do tempo e espaço. Os seres humanos atribuem valores aos objetos por diversas razões, sejam elas materiais, culturais, científicas ou afetivas, e, assim, criam justificativas para a sua preservação. (Choay, 2014)

Atualmente, os museus têm um campo de atuação extenso e diversificado, com uma ampla gama de tipologias e especializações. Eles deixaram de ser espaços de exposição e acúmulo de objetos para se tornarem intérpretes da cultura, memória e educação, contribuindo para a prática da cidadania conforme a temática abordada pela instituição (Ibram, 2018).

No caso do MART, seu papel de intérprete cultural está especialmente voltado para a história da arte e da religiosidade brasileira, além de explorar outros aspectos da cultura local de Cabo Frio e da região dos Lagos.

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional tem em seus processos museológicos ações, projetos e programas com fundamento teórico e prático da museologia, que considerem o território, o patrimônio histórico-cultural e a memória social de Cabo Frio e região, no intuito de produzir, difundir conhecimento a respeito de práticas culturais locais.

Situado no centro da cidade, de frente para o largo de Santo Antônio e aos pés do morro da Guia, o convento é ladeado por atrativos como o canal do Itajuru e a ponte Feliciano Sodré, que liga as duas partes da cidade que são separadas pelo referido canal, que se integra com a laguna de Araruama.

> O conjunto arquitetônico correspondente ao antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, além do Mart/Ibram situado nas áreas das ruínas do convento e da igreja conventual, engloba o cemitério e a capela da Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, que mantém as atividades religiosas em ambos os espaços sob sua gestão. À frente do antigo Convento, localizado paralelamente à Igreja Conventual e ala frontal reconstruída, ambas pertencentes ao museu, há o adro, espaço que se caracteriza por um grande jardim onde se situa o Cruzeiro e está delimitado por muros de pedra de pequena altura na divisa com o passeio público, construídos em época mais recente (Mart, 2019, p. 177).

Estabelecido em um monumento histórico de período colonial português criado no século XVII, que serviu como espaço monacal para os Frades Franciscanos que se estabeleceram na região, o convento também serviu como espaço de ensino de primeiras letras para a população local da vila de Santa Helena de Cabo Frio durante o processo de colonização portuguesa.

Como visto no capítulo que abordou o processo de tombamento do Convento nesse mesmo trabalho, o espaço franciscano teve entre sua criação e zênite os séculos XVII e XVIII por meio de atividades de cunho religioso e educacional local, tendo ao longo dos séculos XIX e XX um lento processo de declínio, esvaziamento e abandono, por parte dos religiosos da ordem franciscana.

> Ao mesmo tempo em que a estrutura do convento virava ruínas, a cidade desenvolvia nova relação com o convento e seu entorno. Antônio de Gastão, pescador e artista popular nascido e criado atrás do morro da Guia, registrou em suas memórias outras referências vinculadas ao espaço, que não os ofícios religiosos do catolicismo. Havia as lavadeiras que utilizavam o antigo poço dos frades para lavar roupas das famílias ilustres de Cabo Frio e os tropeiros, que traziam seus animais, carregando mantimentos, nos jacás, para beberem água... o jongo dançado no largo no dia de Santo Antônio. Várias são as lembranças que foram imortalizadas não só pela

> memória coletiva local, como também nas fotografias de Wolney Teixeira (Mart, 2019, p. 18).

Interessante observarmos os diferentes usos e as relações estabelecidas ao longo do tempo naquele espaço que mais tarde abrigaria o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio por aqueles que de alguma maneira irão utilizar ou retratar esse espaço, sejam em suas telas, memórias ou ações do cotidiano.

> Experiência e recordação nunca se deixam harmonizar em conformidade plena. Entre ambas há um hiato em que o conteúdo de memória será deslocado, esquecido, obstruído, repotencializado ou reconstruído. Quanto mais as metáforas da memória fazem jus a essa dinâmica imanente das recordações, tanto mais elas realçam a dimensão temporal como fator decisivo e tanto mais fazem da reconstrução dos conteúdos da memória o verdadeiro problema em questão (Assmann, 2011, p. 191).

Ao considerar a relação entre memória, experiência e recordação, é possível observar uma certa harmonia entre esses elementos nas diversas formas de representação desse espaço de memória em Cabo Frio. Isso se dá através dos vestígios dessas diferentes temporalidades, que ora aparecem como atemporais, visto que, sob uma perspectiva de ruínas, parecem congeladas no tempo. Ao mesmo tempo, há um esforço para evitar o esquecimento por meio da construção de uma memória coletiva local. Essa memória é formada pelos diferentes agentes que usaram e ainda utilizam o antigo convento franciscano, como no caso de artistas locais que o retrataram e retratam em suas obras ou por meio de suas memórias eventos do passado no tempo presente. Além disso, o esforço para recuperar um passado significativo é evidenciado pelo tombamento e posterior musealização realizados por agentes públicos estatais, em colaboração com os agentes sociais locais.

Além do museu, o antigo convento abriga as dependências da Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, capela e cemitério que se encontram ainda em atividade.

Como podemos perceber, o espaço em que se encontra o Convento Franciscano que abriga o MART teve e tem ao longo de sua trajetória diferentes atribuições de sentidos. No período colonial e imperial, a ênfase foi a de um espaço monacal religioso que também atendia algumas funções de cunho educacional. Sendo que, depois de seu ocaso e abandono, ele foi ressignificado ao longo do século XX, primeiro como monumento tombado pelo IPHAN, por meio do processo de tombamento nº 44-T-51 de 1951 e depois ampliada e consolidada a área de entorno no processo nº 0757-T-65.

Depois de tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico nos referidos processos, o convento terá a ele designada uma nova atribuição de sentido ao ser transformado parte de suas dependências em um espaço museal a partir de um convênio entre o IPHAN e a Mitra Diocesana de Niterói, celebrado em 1968, tendo o espaço iniciado as atividades de cunho museal a partir de 1982, após um período de reformas e adequações do local à nova função a ser desenvolvida.

> Em 15 de dezembro de 1982, com a exposição de fotografias "Cabo Frio – Mar, Terra e Povo", do pesquisador de história e fotógrafo Márcio Werneck da Cunha, o Museu de Arte Religiosa Tradicional de Cabo Frio abriu suas portas ao público. Em 45 dias de funcionamento, mais de duas mil pessoas já haviam visitado o espaço. As primeiras décadas do museu transcorreram com mostras de expositores regionais em meio a projetos para a restauração do acervo religioso cedido para exposição pela ordem terceira franciscana em Cabo Frio. Após a restauração dos retábulos da Igreja conventual, patrocinada por um empresário local, o templo foi aberto à visitação, definitivamente integrado ao espaço expositivo do museu (Mart, 2019, p. 21).

Decorridos três décadas de funcionamento a partir da sua abertura em 1982, o MART, por meio do IBRAM[115], terá a renovação da cessão do espaço por meio da Mitra Arquidiocesana de Niterói por um período de mais 20 anos, por meio do termo de cessão de uso de bem imóvel e bens imóveis e integrados, através do processo SEI nº 01415.008857/2017-15 (Mart, 2019).

> ... por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção de patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança no que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico, etc.; segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e em um contexto, a um mesmo bem por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados (Fonseca, 2017, p. 41).

Considerando que o local em que se encontra o Complexo Monacal do Convento Nossa Senhora dos Anjos ainda tem atividades de cunho religioso desenvolvidas pela Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio em espaço próprio e que parte das instalações do convento são utilizadas como espaço museal, para visitação, manutenção de acervo, exposições, educação para o patrimônio, dentre outras, por meio do Museu de Arte

[115] Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), criado por meio da lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009. O Ibram é responsável pela gestão do Museu, a partir da criação dessa autarquia pública em 2009, sendo o período anterior administrado pelo IPHAN, que mantinha nas dependências do museu um escritório técnico que atualmente encontra-se sediado no município de São Pedro da Aldeia.

Religiosa e Tradicional e que todo o espaço do complexo é parte de um monumento histórico tombado pelo IPHAN, tendo, com isto, múltiplas atribuições de sentidos e finalidades.

Ao longo desse capítulo, iremos nos focar em entender aspectos a respeito do funcionamento do MART, enquanto espaço museal, nos debruçando em seu plano museal como referencial de planejamento das ações desenvolvidas pela instituição, tendo como foco principal as ações que possam ter conexão com o ensino de história local, dentro da perspectiva de uma educação para o patrimônio.

Como contraponto ao documento produzido pela instituição e que será um norte para suas ações, iremos utilizar trechos de uma entrevista fornecida pela servidora do museu Flávia Maria Franchini Ribeiro[116], responsável pelo setor educativo, para percebermos como que as ações propostas no campo da educação museal e relacionadas ao ensino de história local, foram aplicadas a partir do planejamento, quando não foram aplicadas ou se foram parcialmente aplicadas ou adaptadas face às condições de limitação para sua implementação, como, por exemplo, questões de cunho orçamentário, pessoal ou de infraestrutura.

Face à proposta de trabalho desenvolvida para essa tese em abordar os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade de Cabo Frio, tendo como ênfase os tombamentos do Forte São Mateus, o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda Jesuítica de Santo Inácio que abordamos ao longo deste trabalho, iremos agora nos debruçar em perceber como que um desses monumentos pode ser visto também como um espaço de disseminação de uma cultura histórica local.

A partir de uma escolha arbitrária efetuada por esse pesquisador que enxergou, dentre os monumentos tombados e estudados ao longo deste trabalho, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, sede do Museu de Arte Religiosa Tradicional, como um espaço que poderia proporcionar nessa reflexão uma ligação entre a ideia de que o monumento tombado pode ser visto e utilizado como um local de produção e ou reprodução de aspectos relacionados a história local, educação para o patrimônio e também um local disseminação de uma cultura histórica local que ligue o conhecimento produzido pela academia, o conhecimento produzido no meio escolar e a disseminação ou interface desses conhecimentos ao público de diferentes camadas da sociedade por meio da educação museal promovida pela instituição.

---

[116] Atua como técnica em assuntos culturais - história no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2005), graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996), especialização em História da Arte Sacra pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2019) e mestrado em História, Cultura e Poder pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). Concentração dos estudos especialmente em História do Brasil e na área de Patrimônio e Museologia.

4.2 **Museu de Arte Religiosa e Tradicional: uma breve caminhada pelo espaço musealizado**

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional está integrado à paisagem urbana de Cabo Frio por meio de uma área externa em que se destaca o adro frontal com o Cruzeiro, que mostra a imponência do monumento religioso e que hoje abriga o espaço museal, assim como os muros do cemitério e a capela, administrados pela Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, que ainda encontrasse em funcionamento nesse complexo espaço de convivência tripartite: monumento tombado, museu federal, espaço sacro religioso do catolicismo.

> A antiga igreja conventual é o principal espaço expositivo de caráter permanente do Mart e abriga algumas das mais importantes peças do acervo, grande parte integrada à estrutura ou disposta nos locais para onde foram inicialmente destinadas durante o funcionamento da casa religiosa. É o local de maior dimensão dentre as dependências do Antigo Convento e a porta de entrada do visitante ao Museu. Além de ser um espaço expositivo, é o local que funciona como auditório e abriga as mais diversas atividades (Mart, 2019, p. 99).

Ingressando no museu pela antiga Igreja Conventual, encontra-se uma recepção, tendo de maneira contígua ao espaço em exposição a maior parte do acervo do outrora Convento Franciscano, com diversas imagens de santos franciscanos[117].

> Na capela-mor, no ponto mais alto e central do altar-mor, destaca-se a imagem de Nossa Senhora dos Anjos, orago do convento. Esse retábulo principal dialoga com os dois altares colaterais, sendo um dedicado a São Francisco de Assis e o outro, a Santo Antônio de Pádua (Mart, 2019, p. 23).

A igreja conventual foi construída em nave única com o intuito de facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis. Devido à acústica privilegiada do espaço, no local são promovidas apresentações de música, dança, teatro, palestras, simpósios ou lançamentos de livros.

O coro, localizado à entrada da nave, pode ser acessado pela parte interna do convento, por meio da torre sineira, sendo o espaço em que se localiza a mesma utilizado para

[117] São imagens do século XVIII em tamanho real de Santa Izabel, São Luís Rei da França, Santa Rosa de Viterbo e São Benedito que eram transportadas durante as procissões da época. (Mart, 2019)

armazenamento e acondicionamento de acervo museológico da instituição e algumas estações de trabalho.

> O convento de Nossa Senhora dos Anjos foi construído em formato quadrangular, com pequeno claustro no centro. Todas as dependências – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro. É possível identificar no local vestígios da antiga cozinha dos franciscanos, como a pia, o forno e lajoteiro; haveria ali uma chaminé, elemento característico das construções franciscanas para o preparo de alimentos para consumo próprio ou para obras de caridade (Mart, 2019, p. 24).

Saindo à direita da nave principal, e acessando o jardim, local esse em que se encontram vestígios do outrora claustro. Do jardim pode-se avistar o morro e a Capela de Nossa Senhora da Guia, assim como o acesso à antiga sacristia que abriga no piso superior uma sala de reuniões e estações de trabalho do museu, onde funcionam as áreas técnica e administrativa, e uma pequena biblioteca disponível para consulta mediante agendamento.

Ainda pelo Jardim, pode-se chegar a duas salas de exposição, sendo uma com acervo de exposição permanente, com imagens danificadas e posteriormente restauradas em terracota do século XVII de São Boaventura e do Menino Jesus.

> É, aquele espaço é a exposição permanente. Permanente, é aquela. A exposição de longa duração que são as imagens do antigo convento. A gente até em dezembro, né, para o aniversário do Museu 15 de dezembro de 2023, a gente mudou o percurso e aí a museóloga reuniu na igreja conventual tudo que dizia respeito ao antigo convento e o visitante faz aquele espaço, aí depois ele entra aqui no recolhimento, que seria o recolhimento que hoje são as ruínas, né? E na ala reconstruída onde está a exposição. E esse espaço do jardim, que era ruína, a gente utiliza para manifestações culturais, né? De todo tipo (Flávia Ribeiro, 2024).

O local de exposição permanente congrega as imagens sacras do antigo convento, tendo como eixo central desse percurso a igreja conventual, em que os visitantes, após circularem por esse ambiente, se dirigem para os espaços do convento em estado de ruínas que foram parcialmente recuperados.

Na outra sala de exposição, são realizadas exposições temporárias de artistas regionais, de elementos que remontam à tradição popular e à história local, que possuem relação com a missão proposta pela instituição, que é a de “preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio cultural, material e imaterial relacionado ao antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos e os bens a ele historicamente vinculados” (Mart, 2019, p. 26).

Em relação ao acervo da instituição, ele é dividido em três partes: o acervo museológico, o acervo arquivístico e o acervo bibliográfico. O primeiro foi criado a partir do convênio com a mitra diocesana que levou à criação do museu e teve como parte inicial objetos repassados

pela Igreja católica naquele contexto, como “esculturas, alguns poucos itens de mobiliário, objetos sacros utilizados nas cerimônias litúrgicas, prataria e livros litúrgicos raros” (Mart, 2019, p. 59).

Na medida em que o museu iniciou suas atividades, outros objetos foram sendo agregados ao acervo museológico da instituição e ele passou a ser subdividido entre acervo cedido e acervo Mart.

O acervo cedido, como relatado, é aquela parte do acervo museológico composta por objetos cedidos no convênio que levou a criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional, tendo como destaque

> o retábulo da Capela-Mor e a coleção de imaginária dos séculos XVII e XVIII, em terracota e madeira policromada, que serviram à devoção dos fiéis e frades franciscanos que habitaram o Convento de Nossa Senhora dos Anjos no período de 1696 e 1872 (Mart, 2019, p. 60).

Já o acervo MART é composto por peças adquiridas após a inauguração do museu na década de 1980, furto da coleta ou doação feita por artistas nascidos ou estabelecidos na cidade de Cabo Frio.

> É composto, além de esculturas sacras e outros objetos litúrgicos, de obras de arte popular de autoria de importantes artistas nascidos e/ou radicados em Cabo Frio, assim como desenhos e pinturas, que retratam, em sua maioria, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, a paisagem do entorno e os aspectos culturais da região (Mart, 2019, p. 60).

Os acervos arquivístico e o bibliográfico estão sob responsabilidade do Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional (NBEAHR)[118] que tem como responsabilidade o tratamento desses acervos.

No acervo arquivístico tem a coleção “Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de Cabo Frio”, formada por documentação textual que conta parte da história e do funcionamento dessa ordem religiosa que ocupa ainda uma parte das instalações do complexo monacal que, embora tombado pelo IPHAN, não está musealizado.

A outra coleção que faz parte do acervo arquivístico é a denominada “Arquivo do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio”, composta por documentação textual e não

[118] O NBEAHR foi criado no MART, a partir da “cláusula I, inciso 2 do Convênio de criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, firmado entre o Arcebispado de Niterói e a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1968 previu a formação de um Núcleo de Biblioteca especializada associado a um Arquivo Histórico Regional implantado em 1995. (Mart, 2019, p. 60)

textual, “entre eles, fotografias, cartazes, dispositivos, fitas vídeo magnéticas e áudio magnéticas, além de DVDs, panfletos, disquetes, CDrs, cartões postais e negativos flexíveis” (Mart, 2019, pág. 61). Essa coleção é composta por documentação produzida pela instituição, retratando o seu exercício ao longo do tempo e as ações realizadas no espaço do museu, servindo como uma espécie de memória institucional e das práticas realizadas naquele espaço.

O acervo bibliográfico é formado por meio de doação de particulares, instituições públicas e privadas, assim como por obras compradas pelo MART e obras recebidas do Centro Nacional de Documentação da Museologia (CENEDOM), através da ação integrante do Programa Bibliomuseus.

> É formado por livros, monografias, folhetos, periódicos, fascículos avulsos de periódicos, obras de referência como dicionários, boletim bibliográfico, enciclopédias, guias livros técnicos para as pesquisas necessárias ao tratamento das obras e coleção de multimeios composta por CDs, DVDs e fitas de vídeo cassete (Mart, 2019, p. 63).

Essa sucinta exposição do MART procura fazer uma breve descrição de alguns dos elementos do espaço musealizado, mostrando aspectos remanescentes do antigo convento franciscano e também alguns elementos que compõem o museu em si, sejam seus espaços de exposição permanente ou temporária, assim como os locais do convento que foram transformados em espaço de trabalho para a equipe presente no museu.

Foi deixado de lado deliberadamente a pormenorização de outros espaços e elementos presentes no Museu de Arte Religiosa e Tradicional, com relação a especificações no seu acervo, locais de trabalho da equipe do museu e do próprio convento franciscano enquanto monumento tombado, para focarmos nesse capítulo como proposto originariamente, nas ações elencadas pela instituição no campo da história local de Cabo Frio, da educação museal, de uma educação para o patrimônio e do ensino de história promovida ou proposta a partir do plano museal da instituição para o quadriênio de 2020 e 2023.

4.3 **Plano Museológico do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (2020-2023): missão, valores e objetivos**

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio tem como missão institucional manter, fomentar pesquisas e dialogar com o público aspectos relacionados ao patrimônio

cultural de Cabo Frio em um monumento tombado com diversas camadas de historicidade, sejam elas do monumento em si ou a ele vinculados, a partir da sua relação com a sociedade cabofriense e da região dos lagos.

> O Mart tem como missão preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio cultural, material e imaterial relacionado ao antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos e os bens a ele historicamente vinculados, por intermédio de ações de cooperação com a sociedade, especialmente a da região da baixada litorânea fluminense, com o objetivo de contribuir para o permanente processo de construção das memórias locais, visando à promoção da dignidade humana, da universalidade do acesso e o respeito à diversidade cultural (Mart, 2019, p. 26).

Logo no início do plano museal da instituição, percebemos um eixo central das diversas ações que o MART se propõe a realizar por meio da preservação, da pesquisa e da comunicação com o público que utiliza ou consome esse espaço de difusão de aspectos do patrimônio cultural local.

Tratar de preservação nesse espaço vai desde o espaço em si com a sua historicidade enquanto monumento de origem colonial portuguesa, passando para a própria patrimonialização que esse local sofreu a partir do processo de tombamento, assim como uma espécie de caixa de ressonância de parte da cultura de Cabo Frio e região dos Lagos por meio de suas exposições e ações de cunho científico e pedagógico desenvolvidas pelo museu.

Quando falamos em pesquisa em relação a essa instituição museal, podemos destacar os trabalhos desenvolvidos pela equipe do museu em relação ao cuidado e trato do acervo permanente ou temporário sob responsabilidade das mesmas que trabalham na instituição e que irão culminar nas exposições organizadas.

Como terceiro ponto, destacamos a questão relacionada à comunicação do MART com o seu público, sejam aqueles que o utilizem na visitação das exposições organizadas pela instituição ou de artistas locais, artesãos, memorialistas, historiadores, museólogos, professores ou outros pesquisadores do âmbito acadêmico e escolar que apresentam sua arte, ofício ou pesquisas nesse espaço, servindo como intérpretes e consumidores de elementos da cultura, memória e história local.

Integrar os diversos setores do museu com o setor educativo da instituição está relacionado a um olhar introduzido a partir da direção da instituição que estrutura de maneira dialógica os núcleos do educativo, da biblioteca e do arquivo.

> Com relação à estrutura do plano, a gente fez o plano, quando a gente construiu esse plano, o setor educativo estava passando por uma mudança. Até então havia separado o educativo e o núcleo de biblioteca e arquivo, que eram setores separados, aí com a

> criação desse plano, que foi justamente com a vinda da atual diretora, que é a uma educadora na área de patrimônio. A Renata[119], propôs que o núcleo passasse a atuar junto ao educativo, subsidiando as atividades do educativo, e também integrando as funções, tanto que no plano, a função primeira do núcleo é atuar nas atividades educativas (Flávia Ribeiro, 2024).

No plano museológico do MART, a instituição apresenta como uma visão de si a necessidade de fortalecer e consolidar a função educativa e difusora a respeito do patrimônio cultural junto à população local, por meio da memória, arte e cultura.

> Fortalecimento e consolidação da sua função educativa e de difusor de conhecimento junto a moradores da região e promoção do acesso irrestrito ao patrimônio cultural material e imaterial relacionado ao antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos através de ações que valorizem e comuniquem as memórias locais da região, bem como a arte popular e a cultura da baixada litorânea fluminense (Mart, 2019, p. 26).

Essa visão da instituição enquanto um espaço de fomento no campo do patrimônio cultural local por meio de ações que abranjam o campo da memória cumprindo uma função educativa de compartilhar junto aqueles que frequentam esse espaço musealizado os conhecimentos e experiências construídas ao longo do tempo, permite olhar para essa instituição como uma espécie de elemento que possa congregar diferentes visões de mundo, do passado e da contemporaneidade para públicos de diferentes camadas da sociedade.

Tendo determinado sua missão institucional e sua visão, temos como valores a serem destacados e buscados em suas ações, dentre os diversos elencados no plano museológico três que irão atravessar a proposta de trabalho desse capítulo de pensar esse espaço enquanto monumento tombado, espaço museal e de educação e ensino de história:

> - Preservação e conservação do Convento Nossa Senhora dos Anjos e seu acervo
> - Valorização das memórias locais e respeito à diversidade cultural
> - Educação para a cidadania (como prática para liberdade, memória e identidade) (Mart, 2019, p. 26).

Quando chegamos aos objetivos propostos, aquilo que foi apresentado na missão e visão da instituição é reafirmado no objetivo geral a partir dos eixos estruturantes voltados para preservação, educação e difusão do patrimônio cultural.

---

[119] Carla Renata Antunes de Souza Gomes, exerce a função de diretora do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART/Ibram), sendo Graduada em História, pela Universidade de Caxias do Sul (2002), Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2013), além de mestrado (2006) e doutorado (2012) em História pela UFRGS.

> Desenvolver e fomentar ações com vistas à preservação, educação e difusão do patrimônio cultural e imaterial da região do Cabo Frio, dialogando com o Convento e seu entorno (Mart, 2019, p. 27).

Dentre os diversos objetivos específicos, destacamos aqueles que consideramos como relevantes a partir das ações propostas e executadas pelo Museu de Arte Religiosa e Tradicional, que serão discutidas ao longo desse capítulo.

> - Promover e difundir o patrimônio cultural da região;
> - Preservar os acervos e o complexo arquitetônico do Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos...
> - Promover a cidadania por meio da educação para o patrimônio; (Mart, 2019, p. 27).

Pensando na pesquisa a partir de um olhar que observa as diversas atribuições de sentidos presentes no MART, como relatado anteriormente, mas, ao mesmo tempo, tendo como eixo estruturante desse capítulo a ideia que esse monumento tombado que foi musealizado cumpre uma função social de disseminar elementos relacionados a uma cultura histórica local, tal como ações que abarquem aspectos relacionados ao ensino de história, iremos enfatizar a seguir, tanto nos valores, como nos objetivos da instituição no plano museológico, ações planejadas e/ou executadas de elementos que privilegiem essa perspectiva.

A partir da fala da servidora do setor educativo que trabalhou ativamente na implementação das propostas do plano museal, percebemos que entre o escrito e o executado existem muitas nuanças entre o que se pretende alcançar e o que é possível de fazer com os recursos que se tem.

> A gente construiu um plano tentando dar conta de tudo que a gente via que precisava. Não necessariamente para executar nesses quatro anos, porque a gente sabia, e aconteceu ainda de uma forma séria, uma deficiência de equipe nesses quatro anos que impediu que a gente fizesse funções básicas (Flávia Ribeiro, 2024).

O plano museológico atua como um plano estratégico, a partir da maneira como a instituição quer fazer funcionar, mas na aplicação do mesmo a servidora relata a dificuldade de execução das propostas, face à carência de recursos financeiros para implementação, assim como a falta de servidores suficientes para a implementação do mesmo.

4.4 **Programa Educativo Cultural: educação para o patrimônio e história local no MART**

O MART em Cabo Frio procura estruturar ações que possam aproximar o museu da comunidade a que está relacionado, fortalecendo os vínculos de proximidade entre os diferentes agentes sociais que utilizam, trabalham ou consomem as atividades culturais desenvolvidas nesse espaço, no intuito de promover o conhecimento de aspectos da cultura local, do reconhecimento, apropriação e ressignificação do patrimônio histórico e cultural, seja ele material ou imaterial.

> O Museu de Arte Religiosa e Tradicional pauta-se pelo princípio de que a educação para o patrimônio é função a ser assumida pelos museus como importante elemento de sua comunicação, juntamente com a preservação e a pesquisa (Mart, 2019, p. 109).

Ao pautar a educação para o patrimônio como um elemento que possa servir de elo entre a comunicação com o público, a preservação do patrimônio histórico cultural e a pesquisa, a instituição irá procurar, por meio das ações desenvolvidas pelo programa educativo cultural do museu, integrar diferentes frentes de atuação que terão como um elemento de integração as ações no campo educativo, em que a cultura e a história local trabalhada poderão ser potencializadas tanto no campo museal, como no do ensino de história.

A educação para o patrimônio ou educação patrimonial se refere aos processos educativos formais ou informais que tenham como eixo o patrimônio histórico cultural constituído, que pode servir como ferramenta para valorização e preservação de identidades locais que possam ou não estar atreladas a discursos ou narrativas nacionais, regionais ou locais por meio de referências culturais materiais ou imateriais.

As ações educativas no espaço museal, como parte das atividades de um setor educativo no Brasil, começaram a surgir a partir de 1927, com o estabelecimento do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, criado por Roquete Pinto. O objetivo desse serviço era desenvolver práticas educativas que contribuíssem para o aprendizado e o currículo escolar. Na década de 1950, ocorreram eventos importantes que estimularam a discussão sobre a educação museal, como o I Congresso Nacional de Museus (1956), realizado na cidade de Ouro Preto, e o Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o papel educativo dos museus (1958), que teve lugar no Museu de Arte Moderna, na cidade do Rio de Janeiro (Ibram, 2018).

O Seminário possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem museológica que discute o papel educativo dos museus, entendendo-os também como espaços destinados a auxiliar nas atividades de ensino.

> Segundo Frecheiras (2015, p. 57-73), o cenário da Educação Museal nesse período estava relacionado basicamente ao atendimento ao público, principalmente a estudantes em visitas guiadas (termo em voga na época), algumas complementadas com projeção de slides, sessão de cinema ou audição de música, distribuição de publicações, guias, folheto, boletins informativos sobre a instituição e/ou as exposições, realização de atividades visando a comemoração de datas históricas e/ou importantes para o calendário nacional, com a participação de estudantes do que hoje corresponderia aos ensinos fundamental e médio, capacitação de funcionários para o aprimoramento e o atendimento das visitas guiada se publicação de artigos especializados (Ibram, 2018, p. 16).

No período de 1937 a 1967, quando o IPHAN era presidido pelo Rodrigo Melo Franco de Andrade, as iniciativas educativas promovidas pelo órgão federal responsável pela política de patrimonialização por meio dos tombamentos se concentravam na criação de museus, na promoção de exposições, publicações técnicas e divulgação por meio da imprensa, no intuito de fomentar no público a importância do acervo da instituição como parte de uma memória nacional que deveria ser preservada e que contribuísse na produção de uma narrativa histórica de caráter nacional.

> ... as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil e militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão (Florencio, 2014, p. 6).

Uma nova abordagem em relação à educação museal emergiu na década de 1970, destacando-se a mesa-redonda sobre o papel dos museus na América Latina, realizada em 1972. Influenciada pelos métodos e ideias do educador Paulo Freire, a educação museal trouxe à tona o conceito de museu integral, que considera o museu como um todo integrado ao seu contexto material e cultural (Ibram, 2018).

> Assim, coube a Freire este papel de destaque na configuração do movimento da Nova Museologia, quando se transferiu ao campo museal suas teorias sobre a educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e cidadania (Ibram, 2018, p. 17).

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, as transformações relacionadas ao patrimônio e à memória, sob a perspectiva da diversidade cultural existente na sociedade, levaram à criação de museus que refletem a realidade social e historicamente construída a partir da visão da comunidade em que estão inseridos. No Brasil, como exemplos, podemos destacar o Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa, a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Museu Lasar Segall (Ibram, 2018).

Podemos considerar que, embora o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio tenha sido criado posteriormente, ele segue a mesma lógica de ser um espaço museal que reflete aspectos da cultura e da história da comunidade em que está inserido. O museu trabalha questões relacionadas ao patrimônio histórico-cultural e à reflexão sobre as múltiplas identidades construídas na região.

Na década de 1980, foi implementado o Programa Nacional de Museus, que incluiu ações destinadas a incentivar a relação entre museus e o ensino formal. Além disso, foram lançadas as apostilas "Museu e Educação", voltadas para a criação de projetos nos museus (Ibram, 2018).

> A década de 1990 foi menos produtiva no que diz respeito às políticas públicas e às ações culturais incentivadas pelo Estado. O que se viu foi um desmonte do aparelho público, com o fim do Ministério da Cultura (MinC) e a priorização do investimento privado na cultura por meio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), conhecida como Lei do Mecenato (Ibram, 2018, p. 18).

Embora a década de 1990 tenha sido menos produtiva em termos de políticas públicas e ações culturais incentivadas pelo Estado no campo museal, em parte devido às políticas neoliberais da época, que promoviam a contenção das despesas governamentais e incentivavam o investimento privado na cultura, a situação começou a mudar nas últimas décadas. Isso ocorreu a partir de ações estatais voltadas para investimentos em políticas públicas e iniciativas culturais apoiadas ou mediadas pelo Estado brasileiro.

> No *1º seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da Expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial,* que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada (Florencio, 2014, p. 13).

Essa publicação é fruto da sistematização de fundamentos conceituais e práticas realizadas por meio de capacitações realizadas pelas autoras com técnicos do IPHAN,

professores e alunos da rede regular de ensino e agentes comunitários durante os anos de 1980 e 1990 (Florencio, 2014).

> A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), as autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com as autoras, Educação Patrimonial consistem um "processo permanente e sistemático", centrado no "Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (Florencio, 2014, p. 13).

Entre as principais ações destacadas, a partir de 2003, estão o lançamento da Política Nacional de Museus (PNM) e do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), que desenvolveram ferramentas para a elaboração participativa das políticas públicas no campo dos museus e da educação museal. No mesmo ano, foi formada a Rede de Educadores em Museus (REM), que se tornou um fórum de discussão sobre a educação museal, bem como sobre os projetos e atividades educativas desenvolvidas em museus brasileiros (Ibram, 2018).

Devido à necessidade da sistematização de ações educativas nas políticas de preservação e patrimonialização desenvolvidas pelo IPHAN, o instituto do patrimônio histórico estruturou uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro (Florencio, 2014).

> Em 2004, o Decreto nº 5040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de intercâmbios de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil (Florencio, 2014, p. 14).

A partir da criação do IBRAM em 2009, com a lei nº 11.906, essa instituição fica responsável pelos museus federais, sucedendo ao Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, no que diz respeito aos direitos, deveres e obrigações relacionados às instituições museais no âmbito federal.

Mesmo não sendo mais responsável pela administração dos museus federais, o IPHAN continua com políticas de educação patrimonial por meio da Coordenação de Educação Patrimonial, que é vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento, para ampliar a sua forma de atuação no campo do patrimônio cultural brasileiro.

> Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento –

> DAF, com o objetivo de fortalecer na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural (Florencio, 2014, p. 14).

O IBRAM conta com uma coordenação de Museologia Social e Educação que incentiva a criação de novas Redes de Educadores em Museus (REMs) e desenvolve oficinas que visam integrar os diferentes esforços de formação promovidos pela instituição no intuito de "articular, divulgar, coletar informações, organizar materiais didáticos das ações de formação do Instituto e realizar parcerias para atender à demanda por formação na área museológica." (Ibram, 2018, p. 19).

Considerando que os bens históricos culturais que são alvos das ações do MART estão inseridos no cotidiano das pessoas na cidade de Cabo Frio e região, compreendendo com isto um território cultural, a educação patrimonial ou para o patrimônio deve preconizar a ação ativa das pessoas, seja com as suas expressões culturais ou como consumidoras dos bens culturais potencializados pela instituição em suas diversas ações, agindo, portanto, como uma mediadora de diferentes saberes e temporalidades.

> Destaca-se, aqui, que o patrimônio cultural, embora possa ser representativo de histórias e memórias, não se confunde, por princípio, com nenhuma das duas, já que se trata de elemento de disputa fortemente atravessado por relações de poder. Os vestígios do passado, em seus mais diversos formatos, evidenciados em sua materialidade ou imaterialidade, persistem e são preservados por seu valor simbólico. Tal simbolismo se constitui pelos significados que grupos sociais atribuíram em diferentes circunstâncias históricas. Sua valoração (ou não) através dos tempos pode no revelar muito sobre o próprio tempo, sobre as relações de poder que nele se processavam e que levaram, de um lado, à perenização de determinados vestígios e, de outro, ao apagamento de tantos outros, em um movimento que se altera permanentemente, conforme as dinâmicas mudanças na configuração histórica do tempo presente (Mello; Barra, 2017, p. 139).

As ações executadas ou planejadas por meio do setor educativo no plano museal do Museu de Arte Religiosa e Tradicional transitam em torno de uma abordagem de educação patrimonial de caráter informativo ou dialógico.

Na abordagem de caráter informativo

> predomina a transmissão de um saber acerca de um patrimônio. Ou seja, a partir de um entendimento, uma interpretação sobre um determinado patrimônio prevalece e é passado como única alternativa. A abordagem de caráter informativo transmite um saber previamente determinado para o outro sob a mesma lógica da visão instrutivista, onde se reproduz uma informação como uma via de mão única (Soares, 2022, p. 19).

Nessa abordagem, percebemos, a título de exemplo, quando a instituição trata a respeito da narrativa que fala sobre o processo histórico que levou ao tombamento e a posterior musealização do Convento Nossa Senhora dos Anjos, que o eixo nesta narrativa gira principalmente em torno das ações do IPHAN e seus agentes, assim como a da Mitra Diocesana em Niterói, que estabelecem as bases para o tombamento das ruínas do antigo convento franciscano, bem como a sua posterior transformação em espaço museal.

A abordagem de caráter dialógico "traz a possibilidade de construção coletiva sobre o patrimônio cultural e suas formas de preservação a partir do diálogo e da troca, proporcionando assim um debate democrático e crítico da construção de significados deste bem patrimonial" (Soares, 2022, p. 20).

Uma política de preservação e divulgação de elementos da cultura nacional ou local, que busca a participação dos sujeitos que, no cotidiano, produzem, mantêm ou consomem essas práticas culturais, contribui para a definição e implementação de ações que os integrem como uma comunidade de interpretação desses referenciais culturais trabalhados pela instituição.

Quando o setor educativo do museu estrutura ações que procurem aproximar o público por meio de exposições com diferentes temáticas locais que vão além da perspectiva da exposição focada em temáticas de cunho religioso, trazendo artistas locais para exporem as suas variadas expressões artísticas, assim como estrutura simpósios, colóquios ou cursos de formação voltados para profissionais do campo de ensino, a instituição acaba fomentando formas de construção, disseminação, apropriação e ressignificação de diferentes saberes, sejam de cunho popular, acadêmico ou escolar, permitindo diferentes formas de comunicação com os diversos grupos que frequentam ou atuam no museu, integrando pesquisa e preservação do espaço para além do escopo dos agentes estatais.

> Tais atividades, baseadas no contato direto com fontes patrimoniais, no nível da educação patrimonial, visam o desenvolvimento do sentido de responsabilidade em relação ao patrimônio histórico, a reflexão crítica e construtiva a respeito das memórias das comunidades e, consequentemente, a compreensão temporal. Ao mesmo tempo, no nível da educação histórica, podem contribuir para a problematização sistemática dos usos da história e do patrimônio cultural e para a elaboração de propostas de desenvolvimento do pensamento histórico dos jovens, assim como de abordagens metodológicas por parte dos educadores. Dessa forma, tais atividades são capazes de promover o desenvolvimento tanto de uma consciência patrimonial quanto de uma consciência histórica (Mello; Barra, 2017, p. 155).

A educação para o patrimônio pensada nesse eixo tripartite: comunicação, preservação e pesquisa permite potencializar junto aos diferentes grupos que utilizam do MART, meios para que eles possam compreender aspectos relacionados ao que são os patrimônios históricos

culturais locais, a importância da sua preservação para a história e cultural local, promovendo o encontro de saberes, culturas e manifestações religiosas diversas da população ao longo do tempo, contribuindo para a possibilidade de se pensar por meio da categoria de consciência histórica.

> A consciência histórica tem por objetivo, pois extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo (Rüsen, 2007, p. 33-34).

Podemos refletir sobre a relação entre educação para o patrimônio, educação museal e ensino de história através das ações desenvolvidas no MART como elementos de produção narrativa do passado. Essas ações se baseiam em competências narrativas do pretérito, conectando sujeitos, práticas culturais diversas e os monumentos tombados na cidade. Essa conexão é estabelecida por uma narrativa histórica estruturada a partir dos diversos agentes envolvidos nos processos de patrimonialização em Cabo Frio, atuando como um fator de orientação cultural.

> A unidade do aprendizado histórico em suas complexas referências a desafios do presente, experiências do passado e expectativas do futuro encontra-se resolvida na estrutura narrativa deste trabalho de interpretação (Rüsen, 2011, p. 43-44).
> A narrativa histórica pode então, em princípio, ser vista, como aprendizado quando, com ela, as competências forem adquiridas através de uma função produtiva do sujeito, com as quais a história será apontada como fator de orientação cultural na vida prática humana. Trata-se de uma significativa orientação da vida prática humana relacionada a três dimensões temporais por meio da visualização do passado, resumidamente formado em um termo: “competência narrativa” (Rüsen, 2011, p. 45).

Quando o museu organiza ações educativas que envolvem professores e alunos em seu ambiente e incentiva a participação desses grupos, seja por meio do conhecimento proporcionado pela visita, das oficinas, dos materiais didáticos acessados ou até pela promoção de fóruns de discussão e divulgação de pesquisas acadêmicas nos campos da história, patrimônio e cultura local, contribui para que os professores superem uma narrativa histórica tradicional em sala de aula, baseada na reprodução de verdades prontas e acabadas, muitas vezes mediadas por manuais didáticos desconectados da realidade local dos alunos, e passem a pluralizar essas narrativas a partir de uma construção cultural dotada de historicidade própria.

A partir dessa perspectiva, o professor de História deve mobilizar os conhecimentos prévios de seus alunos, assim como abordar temas de seu interesse, indo além do conteúdo que

pretende ensinar. É importante considerar o universo cultural dos alunos, incluindo, quando possível, as vivências e lembranças que eles trazem de suas experiências cotidianas.

> O ensino de história hoje, mais do que nunca, precisa ser pensado a partir do universo de significações de professores e alunos, ou seja, do espaço local, buscando conexões com o mundo, e não o contrário. É nesse sentido que a identificação das referências culturais da comunidade escolar torna-se elemento fundamental na construção de uma didática do ensino de história, em cujo centro está o aluno: estão aí suas memórias e visões de mundo. Com elas a história irá operar, visando a formação de cidadãos críticos, capazes de se posicionar frente as questões do tempo presente, tanto no âmbito local quanto no global (Mello; Barra 2017, p. 156).

O uso do tema do patrimônio histórico e cultural nas aulas de História se apresenta como um importante recurso para a ressignificação de memórias e a construção ou reconstrução de identidades. Além disso, constitui um processo contínuo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural local ou nacional, permitindo novos usos para esses bens e promovendo a produção de conhecimento em um processo constante de circularidade cultural e educação histórica.

Outra importante função do museu é procurar difundir o conhecimento produzido na sociedade, seja no campo acadêmico, histórico, museal, dentre outros, assim como no campo artístico local, que possam difundir esses saberes junto à população local para a valorização do patrimônio cultural constituído e trabalhado pela instituição, cumprindo com isso também uma função educativa.

O programa Educativo Cultural do museu irá estruturar uma série de objetivos específicos a serem alcançados e que buscarão ser implementados por meio das diversas ações que o MART desenvolverá ou tentará desenvolver, face às possibilidades de recursos materiais e humanos, em seu plano museológico.

Dentre os diversos objetivos presentes no programa educativo cultural, iremos destacar os seguintes:

> - Implementar o projeto de formação continuada para os professores em educação para o patrimônio, a fim de que se tornem disseminadores do conhecimento;
> - Assegurar e ampliar a política de ações educativo culturais do Museu junto à comunidades;
> - Desenvolver ações específicas voltadas para perfis de público não atendidos, como os estudantes do ensino noturno; (Mart, 2019, p. 110).

Apesar de existirem outros objetivos que foram estabelecidos no plano museal a serem abordados no programa educativo, iremos estruturar a descrição e análise da implementação ou não dessas ações por meio dos objetivos elencados acima, por entendermos que o projeto de

formação continuada para os professores é vital para a disseminação do patrimônio histórico e a história local, pois os educadores podem atuar como disseminadores desses aspectos junto aos seus alunos, assim como trazer os mesmos para utilizar e consumir esse artefato cultural que é o museu.

Assim como refletir a respeito das ações educativas culturais desenvolvidas pelo museu junto à comunidade e ações específicas voltadas para perfis de grupos não atendidos, permite pensarmos como a instituição pretende chegar a diferentes públicos e como ela se propõe a atender grupos desassistidos por ela, como estudantes do ensino noturno.

Mais do que se debruçar sobre o que a instituição se propõe a fazer por meio do seu plano museal, iremos procurar contrastar o plano com o olhar crítico de uma servidora do próprio setor educativo que, por meio de uma entrevista concedida, irá detalhar o que foi feito e o que não foi feito a respeito das propostas acima, refletindo sobre as limitações e desafios no cotidiano institucional.

A realização das atividades no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, sejam no campo da comunicação e promoção do convento franciscano ou a elas relacionadas, por iniciativa da instituição, de eventuais parceiros ou cessão do espaço, estão condicionadas ao calendário estruturado pelo setor educativo cultural.

> No início de cada ano, o Setor Educativo Cultural planeja um calendário de atividades que estão programadas para acontecer ao longo do período. Esse calendário contempla as atividades que se repetem todos os anos e que possuem data fixa de realização, como por exemplo, a Semana dos Museus, aniversário da cidade de Cabo Frio, data de inauguração do Mart, data de inauguração do Convento de Nossa Senhora do Anjos, e outras datas comemorativas ou de eventos significativos (Mart, 2019, p. 111).

Além das atividades permanentes que estão relacionadas a eventos como a Semana dos Museus estruturados pelo IBRAM e datas simbólicas atreladas a efemérides locais, nacionais ou institucionais, o setor educativo contempla atividades para acontecerem ao longo do ano por iniciativa do museu ou de parceiros em ações como o “Projeto de Formação Continuada para Professores”, “Educação para o Patrimônio no Mart”, as apresentações do Projeto “Música no Convento”, as sessões do Projeto “Brincando no Mart”, dentre outras.” (Mart, 2019, p. 111).

4.5 **Projetos e ações do programa educativo cultural no MART: educação para o patrimônio e formação continuada para professores**

A seguir, iremos tratar de projetos, ações programadas e algumas implementadas a partir da equipe do educativo do MART, em consonância com os outros setores do museu relacionados a educação para o patrimônio e à formação continuada para professores.

Em um primeiro momento, iremos descrever algumas das ações desenvolvidas nesse setor a partir do proposto no plano museal e, em contraste ao proposto, iremos trazer, por meio de entrevista concedida pela servidora responsável pelo setor educativo, o que foi possível de ser implementado no quadriênio de 2020 a 2023, em que vigorou o referido plano, e o que foi parcialmente implementado, apontado também as principais dificuldades para a implementação das propostas de trabalho.

4.5.1 Subprograma Educação Institucional

A organização do setor educativo cultural no MART, tanto na composição da equipe, como pelas ações que serão propostas no plano museal em vigor e que irão pautar as ações no cotidiano da instituição, está associada a políticas e reflexões de especialistas no campo da educação museal a partir da Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

> A PNEM – Política Nacional de Educação Museal – é um conjunto de princípios e diretrizes que tem como objetivo nortear as práticas educacionais nos museus, fortalecer a dimensão educativa e subsidiar a atuação de educadores nos museus. Foi construída de forma coletiva, com a participação de servidores, do Instituto Brasileiro de Museus, educadores museais, Redes de Educadores em Museus, professores, estudantes, profissionais e usuários de museus (Mart, 2019, p. 114).

A estruturação do subprograma de formação continuada para professores, denominado "Educação para o Patrimônio no Mart", será o fio condutor das ações do setor educativo do museu e a adequação da instituição ao PNEM.

O subprograma de educação institucional atua em outras frentes, como a comunicação do MART com o público, por meio da capacitação das equipes que estão em contato regular com o público visitante, pensando também a educação museal voltada para dentro do próprio

museu e aos agentes externos à instituição que possuem vínculo com o espaço, mas não estão necessariamente relacionadas às ações de cunho educativo.

> Mas qual que é, no momento, no período que eu estive à frente do setor da equipe, do setor do educativo, qual que foi a minha visão? Foi a gente aprimorar o atendimento do museu, tanto para visitação de grupos, que são escolas, outras instituições, ou então também grupos em city tour, como por exemplo o Hotel Sesc, que traz muitas pessoas aqui, como também na visitação espontânea. E essa proposta, ela implica no investimento de capacitação (Flávia Ribeiro, 2024).

Na entrevista realizada com a servidora responsável pelo setor educativo do MART, ela relata a importância de priorizar o atendimento dos diferentes grupos que frequentam o museu e da necessidade permanente de treinamento das equipes da instituição, no intuito de somar forças para um melhor atendimento do serviço prestado.

Para que a recepção do público frequentador do museu possa ocorrer com poucos percalços no cotidiano, face ao quadro de falta de servidores, a servidora relatou que eles buscam integrar os diferentes setores ligados à recepção e contato com o público por meio de reuniões periódicas das equipes da biblioteca, da segurança patrimonial, dos serviços gerais, com o setor educativo, que conta com os estagiários de história e jornalismo, que cuidam da divulgação dos eventos promovidos, assim como a recepção dos frequentadores do espaço por meio das visitas mediadas.

Para evitar a fragmentação das ações por parte dos diversos setores que estão presentes na instituição, o museu irá trabalhar a educação patrimonial nos encontros direcionados para as equipes, convalidando o diálogo entre diversas áreas. Face à proposta de pesquisa desta tese e deste capítulo em geral, não iremos nos debruçar detalhadamente nesses nichos.

4.5.2 Subprograma de visitas mediadas

A recepção de grupos de estudantes e professores, tradicionalmente, era realizada de uma maneira confortável para o museu, em que estudantes e professores, ao chegarem ao espaço, assinam uma lista de presença e fazem a visita aos espaços da instituição mediada por um guia fornecido pela instituição, com um roteiro estruturado para um tempo estimado de 40 a 60 minutos em um circuito expositivo. Outra maneira de visitação é a visita espontânea, em

que a pessoa circula pelos espaços do MART, sem obedecer a um roteiro prévio, circulando por iniciativa própria.

A seguir, temos um breve relato de como ocorre no cotidiano da instituição a reunião de planejamento da equipe do setor educativo e como, por meio do seu planejamento, temos um exemplo de funcionamento da visita com o roteiro previamente estruturado.

> Então, a gente levantou uma informação, a gente construiu um roteiro base, e a gente, toda segunda-feira, a gente se reunia com a equipe do educativo, que era a monitoria, os estagiários de história e de jornalismo, porque aqui a comunicação, embora ela seja a comunicação do museu, ela atende, 90% do trabalho dela é para atender o educativo, né? E o nosso estagiário de comunicação, ele veio também para trabalhar no trabalho como relações públicas e atuando também nas visitas mediadas, e ele apresentou muito talento para isso, então, na verdade, ele está sempre, por exemplo, essa sala de exposição contemporânea é quase uma responsabilidade dele, porque ele participou ativamente da construção dessa exposição, então, a gente fazia essas reuniões periódicas para a capacitação e também, toda semana, a gente se reunia para poder, assim, debater, trabalhar pequenos pontos que foram surgindo, por exemplo, no cotidiano aparecem problemas, né, que precisam ser sanados, então, a gente reunia, a monitoria apresentava suas demandas e a gente tentava trabalhar (Flávia Ribeiro, 2024).

Apesar de ser mais cômodo para os mediadores administrar uma visita controlada e planejada por eles, o problema é que esse tipo de atividade torna os visitantes de uma maneira geral em espectadores que possuem pouco papel ativo na visitação.

O MART, a partir do seu plano museológico, propõe alterar essa dinâmica de visitações ao investir na formação continuada para professores, no intuito de dar mais protagonismo aos professores e estudantes nas visitações do museu, retirando-os de um papel passivo para um papel ativo durante as visitas.

Ao investir na formação continuada para os professores, o museu espera que os educadores possam se apropriar da relação do museu com o patrimônio histórico e cultural da cidade, construindo com isso uma ponte entre a instituição, docentes e discentes que frequentam o espaço, ao aproximar os mesmos do rico conteúdo simbólico oferecido pelo MART.

> Para tentar dar conta da totalidade de oportunidades de conteúdos e recursos didáticos ofertados pelo museu, é indispensável o estudo de didáticas para se trabalhar o Mart, baseadas em seus acervos em exposição de longa duração que envolvam desde a aquisição de bibliografia especializada (história da arte sacra Cabo Frio e região, iconografia franciscana, arte e arquitetura, só para citar alguns assuntos), a coleta de dados, a observação permanente e a pesquisa de acervos para fins didáticos, ações que podem estar associadas ao Programa de Pesquisa – subprogramas História do Antigo Convento e do Museu e Pesquisa e Pesquisa de Coleções, bem como ao Programa de Acervos, subprograma de Aquisição e Descarte de Acervos, junto ao Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional – NBEAHR (Mart, 2019, p. 119).

A partir da citação acima, percebemos o que as ações propostas pelo plano museal da instituição buscam: capacitar a equipe por meio da apuração densa de informações sobre o espaço, visando o trabalho desses conteúdos junto aos docentes que frequentam o museu para que eles utilizem o espaço, seus acervos, enquanto possíveis recursos didáticos que permitam uma compreensão mais complexa dos temas estudados em sala de aula.

O fato das visitas passarem a utilizar uma perspectiva mais focada no planejamento do que será abordado, principalmente quando relacionado à mediatização feita por docentes que levam grupos de alunos ou docentes que visitem o espaço e possam levar essa experiência para o seu cotidiano de sala de aula, não inviabilizará a tradicional visita mediada por grupos, porém ela será estruturada pela equipe do setor educativo e cultural, segundo o perfil do público-alvo a que se destina e ao contexto escolar ao qual estará inserida.

No âmbito das vistas mediadas, temos dois projetos organizados pelo setor educativo, que iremos destacar. O primeiro é o projeto de Acessibilidade no Educativo: Mart para todos!, pensado em ações educativas de acessibilidade que não exijam intervenções arquitetônicas e que possam permitir que o público do museu, por meio de sinalização desenvolvida com o projeto expográfico, possa compreender os códigos propostos nas exposições e permitir o acesso às informações para diferentes públicos.

> A primeira proposta neste sentido, em sintonia com a Formação Continuada para Professores, é a confecção de um mapa pensado para crianças, que se utilizarão deste recurso paradidático para ler a linguagem simbólica do museu. Tendo como público-alvo os estudantes que frequentam o Mart e necessitam de instrumentos que favoreçam sua integração aos elementos que caracterizam a história, a arquitetura da sede e o acervo em exposição do Museu. Principalmente no que se refere ao circuito expositivo do museu, o mapa servirá para aproximar os visitantes, especialmente as crianças, de elementos do edifício e acervo da exposição de longa duração que poderiam passar despercebidos, tanto por remeterem a um tempo remoto, como por se tratarem de códigos restritos a uma conduta religiosa, o catolicismo. Além do mais, a própria disposição de um espaço enquanto templo católico poderia inviabilizar fisicamente o acesso à visualização completa de imagens dispostas em nichos altos e distantes localizados em retábulos, sendo a função do setor educativo e cultural facilitar essa acessibilidade (Mart, 2019, p. 123).

É interessante percebermos a importância da acessibilidade de diferentes grupos aos espaços do museu ser trabalhada por meio deste mapa enquanto recurso visual e didático dos espaços da instituição que, além de facilitarem um melhor conhecimento daqueles lugares mais distantes ou de difícil acesso numa visitação, o mapa se propõe a instigar os alunos e seus professores a conhecerem de perto os vestígios e as manifestações de uma memória histórica e da cultura local preservadas na cidade.

Em termos de realização efetiva do projeto, a responsável pelo setor educativo relata a criação para ambiente virtual de vídeos educativos a respeito da história do museu, de educação patrimonial e da história local, assim como foi produzido um mapa educativo com imagens e informações para ser trabalhado em oficinas com professores e alunos.

> Então, assim, a gente vai sempre lançando mão do virtual. Por exemplo, a gente fez um projeto com a construção de vários vídeos educativos. Eles foram feitos naquela visita 360º no museu pelo Luiz Simpson. A gente vai colocar, é porque a gente ainda não fez o lançamento, mas a gente vai colocar. A gente fez um mapa educativo para ser entregue, trabalhado em oficina com os professores. A ideia é que seja assim, o mapa foi construído, sabe aquele papel que tem no McDonald's, que tem aquelas várias imagens. A gente fez um mapa inspirado naquele modelo (Flávia Ribeiro, 2024).

Apesar da produção de material virtual e físico que permita o acesso ao museu por diferentes públicos, de maneira assíncrona por meio da internet, possibilitando o acesso amplo à instituição e de material físico que possa ser trabalhado por meio de oficinas por professores e alunos que realizem visitas no espaço, os mesmos não puderam ser ainda implementados, no tempo transcorrido do plano museal vigente, face à carência de mão de obra da instituição e às limitações orçamentárias que dificultam a concretização dessas iniciativas e efeitos decorrentes do período da pandemia de COVID-19. Somado a isto, tem ainda as trocas recorrentes de estagiários, que levam a perda de uma mão de obra que estava preparada para a implementação de alguns desses projetos e que tem que ser preparada novamente.

O segundo projeto de visitas mediadas organizado pelo setor educativo do museu é o projeto “Uma noite no Mart: Visitas realizadas no período noturno”, essa atividade visa à abertura do museu para grupos que têm dificuldade ou ficam impossibilitados de visitar a instituição durante o dia, como algumas categorias de trabalhadores, alunos de EJA e das faculdades, mediante prévio agendamento.

Esse projeto é importantíssimo, para permitir que grupos que têm dificuldade de acessar a instituição possam frequentar o espaço em horário alternativo, permitindo com isso o acesso ao MART, suas exposições e ações no campo educativo e museal.

Quando perguntado à servidora do setor educativo a respeito da implementação deste projeto presente no plano museal e se a instituição funciona no período noturno, a mesma relatou que

> Periodicamente, não. O que que acontece? O professor manifestou o desejo de vir à noite. A gente vai abrir o museu pra receber. É só ele dizer, eu quero vir. A gente ainda não divulga, porque a gente ainda não tem uma estrutura formada pra poder abrir à noite. Justamente porque a gente tá com uma equipe reduzida. Agora, a partir

> do ano de 2023, que o museu tem uma equipe que possibilita ele abrir (Flávia Ribeiro, 2024).

Se colocar à disposição para o agendamento de visitas mediadas no horário noturno para pessoas que não podem frequentar o espaço no horário de funcionamento é uma importante ação para que alunos da modalidade do ensino de jovens e adultos-EJA/NEJA, universitários e trabalhadores em geral possam acessar a instituição.

A questão do acesso é uma problemática na instituição que deve ser abordada a partir de um prisma em que se reconhece as limitações que o espaço museal tem devido à sua estrutura que remonta ao período colonial, assim como por ser um monumento tombado pelo IPHAN, o que acaba dificultando a adaptação desse espaço para públicos como deficientes físicos e visuais que não conseguem ter o pleno acesso a todos os espaços do museu. É necessário que a instituição adapte cada vez mais o seu espaço físico e suas equipes para que públicos que não frequentam ou que têm limitações dentro do espaço possam usufruir adequadamente do mesmo.

Outra questão relacionada ao acesso de diferentes públicos ao museu são as experiências promovidas na instituição para atrair um público diverso ao espaço. Ao longo da entrevista, a responsável pelo setor educativo relatou diversas experiências de aproximação com públicos que muitas vezes no cotidiano não se apropriam desse espaço e a instituição tem procurado promover cada vez mais eventos que possam contemplar um público diverso.

> A gente fez a Primavera de Museus no ano passado. Ela foi muito grande. Até pela temática, né? Pessoas quilombolas, indígenas e LGBTQIAP+. Então, a gente fez muita atividade.
> A gente está com a exposição do professor Edmar[120]. Nessa exposição, a gente reuniu um pesquisador de história, que é o Paulo Roberto Araújo, junto com uma monitora. Essa monitora que é formada em História e em Pedagogia, pela UERJ. Ela fez no CEDERJ. Os dois criaram um material paradidático sobre a exposição para ser utilizada em sala de aula.
> Na primavera dos museus, a gente fez o Olhar da Perifa, ocupa o MART. Pô, foi super legal, né? Porque aí, né? Tanto a fala dos crias, né? E aí, aquela turma depois começou a frequentar o museu em outras atividades (Flávia Ribeiro, 2024)

Considerando que o museu está situado em um monumento tombado que originalmente era um Convento Franciscano do período da colonização portuguesa, com uma função original e historicidade vinculadas a uma tradição religiosa católica, cujos signos nem sempre são acessíveis ou compreensíveis para os diversos grupos que frequentam o espaço, ele deve apresentar, por meio de suas exposições e materiais produzidos, referências materiais ou

[120] Edimar Freitas Lopes é professor de Ciências e Biologia da rede estadual de ensino no CIEP 357 José de Dome. Ele produziu uma série de pinturas em telas a respeito de temas relacionados e cultura afro, quilombolas e a escravidão em Cabo Frio, utilizando como referência em suas pinturas espaços históricos da cidade.

imateriais que mediatizem esse monumento sacro, histórico-patrimonial e museológico. Dessa forma, o museu desempenha um papel crucial na preservação e divulgação da memória histórica local, além de atuar como um difusor de uma cultura histórica na cidade de Cabo Frio.

4.5.3 Subprograma Formação em Educação para o Patrimônio

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, por meio de suas ações desenvolvidas no campo museal voltada para uma educação para o patrimônio histórico cultural, deixa de ser um espaço passivo de acumulação de objetos voltados para contemplação e assume o papel de intérprete da cultura, da memória e da educação dos indivíduos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e do respeito à diversidade cultural na contemporaneidade.

Uma das formas de interpretação dessa cultura local e de disseminação desses elementos trabalhados por meio da instituição é o projeto "Educação para o Patrimônio no Mart", desenvolvido pelo setor educativo e que tem como recursos promover capacitações de docentes no campo do patrimônio a partir de conhecimentos produzidos sobre a região.

> O setor Educativo Cultural do Mart/Ibram tem como objetivo principal desenvolver o projeto "**Educação para o Patrimônio no Mart**" voltado, principalmente, para profissionais da educação de Cabo Frio e cidades vizinhas. A proposta pretende, por meio de ações de capacitação para docentes, proporcionar o acesso a pesquisas e experiências na área de museus e patrimônio e ao conhecimento que vem sendo produzido sobre a região (Mart, 2019, p. 124).

Esse projeto desenvolvido pelo museu atua no sentido de propor, sediar e promover atividades voltadas para o compartilhamento de informações e ações pedagógicas relacionadas aos bens culturais regionais, voltadas principalmente para os profissionais do campo de ensino da educação básica.

Para a realização do projeto, a instituição busca formar parcerias que fomentem a participação de docentes das redes de ensino municipal, estadual e privada, assim como graduandos dos cursos de pedagogia e licenciaturas em Cabo Frio e região.

> A primeira atividade presencial proposta será o "**Mart Encontra os Professores**", espaço de intercâmbio da equipe do Museu com os professores, favorecendo o uso do museu como ferramenta para a aprendizagem. Haverá também os "**Colóquios no Mart**" palestras com especialistas reunidos em áreas temáticas para oportunizar o

> acesso às pesquisas na área de patrimônio e museus e sobre a história de Cabo Frio e região. Finalmente, acontecerão as "**Oficinas no Mart"**, em que os pesquisadores apresentarão os temas das palestras de modo didático aos professores para o desenvolvimento em sala de aula (Mart, 2019, p. 125).

O MART desenvolve as duas primeiras atividades a partir dos temas geradores da Semana Nacional dos Museus, organizada anualmente pelo IBRAM, procurando no desenvolvimento dessas atividades a oferta de oficinas.

Em relação à atividade "Colóquios no Mart" que vem sendo realizada desde o ano de 2021, tive a oportunidade de apresentar no dia 21 de setembro de 2021, na 15ª primavera dos museus, uma comunicação intitulada: Patrimônio histórico e ensino de história local em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e produção de material didático, em que teci algumas considerações a respeito de relações entre a história local de Cabo Frio, por meio de alguns dos monumentos tombados na cidade pelo IPHAN.

Os colóquios no Mart são organizados desde então, anualmente, tendo a apresentação de falas de especialistas de variados campos de conhecimento que possam trazer contribuições de suas pesquisas no campo da história, do patrimônio, da cultura, do ensino e áreas afins.

Além da formação continuada de docentes e outros grupos que tenham o interesse a respeito de conhecimentos produzidos a respeito da história e cultura da região dos lagos por meio do projeto colóquios do Mart, a instituição atuará no campo da produção de material paradidático a ser trabalhado pela equipe do museu e que possa vir a ser utilizado pelos professores em sala de aula com os seus alunos.

> Dentro das possibilidades orçamentárias, o Mart pretende associar ao desenvolvimento de ações presenciais com os professores, a confecção de material paradidático a ser trabalhado pela equipe do museu com os docentes, e posteriormente, utilizado em sala de aula com os seus alunos. O primeiro de uma série de quatro paradidáticos previstos, o mapa de visitação "**MART para todos**!" para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) propõe um circuito por Cabo Frio e pelo Mart. A intenção é, a seguir, produzir o "**Explorando o Mart**", jogos para Educação Infantil que trabalhem os acervos do museu. E logo após, a concepção e desenvolvimento de um material em formato de **História em Quadrinhos** (HQ) que narre a história do antigo convento para os estudantes do Ensino Médio (Mart, 2019, p. 125).

A partir da leitura do plano museal, percebemos que a ideia de que os materiais produzidos ou que ainda venham a ser produzidos possam ser o pontapé inicial para que alunos e professores possam trabalhar diretamente o material produzido ou ressignificá-lo por meio de adaptações ou novas produções em sala de aula.

Em entrevista com a servidora responsável pelo setor educativo do museu, ela narra a respeito de um material paradidático produzido a partir de uma exposição itinerante que está em exposição no museu e a ideia de tentar chegar ao maior número de pessoas as temáticas trabalhadas pela instituição, tendo como alvo o público escolar.

> A gente está com a exposição do professor Edmar. Nessa exposição, a gente reuniu um pesquisador de história, que é o Paulo Roberto Araújo, junto com uma monitora. Essa monitora que é formada em História e em Pedagogia, pela UERJ. Ela fez no CEDERJ. Os dois criaram um material para o didático sobre a exposição para ser utilizada em sala de aula.
> Porque a gente sabe que essa exposição do Edmar é itinerante. E que o Edmar, ele leva essa exposição para as escolas. Então, o que a gente pensou? A gente falou. Esse material didático, depois também, ele vai poder ser levado para as escolas.
> Ficou um material excelente. Um material excelente. Fizemos os palócos. Duas alunas do Ismar Gomes[121] apareceram para participar. Então, assim, isso acaba sendo frustrante. Porque todo o trabalho, tudo aquilo que o museu pode fazer. Agora, a mobilização. Como? (Flávia Ribeiro, 2024).

Ao longo da entrevista junto à servidora Flávia, está presente uma problemática recorrente em toda a conversa que é a questão do engajamento do público em relação às atividades desenvolvidas no museu. Após produzirem um material paradidático, que pudesse ser utilizado por professores em sala de aula, dentro de uma vertente de educação patrimonial, e divulgarem em diferentes canais de comunicação a atividade da referida exposição, segue a frustração na fala da responsável pelo setor educativo em não conseguir um retorno por parte de professores que pudessem usufruir do trabalho feito.

> E a gente começou a oferecer oficinas, palestras e tentar encontros da equipe do Mart com os professores em que a gente faria uma apresentação prévia do museu para depois eles trazerem os alunos.
> Sabe qual que é a nossa maior dificuldade no estudo?
> É que a gente não consegue tudo. A gente faz as atividades, traz nas aulas. Não é difícil mobilizar os especialistas, os pesquisadores de Cabo Frio que estão disponíveis. A equipe aqui também está disponível. A gente consegue as atividades, mas a gente não consegue tudo. Os professores não vêm.
> É difícil. A instituição, está aqui, está receptiva, está aberta para poder promover essas atividades. Mas, tem essa dificuldade de que o público-alvo possa consumir essa oferta desse bem cultural, dessa formação para esse professorado. Não é difícil chegar até eles. E quando a gente chega na secretaria, a proposta, a gente esteve lá, esteve lá duas vezes apresentando o trabalho e a gente chega, a gente é muito bem recebido e eles se colocam e falam, a gente está divulgando, mas o professor não vem (Flávia Ribeiro, 2024)

[121] Instituto de Educação Prof.ª Ismar Gomes de Azevedo é uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Cabo Frio, criada em 1924 e atua nos seguimentos do ensino médio regular e no curso normal que prepara e forma professores para o ensino fundamental em Cabo Frio e região.

Em outro trecho da entrevista ela relata o mesmo tipo de problemática na organização da atividade Colóquios no Mart, em que depois de organizarem uma sondagem prévia junto a um grupo de educadores a respeito da atividade desenvolvida pelo museu e os possíveis dias em que seria mais viável face essa sondagem prévia, mobilização essa realizada por meio das redes sociais do museu e a divulgação da atividade em outros tipos de mídias e imprensa, assim como, contato com a secretaria de educação da cidade de Cabo Frio para mobilizar professores da rede municipal, a responsável pelo setor educativo relata uma certa frustração com a pouca adesão à atividade proposta.

Ao longo da entrevista, a servidora Flávia foi tecendo a partir da sua experiência no setor educativo do museu e da sua experiência enquanto docente no período em que não trabalhava na instituição, algumas das possíveis problemáticas a respeito dessa baixa adesão do professorado de Cabo Frio e região às atividades desenvolvidas pelo Museu de Arte Religiosa Tradicional. Para facilitar, foi feito um recorte de trecho da entrevista em que ela reflete sobre essa questão.

> Eu imagino que possa ser, principalmente, por duas razões, que a gente tem que pensar como sanar, é um problema nosso, a gente que tem que buscar sanar.
> Primeiro é a carga horária exaustiva do professor que impede ele de participar, né? Porque o professor dá aula de manhã, de tarde e de noite.
> Eu fui professora, então eu imagino que isso seja um problema. E aí a gente esbarra numa coisa. Porque a gente quer trazer o professor para o museu, porque, por exemplo, aquela... Eu lembro que a gente fez uma atividade online em que você participou[122] que, durante a atividade, teve uma participação, assim, irrisória, assim, umas 30 pessoas.
> De um dia para o outro, já tinha quase 900 visualizações. Então, a atividade online, a gente vê que há o interesse, mas aí a gente esbarra naquele desejo de querer trazer o professor para o museu (Flávia Ribeiro, 2024).

Na perspectiva da entrevistada, ela acredita que um dos fatores impeditivos seria a questão relacionada à carga horária exercida pelos docentes, que seria muito alta e que, por atuarem muitas vezes em diferentes turnos e dias, dificultaria aos mesmos de frequentarem o espaço no horário de funcionamento da instituição.

Outra observação apontada por ela seria uma certa predileção por parte do público em atividades online, que por seu caráter síncrono ou assíncrono permitiria que as pessoas que tivessem interesse em determinada atividade proposta nessa modalidade poderiam acessá-la no momento que lhe fosse conveniente.

---

[122] Colóquios do Mart, em 21/09/2021, em que fiz uma comunicação denominada Patrimônio histórico e ensino de história local em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e produção de material didático no período da 15ª Primavera dos Museus**.**

Apesar das atividades online permitirem uma certa flexibilidade no uso das atividades propostas e atenderem um público que não pode ou não quer frequentar o museu presencialmente, ela esbarra no desejo da instituição de querer trazer o professor fisicamente para o museu.

A entrevistada, ao longo da sua fala, ainda relata dificuldades internas, como equipes reduzidas e o orçamento limitado, como dificultadores de implementação de ações que possam procurar levar o museu para os diferentes públicos que possam frequentar a instituição.

Outra questão abordada por ela são os efeitos da pandemia que levou a um afastamento considerável no número de pessoas que frequentam a instituição, assim como dificuldades estruturais, que levam a limitações de locomoção de alunos e professores das escolas para o MART, face às distâncias entre as mesmas, pois as escolas em sua maioria estariam nos subúrbios de Cabo Frio e os outros municípios do entorno, enquanto o museu está situado na área central da cidade de Cabo Frio.

Como a instituição, por carência de verbas, não dispõe de meios para promover o deslocamento de alunos e professores até ela, a mesma depende que, por iniciativa dos docentes e escolas, eles venham por conta própria ou dependam de que as secretarias de educação dos municípios da área de abrangência do museu promovam esse deslocamento.

Em uma outra fala, a entrevistada relata a necessidade do museu em promover junto aos professores que visitam a instituição uma atividade formativa, focada em conceitos de patrimônio, memória, educação patrimonial e história local, no período da visitação com seus alunos e agregar na visita dos alunos esses mesmos conceitos, para que ambos possam trabalhar a questão do patrimônio e de construção de identidades a partir desses componentes no cotidiano dos docentes e discentes.

> O professor só poderia levar a turma desse ano se passar por uma formação, que é o ideal. Porque vir aqui é uma atividade pedagógica e a gente observa, não é a regra, mas a gente observa que tem professor. Que vem e larga os alunos, tipo assim, deixa os alunos. Ele não acompanha nem a visita. Tipo assim, então, a gente vê que não tem pré, não tem durante, não tem após. Como é que esse aluno vai estar trabalhando o patrimônio? Porque não é nem só um convento, é o aluno observar no trajeto.
> O que que é o meu patrimônio? Eu estou indo para um patrimônio que foi consagrado, por uma elite da cidade e do país, que aqui é uma visão elitista de patrimônio. Mas o que que é o meu patrimônio? A praça, a minha escola, né? O que que eu vi lá naquele museu, naquele local que eu posso aplicar na minha realidade? Então, é esse trabalho que tinha que ter (Flávia Ribeiro, 2024).

A ideia é que professores e alunos possam, a partir de um patrimônio consagrado, que reflete aspectos de uma sociedade no tempo e espaço que passa por diferentes atribuições de sentidos, tentar perceber em seu cotidiano outras formas de patrimônio presentes em suas

realidades e que, por meio de laços de pertencimentos com esses espaços, possam refletir a respeito de sua historicidade e das suas funções na sociedade em que estão inseridos.

A experiência de integração dos diferentes setores do museu com o setor educativo cultural em relação ao espaço de guarda, produção e gerenciamento de conhecimento sobre a instituição permite que o estudo de fontes primárias ou secundárias e a difusão desse conhecimento, contribuam para a possível formação de uma consciência de si mesmos de diferentes grupos sociais a partir de atividades didáticas formuladas para um importante agente de comunicação do museu com o público, que são os profissionais da educação.

Apesar da importância dessa integração entre os setores do museu o setor educativo por meio do plano museal e a aplicação disto, no cotidiano da instituição, os desafios para que isso ocorra e, caso ocorram, para que se mantenham são complexos, demandando diferentes camadas de profundidade, que estão relacionadas a questões internas da instituição, estruturais da sociedade e de hábitos dos diferentes grupos que compõem e frequentam o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio.

4.5.4 Subprograma de comunicação

O desenvolvimento de atividades educativas e culturais voltada para a comunicação e acesso do Convento Nossa Senhora dos Anjos e dos diferentes elementos a ele relacionados é crucial para atender as funções educativas do museu, atraindo públicos diversificados e pluralizando os conhecimentos produzidos, compartilhados e difundidos por meio da instituição, no intuito de contribuir para a formação e manutenção de uma consciência voltada para a preservação e difusão do patrimônio cultural em Cabo Frio e região, estimulando o hábito de frequentar o museu em diferentes esferas da sociedade.

O setor educativo cultural do Mart estrutura um calendário de eventos anual com projetos previamente planejados em cronogramas pré-estabelecidos a serem aplicados pela instituição. A implementação dos projetos e a continuidade dos mesmos ficam muitas vezes à mercê da disponibilidade orçamentária da instituição e da formação de parcerias com entes da esfera pública ou privada.

No subprograma de comunicação, são desenvolvidos e aplicados diversos projetos que atendam diferentes grupos da sociedade que possam frequentar e se apropriar dos espaços do Mart e estimular a frequência nessa casa museal. Para o ciclo de 2020 a 2023, nesse

subprograma serão desenvolvidos e aplicados os projetos - Mart Apresenta: História no Convento; Brincando no Mart; Música no Convento; Mães no Mart: Clube de Mães; Projeto Conversadeira e a Feira Agroecológica do Convento.

Um dos grandes desafios que a instituição enfrenta é o de dialogar, aproximar e trazer para o espaço do museu diferentes grupos da sociedade local, que possam utilizar e frequentar o espaço museal enquanto representativo de um patrimônio cultural plural e difuso. Para que isso aconteça, é necessário desconstruir uma certa visão de parte da sociedade de que o convento é apenas um monumento ligado a uma história do catolicismo na cidade, cristalizando um olhar de que aquele espaço museal é apenas um local associado ao culto religioso no passado e no presente.

Questionada na entrevista a respeito da questão de que como o museu pode se fazer mais presente para diferentes grupos sociais e de como chegar a esses grupos, a responsável pelo setor educativo enumerou diversas experiências de atividades desenvolvidas pelo museu para um público mais difuso, como idosos, mulheres, pessoas da periferia da cidade, neopentecostais, indígenas, LGBTQIAP+, quilombolas dentre outros.

> Sim, eu acho que se a gente fosse escola por escola, porque as experiências que a gente tem, de ir aqui no centro, deu um retorno melhor. Então se a gente fosse escola por escola... É o boca a boca mesmo. E falar, ó, eu existo... Porque muita gente acha que aqui é igreja. Muita gente, a gente ainda tem uma outra situação, que é a questão da aproximação do público neopentecostal. Fazer esse público entender que eles vão visitar um monumento que teve uma função católica, mas hoje ele tem uma função que extrapola, e claro que ele mantém uma função católica, dos católicos. Mas enquanto patrimônio cultural nacional, ele tem uma função educativa da história do país. Então a gente, por exemplo, recebe escola, que a criança fica chorando do lado de fora porque o pai não deixou entrar (Flávia Ribeiro, 2024).

Na fala narrada anteriormente, ela comenta a respeito do desafio de chegar na comunidade a partir de suas várias especificidades, resistências de alguns grupos sociais em ir ao museu por associarem ele a uma estética e prática religiosa ligada ao catolicismo, sendo necessário a instituição tentar quebrar essas barreiras, dissociar a ideia de que aquele espaço apesar de originalmente estar ligado a uma determinada denominação religiosa e que ainda parte dele comunga de representações e práticas de fé desse grupo religioso, o espaço também abriga um espaço museal que trabalha diferentes narrativas culturais, no tempo e espaço.

> A gente tem uma obrigação, uma responsabilidade dentro do debate da execução da política em museus, que é decolonizar o espaço. Então, a gente utiliza o espaço não só para contar a história do espaço vinculado à presença dos frades. A gente utiliza o espaço para contar a história de Cabo Frio relacionada ao espaço. Então, a gente

> sempre faz a relação, por exemplo, do apagamento do morro do Itajuru, que virou o morro da guia.
> E por que que era morro do Itajuru? O que que justificava isso, né? A presença dos povos originários e como eles se refletem... Como essa presença se reflete na cultura tradicional. Principalmente na pesca, né? Aí a gente trabalha... A gente tem uma preocupação de trabalhar a história do espaço não sob a ótica da catequese, mas sob a ótica da história, né? Aqui são fontes primárias para se trabalhar a história de Cabo Frio. É isso que a gente tem. A história de Cabo Frio. A história do Brasil. E a história de Portugal. E da igreja. Da religião, né? (Flávia Ribeiro, 2024)

Contar as várias histórias associadas àquele espaço e de outros espaços que compõem a paisagem cultural de Cabo Fio e região, dar visibilidade a diferentes tipos de representações culturais, recontar histórias que sofreram processos de apagamento e mais tecer histórias que também se desconectem das narrativas cronológicas tradicionais que enfocam o processo de ocupação daquele lugar a partir de uma herança histórico-cultural de origem portuguesa e católica para narrativas que contem histórias a partir da visão de mundo de grupos sociais que muitas vezes foram esquecidos, subalternizados nas narrativas tradicionais ou que tiveram as experiências temporais atreladas a esse telos dominante.

> O espaço da antiga igreja conventual, que foi um espaço preservado. Mas a gente utiliza esse espaço que se tornou ruínas, que ficou abandonado, que ao longo do século XX foi ocupado por outras pessoas, né? Foi ocupado por outras pessoas e por outros seres. Porque, inclusive, animais, né? Ficavam aqui nesse espaço. Mas foi ocupado pela população de Cabo Frio, foi ocupado pelo pintor Carlos Mendonça, foi ocupado pelas lavadeiras, pelos tropeiros. O Volney Teixeira mostra isso muito bem, né?
> Então, a gente utiliza esse espaço para trabalhar o que a gente... Acabou sendo um elemento que se voltou a nosso favor na constituição da função do museu, né? Porque o nome Museu de Arte Religiosa e Tradicional, na verdade, era a função. O IPHAN, quando ele decide criar esse espaço, ele vira e fala assim, ah, vamos criar para preservar o convento um Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Aí virou o nome do museu.
> E esse tradicional a gente utiliza para justamente trabalhar o diálogo com a região, com as comunidades locais. E aí é isso que permite, por exemplo, a gente receber uma exposição como essa do Edmar, que traz a memória da dona Eva, a partir, de uma quilombola, a partir do que foi contada a ela pelos seus antepassados escravizados e traz toda a religiosidade desse povo, né? Como, por exemplo, a representação das Yabás, um quadro com as orixás femininas (Flávia Ribeiro, 2024).

Dialogar com diferentes grupos sociais, de diferentes expressões culturais em um espaço consagrado no imaginário religioso católico, em que parte do complexo monacal ainda é utilizado para atividades de culto religioso ou celebrações como missas e casamentos, traz um desafio para o museu de arte religiosa tradicional de Cabo Frio, em estabelecer quais são os espaços dentro do museu que irão manter a memória social relacionada à história e tradição religiosa do convento e quais espaços serão utilizados como nexo de expressões culturais difusas e de circularidade dessas práticas nesse monumento.

> É, aquele espaço é a exposição permanente. Permanente, é aquela. A exposição de longa duração que são as imagens do antigo convento. A gente até em dezembro, né, para o aniversário do Museu 15 de dezembro de 2023, a gente mudou o percurso e aí a museóloga reuniu na igreja conventual tudo que dizia respeito ao antigo convento e o visitante faz aquele espaço, aí depois ele entra aqui no recolhimento, que seria o recolhimento que hoje são as ruínas, né? E na ala reconstruída onde está a exposição. E esse espaço do jardim, que era ruína, a gente utiliza para manifestações culturais, né? De todo tipo (Flávia Ribeiro, 2024).

O espaço de exposição permanente é local em que estão situadas a nave principal da Igreja Franciscana, o altar, o retábulo, o coro, nesse lugar estão concentrados a parte do acervo do antigo convento com as imagens e representações do culto católico, enquanto que o local das ruínas do antigo convento, seus jardins e as outrora edificações que serviam de moradia, estudos e outras atividades desenvolvidas no cotidiano dos frades franciscanos serão utilizados para as atividades, projetos e exposições que dialoguem e acolham diferentes expressões culturais que circulam pelo espaço museal.

Como relatado anteriormente, uma das formas de chegar à comunidade de Cabo Frio e cidades do entorno é por meio dos professores, que, por meio do projeto Eeducação para o Patrimônio no MART, podem se tornar um dos elementos de conexão entre parte da população e a instituição, além da possibilidade de trabalharem a história local, os patrimônios históricos e a memória social local em suas atividades do cotidiano escolar. Outra estratégia da instituição é a de acolher outros intérpretes culturais locais para que eles possam divulgar suas produções e ter um ponto de apoio no desenvolvimento de suas atividades.

> Outras formas é a gente, justamente, ter uma política de acolher. A gente realmente acolhe. A pessoa é artista, produtor cultural, mestre sabedor. Eu vou te dar um exemplo. Os pescadores de arraial, eles estão com muita dificuldade de manter o seu trabalho. Eles estão com muita dificuldade de manter os elementos que perpetuem a sua tradição. A pesca tá acabando e como é que aquilo vai passar que um dia existiu? Eles estão com muita dificuldade pra isso. Aí, vieram aqui pedir ajuda, pedir ajuda não, tentar fazer uma troca.
> A gente orientou eles a se cadastrarem como ponto de memória do IBRAM. Eles conseguiram. Se tornaram um ponto de memória do IBRAM e concorreram no edital. E agora eles vão desenvolver esse edital pra poder trabalhar atividades que eles precisavam. Então, a gente tá sempre aberto pra ouvir a comunidade e pra acolher a comunidade no que ela precisa (Flávia Ribeiro, 2024)

Dentre os projetos desenvolvidos para os diferentes públicos no subprograma de comunicação, iremos comentar brevemente a respeito de duas dessas ações, face à ligação desses projetos com a proposta deste capítulo de abordar ações do Mart que possam ser relacionadas a questões que envolvam conhecimentos no campo do ensino de história, do patrimônio histórico-cultural e da história local de Cabo Frio e região.

O primeiro projeto se chama "**MART Apresenta: Histórias no Convento"**, que é um projeto de contação de histórias desenvolvido a partir de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio e o setor educativo do MART, que por meio de uma dramatização realizada pela professora da rede municipal de ensino Carmensita Faria, será contado aspectos da história do Convento de sua fundação até os dias atuais. Essa atividade é voltada para alunos da educação infantil e do ensino fundamental dos anos iniciais.

> ... a história "**DRAMATIZANDO O PASSADO, CONHECENDO O PRESENTE**, que conta a história do Convento, desde o pedido para sua construção, em 1617, até os dias atuais, funcionando como Museu. A história é interpretada por dois personagens: o Capitão Mor Estevão Gomes e um frade franciscano, acompanhados de intensa sonoplastia. Em seguida, é feito um quiz com os alunos, com perguntas sobre o que foi apresentado na história (Mart, 2019, p. 129).

É interessante percebermos a mobilização entorno de uma memória histórica local e institucional que é trabalhada por meio de uma representação cênica, voltada para crianças, mobilizando por meio de uma contação de histórias aspectos relacionados à história de Cabo Frio, tendo como pano de fundo o Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em diferentes temporalidades e atribuições de sentidos dadas a esse espaço ao longo do tempo, mobilizando ainda que de maneira limitada, face ao público a que é direcionado, importantes conceitos no campo da história, como os de tempo, diacronia, sincronia, espaços de sacralidade, patrimônio histórico, museus, dentre outros.

O segundo projeto que destacamos dentro do subprograma de comunicação é o projeto Conversadeira, que por meio de encontros periódicos promovidos pela instituição, trata aspectos da história local e do Convento Franciscano por meio de referências materiais do monumento, ligados à arquitetura e bens móveis que façam parte do acervo.

> O Projeto "Conversadeira" do Museu de Arte Religiosa e Tradicional/Ibram propõe a realização de encontros periódicos para conhecermos mais sobre o antigo Convento, com base em suas referências materiais: arquitetura, bens móveis e integrados. A conversadeira é um elemento arquitetônico comum nas construções coloniais, característica dos conventos franciscanos e remanescente no Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio (RJ). São bancos anexos às janelas que possibilitavam aos frades, amantes da natureza, o exercício da contemplação (Mart, 2019, p. 131).

Essa atividade começou a partir de 2019 com a participação de um grupo de mulheres da terceira idade que frequentava o Mart e promovia atividades de arteterapia. A cada mês, um tema relacionado à história, arquitetura ou ao acervo era trabalhado. Esse e outros projetos

presenciais foram seriamente afetados por conta da pandemia de Covid e acabaram sendo descontinuados, sendo retomados aos poucos pela instituição.

> Eu acho também que é um efeito pós-pandemia. Eu tenho escutado isso de outras pessoas. Ah, a gente faz atividade. A gente tinha, por exemplo, a arteterapia com danças circulares aqui antes da pandemia. Dava 50 pessoas. Agora, ela reclama. Ela fala que para juntar 20 pessoas está difícil (Flávia Ribeiro, 2024).

Em relação ao projeto Conversadeira, a instituição pretende retomar o projeto, direcionando-o para estudantes do ensino médio normal promovido pelo Instituto Estadual Professora Ismar Gomes de Azevedo de Cabo Frio, visando o aprendizado a respeito de história local a partir dos bens musealizados.

A ideia de oferecer uma série de atividades voltadas para estudantes e professores que frequentam e consomem a programação oferecida pelo Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio é a de promover a sensibilização desses públicos em relação ao espaço do museu, seu valor cultural, relacionando esses elementos com a história local, sendo também um indutor junto ao público escolar dessas questões relacionadas à cultura e à memória histórica.

Outra problemática abordada na entrevista é a questão da mobilização população por parte do museu, na visão da responsável pelo setor educativo a instituição promove as ações, articula com agentes culturais na sociedade, promove eventos com especialistas, divulga em diferentes canais de comunicação, mas muitas vezes o retorno do público a mobilização institucional é pequeno.

> O que é a nossa dificuldade? É a mobilização. A gente faz, a gente divulga com a chegada do estagiário de jornalismo, a gente ampliou muito o nosso alcance da nossa comunicação, vou te falar assim, aquele portal RC24, que a cidade, a região toda conhece, divulga tudo que a gente faz, mas mesmo assim a gente não consegue, não é conseguir tudo, é conseguir que as pessoas venham, entendeu? Isso para a gente realmente, realmente tem sido muito difícil, a não ser quando a gente faz uma atividade em que essa pessoa, ela tenha uma capacidade de articulação do grupo. A rede dela. Como a gente não pode entrar em uma rede, a gente tem que estar em várias redes, a gente não tem que pensar em nenhuma rede (Flávia Ribeiro, 2024).

No relato acima, percebemos que, no olhar da entrevistada, os eventos, ações e projetos desenvolvidos só conseguem uma maior penetração junto ao público local se ocorrer uma mobilização por meio de uma rede de articulação com aqueles que irão desenvolver a atividade.

Essa problemática da mobilização é retomada em outro trecho, quando ela narra uma das dificuldades em trazer os professores para o museu.

> Agora, repito, a mobilização é a nossa maior dificuldade. Você tem uma ideia? No ano passado, a gente fez uma pesquisa junto aos professores para que eles manifestassem qual o dia da semana e qual o horário eles preferiam as atividades. E a gente colocou no dia e horário mais votado e não teve público. Então, isso é muito difícil. E aí é essa coisa.
> Como que a gente pode resolver isso? Tornando o museu mais virtual. Mas se a gente tornar o museu muito virtual, a gente não pode perder de vista o presencial. O virtual tem que ser um meio, não pode ser o fim. Porque se a pessoa deixar de frequentar aqui, não tem função de existir (Flávia Ribeiro, 2024).

Em sua fala, ela desabafa sobre a dificuldade de trazer professores ao museu, mesmo tendo feito uma consulta prévia junto a docentes por meio das redes sociais da instituição, a respeito de dias e horários para os mesmos irem ao MART com ou sem alunos, para que o museu pudesse tentar adequar algumas das atividades e projetos aos horários mais destacados na pesquisa. Em seguida, vimos a frustração na fala da entrevistada ao relatar que não teve público em quantidade satisfatória.

No olhar da entrevistada, uma das maneiras de mitigar esses efeitos seria uma maior oferta de atividades ofertadas pelo museu virtualmente, mas, ao mesmo tempo em que ela aponta esse recurso tecnológico como uma estratégia de atração para o público pelo caráter assíncrono, ela questiona a própria existência e funcionalidade do museu se o virtual deixar de ser um meio e se tornar o fim.

Em trecho anterior deste capítulo, relatamos diversos problemas que dificultam aos professores de utilizarem o espaço, como dificuldade para o deslocamento, face, a maior parte das escolas estarem situadas em regiões distantes do centro da cidade de Cabo Frio, à falta muitas vezes de apoio institucional das secretarias de educação em proporcionar atividades de campo, à maciça carga horária e desvalorização salarial sofrida por grande parte dos docentes que estão em sala de aula, dentre outros motivos.

4.5.5 Subprograma de atividades acolhidas pelo MART

O MART desenvolve outras atividades educativas culturais, através de palestras, lançamento de livros, promoção de simpósios, apresentações de dança e teatro, mesas redondas, oficinas, dentre outros, seja por iniciativa do próprio museu ou de parceiros externos, estruturadas a partir do calendário anual de atividades elaborado pelo setor educativo.

Dentre as diversas atividades que foram desenvolvidas pelo subprograma de atividades acolhidas pelo Mart, destacamos o Simpósio de História e Ensino de História, realizado pelo

curso de Licenciatura em História da Universidade Estácio de Sá em parceria com a Associação Nacional de História – ANPUH – Seção Rio de Janeiro, nos anos de 2017 e 2019, com atividades temáticas no campo de história e patrimônio, com a presença de especialistas vinculados a diversos campos do conhecimento histórico, sendo esse evento uma oportunidade de trazer para o museu um público especializado, assim como estudantes de licenciatura em história e áreas afins.

Outro projeto interessante é o Conversando sobre a História de Cabo Frio, que são encontros mensais entre pesquisadores, memorialistas locais, assim como leigos que têm interesse na história da cidade que se reúnem para discutirem a respeito da história e memória local. Esses encontros ocorrem desde 2012 no Mart, sendo que posteriormente passaram a ser realizados em outros espaços e, a partir de 2019, eles retornam para o museu. Por conta da pandemia, essa atividade foi descontinuada, sendo retomada com o reinício das atividades presenciais na instituição.

A terceira e última atividade que foi desenvolvida pelo subprograma de atividades acolhidas pelo Mart que está relacionada com as temáticas de história local, patrimônio e ensino de história é o projeto Caminhos da História, que foi estruturado pela Secretaria Municipal de turismo de Cabo Frio, que consiste em visitas mediadas por professores de história, direcionadas em geral para grupos escolares, por atrativos turísticos da cidade, sendo o museu de Arte Sacra um desses locais, tendo a instituição desenvolvido atividades voltadas para a educação patrimonial a respeito do espaço museológico. Esse projeto, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo de Cabo Frio, acabou sendo descontinuado pela administração municipal a partir da troca dos gestores municipais.

Como podemos observar ao longo do capítulo, a elaboração e aplicação do plano museal do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio encontram diversas dissonâncias entre o plano e a realidade, como é de se esperar em tudo que ocorre no cotidiano. As dificuldades internas da instituição de caráter financeiro, quadros de trabalhos e estruturais de uma instituição museal, tombada pelo IPHAN e situada em um convento franciscano do século XVII, contribuem para que alguns percalços sejam superados, outros contornados ou simplesmente deixados para um possível futuro.

Além das questões internas temos outras questões que dificultam para que a presença de professores e alunos na instituição sejam maiores, como as limitações impostas pelo horário de funcionamento da instituição que não oferece regularmente atividades no período do noturno, a dificuldade dos docentes de conciliarem muitas vezes os seus horários de trabalho, muitas vezes, em diversas redes de ensino com o horário de funcionamento da instituição, a

falta de apoio efetivo das secretarias de educação que são muitas vezes solicitas com o MART em divulgar os eventos da instituição, mais que muitas vezes deixam de apoiar efetivamente as idas das escolas ao museus com transporte e apoio logístico para que essas visitas aconteçam. Somado a estas e outras problemáticas que poderiam ser mencionadas à exaustão, temos o cansaço físico, mental e emocional de diversos profissionais da educação, com a desvalorização profissional e financeira, dentre outros problemas enfrentados no cotidiano.

Ao longo deste capítulo procuramos mostrar como o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, enquanto espaço de múltiplas temporalidades e atribuições de sentidos contribui de diferentes maneiras como um espaço de difusão de uma cultura histórica local, seja por ser um monumento tombado pelo IPHAN, a partir de sua historicidade, como relatado em capítulo anterior, seja como espaço sacro do catolicismo, já que parte de seu espaço ainda é utilizado para celebrações e culto, seja como espaço museal, promovendo ações museológicas, que promovem interlocução entre patrimônio, memória, história local e educação para o patrimônio, difundindo para um público amplo composto por diferentes camadas da sociedade elementos que compõem um mosaico a respeito de frações da cultura histórica local e também como um dos intérpretes culturais na cidade de Cabo Frio e região.

Procuramos nas páginas deste capítulo trabalhar de maneira mais enfática as ações do museu por meio do seu plano museal, como aquilo em que a instituição enxerga e se enxerga enquanto espaço museal, contrastando o referido plano com fala da servidora do setor educativo da instituição que nos relata nos trechos selecionados da entrevista concedida pela mesma nas dependências do MART, o que pode ser realizado ao longo do quadriênio do plano museal, o que não pode ser realizado e o que ficou pelo caminho, mostrando muitas vezes as dificuldades enfrentadas para a aplicação do planejamento da instituição.

Ao nos debruçarmos no estudo do museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, procuramos estruturar a pesquisa em torno desse espaço museal, religioso, monumental e paisagístico tombado pelo IPHAN como componentes de histórias que remontam a um pretérito com várias camadas de temporalidades e diferentes agentes que se relacionam nesse espaço e que, dentro das possibilidades deste trabalho, procura funcionar como uma espécie de prática de orientação temporal aplicada ao objeto de estudo.

> Toda pesquisa tem por objetivo transformar-se em historiografia, não só porque seus resultados necessitam ser expressos em linguagem, mas também porque eles funcionam como componentes de uma história e assim são vistos. As questões resolvidas pela pesquisa estão sempre enquadradas em história. Elas servem para esclarecer processos temporais em contexto abrangentes de uma apresentação que

articula o passado, o presente e o futuro em um construto significativo que funciona como referência prática de orientação do tempo (Rüsen, 2007, p. 21-22).

CONCLUSÕES

O estudo dos processos de patrimonialização conduzidos pelo IPHAN em Cabo Frio, com foco no Forte São Mateus, no Convento Nossa Senhora dos Anjos e na Fazenda Campos Novos, revelou uma dimensão rica e multifacetada da política de preservação do patrimônio histórico no Brasil. A análise das décadas de 1950, 1960 e 2000 evidencia que os tombamentos refletem as perspectivas e os critérios predominantes em cada momento histórico. As decisões do corpo técnico do instituto nos tombamentos desses monumentos priorizaram bens edificados que se alinhassem a narrativas históricas de caráter nacional e que apresentassem riscos concretos à sua integridade física, seja pela ação do tempo ou pelos usos que os desconectaram de suas funções originais.

O estudo demonstra que a patrimonialização não é um processo neutro ou desprovido de contexto. Longe de ser uma mera preservação de bens materiais, ela envolve atribuições de valor que se moldam em função de interesses sociopolíticos, institucionais e culturais. Embora o tombamento garanta a integridade física dos monumentos e amplie a possibilidade de criação de novas narrativas, ele também pode desconectar esses bens de suas relações dinâmicas com a sociedade que os circunda. Esse é o caso do Forte São Mateus, do Convento Nossa Senhora dos Anjos e da Fazenda Campos Novos, cuja história transcende o status de marcos materiais para se tornarem testemunhos das tensões entre memória e identidade em Cabo Frio.

O Forte São Mateus, como um dos símbolos de Cabo Frio, reflete as camadas de atribuições de sentidos que ocorreram ao longo de sua trajetória. Construído no século XVII como um elemento de defesa militar durante o período colonial, sua função original foi gradualmente transformada à medida que a cidade se modificava. A decisão de tombá-lo pelo IPHAN na década de 1950 foi motivada não apenas por seu valor arquitetônico, mas também pela necessidade de consolidar narrativas que destacassem a presença portuguesa na região e o mesmo como um símbolo de uma temporalidade pretérita que ligasse a narrativa histórica local com a narrativa histórica nacional.

Entretanto, o tombamento, embora eficaz na preservação de sua estrutura, não foi suficiente para impedir os impactos do turismo e da especulação imobiliária em seu entorno. O forte se tornou um espaço de visitação, desvinculado de sua função histórica original, mas ressignificado como um ponto de conexão entre a memória histórica e a valorização da paisagem local.

O Convento Nossa Senhora dos Anjos, atualmente sede do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART), ilustra de forma marcante a complexidade das políticas de preservação. Tombado em 1951, o convento passou por um processo de ressignificação que o transformou em um espaço museológico dedicado à preservação e difusão de aspectos religiosos e culturais da região.

Esse espaço carrega consigo as marcas de sua história colonial, mas também foi moldado por novos significados atribuídos por diferentes atores ao longo do tempo. O MART desempenha um papel central nesse processo, atuando como um intérprete cultural que conecta a materialidade do convento às demandas da sociedade contemporânea. Por meio de exposições, projetos educativos e iniciativas voltadas à memória local, o museu resgata a historicidade do convento, da cidade de Cabo Frio e região e promove reflexões críticas sobre as diferentes formas de identidades construídas, assim como diferentes narrativas de teor histórico e cultural.

Entretanto, as tensões entre preservação e desenvolvimento urbano também se fazem presentes. A localização do convento no centro de Cabo Frio expõe o monumento às pressões de uma cidade em expansão, colocando em risco a harmonia entre memória e modernidade. Ainda assim, o MART se destaca como um exemplo de como o patrimônio pode ser utilizado para articular memória coletiva, educação e cidadania.

A Fazenda Campos Novos apresenta um caso emblemático de como a patrimonialização pode ser atravessada por múltiplas narrativas e interesses. Inicialmente um núcleo jesuítico no século XVII, a fazenda passou por transformações significativas em seu espaço, que vão da ocupação indígena que antecede a presença portuguesa na região, passando pela presença quilombola que é fruto dos desdobramentos do processo de colonização e do escravismo na região. Com o tempo, o fracionamento das terras da fazenda e os embates agrários modernos pela posse da terra na localidade intensificaram os conflitos fundiários, contribuindo para a desapropriação da mesma pela prefeitura e o seu posterior tombamento efetuado pelo IPHAN. O tombamento, impulsionado pela ONG A TEIA, trouxe à tona debates sobre as diferentes temporalidades e significados associados ao local.

As atribuições de sentidos à Fazenda Campos Novos foram marcadas pela ênfase em seu papel colonial e jesuítico, enquanto outras camadas de memória, como os sambaquis, a presença indígena e as histórias de resistências das comunidades quilombolas, foram marginalizadas. Isso reflete um aspecto nesse processo de tombamento, que priorizava narrativas associadas à construção da identidade nacional e de presença portuguesa durante o período colonial em detrimento de histórias locais mais diversas que envolvessem narrativas

que pudessem privilegiar agentes sociais que muitas vezes estão invisibilizados ou marginalizados.

Os esforços para preservar a Fazenda Campos Novos também enfrentaram desafios relacionados ao uso do espaço. A proposta de instalação de um aterro sanitário no local destacou a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano com a proteção do patrimônio, revelando a fragilidade dos mecanismos de salvaguarda em um contexto de pressões econômicas. Ainda assim, a fazenda permanece como um marco de resistência cultural e um espaço repleto de possibilidades para novas interpretações.

A análise conjunta dos três monumentos evidencia que a preservação do patrimônio cultural não é apenas um esforço técnico, mas um processo político e social. Tombar um bem não significa apenas garantir sua integridade física, mas também decidir quais histórias e memórias serão valorizadas e transmitidas. Em Cabo Frio, os tombamentos refletem tanto os avanços quanto as limitações nas políticas patrimoniais, destacando a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas.

Os casos analisados mostram como os bens tombados podem servir como espaços de ressignificação e articulação entre diferentes temporalidades e significados. No entanto, também expõem os desafios de integrar a memória coletiva às demandas do presente. Questões como a especulação imobiliária, o turismo de massa e a falta de recursos institucionais são barreiras que precisam ser superadas para que os tombamentos efetuados e as políticas de patrimonialização realizadas por meio de agências estatais cumpram seu papel de conectar o passado ao presente, deixando para as próximas gerações um legado de experiências pretéritas e de práticas culturais diversificadas.

Por fim, os monumentos estudados são testemunhos de uma Cabo Frio em constante transformação. Representam não apenas os vestígios de um passado, mas também os desafios e as oportunidades de preservar a memória histórica em um mundo marcado pela urbanização acelerada e pela diversidade cultural. É fundamental que as políticas patrimoniais evoluam para incorporar as vozes e os saberes das comunidades locais, promovendo uma preservação que seja, ao mesmo tempo, sensível às memórias do passado e aberta às demandas do presente.

REFERÊNCIAS

ABREU. Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

ABREU, Marcelo. "História local e ensino de história: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo". In: GABRIEL, Carmem T. e MONTEIRO, Ana Maria e MARTINS, Marcus Leonardo. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Rio de Janeiro: MauadX, 2016.

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos – 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACCIOLI, Nilma Teixeira. "A expedição de Maximiliano de Wied Beuwied do Rio de Janeiro a Cabo Frio (1815)". In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015.Brasília: IBRAM, 2017.

AGUIAR, Leila Bianchi. Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais. Revista: Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 13, p. 79-89. 2015.

_____. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

ANDRADE Jr., Nivaldo Vieira. "Patrimônio Arquitetônico". In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas. SP: Editora da Unicamp. 2020.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACKX, Isabela. "Patrimônio Arqueológico". In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas. SP: Editora da Unicamp. 2020.

BONFIM, Natanael Reis. Noção Social do Território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. Revista: Tempo e Argumento, Florianópolis, v.8, n.19, p.04 - 33.set. / dez.2016.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. "Patrimônio e a Constituição de 1988". In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas. SP: Editora da Unicamp. 2020.

CHOAY, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa/Portugal; Edições 70, 2014.

CHRISTÓVÃO, João Henrique de Oliveira. Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio / João Henrique de Oliveira Christóvão. – 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

_____. História e Patrimônio: entre o risco e tração, a trama. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p. 11-24.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa. Editorial Presença, 1989.

FLORENCIO, Sonia Rampim e outros. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 1988. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275. 1988.

_____. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228. 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "História, memória, patrimônio". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p. 91-112.

_____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GOUBERT, Pierre. Revista Arrabaides. Ano 1, nº 1, 1988, p. 69 – 82.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [*Time, History and the writing of History* - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html. Acesso em: 19/01/2017.

_____. Tempo e Patrimônio. Revista: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

_____. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HUYSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: 2018.

IPHAN: Planos de Ação para Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: Cartilha - Planos de Ação para Cidades Históricas.pdf (iphan.gov.br). Acesso em :11/07/2022.

IPHAN: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872. Acesso em: 26/02/2017.

IPHAN: Informações sobre bens tombados em Cabo Frio – Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/. Acesso em: 26/02/2017.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: GONLAVES, Márcia de Almeida. Qual o valor da história hoje? - Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2012.

KOSELLECK, Reinhart.. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. “História como conceito mestre moderno”. In O conceito de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LEITE, Rogério Proença. “Patrimônio e Centros Históricos”. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas. SP: Editora da Unicamp. 2020.

MATTOS, Ilmar R. “"Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História.” Tempo [online]. 2006, vol.11, n.21, pp.5-16.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de Medeiros. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. Revista Urutágua. Nº 21, 2010. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704. Acesso em: 01/08/2021.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar

em Madureira/RJ. Revista brasileira de história da educação., Maringá – PR. V.17, n.4 (47), p. 132-162, Outubro / Dezembro. 2017.

MONTEIRO, Ana Maria F.C.; PENNA, Fernando A. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. Educação e Realidade, v. 36, p. 191-211, 2011.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. "Cabo Frio e a montagem da primeira elite fluminense – séculos XVI e XVII". In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015. Brasília: IBRAM, 2017.

_____. LEMOS, Marcelo Sant'Ana. O primeiro indígena universitário do Brasil (1824-1873). 1.ed. Cabo Frio, RJ: Sophia Editora. 2022.

MOURA, José Francisco. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. História de Cabo Frio: dos sambaquieiros aos cabo-frienses. 1ª edição. Cabo Frio, RJ: Sophia Editora, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de Hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. Revista: Antíteses / Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. - Programa de Pós-Graduação em História. Londrina, PR. V. 7, n. 14, p. 45-67-jul.-dez. 2014.

NORA, Pierre. "ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares". In: Projeto História. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acessado em 20/01/2017.
PEREIRA, Nilton MULLET. "O que se faz em uma aula de história? Pensar sobre a colonialidade do tempo". In: Revista pedagógica, v. 20, N. 45, Set/Dez. 2018.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In Revista Estudos Históricos.V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. "Memória e identidade social". In Revista Estudos Históricos. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. "A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p. 27-44.

REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Francisco da Mesquita, Engenheiro – mor do Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, 1945. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf. Acesso em: 20/07/2017. (INTEIRA?).

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. "Do Convento ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART): o processo de ressignificação do conjunto arquitetônico franciscano de Cabo Frio". In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015.Brasília: IBRAM, 2017.

_____. A patrimonialização do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio (RJ). Rio de Janeiro: FSB/RJ, 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. “Paisagem Cultural”. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO. (org.) Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

RIBEIRO, Leticia Parente; GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de et SOTRATTI, Marcelo Antônio. "A balnearização da baixada de Araruama e a emergência da "Costa do Sol", Rio de Janeiro (1940-1960)", Confins [Online], 39 | 2019, postado online em 7 de julho de 2019, consultado em 19 de novembro de 2023. URL: http://journals.openedition.org/confins/18133;DOI:https://doi.org/10.4000/confins.18133.

RÜSEN, Jörn. História viva: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2010.

RÜSEN, Jörn. Jörn Rüsen e o ensino de história / Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão Rezende Martins - Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SÁNCHEZ COSTA, Fernando. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, núm. 8, 2009, pp. 267-286, Universidad de Alicante, Alicante, España.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima and PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2017, vol.30, n.60, pp.161-186.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Território: Uma revisão teórico-conceitual. InsterEspaço. Grajaú/MA. v. 1, n. 1. p. 49-76. 2015.

SILVA, Daniel Pinha. “O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades” Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.

SOARES, Ranni. Cartilha de Educação Patrimonial. 2022. Disponível em: https://www.sescrio.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Educacao-Patrimonial.pdf. Acesso em: 13/03/2024.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. In: Cardoso, Ciro & Vainfas, R. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.127-164.

VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca Ramírez. Espacio, paisaje, regíon, territorio y lugar: la diversidad en el pensamiento contemporáneo. México: UNAM, Instituto de Geografía: UAM, Xochimilco, 2015.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. Formação do Brasil Colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Fontes:

Arquivo Noronha Santos
Processos de tombamento:
0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.
0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.
1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Museu de Arte Religiosa e Tradicional
MART, Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Plano Museológico: 2020 – 2023. Cabo Frio, RJ. 2019.

Fonte oral
Ribeiro, Flávia Maria Franchini. [50 anos]. [Março de 2024]. Entrevistador: André Luiz Garrido Barbosa. Cabo Frio, RJ, 18 Março 2024.

APÊNDICE – Entrevista com a servidora Flávia Maria Franchini Ribeiro[123] responsável pelo setor educativo do MART em 18 de março de 2024

Bom, estamos aqui dia 18 de março de 2024, no Marte, Museu de Arte Religiosa Tradicional, conversando com a Flávia, do setor educativo, a respeito de algumas questões relacionadas ao plano museal, a execução dele, principalmente questões relacionadas ao ensino de história, patrimônio histórico, história local, aqui de Cabo Frio.

1. Aí a primeira pergunta, Flávia, é o seguinte, eu queria saber mais informações que você pudesse me dar a respeito do funcionamento do setor educativo do Marte e a sua relação do setor com o professorado nas esferas público e privado aqui em Cabo Frio? No plano museal ele vem dentro da formalidade técnica de falar da atribuição, mas como que funciona isso no cotidiano, no dia a dia?

Bom, primeiro assim, isso é uma questão que eu tenho que fazer, porque eu tenho que esclarecer, o plano museológico, ele é um plano estratégico, então ele é um plano de como a instituição vê que vai funcionar. A gente ainda tem que construir o nosso plano pedagógico, alguns museus do Ibram, eles já estão fazendo, e é o plano que dá a direção que o educativo vai tomar para teóricos utilizados, de que forma que ele vai trabalhar melhor as atividades, o porquê das atividades. Seria igual ao plano pedagógico das escolas.

Com relação à estrutura do plano, a gente fez o plano, quando a gente construiu esse plano, o setor educativo estava passando por uma mudança. Até então havia separado o educativo e o núcleo de biblioteca e arquivo, que eram setores separados, aí com a criação desse plano, que foi justamente com a vinda da atual diretora, que é a uma educadora na área de patrimônio. A Renata, propôs que o núcleo passasse a atuar junto ao educativo, subsidiando as atividades do educativo, e também integrando as funções, tanto que no plano, a função primeira do núcleo é atuar nas atividades educativas.

A gente construiu um plano tentando dar conta de tudo que a gente via que precisava. Não necessariamente para executar nesses quatro anos, porque a gente sabia, e aconteceu ainda

[123] Atua como técnica em assuntos culturais - história no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2005), graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996), especialização em História da Arte Sacra pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2019) e mestrado em História, Cultura e Poder pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). Concentração dos estudos especialmente em História do Brasil e na área de Patrimônio e Museologia.

de uma forma mais séria, uma deficiência de equipe nesses quatro anos que impediu que a gente fizesse funções básicas.

Mas qual que é, no momento, no período que eu estive à frente do setor da equipe, do setor do educativo, qual que foi a minha visão? Foi a gente aprimorar o atendimento do museu, tanto para visitação de grupos, que são escolas, outras instituições, ou então também grupos em city tour, como por exemplo o Hotel Sesc, que traz muitas pessoas aqui, como também na visitação espontânea. E essa proposta, ela implica no investimento de capacitação.

Então, o que acontece? A gente enxerga o seguinte, a gente tem um programa de pesquisa, a gente fez um levantamento histórico do espaço, que não está completo, é um programa que tem que ser contínuo e não foi praticado nos últimos quatro anos, mas ele foi praticado nos quatro anos anteriores.

Então, a gente levantou uma informação, a gente construiu um roteiro base, e a gente, toda segunda-feira, a gente se reunia com a equipe do educativo, que era a monitoria, os estagiários de história e de jornalismo, porque aqui a comunicação, embora ela seja a comunicação do museu, ela atende, 90% do trabalho dela é para atender o educativo, né? E o nosso estagiário de comunicação, ele veio também para trabalhar no trabalho como relações públicas e atuando também nas visitas mediadas, e ele apresentou muito talento para isso, então, na verdade, ele está sempre, por exemplo, essa sala de exposição contemporânea é quase uma responsabilidade dele, porque ele participou ativamente da construção dessa exposição, então, a gente fazia essas reuniões periódicas para a capacitação e também, toda semana, a gente se reunia para poder, assim, debater, trabalhar pequenos pontos que foram surgindo, por exemplo, no cotidiano aparecem problemas, né, que precisam ser sanados, então, a gente reunia, a monitoria apresentava suas demandas e a gente tentava trabalhar.

E por outro lado, dessas demandas surgiu a necessidade de fazer a educação institucional, então, trabalhar com todas as equipes que atuam no receptivo do museu.

Então, por exemplo, a vigilância. A vigilância tem servidores aqui, trabalhadores da vigilância, que estão no museu há 20 anos, então, a gente tem que trabalhar. Eles têm um comportamento que é um comportamento que já vem de 20 anos, mas a equipe mudou, a forma de ler o museu mudou, então, vamos discutir em conjunto, como que a gente pode trabalhar em equipe para receber melhor.

Os serviços gerais, o trabalho deles é fundamental para o receptivo do museu. Então, como que a gente pode fazer de forma a estar trabalhando conjuntamente e atendendo melhor esse público? Tendo isso, assim, mais efetivado, a gente, aí, sairia para convidar as pessoas, porque a gente ainda deveria, assim, trabalhar em equipe para receber melhor esse público. A

gente não depende muito de uma visitação não provocada, ou seja, as pessoas que vêm até nós, e não nós vamos até as pessoas.

Então, muita escola não sabe que a gente existe, né? Então, a gente tinha a intenção de passar para o segundo momento, que era fazer essa visitação provocada, ou seja, começar pela rede municipal, ir para a rede estadual e, depois, para a rede particular. Acabar fazendo uma visitação primeiro por Cabo frio e depois as cidades vizinhas, apresentando o museu e trazendo as pessoas aqui.

Nisso, a gente esbarra em duas dificuldades, que tem ligação com um problema que é o orçamento. Não só o orçamento para a gente ir até os lugares e apresentar o museu, porque aqui perto a gente consegue, dependendo do lugar a gente até usa recursos particulares, mas dependendo do lugar a gente, por exemplo, Tamoios. A gente quer integrar Tamoios ao primeiro distrito através do museu, mas a gente precisa de ter recursos para ir até Tamoios. E também uma outra questão que a gente escuta muito, que é o recurso para trazer, porque as escolas dependem de ônibus. Então, às vezes a escola marca, o ônibus é cancelado. Ou então, às vezes a escola quer vir. Então, tanto que a gente acaba recebendo muita escola do entorno.

Dito isso, a gente colocou, que como a gente não conseguiu praticar isso da forma que a gente pretendia e ainda houve uma renovação no quadro da monitoria que fez todo aquele trabalho que tinha sido feito ter que começar de novo, essa rotatividade não é uma coisa boa, a gente fez dois projetos orçamentários para 2025, onde a gente intenta recurso para visitar as escolas, a produção de material didático sobre o museu para apresentar o museu nas escolas, mas recurso também para trazer as escolas com ônibus. Não dependendo de ônibus da prefeitura, do estado, de nada. Sendo o IBRAM, fornecendo o ônibus que vai trazer esses grupos.

A visitação nos últimos anos cresceu bastante, eu acho que é muito fruto do boca a boca, o professor traz o aluno, ele gosta. A gente tinha uma monitora aqui que era professora de história muito capacitada, eu vejo assim o perfil do professor de história muito relacionado ao trabalho da monitoria no museu. Eu até brinco assim, quando eu comecei a trabalhar aqui, eu falei assim, o sonho de todo professor de história, por que todo professor de história quer? Trabalhar num assunto que goste com as pessoas interessadas atentas, não ter que ficar disciplinando o aluno.

E aqui a gente consegue isso, porque quem visita está interessado, então a gente tinha um quadro formado e agora está com outra formação para ficar tão bom quanto. Mas era um quadro muito bom. E eu acho que é muito importante. E isso acho que ajudou muito, porque um falava com o outro, a gente, por exemplo, tem o hábito da avaliação pelo monitor após a

visita, ele coloca as impressões dele e pelo responsável do grupo também. A gente sempre recebeu retornos muito positivos nessa avaliação, assim, nunca, eu que faço a mensuração, tanto na avaliação espontânea, quanto na avaliação espontânea, a gente nunca recebeu uma avaliação assim, não gostei, gostei e o mais comum é gostei muito.

E sempre destacando essa questão do atendimento aqui embaixo, porque como a gente é um museu, a gente tem um acervo riquíssimo, mas a gente tem um acervo pequeno. Então, procuramos investir no bem receber. Isso acaba sendo o nosso diferencial e está até nos objetivos do plano museológico.

Com relação aos professores, a gente criou um projeto que foi um projeto trazido pela Renata. A Renata, ela tem experiência de museus em Santa Catarina, na cidade de Joinville e no Rio Grande do Sul.

Então, ela trouxe da experiência de trabalho dela um projeto, uma proposta onde ela estava 100% correta, que ela dizia o seguinte, não adianta a gente chegar no aluno se a gente não chegar no professor. É o professor que vai trabalhar o aluno para o aluno entender o valor do museu. Então, a gente criou o projeto Educação para o Patrimônio do Museu.

A gente não quis colocar museal para a gente poder ampliar, trabalhar, dialogar com a região. A gente não colocou patrimonial porque a gente entende que é um projeto que tem que ser dialógico. E aí, a gente colocou a partir do conceito de educação para o patrimônio, que é muito trabalhado pela Keyla Grimberg, que tem a tese de doutorado da USP. Foi a partir desse conceito que a gente colocou o museu.

E a gente começou a oferecer oficinas, palestras e tentar encontros da equipe do Marte com os professores em que a gente faria uma apresentação prévia do museu para depois eles trazerem os alunos.

Sabe qual que é a nossa maior dificuldade no estudo? É que a gente não consegue tudo. A gente faz as atividades, traz nas aulas. A gente faz as atividades, traz nas aulas. Não é difícil mobilizar os especialistas, os pesquisadores de Cabo Frio que estão disponíveis. A equipe aqui também está disponível. A gente consegue as atividades, mas a gente não consegue tudo. Os professores não vêm.

2. Assim, aproveitando essas considerações que você fez, eu estava pensando em outras coisas que eu nem tinha perguntado, nem tinha colocado aqui nas minhas questões. Mas, eu queria aproveitar e perguntar já a respeito dessa fala inicial, sua. Como que essa relação, por exemplo, da instituição com as secretarias, a Secretaria de Educação, de Cabo Frio? Digo de Cabo Frio, porque é a cidade-sede do museu, mas pode ser do entorno também. De repente,

tentar aproveitar parte da carga horária que os profissionais de ensino têm com planejamento e formação pedagógica para esse tipo de capacitação?

É difícil. A instituição, está aqui, está receptiva, está aberta para poder promover essas atividades. Mas, tem essa dificuldade de que o público-alvo possa consumir essa oferta desse bem cultural, dessa formação para esse professorado. Não é difícil chegar até eles. E quando a gente chega na secretaria, a proposta, a gente esteve lá, esteve lá duas vezes apresentando o trabalho e a gente chega, a gente é muito bem recebido e eles se colocam e falam, a gente está divulgando, mas o professor não vem.

Eu imagino que possa ser, principalmente, por duas razões, que a gente tem que pensar como sanar, é um problema nosso, a gente que tem que buscar sanar.

Primeiro é a carga horária exaustiva do professor que impede ele de participar, né? Porque o professor dá aula de manhã, de tarde e de noite.

Eu fui professora, então eu imagino que isso seja um problema. E aí a gente esbarra numa coisa. Porque a gente quer trazer o professor para o museu, porque, por exemplo, aquela... Eu lembro que a gente fez uma atividade online em que você participou que, durante a atividade, teve uma participação, assim, irrisória, assim, umas 30 pessoas.

De um dia para o outro, já tinha quase 900 visualizações. Então, a atividade online, a gente vê que há o interesse, mas aí a gente esbarra naquele desejo de querer trazer o professor para o museu.

Tem uma outra questão, o museu está no centro e as escolas estão nos bairros. Então, ainda tem essa dificuldade de deslocamento, que a gente também entende.

A Renata esteve em ANPUH ano passado e ela levou esse projeto, levou isso para debate, que são coisas que a gente tem que sanar. No entanto, a gente sabe que outros museus fazem atividades formativas. Porque tem museu, por exemplo, Museu do Ibram, que vincula a visita da escola ao museu à atividade formativa do professor.

O professor só pode levar a turma desse ano se passar por uma formação, que é o ideal. Porque vir aqui é uma atividade pedagógica e a gente observa, não é a regra, mas a gente observa que tem professor. Que vem e larga os alunos, tipo assim, deixa os alunos. Ele não acompanha nem a visita. Tipo assim, então, a gente vê que não tem pré, não tem durante, não tem após. Como é que esse aluno vai estar trabalhando o patrimônio? Porque não é nem só um convento, é o aluno observar no trajeto.

O que que é o meu patrimônio? Eu estou indo para um patrimônio que foi consagrado, por uma elite da cidade e do país, que aqui é uma visão elitista de patrimônio. Mas o que que é

o meu patrimônio? A praça, a minha escola, né? O que que eu vi lá naquele museu, naquele local que eu posso aplicar na minha realidade? Então, é esse trabalho que tinha que ter.

A gente conversou com a Secretaria de Educação de Cabo Frio. A gente é recebido, eles falam que divulgam. Tem hora até que eles mostram. Ó, a gente tá divulgando, mas, infelizmente, a gente recebe muito pouco. A gente recebe muito, são alunos do Colégio Estadual Ismar Gomes, porque eles precisam daquela carga horária[124]. É, então, eles veem que também é uma coisa que a gente ainda, peca, por falta de perna pra fazer, a gente não conseguiu sentar com o Colégio Ismar Gomes e falar assim, não, vamos fazer uma coisa, tipo essa carga horária. A gente vai, emite a carga horária, tem um processo, uma forma. E eles chegam aqui com um formulário desse. Então, a gente tem que sentar e fazer um acordo. De quando a quando que vocês precisam. Como é que vocês precisam? Como é que a gente vai registrar, agradar a vocês, mas registrar pra gente?

Mas, a gente queria pegar, realmente, assim, e não somente professores de história. Porque, às vezes, um professor de matemática, um professor de Física, um professor de Química, por exemplo. Aqui tem muita relação com Química, porque restauração é Química. Sim. Entendeu? Mas, a gente... Eu não tenho conteúdo pra trabalhar isso, mas, às vezes, um professor de Química que se interessa com o patrimônio, ele pode trazer isso.

Os professores de Arte são os mais abertos. São os mais acessíveis. São aqueles que a gente tem. São os que mais trazem turma, são aqueles que mais topam as atividades que a gente faz.

3. Em relação a essa formação continuada pelo museu, com os professores, seja da rede pública, privada, de Cabo Frio, ou região também, os colóquios promovidos pela instituição, junto a historiadores especialistas e as oficinas promovidas pelo Marte, que visam instrumentalizar um trabalho de sala de aula com esse imenso patrimônio cultural e a história local. Qual a periodicidade dessas atividades, dos colóquios, nesse tempo? Há quanto tempo essas formações e oficinas, os colóquios, são realizados? E quais as principais impressões que essas atividades têm junto à equipe do Marte, principalmente o educativo, que é com você que eu estou falando? E como que isso impacta na relação do setor educativo do museu ou da instituição como um todo, nessa relação com o professorado?

[124] O Colégio Estadual Ismar Gomes que fica localizado no centro de Cabo Frio e tem um curso de ensino médio, voltado para formação de professores do primeiro seguimento do ensino fundamental (antigo normal).

Bom, essas atividades, elas acontecem de forma intermitente. Todo início de ano eu faço um plano para que essas atividades aconteçam de acordo com o calendário letivo. Então, começou a aula e, tipo assim, março vai ter até novembro. Eu sei que dezembro é complicado. Nunca consigo cumprir. Porque, justamente, a gente é envolvida, assim, meio num tsunami de demandas e aí você vai para o que é o prioritário e é isso também. A falta, né? A gente chegou a trabalhar aqui. Teve um período, a diretora, eu e a museóloga.

E quando a equipe está pequena, você tem que apagar incêndio. Então, por exemplo, tem as demandas, por exemplo, do instituto. Então, eu participo hoje, por exemplo, eu tenho uma reunião. A gente está revisando o Plano Nacional Setorial Museal. Então, eu participo de reuniões. São tempos. Eu estou participando do GT do Museu da Democracia. É um outro tempo. Todos aqui estão envolvidos nessas outras demandas. Então, tudo isso, assim, vai tornando o seu desejo menos executável por falta de perna. Então, quanto que a gente acaba concentrando essas atividades?

No calendário da Semana de Museus e no calendário da Primavera de Museus. Né? Então, é... A gente costuma... Pode chamar pessoas, especialistas, mas tem acontecido muito tipo você. Assim, a gente está conversando, eu vejo o seu trabalho. Poxa, tem a Semana de Museus, vamos fazer um colóquio, com o André, porque o tema da pesquisa dele tem tudo a ver com a Semana de Museus.

Então, a gente vai fazendo dessa forma. Com a relação do impacto, é isso que eu te falo. Ainda está muito decepcionante pelo fato da gente não conseguir mobilizar o público. Eu vou te dar um exemplo. A gente fez a Primavera de Museus no ano passado. Ela foi muito grande. Até pela temática, né? Pessoas quilombolas, indígenas e LGBTQIAP+. Então, a gente fez muita atividade.

A gente está com a exposição do professor Edmar[125]. Nessa exposição, a gente reuniu um pesquisador de história, que é o Paulo Roberto Araújo, junto com uma monitora. Essa monitora que é formada em História e em Pedagogia, pela UERJ. Ela fez no CEDERJ. Os dois criaram um material para o didático sobre a exposição para ser utilizada em sala de aula.

Porque a gente sabe que essa exposição do Edmar é itinerante. E que o Edmar, ele leva essa exposição para as escolas. Então, o que a gente pensou? A gente falou. Esse material didático, depois também, ele vai poder ser levado para as escolas.

[125] Edimar Freitas Lopes é professor de Ciências e Biologia da rede estadual de ensino no CIEP 357 José de Dome. Ele produziu uma série de pinturas em telas a respeito de temas relacionados e cultura afro, quilombolas e a escravidão em Cabo Frio, utilizando como referência em suas pinturas espaços históricos da cidade.

Ficou um material excelente. Um material excelente. Fizemos os palócos. Duas alunas do Ismar Gomes aparecerão para participar. Então, assim, isso acaba sendo frustrante. Porque todo o trabalho, tudo aquilo que o museu pode fazer. Agora, a mobilização. Como?

Eu acho também que é um efeito pós-pandemia. Eu tenho escutado isso de outras pessoas. Ah, a gente faz atividade. A gente tinha, por exemplo, a arteterapia com danças circulares aqui antes da pandemia. Dava 50 pessoas. Agora, ela reclama. Ela fala que para juntar 20 pessoas está difícil.

Então, assim, a gente vai sempre lançando mão do virtual. Por exemplo, a gente fez um projeto com a construção de vários vídeos educativos. (Fim da primeira parte: 29:59)

Eles foram feitos e aquela visita 360 no museu pelo Luiz Simpson. A gente vai colocar, é porque a gente ainda não fez o lançamento, mas a gente vai colocar. A gente fez um mapa educativo para ser entregue, trabalhado em oficina com os professores. A ideia é que seja assim, o mapa foi construído, sabe aquele papel que tem no McDonald's, que tem aquelas várias imagens. A gente fez um mapa inspirado naquele modelo.

Mas a gente também fez um vídeo, porque a gente sabe, para tentar atingir a parte do virtual. Mas o nosso interesse não é que a pessoa só veja virtualmente, é que a pessoa venha aqui.

Isso também não barra um pouco. Na questão que você falou inicial, de uma certa dificuldade, por diversas questões, até estruturais, do museu se mostrar externamente? Não é só ele estar aqui, mas de chegar onde de repente tem que chegar. E de repente nas escolas, se for necessário, e de repente divulga uma oficina dessa, faz um convite e de repente você tem um feedback melhor.

Sim, eu acho que se a gente fosse escola por escola, porque as experiências que a gente tem, de ir aqui no centro, deu um retorno melhor. Então se a gente fosse escola por escola... É, o boca a boca mesmo. E falar, ó, eu existo... Porque muita gente acha que aqui é igreja. Muita gente, a gente ainda tem uma outra situação, que é a questão da aproximação do público neopentecostal. Fazer esse público entender que eles vão visitar um monumento que teve uma função católica, mas hoje ele tem uma função que extrapola, e claro que ele mantém uma função católica, dos católicos. Mas enquanto patrimônio cultural nacional, ele tem uma função educativa da história do país. Então a gente, por exemplo, recebe escola, que a criança fica chorando do lado de fora porque o pai não deixou entrar.

4) O indivíduo não consegue dissociar a origem ou os usos que teve o espaço com que ele atualmente é ressignificado?

Sim. E aí isso torna o trabalho até mais complexo, mais desafiador. Eu acho que até mais gostoso, mas também mais complexo. Que não é nem chegar na escola, é chegar na comunidade escolar.

E pra esse pra esse tipo de nicho, que tem uma certa dificuldade, de proximidade com o espaço. Vocês, de repente, talvez já tenham pensado ou tenham tentado implementar ações que pudessem trazer esse público, de repente, até pela temática, de certa maneira, que é o Museu de Arte Religiosa, tradicional, né?

É, a gente esbarra no transporte, a gente tem um grande parceiro, que é pastor, que é um artista maravilhoso, Chiquinho da Sucata, e a gente já conversou com ele sobre a questão de sensibilizar esse público. A gente teve um estagiário aqui também, que era neopentecostal, mas a gente tem que ter um ônibus pra trazer, porque pra vir espontaneamente, eles não virão. Então, a gente tem que conseguir ir até eles, conversar e trazê-los também. E eu acho fundamental, porque quando a gente pega o IBGE, e a gente vê que a maioria da população é neopentecostal, em Cabo Frio, a gente vê que a gente não tá bem. A gente tá conversando com a população.

De repente, exposições que abordem várias temáticas dentro de uma visão cristã, católica, protestante, clássica e neopentecostal?

É, e a história deles tá aqui também, né? Porque o tipo de arte que tá aqui é uma reação à reforma protestante, né? E a gente sempre faz questão de enfatizar isso, que a reforma protestante, ela vai fazer, a igreja católica se repensar. E como que ela vai se repensar? Tá aqui igreja de nave única, o barroco como arte da persuasão. Então, eles, de certa forma, eles estão representados aqui também. Só que eles têm que entender, a gente tem que conseguir mostrar pra eles isso. Fazer eles entenderem isso, pra poder vir aqui.

5) Agora, a questão que eu fiquei refletindo quando eu li o plano museal foi o seguinte. Como é estruturada, de certa maneira, assim, a narrativa a respeito da história da instituição? Do monumento histórico que está situada, do seu processo de tombamento e a criação desse espaço museal? Seja por meio de exposições, formações ou outras atividades envolvidas pelo museu. É aquela história de pensar assim, como que o museu conta a respeito de si mesmo, né? E não só do que está sendo exposto. Mas como que ele se apresenta enquanto esse espaço, com diversas atribuições de sentidos que se relacionam, se intercambiam, se distanciam, às vezes, dependendo do prisma ou da perspectiva. Resumindo, como que a instituição, se mostra, assim, nas suas várias facetas.

A gente tem uma obrigação, uma responsabilidade dentro do debate da execução da política em museus, que é decolonizar o espaço. Então, a gente utiliza o espaço não só para contar a história do espaço vinculado à presença dos frades. A gente utiliza o espaço para contar a história de Cabo Frio relacionada ao espaço. Então, a gente sempre faz a relação, por exemplo, do apagamento do morro do Itajuru, que virou o morro da guia.

E por que que era morro do Itajuru? O que que justificava isso, né? A presença dos povos originários e como eles se refletem... Como essa presença se reflete na cultura tradicional. Principalmente na pesca, né? Aí a gente trabalha... A gente tem uma preocupação de trabalhar a história do espaço não sob a ótica da catequese, mas sob a ótica da história, né? Aqui são fontes primárias para se trabalhar a história de Cabo Frio. É isso que a gente tem. A história de Cabo Frio. A história do Brasil. E a história de Portugal. E da igreja. Da religião, né?

Da religião que não é só da igreja católica. Eu falei da igreja, mas é das igrejas. E a gente também tem a preocupação. E a gente faz isso porque a gente tem o termo de sessão, né? Esse espaço, ele é cedido ao Ibram a partir de um acordo com a arquidiocese de Niterói. A Mitra lá em Niterói. Então, a gente tem que compreender também que esse espaço é um espaço sagrado para os católicos.

O espaço da antiga igreja conventual, que foi um espaço preservado. Mas a gente utiliza esse espaço que se tornou ruínas, que ficou abandonado, que ao longo do século XX foi ocupado por outras pessoas, né? Foi ocupado por outras pessoas e por outros seres. Porque, inclusive, animais, né? Ficavam aqui nesse espaço. Mas foi ocupado pela população de Cabo Frio, foi ocupado pelo pintor Carlos Mendonça, foi ocupado pelas lavadeiras, pelos tropeiros. O Volney Teixeira mostra isso muito bem, né?

Então, a gente utiliza esse espaço para trabalhar o que a gente... Acabou sendo um elemento que se voltou a nosso favor na constituição da função do museu, né? Porque o nome Museu de Arte Religiosa e Tradicional, na verdade, era a função. O IPHAN, quando ele decide criar esse espaço, ele vira e fala assim, ah, vamos criar para preservar o convento um Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Aí virou o nome do museu.

E esse tradicional a gente utiliza para justamente trabalhar o diálogo com a região, com as comunidades locais. E aí é isso que permite, por exemplo, a gente receber uma exposição como essa do Edmar, que traz a memória da dona Eva, a partir, uma quilombola, a partir do que foi contada a ela pelos seus antepassados escravizados e traz toda a religiosidade desse povo, né? Como, por exemplo, a representação das Yabás, um quadro com as orixás femininas.

E isso sem, como eu vou te dizer, sem chocar ninguém. A gente já recebeu, por exemplo, a gente recebeu aqui duas vezes, elas vieram visitar duas vezes e ficaram, deve ter ficado umas

duas horas, duas irmãs do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Ontem o padre Marcelo visitou a exposição. Então esse diálogo, não é ofensivo, porque a gente não está desrespeitando o espaço sagrado dos católicos.

As exposições elas ocorrem nesse espaço que era o espaço conventual. A parte onde ainda, digamos assim, é sacralizada para os católicos, onde tem a nave principal, o altar, o retábulo tem exposição museológica?

É, aquele espaço é a exposição permanente. Permanente, é aquela. A exposição de longa duração que são as imagens do antigo convento. A gente até em dezembro, né, para o aniversário do Museu 15 de dezembro de 2023, a gente mudou o percurso e aí a museóloga reuniu na igreja conventual tudo que dizia respeito ao antigo convento e o visitante faz aquele espaço, aí depois ele entra aqui no recolhimento, que seria o recolhimento que hoje são as ruínas, né? E na ala reconstruída onde está a exposição. E esse espaço do jardim, que era ruína, a gente utiliza para manifestações culturais, né? De todo tipo.

6) Na minha pesquisa, eu tenho trabalhado os processos de tombamento, a respeito da fazenda Campos Novos, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos e o Forte, São Mateus. Dentre os monumentos que eu estou trabalhando na minha tese, eu escolhi o convento que é a sede do MART para pensar como que um desses monumentos que passa pelo processo de tombamento, e de patrimonialização, pode ser pensado como um espaço de disseminação, divulgação de uma cultura histórica em Cabo Frio, a partir de uma perspectiva de história local e algumas possíveis relações com o ensino de história na cidade. É possível pensarmos o MART, por meio das suas várias atribuições de sentido (Espaço Monacal, Conventual, Monumento Tombado, Espaço Museal), ao longo dessa historicidade, como um local promotor e difusor de uma cultura histórica local em Cabo Frio? Como o setor educativo, a instituição como um todo, enxerga isso e, de certa maneira, possa ajudar a promover essa ideia?

Eu acho que é fundamental. Eu acho que se a gente não cumprir essa proposta, a gente está falhando. Porque a nossa missão diz... Que a gente, né? Se você pegar a nossa missão, ela diz isso. Acho que a gente consegue. Eu vou dar um exemplo que foi, assim, que são as formas que a gente faz, né? É... Através do projeto Educação para o Patrimônio no Marte, que esses coloques a gente prioriza convidar pesquisadores locais.

Através do Viagens Históricas, que a gente fez uma primeira edição junto com a UERJ. Em 2021. E a gente está planejando uma agora para 2025, cujo tema é o saber local.

É um intento ainda não concretizado. Realizar uma publicação onde possa ser um espaço... Porque quando o anuário que era publicado pela Prefeitura de Cabo Frio acabou, acho

que deixou um vácuo. Então, é uma publicação nesse sentido do anuário, né? E também abrir um espaço para pesquisadores que queiram apresentar os seus trabalhos, que às vezes a gente não tenha tido a ideia de convidar, mas eles vêm. Mas não só apresentar, mas também lançar esses trabalhos.

E aí eu entro no exemplo que foi o lançamento recente, né? Do Cabo Frio na rota da escravidão do Porto, que é do Pierre de Cristo, que teve um público de mais de 120 pessoas. Então, foi assim, emocionante na minha leitura, porque com um público de mais de 120 pessoas, um público assim, a gente olhando, eu que normalmente estou nessas atividades, de pessoas que não costumam vir aqui.

Pessoas diferentes, né? Então, quando a gente abre o da Gessiane, tá? Da Gessiane. Quando a Gessiane fez o pré-lançamento do livro dela aqui, né? A Revolta do Caximbo. Eu só de, assim, me lembrar, eu me arrepio. Porque ela trouxe o avô dela e o avô dela nunca tinha entrado nesse espaço. E ela começa a fala dela falando, pra ele, dizendo. Você tem direito de entrar nesse espaço. Porque esse espaço é patrimônio seu. E você, a sua história, tá vinculada à construção desse espaço.

Então, essas atividades permitem a gente, e assim, a gente cede, né? É o que eu falei com o Pierre. Ele falou, ah, né? Ele agradeceu pra gente ter recebido. Eu falei assim, mas a gente tem que agradecer mais. Porque é graças a você que a gente tá recebendo um público. Que talvez não viria.

Na primavera dos museus, a gente fez o Olhar da Perifa, ocupa o MART. Pô, foi super legal, né? Porque aí, né? Tanto fala os crias, né? E aí, aquela turma depois começou a frequentar o museu em outras atividades. O Edmar fez uma oficina com eles.

Eu acho que essas pessoas, assim, esses colaboradores, eles, talvez, eles não tenham a dimensão do quanto que eles são importantes pra gente fazer o nosso trabalho. E por isso que a gente sempre tem que ficar de porta aberta. Sabe? Tipo, o lançamento do livro do Pierre seria no horário que o museu não tá aberto. Não, a gente abre. Porque a gente quer receber.

7) Vocês no MART têm alguma atividade noturna?

Periodicamente, não. O que que acontece? O professor manifestou o desejo de vir à noite. A gente vai abrir o museu pra receber. É só ele dizer, eu quero vir. A gente ainda não divulga, porque a gente ainda não tem uma estrutura formada pra poder abrir à noite. Justamente porque a gente tá com uma equipe reduzida. Agora, nesse ano de 2023, que o museu tem uma equipe que possibilita ele abrir.

Nesse projeto de ônibus, eu tô apontando pro Marco, porque o Marco que tá envolvido na construção do projeto, mas nesse projeto do ônibus pra 2025, eu coloquei nove visitas à noite. Nove deslocamentos de ônibus à noite.

8) Tendo em vista os objetivos específicos presentes no plano museal da instituição. Quais são as ações que a instituição tem desenvolvido para promover a cidadania por meio da educação para o patrimônio na cidade de Cabo Frio, porque o museu está situado aqui? Ainda em relação a essa temática, quais são os maiores desafios na efetivação ou possível efetivação desse objetivo? E quais avanços, assim, já foram alcançados dentro do que foi feito ou tentado ser feito nesse sentido?

A cidadania é a palavra-chave da nossa diretora. Ela atua nessa área. Então, quando ela veio trazendo esse projeto Educação para o Patrimônio no MART, ela estava justamente vinculada a isso, nessa questão de dialogar com os professores, que são o meio pra gente chegar na comunidade de Cabo Frio, que são os alunos.

Outras formas é a gente, justamente, ter uma política de acolher. A gente realmente acolhe. A pessoa é artista, produtor cultural, mestre sabedor. Eu vou te dar um exemplo. Os pescadores de arraial, eles estão com muita dificuldade de manter o seu trabalho. Eles estão com muita dificuldade de manter os elementos que perpetuem a sua tradição. A pesca tá acabando e como é que aquilo vai passar que um dia existiu? Eles estão com muita dificuldade pra isso. Aí, vieram aqui pedir ajuda, pedir ajuda não, tentar fazer uma troca.

A gente orientou eles a se cadastrarem como conto de memória do Ibram. Eles conseguiram. Se tornaram um ponto de memória do Ibram e concorreram no edital. E agora eles vão desenvolver esse edital pra poder trabalhar atividades que eles precisavam. Então, a gente tá sempre aberto pra ouvir a comunidade e pra acolher a comunidade no que ela precisa.

Teve um edital da prefeitura Gilberto Marques ano passado. E a gente recebeu muito. Um monte de atividades, de pessoas que falaram assim, ah, eu tentei em vários lugares, eu não consegui. Então, é isso. É portas abertas. Sim. Né? E isso pra gente é importante, que aí cria um vínculo da comunidade também com o espaço. Que a comunidade passe a entender assim, não, aquele local é importante.

A gente até fez uma campanha no final do ano. Se você for no nosso Instagram, você vê várias pessoas dando depoimento. Por que que o Marte, pra mim, por que que eu gosto do Marte? Por que que eu valorizo o Marte e tal? Pessoas as mais diversas falando, né? Então, justamente por causa disso.

O que que nos dificulta? Não, um outro elemento da cidadania também é que vem através das políticas museais e das propostas do Ibram. Que são esses desafios da gente abrir as portas pra públicos. Que talvez pela nossa estrutura colonial, e a gente tá muito preso a ela, né? Por mais que a gente tente decolonizar o ambiente, a gente não abriria portas, né?

Então, por exemplo, no dia 8 de março, teve um debate com várias mulheres representativas da luta feminista na região (Fim da segunda parte: 59:57)

sobre o papel da mulher na sociedade e também veio uma patrulha da Maria da Penha para poder esclarecer melhor essa questão de como agir em casos de violência contra a mulher.

O que é a nossa dificuldade? É a mobilização. A gente faz, a gente divulga com a chegada do estagiário de jornalismo, a gente ampliou muito o nosso alcance da nossa comunicação, vou te falar assim, aquele portal RC24, que a cidade, a região toda conhece, divulga tudo que a gente faz, mas mesmo assim a gente não consegue, não é conseguir tudo, é conseguir que as pessoas venham, entendeu? Isso para a gente realmente, realmente tem sido muito difícil, a não ser quando a gente faz uma atividade em que essa pessoa, ela tenha uma capacidade de articulação do grupo. A rede dela. Como a gente não pode entrar em uma rede, a gente tem que estar em várias redes, a gente não tem que pensar em nenhuma rede.

9) Tendo em vista os objetivos específicos, né, do Programa Educativo Cultural do MARTE, presente no plano museal, tendo como destaque a implementação da formação continuada para professores, em educação para o patrimônio, a política de ações educativas e culturais do museu, junto à comunidade, as ações voltadas para os perfis de público não atendidos, como estudantes de ensino noturno. Quais dos objetivos relacionados a isso foram alcançados? Quais, foram parcialmente alcançados e o que não pôde ser alcançado, em relação a essa questão de buscar atender públicos que não conseguem chegar ou não conseguem ter acesso ou têm dificuldade de acesso ao museu? E quais seriam os maiores obstáculos, né, para a implementação desses objetivos? De chegar àqueles que ainda não conseguem, por diferentes motivos?

É, eu acho que o público que a gente tem que conseguir dialogar mais... Isso é uma opinião da Flávia. É o neopentecostal. Que é a maioria na cidade de Cabo Frio e, portanto, para a gente dizer que a gente está atingindo a comunidade de Cabo Frio de uma forma específica, a gente tem que dialogar com esse público. Acho que a gente já conseguiu, já ampliou muito, porque hoje em dia, embora esse seja um espaço que representa uma elite colonial, então, preservado por uma elite republicana, ele não é mais um espaço utilizado somente pela elite.

Ele não exclui, mas ele acolhe grupos os mais diversos, as manifestações as mais diversas. Então, acho que isso a gente conseguiu.

Agora, repito, a mobilização é a nossa maior dificuldade. Você tem uma ideia? No ano passado, a gente fez uma pesquisa junto aos professores para que eles manifestassem qual o dia da semana e qual o horário eles preferiam as atividades. E a gente colocou no dia e horário mais votado e não teve público. Então, isso é muito difícil. E aí é essa coisa.

Como que a gente pode resolver isso? Tornando o museu mais virtual. Mas se a gente tornar o museu muito virtual, a gente não pode perder de vista o presencial. O virtual tem que ser um meio, não pode ser o fim. Porque se a pessoa deixar de frequentar aqui, não tem função de existir.

9) Existem outros projetos, programas ou ações que o MART desenvolve no campo da educação para o patrimônio, História local e ensino de História? Caso existam, quais são, como se estruturam e suas principais ações?

No próximo plano, essa questão que eu falei da capacitação para você, assim, eu não vou estar na construção do próximo plano, mas o que surgiu da experiência desses quatro anos é um investimento maior na capacitação da equipe do educativo, com projetos assim, trazendo especialistas para falar para eles também. Por exemplo, para a construção dessa exposição Edimar deu várias aulas, para a equipe poder se apropriar da exposição para poder trabalhar depois.

Tinha, por exemplo, a ideia da gente poder fazer viagens, conhecer os museus, tipo assim, tem gente que trabalha aqui que não conhece a Casa Scliar, então vamos conhecer a Casa Scliar, vamos conhecer o Centro Cultural do Surfe.

Aí isso ia acabar surgindo, né, a partir dessa questão da capacitação, foi uma questão forte, uma questão também do ano passado para cá, surgiram muitos pontos de memória reconhecidos pelo Ibram no nosso território, até então não tinha tantos. Então, buscar uma integração maior com esses pontos de memória.

Tem o, eu não vou falar o nome porque eu tenho medo de falar errado, mas é uma casa de santo em São Pedro da Aldeia, né? A gente se aproximou até a partir do momento que a gente viu, eles já fizeram atividade, mas integrar mais, integrar com a Arraial, integrar com o Olhar da Perífra, que também é um ponto de memória, fazer uma integração maior com esses pontos de memória. A gente até pensou em tentar conseguir um antropólogo para poder trabalhar isso.

É, a sessão de espaço, desenhar melhor a forma como acontece essa sessão de espaço, porque chega, recebe, mas tem sessões de espaço diferentes, entendeu? Por exemplo, a gente não vai receber da mesma forma que a gente recebe. Eu estou te falando assim no sentido do que que pode ter de retorno para a instituição. É, o lançamento do livro Cabo Frio na Rota da Escravidão, qual que é o retorno da instituição? Eu estou te falando, é o público que veio, não só a quantidade, mas a tipo, pessoas que a gente não costuma ver aqui. Isso é um retorno para a instituição muito grande.

Agora, um casamento, por exemplo. Um casamento não é público, porque os museus são pessoas que vêm para um casamento. Então, isso precisa de uma contrapartida do material. Às vezes vai solucionar, por exemplo, uma demanda que o museu tá tendo. Atendendo à uma demanda imediata do museu a partir dessa sessão. Então, isso é uma coisa também que tá sendo estruturada pra nesse plano museológico ela vir de uma forma mais sistematizada.

10) Quais são os principais meios de divulgação das ações do MART no campo da educação para o patrimônio, História local e ensino de História?

É, quando a gente vai fazer atividade, a gente tem as redes sociais bem ativas, a gente procura manter, assim, publicações frequentes pra justamente chegar ao maior número de pessoas. As redes sociais do MART são o Instagram, Facebook, o YouTube tá mais paradinho.

A gente tem o site. O site, a gente sempre publica. E o que a gente publica no site? A gente divulga pra mídia local como release. A gente tem uma mala direta, que, por exemplo, tem professores, artistas, produtores culturais, público interessado, a gente sempre divulga também tudo.

Se a gente faz uma ação que a gente acha que necessita de uma mobilização, por exemplo, educação para o Patrimônio no MART, a gente sempre vai na Secretaria de Educação. A gente também, de semana da Primavera dos Museus, a gente costuma passar nas escolas, que a gente consegue ter acesso.

Como a gente não tem um cargo do museu para as ações voltadas para divulgação, mídia e relacionamento externo com a comunidade, fica uma coisa muito de iniciativa pessoal.

Além de divulgar também no público que visita o espaço. Às vezes, a pessoa vem, a gente fala, ó... Por exemplo, tá visitando hoje. Aí tá com muitos turistas na cidade. Ah, sábado vai ter o Vem pro MART. O Vem pro MART tinha uma iniciativa muito legal. Porque tem uma forma da gente atrair pessoas para o museu. Tem um casal de São Pedro da Aldeia que vem todo sábado que tem o vem pro MART.

Aí a gente procura mudar, né? Vamos abordar o convento de um determinado aspecto. É sábado, por exemplo, é o primeiro de abril. É o dia da sessão das terras. Então, a gente vai tratar disso, né? Trabalhando a História local por meio de algumas efemérides que estejam relacionadas a uma memória histórica da Cabo Frio e região.

Aí a equipe aqui embaixo vai avisando. Agora, o que dá um retorno bom é ir na escola. É isso que dá o retorno. Você vai na escola. Quer dizer, você vai no Colégio Sagrado de Jesus ou você vai no Colégio Estadual Ismar Gomes e fala, vai ter uma atividade antes. Enche. Enche. Enche. Porque vem os alunos que tem o interesse, né?

Tudo que a gente faz é interdisciplinar. Até porque a gente tem uma equipe muito reduzida, então essa necessidade de estar sempre integrando a equipe e otimizando as diversas tarefas do museu. Assim, não é o ideal, mas aqui foi por necessidade também, né?

Esse espaço, tem várias atribuições de sentido, é um espaço museológico, é um espaço que ainda é parte dele sacralizado, é um monumento tombado pelo IPHAN com uma historicidade que remete ao período colonial e ele acaba promovendo ações que ajudam, de certa maneira, a tornar esse local em um espaço de disseminação de uma cultura histórica local. Na verdade, a gente trabalha bastante com o conceito das memórias locais, além de tratar com a cultura local.

O convento, claro, serve de suporte pra gente poder contar a história da ocupação do território, a própria história do convento, de como ele se desenvolveu, mas como ele também acabou sendo cenário pra muita coisa, cenário pra feiras que existiam, cenários pras lavadeiras do convento, que ficaram conhecidas como as lavadeiras do convento, cenário pra várias outras situações. a gente usou isso como um ponto de partida e a partir daí passou a trabalhar todas as memórias locais, não só essas.

O MART é como uma caixa de ressonância e a gente sempre focou, que na época que o convento existia o Cabo Frio era muito maior que isso, a gente foca em trabalhar sempre na região do antigo Cabo Frio, a gente não se delimita exclusivamente pelo recorte que existiu hoje.

Se era do antigo Cabo Frio, faz parte da nossa missão de trabalho, né? Tanto é que a gente está planejando as nossas próximas exposições, elas vão falar da pesca artesanal em Búzios e em Arraial, porque é Cabo Frio, né? Dentro dessa concepção de formação, é Cabo Frio.

11) Para finalizar gostaria que você, falasse um pouco da sua formação e do seu trabalho no MART.

Eu sou formada em comunicação social, trabalhei em jornal e em assessoria de comunicação, aí, num belo dia, decidi que eu ia fazer história, eu queria apurar as coisas com mais profundidade, com mais seriedade, aí fiz história, minha formação toda é Juiz de Fora na Universidade Federal, aí depois fiz o mestrado, trabalhei com presídio da ditadura militar, não tem nada a ver com tema daqui.

Aí, fiquei dando aula, né, nessa luta. Até que apareceu o concurso do IBRAM, e como mineira que eu sou, quando eu vi Cabo Frio, eu escolhi Cabo Frio. Cheguei aqui, não sabia, nunca tinha visto uma museóloga, a Aline é a primeira museóloga que eu vi na minha vida. História colonial era o que eu menos gostava na faculdade, e nem sabia que existia várias Nossa Senhora, não tinha nada disso.

Aí, comecei a estudar, me matei de estudar. Sim, me matei, não, porque eu gosto de estudar, mas falei, vou mergulhar no estudo pra entender. Aí, nesse meio caminho, eu fiz a especialização no mosteiro de São Bento, em arte sacra, história da arte sacra, aí abriu um mundo pra mim. Porque, assim, no que eu fiz, o meu olhar pra aqui, assim, tipo. Um percurso que eu entendi em 15 minutos, duas horas não é suficiente pra fazer.

Então, eu comecei a trabalhar com isso, gosto dessa parte de educação, porque como eu gosto da aula e aquilo que eu te falei, você trabalhar com educação em museu é o sonho de todo professor de história, porque é você poder ser professor de história, igual a gente aprende lá na faculdade, sem ter que enfrentar a realidade. Então, gosto muito de trabalhar com educação no museu. Sim. Quando a Renata chegar, eu estava mais restrita. Assim, nunca não fiz visitas, sempre fiz visitas. E sempre também pesquisei pensando nas visitas. Mas, oficialmente, eu estava vinculada à biblioteca e ao arquivo.

E no que a Renata chegou, que ela fez essa proposta de integração, aquela que eu tinha. A gente disse no plano museológico que a primeira função da biblioteca e do arquivo ficou sendo a minha função determinante. Então, assim, eu priorizei, né, o tempo dedicado ao educativo é 98%, e o tempo dedicado ao núcleo é 2%. Mas, realmente, por uma questão de amar. Você faz, sabe, assim, poder falar assim, ah, eu sou feliz no que eu faço. Eu fui feliz trabalhando no educativo.

ANEXO – Ilustrações, fotos e imagens

Figura 1 - Forte São Mateus

Fonte: Disponível em: <https://curtarj.com.br/10-lugares-para-voce-passear-em-cabo-frio/>. Acesso em: 20/12/2024.

Figura 2 - Convento Nossa Senhora dos Anjos

Fonte: Disponível em: <https://turismo.cabofrio.rj.gov.br/convento-nossa-senhora-dos-anjos-museu-de-arte-religiosa-e-tradicional-2/>. Acesso em: 21/12/2024.

Figura 3 - Fazenda Campos Novos

Fonte: Disponível em: <https://turismo.cabofrio.rj.gov.br/fazenda-campos-novos-2/>. Acesso em: 22/12/2024.

Figura 4 - Forte São Mateus e a orla de Cabo Frio: a cena que inspirou o tombamento paisagístico

Fonte: Disponível em: <http://casascabofrio.com.br/forte-de-sao-mateus-do-cabo-frio/>. Acesso em: 23/12/2024.

Figura 5 – Morro da Guia e Capela de Nossa Senhora da Guia que fazem parte da cena do tombamento paisagístico do Convento de Nossa Senhora dos Anjos

Fonte: Disponível em: <https://turismo.cabofrio.rj.gov.br/morro-da-guia-e-capela-nossa-senhora-da-guia-2/>. Acesso em: 24/12/2024.

Figura 6 – Forte São Mateus

Fonte: Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=450095&view=detalhes>. Acesso em: 25/12/2024.

Figura 7 – Convento de Nossa Senhora dos Anjos

Fonte: Disponível em: <https://www.acervomarciowerneck.com.br/artigos/cabo-frio/patrimonio-historico/convento-de-nossa-senhora-dos-anjos-e-capela-nossa-senhora-da-guia>. Acesso em: 20/12/2024.

Figura 8 – Fazenda Campos Novos e a Capela de Santo Inácio

Fonte: Disponível em: <https://www.acervomarciowerneck.com.br/artigos/cabo-frio/patrimonio-historico/fazenda-campos-novos-e-a-igreja-de-santo-inacio>. Acesso em: 21/12/2024.

Figura 9 – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – Nave principal do Convento Nossa Senhora dos Anjos

Fonte: Disponível em: <https://turismo.cabofrio.rj.gov.br/convento-nossa-senhora-dos-anjos-museu-de-arte-religiosa-e-tradicional-2/> . Acesso em: 22/12/2024.

Figura 10 – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – sala de exposições no local em que era a antiga residência dos frades franciscanos

Fonte: Disponível em: <https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-estado-do-rio/baixadas-litoraneas/lista-de-museus-baixadas-litoraneas/item/27-museu-da-arte-religiosa-tradicional>. Acesso em: 19/12/2024.

Figura 11 – Mapa histórico interativo digital com a localização dos patrimônios trabalhados na tese

Fonte: Disponível em: https://prezi.com/p/hcxt82cjfqsu/copia-de-mapa-historico-interativo-um-olhar-sobre-a-historia-de-cabo-frio/?present=1. Acesso em: 18/12/2024.